UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO – IAU USP

PEDRO SOUZA FERRÃO

Trabalho e organização política das catadoras e catadores de materiais recicláveis nas regiões da Grande São Paulo e Gran Buenos Aires

São Carlos
2026

PEDRO SOUZA FERRÃO

Trabalho e organização política das catadoras e catadores de materiais recicláveis nas regiões da Grande São Paulo e Gran Buenos Aires

Versão Original

Dissertação apresentada ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Marcel Fantin

Co-orientadora: Profa. Dra. Marina Garcia Luz

São Carlos
2026

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferrão, Pedro
TRABALHO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NAS REGIÕES DA GRANDE SÃO PAULO E GRAN BUENOS AIRES. / Pedro Ferrão; orientador Marcel Fantin , orientador Marina Luz Garcia . -- São Carlos, 2026.
323 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2026.

1. Catadoras e Catadores. 2. Trabalho. 3. Informalidade. 4. Reciclagem. 5. Economia Urbana. I. Fantin , Marcel , orient.II. Luz Garcia , Marina , orient.III. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: **Pedro Souza Ferrão**

Titulo da Dissertação de Mestrado: Trabalho e organização política das catadoras e catadores da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos nas cidades de São Paulo e Buenos Aires

Data da defesa: 27/04/2026

Orientador: Prof. Dr. Marcel Fantin

Comissão Julgadora:	**Resultado:**
Prof. Dr. Marcel Fantin (IAU/USP)	aprovado
Profa. Dra. Mariana Baratinni (UNGS - Argentina)	aprovado
Prof. Dr. Altair Rosa (UFPR)	aprovado

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a todas as catadoras e catadores que me cederam seu tempo, suas histórias e suas visões. Para mim, foi uma honra conhecer e ouvir pessoas tão incríveis e que realizam um trabalho tão importante. Agradeço também aos membros das organizações de catadores e catadoras que se dispuseram a conversar comigo e me receberam tão bem. Um agradecimento especial às catadoras Nanci Darcollete e Dona Cida Preta, que viabilizaram minha inserção na rede de catadores de São Paulo e permitiram a realização das primeiras pesquisas — sem sua generosidade e acolhimento, este trabalho não teria os mesmos alicerces.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Marcel Fantin, pela confiança, pela parceria e pelas inúmeras conversas que foram muito além da orientação acadêmica. Nossos diálogos sobre visões de mundo, compromisso político e o papel da pesquisa na transformação social foram fundamentais para a construção não apenas deste trabalho, mas também da minha própria formação como pesquisador. Sou grato pela liberdade que sempre me concedeu, aliada à escuta atenta em cada etapa do percurso.

À minha coorientadora, Prof.ª Marina Luz Garcia, sou grato pelos direcionamentos, pelas conversas que ampliaram meus horizontes e pelo acolhimento durante o período em que estive em Buenos Aires. Sua recepção na cidade, ao lado do Professor Daniel Lvovich, bem como as articulações que realizou, foram primordiais para que esta pesquisa se tornasse possível. Meu orientador e minha orientadora são dois docentes inspiradores, sobretudo na visão do fortalecimento da pesquisa como instrumento de construção de um mundo mais justo.

À minha família, meu profundo agradecimento. À minha irmã, Marina Souza Ferrão; ao meu pai, Jorge dos Santos Ferrão; à minha mãe, Elaine Caetano de Souza; à minha tia, Maria Aparecida dos Santos Ferrão; e à nossa querida Elisete Candido da Silva. Sem essas pessoas, nada disso seria possível. Agradeço especialmente por todo o amor, a dedicação e a perseverança de minha mãe e de minha tia.

Aos meus amigos Marina Abrão, Pedro Rocha, Gabriela Carvalho e Giovana Serra. Muito obrigado pelo carinho e apoio de vocês. As conversas, abraços, trocas de perspectivas, ouvidos atentos e empolgados foram fundamentos para a realização e conclusão dessa dissertação.

Agradeço também à equipe do Programa de Pós-Graduação do IAU por todo o apoio e paciência, sempre tão solícita nas orientações e na ajuda.

Por fim, agradeço ao Instituto Pólis, na pessoa de Elisabeth Grimberg, pelas indicações e pelos contatos com ativistas e catadores de São Paulo e Buenos Aires.

RESUMO

FERRÃO, Pedro Souza. **Trabalho e organização política das catadoras e catadores de materiais recicláveis nas regiões da Grande São Paulo e Gran Buenos Aires.** 2026. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2026.

Esta dissertação investiga o trabalho e a organização política das catadoras e catadores de materiais recicláveis nas regiões da Grande São Paulo (Brasil) e Gran Buenos Aires (Argentina), analisando seu papel na cadeia produtiva da reciclagem pós-consumo a partir de uma perspectiva da economia política urbana. A pesquisa parte da premissa de que, embora esses trabalhadores desempenhem função essencial para a gestão de resíduos sólidos urbanos e para a sustentabilidade ambiental, sua atuação ocorre majoritariamente sob condições de informalidade, precariedade e marginalização social. O estudo adota uma abordagem comparativa de casos múltiplos, buscando compreender as semelhanças e diferenças entre os contextos de São Paulo e Buenos Aires no que diz respeito às trajetórias laborais, às condições de trabalho, às formas de organização coletiva e às relações estabelecidas com o território e com o Estado. Metodologicamente, a pesquisa combina revisão bibliográfica, visitas técnicas a organizações de catadores e realização de entrevistas semiestruturadas com catadores de base e referências de organizações nas duas regiões analisadas. Os dados foram organizados em grupos temáticos que contemplam aspectos socioeconômicos, condições de trabalho, trajetórias pessoais, relações territoriais, organização política, identidade e perspectivas futuras. Os resultados evidenciam que a catação de materiais recicláveis constitui uma atividade marcada por elevada heterogeneidade, tanto nas formas de inserção laboral quanto nos arranjos organizacionais. Observa-se que a informalidade desempenha papel estrutural na cadeia produtiva da reciclagem, contribuindo para a redução de custos do sistema, ao mesmo tempo em que reforça a vulnerabilidade social dos trabalhadores. As trajetórias de vida dos catadores revelam processos de exclusão social e inserção precária no mercado de trabalho, sendo a catação frequentemente uma alternativa de sobrevivência. Os resultados evidenciam que a catação de materiais recicláveis constitui uma atividade heterogênea, marcada por distintas formas de inserção laboral e organização coletiva. Observa-se que a informalidade não é um elemento residual, mas estrutural à cadeia produtiva da reciclagem, contribuindo para sua lógica de exploração econômica ao mesmo tempo em que sustenta a precarização das condições de trabalho. As trajetórias dos catadores revelam processos históricos de exclusão social, nos quais a catação emerge como estratégia de sobrevivência, frequentemente associada à instabilidade de renda, à exposição a riscos e à ausência de proteção social. No que se refere à organização política, a pesquisa evidencia configurações contrastantes entre os contextos analisados. Em São Paulo, predominam formas organizativas fragmentadas, com forte presença de trabalhadores autônomos e relações frágeis com o poder público, resultando

em limitações estruturais e baixa institucionalização. Em Buenos Aires, por outro lado, observa-se um modelo mais consolidado, baseado em cooperativas de grande escala, articuladas com o Estado por meio de contratos e políticas públicas, além de inseridas em um ecossistema mais amplo da economia popular. Apesar dessas diferenças, em ambos os casos a organização coletiva se apresenta como elemento central para a conquista de direitos, acesso a recursos e construção de reconhecimento social. O Estado assume um papel dúbio na dinâmica da catação, oscilando entre a omissão e a repressão direta — expressa em práticas de perseguição, apreensão de instrumentos de trabalho e políticas higienistas — e a institucionalização parcial de iniciativas de apoio e reconhecimento. A análise também destaca a centralidade do território e das desigualdades estruturais na conformação do trabalho de catação. As dinâmicas espaciais influenciam diretamente o acesso aos materiais, a renda e as condições de trabalho, revelando uma geografia desigual da reciclagem nas metrópoles. Ademais, gênero e raça emergem como categorias fundamentais de análise, evidenciando que mulheres e populações racializadas concentram as condições mais precárias. Ao mesmo tempo, observa-se uma tensão entre estigma e orgulho na percepção dos trabalhadores, que, apesar da marginalização, constroem uma identidade vinculada à relevância ambiental e social de seu trabalho.

Palavras-chave: Catadoras e Catadores; Trabalho; Informalidade; Organização Política; Reciclagem Pós-Consumo; Economia Urbana.

RESUMEN

FERRÃO, Pedro Souza. **Trabajo y organización política de las recicladoras y recicladores de materiales reciclables en las regiones de Gran São Paulo y Gran Buenos Aires.** 2026. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2026.

Esta disertación investiga el trabajo y la organización política de las recolectoras y los recolectores de materiales reciclables en las regiones del Gran São Paulo (Brasil) y el Gran Buenos Aires (Argentina), analizando su papel en la cadena productiva del reciclaje posconsumo desde una perspectiva de la economía política urbana. La investigación parte de la premisa de que, aunque estos trabajadores desempeñan una función esencial en la gestión de residuos sólidos urbanos y en la sostenibilidad ambiental, su labor se desarrolla mayoritariamente en condiciones de informalidad, precariedad y marginación social. El estudio adopta un enfoque comparativo de casos múltiples, buscando comprender las similitudes y diferencias entre los contextos de São Paulo y Buenos Aires en lo que respecta a las trayectorias laborales, las condiciones de trabajo, las formas de organización colectiva y las relaciones establecidas con el territorio y el Estado. Metodológicamente, la investigación combina revisión bibliográfica, visitas técnicas a organizaciones de recolectores y la realización de entrevistas semiestructuradas con recolectores de base y referentes de organizaciones en ambas regiones analizadas. Los datos fueron organizados en grupos temáticos que abarcan aspectos socioeconómicos, condiciones de trabajo, trayectorias personales, relaciones territoriales, organización política, identidad y perspectivas futuras. Los resultados evidencian que la recolección de materiales reciclables constituye una actividad caracterizada por una elevada heterogeneidad, tanto en las formas de inserción laboral como en los arreglos organizativos. Se observa que la informalidad desempeña un papel estructural en la cadena productiva del reciclaje, contribuyendo a la reducción de costos del sistema, al mismo tiempo que refuerza la vulnerabilidad social de los trabajadores. Las trayectorias de vida de los recolectores revelan procesos de exclusión social e inserción precaria en el mercado de trabajo, siendo la recolección con frecuencia una estrategia de supervivencia. Asimismo, se evidencia que la informalidad no es un elemento residual, sino estructural a la lógica de funcionamiento de la cadena, contribuyendo a su dinámica de explotación económica mientras sostiene la precarización de las condiciones laborales. Las trayectorias de los recolectores reflejan procesos históricos de exclusión social, en los cuales la recolección emerge como estrategia de subsistencia, frecuentemente asociada a la inestabilidad de ingresos, la exposición a riesgos y la ausencia de protección social. En lo que respecta a la organización política, la investigación muestra configuraciones contrastantes entre los contextos analizados. En São Paulo predominan formas organizativas fragmentadas, con fuerte presencia de trabajadores autónomos y relaciones frágiles con el poder público, lo que resulta en limitaciones estructurales y baja institucionalización. En Buenos Aires, en cambio, se observa un modelo más consolidado, basado en cooperativas de gran escala, articuladas con el Estado

mediante contratos y políticas públicas, además de insertas en un ecosistema más amplio de la economía popular. A pesar de estas diferencias, en ambos casos la organización colectiva se presenta como un elemento central para la conquista de derechos, el acceso a recursos y la construcción de reconocimiento social. El Estado asume un papel ambiguo en la dinámica de la recolección, oscilando entre la omisión y la represión directa —expresada en prácticas de persecución, incautación de herramientas de trabajo y políticas higienistas— y la institucionalización parcial de iniciativas de apoyo y reconocimiento. El análisis también destaca la centralidad del territorio y de las desigualdades estructurales en la configuración del trabajo de recolección. Las dinámicas espaciales influyen directamente en el acceso a los materiales, los ingresos y las condiciones de trabajo, revelando una geografía desigual del reciclaje en las metrópolis. Asimismo, el género y la raza emergen como categorías fundamentales de análisis, evidenciando que las mujeres y las poblaciones racializadas concentran las condiciones más precarias. Al mismo tiempo, se observa una tensión entre estigma y orgullo en la percepción de los trabajadores, quienes, a pesar de la marginación, construyen una identidad vinculada a la relevancia ambiental y social de su labor.

Palabras clave: Recolectoras y recolectores; Trabajo; Informalidad; Organización política; Reciclaje posconsumo; Economía urbana.

ABSTRACT

FERRÃO, Pedro Souza. **Work and political organization of waste pickers (female and male) of recyclable materials in the Greater São Paulo and Greater Buenos Aires regions.** 2026. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2026.

This dissertation investigates the work and political organization of waste pickers in the regions of Greater São Paulo (Brazil) and Greater Buenos Aires (Argentina), analyzing their role in the post-consumer recycling production chain from the perspective of urban political economy. The research is based on the premise that, although these workers perform an essential function in the management of urban solid waste and in environmental sustainability, their activity largely takes place under conditions of informality, precariousness, and social marginalization. The study adopts a comparative multiple-case approach, seeking to understand the similarities and differences between the contexts of São Paulo and Buenos Aires with regard to labor trajectories, working conditions, forms of collective organization, and the relationships established with territory and the State. Methodologically, the research combines bibliographic review, technical visits to waste picker organizations, and the conduction of semi-structured interviews with grassroots waste pickers and organizational leaders in both regions analyzed. The data were organized into thematic groups covering socioeconomic aspects, working conditions, personal trajectories, territorial relations, political organization, identity, and future perspectives. The results show that waste picking constitutes an activity characterized by significant heterogeneity, both in terms of forms of labor insertion and organizational arrangements. Informality plays a structural role in the recycling production chain, contributing to the reduction of system costs while simultaneously reinforcing the social vulnerability of workers. The life trajectories of waste pickers reveal processes of social exclusion and precarious labor market insertion, with waste picking often emerging as a strategy for survival. The findings also indicate that informality is not a residual element but rather a structural component of the functioning of the recycling chain, contributing to its dynamics of economic exploitation while sustaining the precarization of working conditions. Waste pickers' trajectories reflect historical processes of social exclusion in which waste picking emerges as a survival strategy, frequently associated with income instability, exposure to risks, and the absence of social protection. Regarding political organization, the research reveals contrasting configurations between the contexts analyzed. In São Paulo, fragmented organizational forms predominate, with a strong presence of autonomous workers and fragile relations with public authorities, resulting in structural limitations and low levels of institutionalization. In Buenos Aires, by contrast, a more consolidated model can be observed, based on large-scale cooperatives articulated with the State through contracts and public policies, and embedded within a broader ecosystem of the popular economy. Despite these differences, in both cases collective organization appears as a central

element for the achievement of rights, access to resources, and the construction of social recognition. The State assumes an ambiguous role in the dynamics of waste picking, oscillating between omission and direct repression—expressed through practices of persecution, confiscation of work equipment, and hygienist policies—and the partial institutionalization of initiatives aimed at support and recognition. The analysis also highlights the centrality of territory and structural inequalities in shaping waste picking work. Spatial dynamics directly influence access to materials, income levels, and working conditions, revealing an unequal geography of recycling within metropolitan areas. Furthermore, gender and race emerge as fundamental analytical categories, showing that women and racialized populations are concentrated in the most precarious conditions. At the same time, a tension between stigma and pride can be observed in workers' perceptions, as despite marginalization they construct an identity linked to the environmental and social relevance of their work.

Keywords: Waste Pickers; Labor; Informality; Political Organization; Post-Consumer Recycling; Urban Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Hierarquia na gestão de resíduos sólidos 12

Figura 2 - Cadeia de reciclagem pós-consumo 22

Figura 3 - Cadeia da reciclagem pós-consumo localizada nos circuitos da economia urbana..... 61

Figura 4 - Área externa em frente a Casa de Dona Cida Preta, onde é realizada a separação dos materiais coletados. 80

Figura 5 - Garagem da residência de Dona Cida Preta, onde os materiais recicláveis são armazenados. 80

Figura 6 - Dona Cida Preta cozinhando o almoço do coletivo na cozinha de sua casa. Registros de reportagens e homenagens abordando o trabalho de catação realizado por Dona Cida. 81

Figura 7 - Almoço coletivo realizado na praça em frente à casa de Dona Cida Preta..... 82

Figura 8 - Vista externa da COOPAMARE. 84

Figura 9 - Esteira de triagem dos materiais coletados. 85

Figura 10 - Dudu Catador (de vermelho) e outro cooperado juntos à empilhadeira e o caminhão utilizado para a coleta..... 86

Figura 11 - Bolsões com os materiais triados e a caçamba para armazenamento do vidro..... 86

Figura 12 - Espaço da Cooper Glicério abaixo do Viaduto do Glicério..... 88

Figura 13 - O catador Sérgio Bispo e o veículo elétrico. 89

Figura 14 - Área que a Kombosa Seletiva utiliza para a triagem e armazenamento de seus materiais. 90

Figura 15 - Pátio central do Centro Verde da RUO em Caballito e os resíduos triados em bolsões. 91

Figura 16 - Triciclos especializados e carrinhos de mão utilizados na coleta porta a porta. 92

Figura 17 - Área de recuperação ambiental e trilha educativa na RUO. 92

Figura 18 - Ônibus escolar e turma de crianças em visita à RUO. 93

Figura 19 - Móveis produzidos a partir de materiais coletados e marcenaria da RUO. 93

Figura 20 - Ateliês de costura e de serigrafia da RUO, junto com os produtos confeccionados. 94

Figura 21 - Oficina de Eletrônicos e oficina mecânica da RUO. 95

Figura 22 - Horta orgânica e estufa da RUO. 95

Figura 23 - Equipamento utilizado no processo de fusão dos plásticos e exemplares das placas plásticas e bolsas produzidas. 96

Figura 24 - Vista externa e interna do Centro Verde Cortejanera da Cooperativa el Amanecer de los Cartoneros. 97

Figura 25 - Esteira levadiça e esteira de triagem da Cooperativa el Amanecer de los Cartoneros. 100

Figura 26 - Setor dos bolsões e setor da prensa do Centro Verde Cortejanera da Cooperativa el Amanecer de los Cartoneros. 101

Figura 27 - Setor dos bolsões e setor da prensa do Centro Verde Cortejanera da Cooperativa el Amanecer de los Cartoneros. 103

Figura 28 - Edificação em que são realizadas as atividades da unidade produtiva La Voz de los Trabajadores.e a prensa que é utilizada. 103

Figura 29 - Triagem dos materiais e bolsões de materiais triados armazenados na área coberta da edificação. 104

Figura 30 - Presidente da ANCAT, Roberto Rocha, na solenidade de abertura da 11ª ExpoCatadores. 105

Figura 31 - Espaço da empresa Ambipar na 11ª expocatadores. 106

Figura 32 - Visão externa e interna do galpãoem que se localiza a TecnoRAEE. 107

Figura 33 - Bancada de desmontagem dos componentes eletrônicos (esquerda) e bancada de manutenção de dispositivos eletrônicos (direita). .. 108

Figura 34 - Componentes de computadores (processadores, placas mãe e circuitos eletrônicos de teclados) segregados em diferentes compartimentos. 108

Figura 35 - Monitores, Unidade Central de Processamento de computadores e impressoras refuncionalizadas pela TecnoRAEE. 109

Figura 36 - Museu dos RAEE e registro fotográfico dos membros da TecnoRAEE no dia da visita. 110

Figura 37 - Catadores utilizando o EcoTorky. 111

Figura 38 - Infográfico detalhando o funcionamento do Eco Torky. 112

Figura 39 - Infográfico sobre peso e capacidade de carga do Eco Torky. 112

Figura 40 - Cartaz de divulgação da Marcha Pelo Clima e mapa do percurso da marcha. 113

Figura 41 - Catadoras e catadores na Marcha Pelo Clima. 114

Figura 42 - Momento da fala de encerramento da Marcha Pelo Clima. 114

Figura 43 - Bairros de residência dos catadores de base (ícone verde) e referências de organizações (ícone laranja) entrevistados de São Paulo. 116

Figura 44 - Bairros de residência dos catadores de base (ícone verde) e referências de organizações (ícone laranja) entrevistados de Buenos Aires. .117

LISTA DE SIGLAS

AL&C	América Latina e Caribe
AMBA	Área Metropolitana de Buenos Aires
ANCAT	Associação Nacional dos Catadores
BA	Buenos Aires
CABA	Cidade Autônoma de Buenos Aires
Cempre	Compromisso Empresarial para Reciclagem
CO_2eq	CO_2 equivalente
COOPAMARE	Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FACCyR	Federação Argentina de Catadores, Carroceiros e Recicladores
GBA	Gran Buenos AireS
GEE	Gases de Efeito Estufa
GSP	Grande de São Paulo
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MTE	Movimento dos Trabalhadores Excluídos
PEV	Posto de Entrega Voluntária
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RUO	Cooperativa de Recuperados Urbanos del Oeste
SP	São Paulo
UTEP	União de Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Popular

Sumário

RESUMO 4

INTRODUÇÃO 1

1.1 Objetivos Gerais e Específicos 2

1.2 Justificativa 3

Capítulo 1. COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - AMÉRICA LATINA, ARGENTINA E BRASIL 9

Capítulo 2. CATADORAS E CATADORES – TRABALHO E INFORMALIDADE 27

Capítulo 3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A REALIDADE DA POPULAÇÃO PERIFÉRICA, A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E O PAPEL DO ESTADO 42

Capítulo 4. A POBREZA URBANA NA BASE DA CADEIA DA RECICLAGEM . 52

Capítulo 5. A CADEIA DE RECICLAGEM E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA. 57

CAPÍTULO 6. METODOLOGIA 62

6.1 Delimitação do Conceito de Organização 65

6.2 Estruturação Temática para a Interpretação dos Dados 71

6.3 Estruturação dos Grupos de Análise 76

CAPÍTULO 7. RESULTADOS 79

7.1 Visitas técnicas 79

7.1.1 Coletivo Informal de Dona Cida Preta 79

7.1.2 COOPAMARE - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis 82

7.1.3 Kombosa Seletiva e Cooper Glicério 87

7.1.4 Cooperativa Recuperadores Urbanos del Oeste 91

7.1.5 Cooperativa el Amanecer de los Cartoneros 97

7.1.6 Unidade produtiva La Voz de los trabajadores - Cooperativa Mundo Reciclado 102

7.1.7 Visitas a espaços do ecossistema político e produtivo das organizações de catadores 104

7.2 Entrevistas Semiestruturadas 114

7.2.1 Caracterização das pessoas entrevistadas 115

7.2.1.1 Caracterização geral das pessoas entrevistadas 115

7.2.1.2 Caracterização dos Catadores de base entrevistados em Buenos Aires 120

7.2.1.3 Caracterização dos Catadores de base entrevistados em São Paulo 123

7.2.1.4 Caracterização das referências de organizações entrevistados em Buenos Aires 125

7.2.1.5 Caracterização das referências de organizações entrevistados em São Paulo 128

7.2.2 Catadoras de Base – São Paulo 130

7.2.2.1 Grupo 1: Perfil Socioeconômico e Ocupacional 130

7.2.2.2 Grupo 2: Condições e Rotina de Trabalho 133

7.2.2.3 Grupo 3: Trajetória Pessoal e Histórica 136

7.2.2.4 Grupo 4: Território e Espaço Urbano 140

7.2.2.5 Grupo 5: Organização Coletiva e Relações de Poder 144

7.2.2.6 Grupo 6: Percepções, Identidade e Reconhecimento 147

7.2.2.7 Grupo 7: Desafios, Conquistas e Futuro 151

7.2.3 Catadoras de Base – Buenos Aires 156

7.2.3.1 Grupo 1: Perfil Socioeconômico e Ocupacional 156

7.2.3.2 Grupo 2: Condições e Rotina de Trabalho 158

7.2.3.3 Grupo 3: Trajetória Pessoal e Histórica 161

7.2.3.4 Grupo 4: Território e Espaço Urbano 164

7.2.3.5 Grupo 5: Organização Coletiva e Relações de Poder 168
7.2.3.6 Grupo 6: Percepções, Identidade e Reconhecimento 170
7.2.3.7 Grupo 7: Desafios, Conquistas e Futuro 174
7.2.4 Referências de Organizações – São Paulo 178
7.2.4.1 Grupo 1: Perfil Socioeconômico e Ocupacional 178
7.2.4.2 Grupo 2: Condições e Rotina de Trabalho 181
7.2.4.3 Grupo 3: Trajetória Pessoal e Histórica 184
7.2.4.4 Grupo 4: Território e Espaço Urbano 190
7.2.4.5 Grupo 5: Organização Coletiva e Relações de Poder 194
7.2.4.6 Grupo 6: Percepções, Identidade e Reconhecimento 200
7.2.4.7 Grupo 7: Desafios, Conquistas e Futuro 204
7.2.5 Referências de Organizações – Buenos Aires 207
7.2.5.1 Grupo 1: Perfil Socioeconômico e Ocupacional 207
7.2.5.2 Grupo 2: Condições e Rotina de Trabalho 210
7.2.5.3 Grupo 3: Trajetória Pessoal e Histórica 215
7.2.5.4 Grupo 4: Território e Espaço Urbano 221
7.2.5.5 Grupo 5: Organização Coletiva e Relações de Poder 227
7.2.5.6 Grupo 6: Percepções, Identidade e Reconhecimento 234
7.2.5.6 Grupo 7: Desafios, Conquistas e Futuro 237
CAPÍTULO 8. DISCUSSÃO 244
8.1 Análise das visitas realizadas 244
8.2 Análise dos resultados obtidos com as entrevistas semiestruturadas Convergências e Diferenciações entre as entrevistas de São Paulo e Buenos Aires 246
8.2.1 Análise sobre a caracterização das pessoas entrevistadas 247
8.2.2 Sínteses, convergências e diferenciações - entrevistas com os catadores de base e referências de organizações de São Paulo 252

8.2.3 Sínteses, convergências e diferenciações - entrevistas com os catadores de base e referências de organizações de Buenos Aires 256
8.2.4 Comparações entre São Paulo e Buenos Aires - Catadores de base 261
8.2.5 Comparações entre São Paulo e Buenos Aires - Referências das organizações 265
8.3 Discussão teórico-empírica sobre trabalho, informalidade e ação coletiva na catação 271
8.4 A produção do espaço urbano e a luta dos catadores: Estado, território e acumulação 277
8.5 A diversidade e a riqueza dos arranjos e dinâmicas das organizações de catadores 281
CAPÍTULO 9. CONCLUSÕES 288
9.1 Precariedade estrutural e a função da informalidade na cadeia produtiva 288
9.2 Trajetórias laborais e o processo de vida que leva à catação 289
9.3 Construção das relações políticas e de organização do trabalho 291
9.4 Aproximações e diferenciações entre São Paulo e Buenos Aires 292
9.5 Percepção subjetiva do trabalho: entre estigma e orgulho 294
9.6 Tipologia do trabalho de catação: diversidade de modalidades e perfis 296
9.7 Gênero como categoria organizadora do trabalho de catação 297
9.8 Relações com os territórios: barreiras físicas e simbólicas 298
9.9 Implicações para as políticas públicas 300
9.10 Contribuições teóricas e limitações da pesquisa 301
9.11 Palavras finais 302
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 304
ANEXO A – QUESTIONÁRIO CATADORAS E CATADORES 309

ANEXO B – QUESTIONÁRIO PARA LIDERANÇAS DAS ORGANIZAÇÕES DE CATADORES 312

ANEXO C – DASHBOARD ENTREVISTADOS..... 315

ANEXO D – DASHBOARD ENTREVISTADOS - CATADORES BA 317

ANEXO E – DASHBOARD ENTREVISTADOS – CATADORES SP 319

ANEXO F – DASHBOARD ENTREVISTAS – REFERÊNCIAS BA 321

ANEXO G – DASHBOARD ENTREVISTADOS – REFERÊNCIAS SP 323

INTRODUÇÃO

O presente memorial de pesquisa tem como objetivo apresentar o andamento e o desenvolvimento teórico-metodológico do estudo que investiga o trabalho e a organização política das catadoras e catadores de materiais recicláveis nas regiões da Grande de São Paulo (GSP) e Gran Buenos Aires (GBA). Esta pesquisa insere-se no campo da urbanização crítica e da economia política urbana, abordando de forma comparativa as condições de trabalho, os arranjos organizacionais e o papel social desses trabalhadores no contexto da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos. A escolha por essas duas cidades deve-se à sua relevância enquanto centros urbanos de grande porte na América Latina, cujas dinâmicas econômicas e políticas oferecem um panorama complexo e diversificado para a análise do tema.

A pesquisa parte da premissa de que a coleta de materiais recicláveis desempenha um papel essencial para a infraestrutura urbana, a gestão de resíduos sólidos e a estruturação da cadeia produtiva da reciclagem, mas que, paradoxalmente, essa atividade frequentemente se realiza em condições precárias, especialmente no que se refere à inserção dos trabalhadores e trabalhadoras informais. Em muitos casos, as catadoras e catadores, sejam autônomos ou organizados em cooperativas, enfrentam marginalização social e exploração econômica, apesar de sua atuação ser crucial para o funcionamento do sistema de reciclagem.

Essas pessoas são o principal foco dessa pesquisa. Pretende-se analisar e compreender em profundidade a diversidade de suas características e histórias, tendo o trabalho que realizam enquanto principal referencial. Segundo Saidón et. al (2022), uma profunda heterogeneidade está presente na atuação das catadoras e catadores, visto que atuam individualmente, em família ou coletivamente, em diferentes espaços, assim como áreas de disposição final de resíduos ou vias públicas, de modo regular ou esporádico e por diversos meios, seja a pé ou utilizando veículos de diversos tipos. Porém, essa heterogeneidade nem sempre é reconhecida nas políticas e intervenções voltadas à atividade, que frequentemente tratam o setor de forma homogênea,

ignorando as distintas necessidades e potencialidades dessas trabalhadoras e trabalhadores (SAIDÓN, Mariana, et al, 2022).

Nesse sentido, a pesquisa busca não apenas investigar as condições materiais desses trabalhadores e trabalhadoras, mas também analisar as formas de organização política e resistência que surgem em resposta à precarização de suas atividades. A pesquisa busca ser um instrumento útil para o fortalecimento das catadoras e catadores, assim como de suas organizações, oferecendo análises que valorizem seu trabalho e apoiem sua atuação política. Ao documentar desafios e mobilizações, o estudo pretende fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas inclusivas e o diálogo com o poder público, contribuindo para condições mais dignas e justas.

1.1 Objetivos Gerais e Específicos

Analisar a relação entre a precariedade da vida e do trabalho das catadoras e catadores de materiais recicláveis, investigando como o trabalho dessas trabalhadoras e trabalhadores, nas suas condições de informalidade, precariedade, exploração e desigualdade, estrutura a cadeia produtiva da reciclagem pós-consumo e contribui para a marginalização e vulnerabilidade social desses trabalhadores, com enfoque nos casos das regiões da Grande São Paulo e Gran Buenos Aires.

Objetivos Específicos:

1. investigar a trajetória laboral das catadoras e catadores de materiais recicláveis, para compreender o processo de vida que levou esses trabalhadores a ingressarem na atividade de catação.
2. analisar a construção das relações políticas e de organização do trabalho estabelecidas entre catadoras e catadores e suas organizações.
3. identificar elementos e características políticas, produtivas, territoriais e históricas que diferenciam e aproximam as organizações de catadoras e catadores das regiões da Grande São Paulo e Gran Buenos Aires.

4. analisar a percepção das catadoras e catadores sobre seu próprio trabalho, em relação a como avaliam suas condições de trabalho, as relações construídas no ambiente de catação, sua identidade enquanto catadoras e catadores, as perspectivas de futuro associadas à profissão e sua satisfação em relação ao trabalho.
5. construir uma tipologia do trabalho das catadoras e catadores, identificando diferentes modalidades de trabalho, funções desempenhadas, condições de trabalho e características dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como gênero, raça, idade, origem e tempo de experiência na catação, para entender as diversidades e padrões presentes no cotidiano de seu trabalho.
6. analisar a influência do gênero como categoria organizadora do trabalho de catação de materiais recicláveis, investigando se este é um crivo para a definição das funções desempenhadas por cada pessoa e das dinâmicas de trabalho dentro da coleta seletiva.
7. Analisar as relações dos catadores e catadoras com os territórios em que atuam, identificando barreiras físicas e simbólicas que influenciam suas práticas de trabalho, mobilidade e acesso aos recursos necessários para o exercício da catação.

1.2 Justificativa

A relevância deste estudo reside na importância social, econômica e ambiental do trabalho desempenhado por catadoras e catadores de materiais recicláveis em todo o mundo, mas especialmente na América Latina~~, que conta com 20% do número global de catadoras e catadores~~. No mundo, existem cerca de 20 milhões de catadoras e catadores de materiais recicláveis (ALIANÇA INTERNACIONAL DE CATADORES, 2023) e 4 milhões estão na América Latina (BANCO MUNDIAL, 2014). Porém, tais dados não são consensuais, devido aos obstáculos metodológicos para o levantamento de dados confiáveis, bem como à escassez de registros oficiais que incluam esses profissionais no mercado formal (WIEGO, 2021). Estimativas da Organização Internacional do Trabalho (2013) apontam que, globalmente, existam entre 15 e 20 milhões de

pessoas sobrevivem da reciclagem de resíduos sólidos urbanos. A participação desses trabalhadores no total da população economicamente ativa em áreas urbanas é inferior a 1% (OIT & WIEGO, 2013). Esse contingente é bastante heterogêneo, abarcando desde mulheres e crianças até pessoas idosas e imigrantes, e ainda que sua presença seja mais marcante em nações em desenvolvimento, os catadores informais também existem em países ricos, embora em proporções muito menos expressivas (MORAIS et al., 2022).

Para Margallo et al. (2019), um dos maiores desafios na gestão de resíduos sólidos na América Latina e Caribe (AL&C) é a coleta informal, que se mistura com as atividades de atores formais, complicando a organização da gestão e a articulação entre todos os envolvidos. Os atores informais são essenciais para a coleta seletiva, sendo em muitas cidades de países em desenvolvimento a principal fonte de materiais recicláveis para a indústria, o que resulta em níveis significativos de reciclagem (PERRUPATO-STAHL, 2016). Portanto, para analisar a coleta seletiva na AL&C, é imprescindível considerar a atuação das organizações desses atores informais e sua participação no processo.

No Brasil, estima-se que 800 mil catadoras e catadores atuem principalmente nas ruas e lixões, existindo cerca de 1.700 cooperativas e associações formadas pela categoria (AMORIN, Davi; COSTA, Claudete da; ROCHA, Laureano da, 2020). Já o Cempre (2010a, apud DEMAJOROVIC e LIMA, 2019) estima que a quantidade de catadores gira em torno de 1 milhão. Segundo a Associação Nacional dos Catadores (ANCAT, 2026), 1 milhão são aqueles que compõem o ecossistema de catadores e o ecossistema de cooperativas é composto por 3 mil unidades, sendo 512 as cooperativas associadas à ANCAT. O Atlas Brasileiro da Reciclagem (ANCAT; ORIS; INSTITUTO SUSTENTAR, 2023) afirma que a maioria dos catadores do Brasil ainda atua na informalidade (ruas e lixões) e que não é possível identificar o número total desses trabalhadores devido à falta de dados primários. Em relação a participação desses trabalhadores na coleta de material reciclado, estes são responsáveis por aproximadamente 90% de todo o material reciclado no país (Ipea, 2013). O Atlas Brasileiro de Reciclagem (ANCAT; ORIS; INSTITUTO SUSTENTAR, 2023) traz outro dado que corrobora com essa escala: 90% das embalagens recicladas chegam à indústria graças ao trabalho dos catadores.

Na Argentina, a Federação Argentina de Catadores, Carroceiros e Recicladores (FACCyR) estima que, apenas nos primeiros cinco meses de 2023, cerca de 35 mil novos catadores ingressaram na atividade, elevando o total para 205 mil trabalhadores, um aumento de 20% em relação a dezembro de 2022 (La Nacion, 2023). Esses recuperadores urbanos coletam diariamente cerca de 10.000 toneladas de materiais recicláveis, desempenhando um papel fundamental na gestão de resíduos sólidos urbanos (Argentina Recicla, 2023).

O número de postos de trabalho informais nesta cadeia supera em muito a quantidade de postos formais. ~~De acordo com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (2007), menos de 10% do número total de catadores trabalha de forma organizada em cooperativas e associações no Brasil (apud DEMAJOROVIC e LIMA, 2019).~~ Estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada indicam que apenas cerca de 10% dos catadores estão adequadamente organizados em empreendimentos coletivos (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013 apud IPEA, 2020). Esse percentual encontra respaldo nos dados mais recentes de mapeamento do setor: o Atlas Brasileiro da Reciclagem (ANCAT; ORIS; INSTITUTO SUSTENTAR, 2023), registrou mais de 75 mil catadores cadastrados nas aproximadamente 2.000 cooperativas e associações identificadas no país (ANCAT; ORIS; INSTITUTO SUSTENTAR, 2023), enquanto o Anuário da Reciclagem 2024 aponta cifra semelhante, de cerca de 70 mil trabalhadores vinculados a mais de 3 mil organizações (ANCAT; PRAGMA, 2024). Considerando a estimativa de 800 mil catadores em atividade no Brasil, esses dados convergem para uma taxa de formalização que não ultrapassa 10% do total da categoria. Já na Argentina, um censo realizado em 2019 pela FACCyR revelou que apenas entre 10% e 15% dos catadoras e catadores estão organizados em cooperativas, evidenciando a baixa formalização e organização coletiva dessa categoria no país (SAIDÓN, Mariana, et al, 2022).

Apesar de sua contribuição expressiva para a gestão de resíduos sólidos urbanos e para a reciclagem, a maioria desses trabalhadores opera em condições informais e precárias, com baixos índices de organização em cooperativas e associações. O Anuário da Reciclagem de 2024 (ANCAT; PRAGMA, 2024) reforça a dimensão dessa informalidade ao apontar que 70%

dos materiais recicláveis coletados no país têm origem no trabalho de catadores autônomos, evidenciando que a maior parte da contribuição ambiental e econômica da categoria ocorre à margem de qualquer estrutura organizativa formal. Essa realidade demonstra a necessidade de aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas de trabalho e as formas de organização coletiva dessa categoria, buscando soluções que promovam sua valorização, formalização e melhoria de suas condições de trabalho.

Argentina e Brasil destacam-se como dois dos maiores países da América Latina, tanto em dimensão territorial quanto em importância econômica, política e populacional. Dentro desses territórios, as regiões ~~metropolitanas de~~ da Grande São Paulo (GSP) e Gran Buenos Aires (GBA) se sobressaem como os centros urbanos mais populosos, sendo fundamentais para os processos econômicos, históricos e políticos de seus respectivos países. Além disso, essas metrópoles compartilham uma história marcada pela atuação expressiva de catadoras e catadores de materiais recicláveis, cuja relevância dialoga diretamente com os processos de urbanização desses centros urbanos, moldando parte significativa de suas dinâmicas sociais e ambientais. A análise centrada nesses recortes justifica-se porque a gestão de resíduos, nessas escalas, vai além das barreiras municipais: envolve complexas cadeias logísticas, conflitos territoriais pela instalação de infraestruturas e a necessidade premente de arranjos interfederativos. Ao mesmo tempo, é na GSP e na GBA que a tensão entre a modernização do serviço público e a persistência do trabalho informal dos catadores atinge seu ponto máximo, refletindo, em dimensão amplificada, as contradições socioambientais que marcam a urbanização latino-americana. Entretanto, a opção pelas regiões metropolitanas de São Paulo e de Buenos Aires em suas delimitações formais – tal como institucionalmente reconhecidas pelos respectivos órgãos estatais – mostraria um recorte analítico problemático, na medida em que conduziria a uma amplitude territorial exagerada e pouco operacional para os fins desta pesquisa. Isso porque tais jurisdições oficiais abarcam extensões periféricas que vão muito além da mancha urbana contínua, incorporando municípios excessivamente distantes em localização e em características demográfica e econômicas.

Apesar das similaridades, há diferenças importantes no referencial político-ideológico que orienta a organização e atuação dos catadores e catadoras em cada país. No Brasil, o trabalho dessa categoria se insere no campo da economia solidária, promovida por organizações que têm como base a cooperação e a autogestão. Já na Argentina, a economia popular estrutura as ações dos catadores organizados, enfatizando sua condição de trabalhadores informais e a luta por reconhecimento e direitos.

A coleta de materiais recicláveis nas regiões da Grande São Paulo e Gran Buenos Aires representa um campo de estudo relevante no contexto da infraestrutura e serviços urbanos. A coleta seletiva, por se referenciar diretamente à dinâmica da cidade, revela-se não apenas como um serviço, mas como um processo complexo que se desenvolve nos territórios em diálogo com os processos de formação e transformação destes mesmos territórios. Assim, ter o urbanismo enquanto área de estudo base desta pesquisa promete fomentar um diálogo potente junto às visões da economia política, sociologia e engenharia ambiental.

Embora a abordagem territorial e urbanística seja fundamental para compreender a inserção socioespacial e as dinâmicas operacionais da coleta seletiva, a construção de uma justificativa consistente para a pesquisa exige, igualmente, a quantificação objetiva dos benefícios ambientais gerados por esses sistemas, notadamente no que tange à atuação dos catadores de materiais recicláveis. Para dimensionar essa contribuição, a publicação técnica *Mitigating from the Margins: Waste Picker Impact on Greenhouse Gas Emissions* (WIEGO, 2026) oferece um panorama empírico robusto, fundamentado em dados coletados em mais de 20 localidades ao redor do mundo, que evidencia o papel substancial do setor informal de reciclagem na mitigação das mudanças climáticas.

De acordo com o estudo, o setor de resíduos sólidos foi responsável por cerca de 2,3 bilhões de toneladas de CO_2 equivalente (CO_2eq) em 2019, montante que representa aproximadamente 3,8% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE), sendo mais de 90% desse total decorrente da geração de metano em aterros e lixões. Nesse cenário, a recuperação de mais de 100

milhões de toneladas de resíduos por aproximadamente 10 milhões de catadores em tempo integral evita emissões por três vias principais: o desvio de materiais biodegradáveis da disposição terrestre (reduzindo a geração de metano); a coleta de recicláveis para reciclagem e reúso (deslocando emissões da produção de materiais virgens); e a remoção de materiais que, de outra forma, seriam queimados a céu aberto, prática comum em grande parte do Sul Global (COOK; TALBOTT, 2026).

A aplicação da Calculadora de Gases de Efeito Estufa para Catadores em 20 estudos de caso revelou que a atividade global desses trabalhadores evita entre 0,17 e 0,39 bilhão de toneladas de CO_2eq por ano, o que corresponde a 0,3–0,7% das emissões globais anuais e a 7–17% das emissões geradas pelo setor de resíduos. Em média, cada catador mitiga aproximadamente 44 toneladas de CO_2eq por ano, valor equivalente às emissões anuais de 6,5 pessoas, embora a produtividade individual varie significativamente conforme o modelo operacional adotado (COOK; TALBOTT, 2026).

Os resultados evidenciam que o setor informal de reciclagem tem sido insuficientemente reconhecido por sua contribuição à mitigação das mudanças climáticas, e que a integração dos catadores aos sistemas formais de gestão de resíduos constitui tanto um imperativo de justiça climática quanto uma estratégia eficaz de redução de emissões. Assim, os dados trazidos pela publicação oferecem um aporte empírico essencial para esta dissertação, ao demonstrar que a coleta de materiais recicláveis mediada por catadores não é apenas uma questão de gestão territorial ou infraestrutura urbana, mas uma estratégia concretamente mensurável de combate às mudanças climáticas.

CAPÍTULO 1. COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - AMÉRICA LATINA, ARGENTINA E BRASIL

Partindo-se da concepção de Diniz e Abreu (2018), pode-se compreender a gestão de resíduos sólidos enquanto a sistêmica administração da separação, armazenamento, coleta, transporte, transferência, processamento, tratamento e disposição final dos resíduos. Composta por processos que se dão em diferentes contextos e envolvem distintas variáveis e elementos, é preciso analisar a gestão de resíduos enquanto área que pressupõe um alto nível de complexidade em sua organização e operacionalização.

Segundo Taghipour et al (2015), a gestão de resíduos sólidos é um desafio global, principalmente nos países considerados em desenvolvimento. O crescimento populacional, as mudanças no estilo de vida e o aumento no padrão de consumo resultam na crescente geração de resíduos e subsequente aumento da necessidade de sistemas de gestão e destinação de resíduos sólidos mais amplos e mais bem estruturados. Essa ampliação e estruturação se fazem necessárias a fim de evitar os impactos ambientais, econômicos e à saúde da população gerados em decorrência do manejo inadequado de resíduos sólidos (TAGHIPOUR et al, 2015).

~~Segundo Margallo et al. (2019), a gestão de resíduos sólidos é um importante desafio na América Latina e Caribe (AL&C). A cobertura da coleta de resíduos na região passou de 78% em 2001 para 93,4% da população em 2010, com a maior parte dos países apresentando coberturas superiores a 81% de seus habitantes. (Banco Mundial, 2012). Em relação a frequência do serviço, esse é oferecido diariamente a 52,7% da população, se dá entre 2 e 5 vezes por semana para 45,4% dos habitantes e 1,8% da população recebe o serviço 1 vez por semana. No tocante à composição dos resíduos sólidos gerados na América Latina e Caribe, em média, 54% são resíduos orgânicos úmidos, 16% são papel e papelão, 12% são plástico, 4% são vidro, 2%, metais, e outros e inertes são 12%. (Banco Mundial, 2012)~~

A cobertura da coleta de resíduos sólidos urbanos na América Latina e Caribe apresentou avanços significativos nas últimas décadas. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a cobertura média da coleta na região supera 90%, embora com variações expressivas entre países

e redução sensível nas periferias e áreas rurais (PNUMA, 2017). Dados mais recentes do Banco Mundial confirmam que as áreas urbanas da região alcançam uma cobertura de coleta de aproximadamente 85%, índice relativamente elevado para os padrões globais (BANCO MUNDIAL, 2026). No tocante à frequência do serviço, dados do Banco Mundial apontavam, para o início da década de 2010, que o serviço era oferecido diariamente a 52,7% da população, entre 2 e 5 vezes por semana a 45,4% dos habitantes, e apenas 1 vez por semana para 1,8% da população (BANCO MUNDIAL, 2012), não havendo, até o momento, levantamento regional equivalente e atualizado para esse indicador específico. Em relação à composição dos resíduos sólidos gerados na região, os dados mais recentes indicam que os resíduos orgânicos representam em média 52% do total gerado, parcela superior à média global de 38% (BANCO MUNDIAL, 2026). As frações secas recicláveis compõem o restante, com destaque para papel e papelão (16%), plásticos (12%), vidro (4%) e metais (2%), sendo os demais materiais e inertes responsáveis pelos 12% restantes (BANCO MUNDIAL, 2018).

Dentro do campo de gestão de resíduos, um recorte de análise interessante é o da coleta seletiva de resíduos recicláveis secos. Sendo 48% dos resíduos sólidos gerados na AL&C, esse conjunto de resíduos está diretamente vinculado a um dos principais agregadores de complexidade para a gestão de resíduos sólidos em contexto latino-americano e caribenho. Para Margallo et al. (2019), um dos maiores desafios na gestão de resíduos sólidos na AL&C é a coleta informal e a definição de estratégias para a gestão de resíduos. Em muitas localidades da região, existe uma mistura entre as atividades realizadas por atores formais e informais (MARGALLO et al., 2019), o que torna mais complexa a gestão dos resíduos e a articulação de todos os atores envolvidos.

Em contexto nacional, tem-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos como principal instrumento de referência para a elaboração de políticas públicas no setor. Entre os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos encontra-se o “incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados” (BRASIL, 2010). Para alcançar tal objetivo, medidas relacionadas à coleta dos resíduos sólidos devem ser tomadas tanto pelo poder público municipal, quanto

pelos geradores de resíduos, sendo a coleta seletiva de materiais recicláveis etapa essencial para o processo de reciclagem. Ela é o elo do processo logístico que centraliza os resíduos que se encontram dispersos no território, de modo a permitir sua reinserção na cadeia produtiva. Na prática, é nessa etapa em que se define se os resíduos poderão ser utilizados enquanto matéria-prima ou se serão dispostos de maneira que impeça sua reinserção no ciclo produtivo. Assim, a coleta de materiais recicláveis é parte estratégica no processo de gestão de resíduos sólidos.

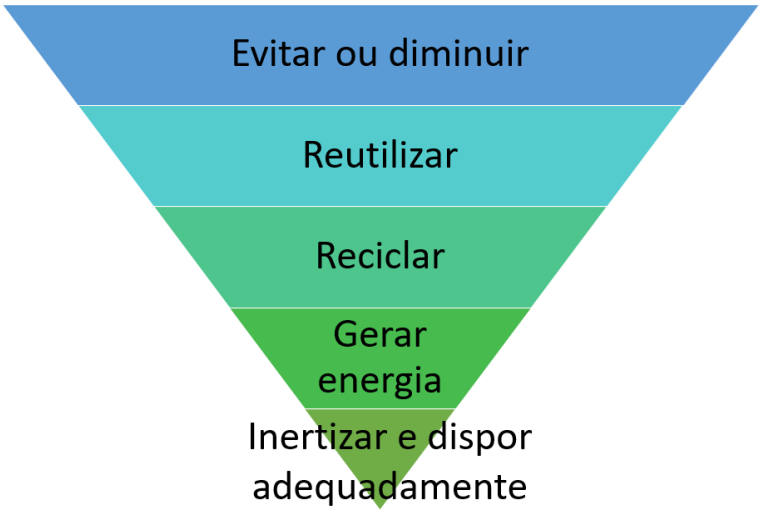
A participação e atuação dos atores informais é de grande relevância para a realização e compreensão da coleta de materiais recicláveis em contexto latino-americano e caribenho. Em muitas cidades de países em desenvolvimento, a atuação dos atores informais constitui a maior fonte de fornecimento de materiais recicláveis para a indústria, chegando a atingir níveis significativos de reciclagem (PERRUPATO-STAHL, 2016). Assim, para compreender e analisar a coleta seletiva no contexto dos países latino-americanos e caribenhos, se faz necessário um olhar sobre a atuação dos trabalhadores que atuam no processo, analisando com a devida profundidade a participação dos atores informais.

Tais trabalhadoras e trabalhadores possuem nome e identidade, sendo atores sociais presentes e ativos na dinâmica das cidades da AL&C. São esses os catadores e catadoras de materiais recicláveis, que atuam tanto individualmente, quanto organizados em associações e cooperativas, inclusive como estratégia de superação da informalidade e busca de maior reconhecimento perante a sociedade.

Para compreender como esses atores sociais participam do processo de coleta seletiva e como se relacionam com os demais participantes, esta pesquisa se propõe um olhar voltado às experiências contidas nas regiões da Grande São Paulo e Gran Buenos Aires. Sendo duas das maiores metrópoles latino-americanas, a atuação de catadores e suas organizações já possui um rico histórico de atuação nesses territórios, ao passo que são duas grandes cidades de referência para a compreensão dos desafios relacionados aos serviços e infraestrutura urbana na AL&C.

Demajorovic e Lima (2019) defendem que o foco em métodos tradicionais, que privilegiem a disposição final dos resíduos, assim como a incineração ou disposição em aterros sanitários, não consideram a necessidade de adoção de práticas e comportamentos que visem a diminuição da geração de resíduos. Essa percepção, somada a crescente valorização da temática ambiental entre diversos atores sociais, resultaram no estabelecimento de novas prioridades para a gestão de resíduos, expressa na Figura 1.

Figura 1- Hierarquia na gestão de resíduos sólidos



Fonte: Adapatado por Demajorovic e Lima (2019) a partir de de Vogel (1993)

Essa priorização passa a privilegiar métodos de manejo e gerenciamento de resíduos que atuem na redução do volume de resíduos gerados e na reinserção desses no ciclo produto através de sua reutilização ou reciclagem. Segundo Demajorovic e Lima (2019), tais mudanças exigem transformações estruturais na produção, consumo e gerenciamento dos resíduos, envolvendo muitos dos atores participantes de todo o ciclo de vida dos produtos e materiais.

Para Cavé (2012), tentar replicar soluções e tecnologias de gestão de resíduos sólidos desenvolvidos para países do norte global no contexto de cidades em regiões em desenvolvimento leva a projetos falhos e “elefantes brancos”. Assim, se faz necessário um olhar voltado ao contexto da AL&C, trabalhando com suas particularidades territoriais, econômicas, políticas e culturais. Mais especificamente, é preciso se debruçar sobre as características dos casos paulistano e portenho para compreender suas dinâmicas de modo satisfatório.

Dos métodos de gerenciamentos de resíduos que refletem a priorização da pirâmide, os autores colocam que a coleta seletiva e a reciclagem têm obtido os resultados mais visíveis e difundidos na maioria dos países, passando por uma grande expansão. A reciclagem consiste na transformação física e físico-química dos resíduos sólidos em materiais que possam ser utilizados enquanto matéria -prima, sendo reinseridos no ciclo produtivo. Para que os resíduos possam passar por esse processo, primeiro precisam ser separados nos locais em que são gerados, de modo que possam ser recolhidos no processo de coleta de materiais recicláveis. ~~Segundo o Cempre (2010), nos municípios brasileiros que contam com coleta seletiva, esta é encontrada em diferentes modelos, sendo esses a coleta porta a porta, os postos de entrega voluntária (PEVs) e a coleta feita por cooperativas.~~

De acordo com o Atlas Brasileiro da Reciclagem (ANCAT; ORIS; INSTITUTO SUSTENTAR, 2023), a coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos no Brasil ainda apresenta baixa cobertura e diferentes modalidades de operação. Dados da pesquisa Ciclosoft (CEMPRE, 2023 apud ANCAT; ORIS; INSTITUTO SUSTENTAR, 2023), compilados pelo Atlas, indicam que apenas 21,7% dos municípios brasileiros oferecem serviços de coleta seletiva porta-a-porta para pelo menos 50% de seus moradores, o que implica que somente 35,9% da população brasileira é efetivamente atendida por esse tipo de serviço, resultando em apenas 3,7% do total de RSU coletado seletivamente em relação ao volume gerado (ANCAT; ORIS; INSTITUTO SUSTENTAR, 2023).

Além disso, o Atlas revela que, entre as cidades com coleta seletiva, o serviço é majoritariamente realizado por associações e cooperativas de catadores – presentes em 77,9% dos municípios analisados –, mas apenas 51% dessas organizações são efetivamente contratadas como prestadoras de serviço, atuando muitas vezes por meio de coleta porta-a-porta, postos de entrega voluntária (PEVs) ou outras modalidades de organização, como a coleta realizada diretamente por cooperativas (ANCAT; ORIS; INSTITUTO SUSTENTAR, 2023).

Um dos motivos para a expansão do processo de coleta seletiva seria o crescimento dos atores interessados em atuar nesse processo, tanto os interessados em elaborar negócios estruturados envolvendo grandes

investimentos, quanto aqueles que enxergam na catação de materiais recicláveis uma forma de sobreviver (DEMAJOROVIC e LIMA, 2019). Para Margallo et al. (2019), um dos maiores desafios na gestão de resíduos sólidos na AL&C é a presença da informalidade na coleta seletiva, o que gera uma diversidade de atores envolvidos e subsequente complexificação na definição de estratégias para a gestão de resíduos. Em muitas localidades da região, existe uma mistura entre as atividades realizadas por atores formais e informais (MARGALLO et al., 2019), o que torna mais complexo organizar a gestão dos resíduos e articular todos os atores envolvidos.

Bosi (2008) traça um histórico do surgimento dos catadores como força de trabalho numericamente expressiva no Brasil a partir da década de 1980. Diferentemente das décadas anteriores, quando os trabalhadores autônomos atuavam de forma complementar ao capitalismo, os catadores emergiram como uma força de trabalho necessária e estruturante para o setor de reciclagem, passando por um crescimento de 240% entre 1999 e 2005. ~~Estima-se que, em 2005, o Brasil contava com mais de 1 milhão de catadores, um crescimento de 240% em relação a 1999~~O autor destaca que a reciclagem no Brasil só se viabilizou em larga escala graças ao baixo custo do trabalho dos catadores, que realizam a coleta e a separação dos materiais. Embora tecnologias para a reciclagem já estivessem disponíveis desde a década de 1970, foi a existência de uma massa de trabalhadores desocupados – convertida em catadores – que tornou lucrativo o negócio, dispensando investimentos em coleta seletiva mecanizada. Assim, a expansão do setor de reciclados no país esteve diretamente condicionada à formação de uma superpopulação relativa de trabalhadores disponíveis para essa ocupação precária (Bosi, 2008).

Na Argentina e Brasil, as organizações de trabalhadores e trabalhadoras que atuam na coleta seletiva se enquadram nos campos da economia popular e da economia solidária, respectivamente. Segundo Singer (2011), a economia solidária é caracterizada pela produção, distribuição e consumo organizados, de modo que os empreendimentos sejam propriedade coletiva daqueles que nele trabalham, tendo a autogestão, a autonomia, a democracia e a solidariedade enquanto valores intrínsecos à sua estrutura. Já a economia popular é compreendida enquanto os processos econômicos imersos na

cultura popular, sendo a economia dos excluídos, baseada em modos de trabalho acessíveis e desprotegidos (GRABOIS; PÉRSICO, 2014). Essas duas visões político-ideológicas são essenciais para caracterizar as organizações de trabalhadores do setor da coleta seletiva, em relação a sua estrutura de organização interna e como se inserem no contexto econômico, social e político.

Em relação à participação e atuação dos trabalhadores informais, esses compõem um grupo de grande relevância para a compreensão e realização da coleta seletiva em contexto latino-americano e caribenho, com registros de coleta informal desde a segunda metade do século XIX na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) (SCHAMBER, Pablo; SUÁREZ, Francisco, 2007) e no início do século XX na Cidade de São Paulo (BAEDER, 2009; apud DEMAJOROVIC e LIMA, 2019). Em muitas cidades de países em desenvolvimento, a atuação dos trabalhadores informais constitui a maior fonte de fornecimento de materiais recicláveis para a indústria, chegando a atingir níveis significativos de reciclagem (PERRUPATO-STAHL, 2016). Assim, para compreender e analisar a coleta seletiva se faz necessário um olhar sobre a atuação dos trabalhadores e organizações que atuam no processo, analisando com a devida profundidade a participação institucional e política dos trabalhadores.

1.1 *Cartoneras* e *Cartoneros* na Área Metropolitana de Buenos Aires

Bonelli (2018) aborda como as cooperativas de *cartoneros* (como são chamados os catadores na Argentina) possuem uma atuação de destaque na cidade de Buenos Aires. A autora analisa a correlação entre a crise econômica argentina dos primeiros anos do século XXI com o aumento na formação de experiências associativas, dentre elas as cooperativas de cartoneros, enquanto resposta ao contexto de altos níveis de desemprego (20%) e pobreza (50%). Esse é um exemplo do porquê é necessário um olhar voltado às complexidades que incidem sobre o processo de coleta seletiva para além da gestão de resíduos sólidos em si.

Schamber e Suárez (2007), em seu artigo “Cartoneros de Buenos Aires. Uma mirada general sobre su situación”, constroem uma síntese do processo histórico da gestão de resíduos na Área Metropolitana de Buenos Aires e como as catadoras e catadores surgiram e atuaram no decorrer dos séculos. Suas contribuições estão sintetizadas nos próximos parágrafos.

No período colonial e ao longo do século XIX, a gestão de resíduos em Buenos Aires era marcada pelo descarte desorganizado, com materiais sendo jogados em terrenos baldios ou nos fundos das residências. No entanto, grandes epidemias, como as de cólera (1867) e febre amarela (1871), impulsionaram mudanças, levando à centralização do descarte em áreas periféricas, como a região conhecida como "La Quema". Paralelamente, surgiram as primeiras tentativas de valorização dos resíduos, transformando-os em mercadorias vendáveis, o que deu origem aos "rebuscadores de resíduos", considerados os precursores dos atuais catadores. A prática de busca de materiais nesses locais levaram à formação de bairros marginais próximos às áreas de descarte, onde a reciclagem informal prosperou com destaque para o trabalho dos chamados "cirujas" (cirurgiões do lixo). Contudo, a atividade enfrentou oposição das autoridades devido a conflitos econômicos com empresas concessionárias, o que contribuiu para a marginalização desses trabalhadores e trabalhadoras. No século XX, a modernização da gestão de resíduos em Buenos Aires foi marcada pela implementação da incineração em usinas como solução principal, assim excluindo práticas de recuperação de materiais. Os autores ressaltam que desde as primeiras etapas da gestão pública de resíduos em Buenos Aires, ficaram evidentes algumas lógicas que seriam posteriormente fortalecidas: destinar os resíduos às áreas periféricas da urbanização, promover mudanças na gestão em resposta a crises socio-sanitárias e excluir aqueles que viviam da recuperação de resíduos.

Mesmo com a implantação de incineradores, posteriormente ocorreu a expansão de lixões e "*basurales*" nas periferias urbanas devido ao crescimento populacional, com a ocupação de moradias nas áreas próximas e esses locais, seguindo uma lógica similar a de períodos anteriores. Nesse período, políticas de erradicação de favelas, conhecidas como "*villas de emergencia*", reforçou a marginalização social e ambiental dessas áreas. Em 1977, a criação do

Coordinación Ecológica Área Metropolitana Sociedad del Estado (CEAMSE) formalizou a gestão de resíduos em aterros sanitários e proibiu oficialmente o "cirujeo" (atividade de catação de materiais), restringindo ainda mais a atividade dos catadores. Entretanto, as décadas de 1990 e 2000 trouxeram novas dinâmicas: crises econômicas, desindustrialização e aumento do desemprego levaram ao retorno massivo dos catadores, agora reconhecidos como "cartoneros".

O início do século XXI foi um marco no reconhecimento e organização dos catadores em Buenos Aires. A crise de 2001, que elevou os preços de materiais recicláveis, impulsionou a atividade, consolidando os cartoneros como trabalhadores essenciais, embora ainda marginalizados no cenário urbano. Mobilizações sociais e debates públicos trouxeram à tona a importância dos cartoneros, resultando em iniciativas como o "Tren Blanco", que oferecia transporte exclusivo para os catadores e seus materiais recicláveis. Nesse período, surgiram cooperativas e organizações que desempenharam um papel crucial na inclusão socioeconômica desses trabalhadores. Em 2002, a Lei 992 integrou oficialmente os cartoneros ao sistema de gestão de resíduos, acompanhada da criação do Programa de Recuperadores Urbanos e Reciclado de Resíduos (PRU), que registrou mais de 9.000 catadores até 2004. No plano econômico, a atividade dos cartoneros se consolidou com a recuperação de materiais como papel e metais para venda em depósitos na Área Metropolitana de Buenos Aires, utilizando trens, caminhões e meios próprios para o transporte. Após a crise de 2001, a sociedade passou a enxergar os cartoneros com mais solidariedade, levando ao surgimento de ações de apoio, como comedores comunitários e serviços em praças públicas, que transformaram a percepção social sobre esses trabalhadores, reconhecendo-os como agentes essenciais da economia circular e da sustentabilidade urbana.

A cidade de Buenos Aires (CABA) dispõe de um dos sistemas de registro de recuperadores urbanos mais estruturados da América Latina, resultante do marco legal inaugurado pela Lei nº 992/02, que formalizou a atividade cartoneira e integrou as cooperativas ao serviço público de higiene urbana. Segundo dados oficiais do Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, o sistema formal conta com 5.112 recuperadores urbanos distribuídos em 12

cooperativas, responsáveis pela coleta seletiva em todo o território da cidade por meio de 16 Centros Verdes (GCBA, s.d.). Dado mais recente, de 2024, aponta para 6.500 recuperadores integrados ao sistema formal, dos quais aproximadamente 3.000 residiam no conurbano bonaerense e se deslocavam diariamente para trabalhar na capital (BAIGUERA apud CHEQUEADO, 2024). No entanto, a despeito da relativa robustez desse sistema de registro, pesquisadores e cooperativistas estimam que o número total de recuperadores atuando na cidade — incluindo aqueles fora das estruturas formais — ronde os 10.000 trabalhadores, o que significa que os recuperadores formalizados representariam, na melhor das hipóteses, cerca de metade do universo real (SORROCHE et al., 2022). Para o Gran Buenos Aires, que compreende os municípios do conurbano bonaerense, não existe mapeamento oficial equivalente ao da CABA, sendo a ausência de dados integrados para a região metropolitana uma lacuna reconhecida na literatura especializada. A subnotificação é, portanto, uma característica estrutural do campo no contexto argentino, ainda que em grau distinto do verificado também no caso brasileiro.

1.2 Catadoras e Catadores no Centro de São Paulo

Costa (2007), em seu artigo "*Margenes em el centro. Calle, catación y basura em el centro de São Paulo*", realiza uma profunda análise sobre a relação entre o centro da cidade de São Paulo e as catadoras e catadores de materiais recicláveis. Os próximos parágrafos trazem os pontos principais da análise para essa pesquisa.

As fronteiras socioespaciais de São Paulo passaram por mudanças significativas, desafiando as interpretações tradicionais que associavam o centro à legalidade, segurança e infraestrutura, enquanto a periferia era vista como espaço de ilegalidade e violência. Até os anos 1980, os estudos sobre pobreza urbana focavam nas periferias, mas hoje essas fronteiras se tornaram mais complexas e problemáticas. O centro da cidade emerge como um espaço de disputa entre interesses privados, públicos e sociais, sendo palco de lutas por moradia, trabalho e direito ao uso do espaço público. Nesse cenário, grandes grupos empresariais impulsionam a valorização imobiliária, enquanto

populações de baixa renda enfrentam marginalização e discriminação. O poder municipal, por sua vez, promove estratégias de renovação urbana, como restauração e requalificação, frequentemente hostis aos setores populares que dependem dos espaços públicos centrais.

Nesse contexto, o desemprego e a precarização das condições de vida têm levado ao aumento da população em situação de rua. Os catadores, parte essencial desse grupo, utilizam carros de mão como transporte e abrigo noturno, atuando no centro, que concentra a maior geração de resíduos sólidos da cidade. Apesar de serem vistos como “figuras que sujam”, os catadores desempenham um papel crucial como agentes de limpeza urbana, retirando grande parte dos resíduos, embora não sejam remunerados. Além disso, a dinâmica de rua revela identidades fluidas e negociadas, entrelaçando categorias como catadores, pessoas sem teto e desempregados. A marginalização e os processos de requalificação urbana buscam criar um centro “limpo e atrativo”, mas frequentemente ignoram a contribuição indispensável dos catadores para o funcionamento do espaço público.

Compreender a atividade dos catadores e catadoras no centro de São Paulo requer uma análise cuidadosa da dinâmica da vida nas ruas e das relações estabelecidas entre seus habitantes. A fronteira entre estar em situação de rua e a prática da catação está no caráter desta última, que se configura como uma atividade social inserida no espaço público. A catação conecta-se a outros elementos e atores presentes nesse ambiente urbano, formando uma rede de interações que só pode ser entendida quando analisada à luz dessas relações no contexto metropolitano.

~~Os catadores desempenham um papel essencial no processo de reciclagem no Brasil, com uma estimativa de 800 mil a 1 milhão de trabalhadores em todo o país, sendo São Paulo o município com maior concentração. Cada catador em cooperativas consegue movimentar até 3 toneladas de materiais recicláveis por mês, contribuindo significativamente para a redução de resíduos destinados aos aterros sanitários.~~

No centro de São Paulo, cooperativas como Coopamare, Coorpel e Recifran surgiram de iniciativas voltadas para o apoio a pessoas em situação de rua, destacando-se como modelos de organização coletiva. Fundada em 1989, a

Coopamare foi a primeira cooperativa do tipo no Brasil, tornando-se referência nacional. A Coorpel, criada em 1998, contou com o apoio do Centro Gaspar García e de ONGs internacionais, enquanto a Recifran, mantida por religiosos franciscanos, é uma iniciativa mais recente.

Apesar de sua importância, os catadores enfrentam inúmeros desafios, especialmente os autônomos, que são mais vulneráveis devido à concorrência com empresas e à redução de resíduos disponíveis nas ruas. Muitos escolhem a autonomia, atraídos pela flexibilidade de horários e o pagamento imediato, embora essa escolha implique maior instabilidade. As cooperativas oferecem benefícios que vão além da renda, fortalecendo a organização pessoal e coletiva dos catadores e possibilitando a agregação de valor aos materiais recicláveis. Além disso, a articulação em rede proporciona maior reconhecimento social e econômico para esses trabalhadores.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), fundado em 2001, é um marco na luta pela organização e valorização dessa categoria. Baseado nos princípios da economia solidária, o MNCR promove a gestão integrada de resíduos, o combate à privatização do setor e a busca por reconhecimento profissional dos catadores. Entre as conquistas do MNCR, destacam-se o reconhecimento oficial da profissão pelo Ministério do Trabalho em 2002 e um projeto federal em 2004 que articulou e formou tecnicamente catadores de todo o país. Esses avanços reforçam a importância do movimento e das cooperativas na promoção de uma gestão sustentável de resíduos e na melhoria das condições de vida dos catadores e catadoras.

Segundo Magni e Gunther (2014) o modelo de cooperativas de catadores característico da Região Metropolitana de São Paulo, muito marcada pela parceria com as prefeituras municipais, se disseminou como modelo para todo o país a partir de 1990. Esse vínculo entre poder público municipal e cooperativas de catadores também é reforçado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. A Prefeitura Municipal mantém vínculo formal com 25 cooperativas de catadores que atuam na coleta seletiva (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2021). Segundo Sant'Anna e Metello (2016) a formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em 2001, sediado no município de São Paulo, contribuiu para que a visão dos catadores

fosse incluída enquanto referencial na elaboração de políticas públicas em âmbito nacional, o que contribuiu para a valorização da gestão de resíduos sólidos sob uma perspectiva integrada, considerando os desafios ambientais, econômicos e sociais (SANT'ANNA; METELLO, 2016).

A quantificação dos catadores de materiais recicláveis no município de São Paulo e em sua região metropolitana esbarra em limitações estruturais que comprometem a precisão dos dados disponíveis, configurando um quadro de expressiva subnotificação. No âmbito do sistema formal de coleta seletiva municipal, a Prefeitura de São Paulo registrava, em 2020, aproximadamente 900 famílias associadas às 25 cooperativas habilitadas no Programa Socioambiental de coleta seletiva, além de 1.400 catadores autônomos identificados pelo poder público (PREFEITURA DE SÃO PAULO/AMLURB, 2020). Dados do Anuário da Reciclagem 2021 indicam que o estado de São Paulo concentra o maior número de catadores vinculados a cooperativas entre as unidades da federação, com 2.254 trabalhadores registrados em organizações que responderam à pesquisa — número que, por se tratar de amostragem, subestima o universo real (ANCAT; PRAGMA, 2021). A Pesquisa Cataki 2022, por sua vez, identificou 1.767 catadores autônomos cadastrados voluntariamente na plataforma digital na cidade de São Paulo, contingente que coleta mensalmente o equivalente a 1,6 vezes o volume obtido pela coleta seletiva municipal oficial — dado que, embora revelador da magnitude da contribuição informal, representa apenas uma fração dos trabalhadores autônomos efetivamente atuantes (PIMP MY CARROÇA, 2022). Para a Região Metropolitana de São Paulo como um todo, não existe estimativa oficial ou acadêmica consolidada que abranja o conjunto dos catadores formalizados e informais, lacuna que evidencia a invisibilidade estrutural dessa categoria nos sistemas de registro e monitoramento públicos.

1.3 Concepções sobre a cadeia produtiva da reciclagem pós-consumo

Assim, tem-se o ponto de partida no esquema gráfico proposto por Demajorovic para a análise realizada por Aquino et al (2009) para a cadeia de reciclagem pós-consumo, expressa na Figura 2.

Figura 2 - Cadeia de reciclagem pós-consumo



Fonte: Elaborado por Demajorovic e Lima (2019) a partir de Aquino et al., 2009

Na base da pirâmide estão os catadores, que são os responsáveis pela coleta seletiva de materiais recicláveis. A coleta é realizada de modo que, sem a atuação desses trabalhadores, a cadeia de reciclagem não teria seu insumo básico para operar. Ou seja, a coleta de materiais recicláveis realizada pelos catadores é etapa essencial para a existência da cadeia produtiva da reciclagem pós-consumo, uma vez que constitui o elo do processo logístico que recolhe os resíduos que se encontram dispersos no território, permitindo sua reinserção na cadeia produtiva. Na prática, é nessa etapa em que se define se os resíduos poderão ser utilizados enquanto matéria-prima ou se serão dispostos de maneira que impeça sua reinserção no ciclo produtivo.

No segundo, terceiro e quarto nível estão os atores que Demajorovic e Lima (2019) definem como de nível intermediário, sendo aqueles que realizam as atividades iniciais para acondicionamento dos resíduos coletados: triagem, prensagem, trituração, armazenamento e transporte. Assim, estão colocadas juntas as cooperativas e pequenos sucateiros pelo contato direto que esses têm com os catadores e por venderem os materiais para outros intermediários na maioria dos casos, frequentemente atuando na informalidade. Nos terceiro e quarto níveis estão atores que possuem papel similar na cadeia produtiva, diferenciando-se apenas por sua capacidade de processamento e estocagem, assim como pelo fato dos grandes sucateiros e aparatistas comercializarem

apenas e diretamente com a indústria recicladora, que está localizada no topo da pirâmide. Essas, no topo da pirâmide, realizam o processo de transformação dos materiais e os comercializam enquanto matéria-prima com outras indústrias.

O esquema gráfico proposto auxilia na compreensão sobre o perfil dos atores que compõem a cadeia produtiva da reciclagem. Porém, se faz necessário ressaltar que a posição das cooperativas de catadores junto aos pequenos sucateiros na pirâmide, apesar de se balizar pela atuação no armazenamento e triagem de primeiro nível dos materiais coletados, assim como pela condição de provável informalidade, se mostra profundamente incorreta quando analisada considerando o papel que esses dois tipos de atores têm na coleta seletiva, na comercialização dos materiais e na exploração do trabalho.

As cooperativas e associações de catadores atuam diretamente na coleta dos materiais, assim como os catadores autônomos. Inclusive, essas são tidas enquanto estratégia de superação da informalidade, busca por reconhecimento social e aumento da capacidade organizativa e produtiva dos catadores. A organização em cooperativas e associações permite aos catadores a negociação com os intermediários localizados no terceiro e quarto nível da pirâmide e até mesmo diretamente com as indústrias recicladoras. Já os pequenos sucateiros são aqueles que atuam explorando diretamente os catadores autônomos, pois atuam de maneira informal e pagam valores muito abaixo dos valores de mercado pelos materiais recolhidos (DEMAJOROVIC e LIMA, 2019). Isso ocorre uma vez que os catadores autônomos possuem pouco poder de negociação, pois recolhem pequenas quantidades de material e não contam com local para armazenamento. Assim, a diferença entre essas duas categorias de atores é muito relevante para a compreensão da cadeia em questão, uma vez que atuam de modo muito distinto em relação à exploração do trabalho e à função produtiva.

Os autores defendem que a forma que a cadeia produtiva de reciclagem pós-consumo se estrutura “contribui para a distribuição desigual do valor gerado na atividade, impactando especialmente os catadores e suas cooperativas” (DEMAJOROVIC e LIMA, 2019). Porém, essa interpretação gera a percepção de que a desigualdade de valor seria uma consequência do modo que se

estrutura a cadeia, sendo que, na realidade, tal desigualdade e exploração são estruturantes para a operação atual da cadeia de reciclagem pós-consumo. ~~Uma evidência é expressa por Grimberg, Tuszel & Goldfarb (2004) (apud DEMAJOROVIC e LIMA, 2019), que colocam que os intermediários (pequenos, médios e grandes sucateiros) conseguem obter uma margem de 100% do valor pago ao realizarem a venda do material que armazenam, tendo seu modelo de negócio estruturado a partir da exploração daqueles que realizam a coleta dos materiais: catadores e suas cooperativas e associações.~~ A estrutura da cadeia produtiva da reciclagem posiciona os catadores em seu elo mais vulnerável, submetendo-os sistematicamente à exploração pelos intermediários — pequenos, médios e grandes sucateiros e atravessadores —, cujo modelo de negócio se estrutura a partir da apropriação de parcela expressiva do valor gerado pelo trabalho de coleta e triagem. Grimberg, Tuszel e Goldfarb (2004 *apud* DEMAJOROVIC; LIMA, 2019) evidenciaram que esses intermediários chegam a obter margem de 100% sobre o valor pago ao catador no momento em que realizam a revenda do material armazenado. Essa dinâmica de exploração é corroborada pela literatura especializada mais recente: os intermediários, ao disporem de infraestrutura como galpões e prensas que os catadores geralmente não possuem, agregam valor ao material e o revendem a preços significativamente superiores ao valor pago na aquisição, de modo que os aparistas chegam a comercializá-los com as grandes indústrias por valores até dez vezes superiores ao que pagaram aos atravessadores (MAGERA, 2003 *apud* LIMA; COSTA, 2014). A literatura mais recente confirma que os atravessadores "ficam com a quase totalidade dos lucros, sendo que o trabalho principal fica por conta dos catadores" (ENTREVISTADO 7 *apud* OLIVEIRA et al., 2022), configurando uma estrutura oligopsônica em que o grande número de vendedores — catadores avulsos e cooperativas — se vê submetido a um número reduzido de compradores com amplo poder de fixação de preços (LIMA; COSTA, 2014).

Esta exploração se dá pela manipulação e oferecimento de preços baixos pelos sucateiros aos materiais coletados, principalmente para o caso dos catadores autônomos. Tal situação se enquadra na abordagem de Singer (1998, p. 90), que afirma que o preço da força de trabalho de pouca qualificação é muito

baixo devido a seu grande número, mas também pelo baixo nível de organização, o que diminui a força de negociação dos trabalhadores no mercado de trabalho. O autor coloca que as técnicas utilizadas no trabalho são pouco avançadas nos ramos em que a mão de obra de pouca qualificação é utilizada em grandes proporções, em geral, quando se tem uma pequena escala de produção, com reduzida concentração de capital e com um mercado competitivo. Catadores, autônomos e associados, se veem inseridos em um mercado que se assemelha muito à descrição feita pelo autor.

Em diálogo com as definições de Demajorovic e Lima apresentadas acima, a conceitualização também sobre a cadeia da reciclagem elaborada por Schamber e Suárez (2007), com base no caso da AMBA, auxilia a encorpar a análise que se segue. Segundo os autores, a cadeia de recuperação de resíduos conecta três atores principais: *recolectores* (catadores), *depositeros* (depósitos) e industriais. Esse processo apresenta fenômenos paradoxais, como o fato de materiais recuperados em condições informais e precárias passarem por depósitos e chegarem à indústria formal, e a cadeia informal conseguir reciclar uma parcela significativa dos resíduos gerados. Contudo, essa cadeia não é totalmente informal, pois grandes grupos econômicos desempenham um papel crucial no final do processo. Os preços dos materiais determinam a rentabilidade mínima para que a atividade seja produtiva, sendo a recuperação inicialmente uma estratégia de sobrevivência para os catadores, enquanto sustenta a reprodução econômica dos depósitos e indústrias. Assim, a cadeia de recuperação não só responde à lógica de sobrevivência, mas também promove a lógica de acumulação de capital.

Ainda segundo Schamber e Suárez (2007), a cadeia em questão se caracteriza por uma divisão de tarefas altamente especializada, que inclui as etapas de coleta, classificação, acúmulo, compactação e produção, cada uma desempenhada por atores distintos com papéis específicos.

Na etapa inicial, os catadores realizam a coleta de resíduos em vias públicas ou por meio de "clientes", como moradores e comerciantes, sendo a formação de uma rede de clientes essencial para garantir a continuidade da atividade. Essas redes e rotas de coleta são influenciadas por fatores externos, como jurisdições policiais, distâncias percorridas e os meios de transporte

disponíveis. Estratégias variadas incluem o uso de carros de mão, carroças e outros veículos, que condicionam tanto a capacidade de carga quanto os tipos de materiais que podem ser coletados.

Os *depositeros* desempenham um papel essencial na cadeia de recuperação de resíduos, sendo responsáveis pela compra, classificação, armazenamento e abastecimento de materiais para a indústria. Essa categoria apresenta uma estratificação, com depósitos menores, no nível básico, que operam sem especialização ou processos avançados, enquanto os níveis intermediário e superior são compostos por depósitos maiores, especializados em materiais específicos e equipados com maquinários e transporte próprios. Os depósitos de maior porte atuam como uma ponte entre a informalidade e a formalidade, possuindo certificações que os qualificam para operar diretamente com a indústria. As relações com os catadores variam conforme o porte do depósito: os menores se baseiam em laços de confiança e lealdade, enquanto os maiores tendem a reduzir o contato direto, priorizando fornecedores de maior escala.

A indústria ocupa a etapa final da cadeia de recuperação de resíduos, onde os materiais reciclados são transformados em matérias-primas utilizadas na produção de novos produtos. Esse setor desempenha um papel central ao definir os preços e os prazos de pagamento, impactando diretamente a dinâmica econômica dos depósitos e a viabilidade financeira de toda a cadeia. A concentração econômica é um aspecto marcante, com exemplos de monopólios em setores específicos, como vidro, papel e alumínio. Além disso, algumas indústrias optam por desenvolver seus próprios depósitos, com o objetivo de captar materiais diretamente e centralizar o controle sobre o abastecimento de suas operações. A integração vertical é uma estratégia adotada por algumas empresas para fortalecer o controle sobre a cadeia de recuperação de resíduos. Depósitos maiores financiam depósitos menores em regiões estratégicas, ampliando sua rede de fornecimento e, paralelamente, indústrias desenvolvem depósitos próprios, permitindo-lhes centralizar operações e expandir o domínio sobre a coleta e o abastecimento de materiais recicláveis.

CAPÍTULO 2. CATADORAS E CATADORES – TRABALHO E INFORMALIDADE

2.1 Caracterização geral da atividade de catação

Neste capítulo, busca-se realizar uma análise aprofundada sobre o trabalho desempenhado por catadoras e catadores, considerando suas condições e os diferentes regimes de trabalho a que estão submetidos. A abordagem dialogará diretamente com conceitos fundamentais como trabalho, precarização, exploração e informalidade, examinando como essas categorias teóricas se materializam nas práticas cotidianas dessa população. O capítulo se propõe a avançar na compreensão dessas dinâmicas, promovendo um aprofundamento das categorias conceituais de forma a iluminar as especificidades e os desafios enfrentados por esses trabalhadores e trabalhadoras.

Para a caracterização do trabalho das catadoras e catadores, toma-se como base para o conteúdo deste capítulo o estudo realizado por Mariana Saidón, Santiago Sorroche, Sabina Dimarco e Pablo Schamber, intitulado "*Heterogeneidad de la recuperación de residuos en municipios del Área Metropolitana de Buenos Aires. Reflexiones para la promoción de políticas inclusivas*". Apesar do estudo ter se baseado no contexto de Buenos Aires, ele levanta diversos elementos válidos também para a experiência da cidade de São Paulo. Nesta seção de número 2.1, a despeito dos trechos em que são citados outros autores, as informações baseiam-se na pesquisa aqui especificada.

Apesar das mudanças que a atividade de catação de resíduos sofreu devido a diferentes conjunturas políticas e econômicas ao longo do tempo, Saidón et al (2022) coloca que algumas características específicas permanecem inalteradas. A atividade apresenta um acesso facilitado, demandando um investimento inicial extremamente baixo – muitas vezes limitado à posse de um saco ou de um carrinho. As tarefas básicas não exigem alta qualificação, já que o conhecimento sobre o valor comercial e o manejo eficiente dos materiais é adquirido diretamente na prática cotidiana. Essas condições tornam a recuperação de resíduos uma alternativa viável e acessível para indivíduos

que, de maneira temporária ou permanente, não dispõem de outra fonte de renda.

Os recuperadores utilizam diversas ferramentas de transporte para carregar e movimentar os materiais coletados, como carros manuais de diferentes tipos, carros a cavalo, bicicletas adaptadas e veículos motorizados de variados tamanhos. Além disso, é comum a combinação de carros manuais com caminhões, nos quais os materiais são descarregados após percursos feitos a pé. O meio de transporte escolhido tem um impacto direto sobre o trabalho, influenciando o modo como as atividades são realizadas, a quantidade de horas necessárias para garantir um rendimento mínimo e o esforço físico demandado. O tipo de transporte utilizado afeta a extensão territorial que os recuperadores conseguem cobrir, ampliando ou limitando o alcance a territórios mais distantes, onde frequentemente se encontram materiais em maior quantidade ou de melhor qualidade.

A atratividade econômica da atividade de recuperação de resíduos está diretamente condicionada às flutuações das condições macroeconômicas e às circunstâncias internacionais, especialmente no que diz respeito aos preços de venda dos materiais coletados. O aumento da demanda industrial por determinados materiais recicláveis e a elevação de sua rentabilidade tornam essa atividade mais vantajosa, elevando o interesse pelo trabalho na área. Nesse contexto, a atividade das catadoras e catadores se desenvolve na interseção de três fatores principais: as necessidades econômicas e de emprego, a facilidade de acesso à atividade e a rentabilidade variável dos materiais recuperados, que depende de sua valorização no mercado.

Um aspecto fundamental que diferencia o trabalho de catação é a forma como ele é organizado: realizado de forma autônoma, por conta própria, ou estruturado em grupos, como nas cooperativas e outras organizações. Essa distinção impacta diretamente as condições de trabalho, os níveis de autonomia, as oportunidades de acesso a benefícios e a capacidade de atuação coletiva, configurando dinâmicas distintas dentro da atividade de recuperação de resíduos.

Os trabalhadores que atuam na recuperação de resíduos por conta própria apresentam perfis distintos. Entre os iniciantes, predominam aqueles com

pouco tempo na atividade, que geralmente possuem vínculos limitados com outros colegas. Há aqueles que ingressam de forma recente e transitória, sem intenção de permanência ou vínculo com organizações. Os trabalhadores com longa trajetória, tendem a preferir a autonomia, valorizando sua experiência individual e manifestando desconfiança em relação ao trabalho em grupo e às organizações. Para esses, a autonomia é uma vantagem, pois garante flexibilidade em horários e rotinas, assim como oportunidades de explorar alternativas.

Apesar disso, parte dos catadores autônomos manifesta interesse em se integrar a cooperativas, mas enfrentam barreiras significativas. Muitos desconhecem os procedimentos e requisitos para ingresso ou não possuem documentação regularizada. Além disso, as cooperativas frequentemente têm suas vagas limitadas por falta de recursos ou por políticas restritivas do governo. A sobrecarga das cooperativas, tanto em logística quanto no processamento de materiais, também dificulta novas adesões.

Os materiais coletados são selecionados com foco naqueles de maior valor comercial, enquanto recicláveis de menor valor ou sem mercado garantido são descartados, devido ao esforço não compensatório de sua coleta e transporte. A classificação e o armazenamento de materiais são, no caso dos acatadores autônomos, realizados nas residências, o que acarreta riscos de saúde e de acidentes. As condições de trabalho desses recuperadores reforçam a precariedade.

Em relação às políticas públicas, quase não há iniciativas voltadas para os trabalhadores por conta própria. Quando existem, são conduzidas por ministérios de desenvolvimento social e focam no apoio assistencial em virtude da vulnerabilidade social, sem abordar sua atuação como trabalhadores da catação de materiais recicláveis.

As cooperativas e associações de catadores apresentam uma ampla diversidade em sua estrutura e funcionamento. Essas variações incluem o número de integrantes, os equipamentos e a infraestrutura disponíveis, os acordos estabelecidos com governos locais, assim como os mecanismos organizativos e de tomada de decisão. Essas diferenças impactam diretamente

as condições de trabalho e os níveis de renda dos catadores e catadoras, gerando dinâmicas diversas dentro do setor.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas, a maioria das cooperativas opera plantas de triagem e armazenamento local, algumas realizando coleta seletiva em domicílios ou em grandes geradores. Em casos mais avançados, algumas cooperativas processam materiais para agregar valor, embora nem todas consigam atingir os padrões de qualidade exigidos devido às limitações estruturais. Elas também podem atuar na promoção da sensibilização e educação ambiental.

Em relação às fontes de renda, os membros das cooperativas podem contar com ingressos de renda regulares fornecidos por governos locais ou nacionais, que complementam o faturamento da organização. Além disso, os recursos destinados às cooperativas muitas vezes são calculados com base nos benefícios socioambientais gerados por suas atividades. As cooperativas também são um formato para proporcionar benefícios trabalhistas importantes, como contribuições para o sistema de seguridade social nacional, em alguns casos subsidiadas pelo Estado, e licenças remuneradas por doença ou férias, que são acordadas internamente pelos próprios membros.

A participação em cooperativas oferece diversas vantagens aos catadores. A organização das tarefas e a divisão do trabalho entre os membros permitem reduzir o tempo necessário para as atividades, enquanto viabilizam as vendas coletivas e a negociação direta com compradores, eliminando intermediários, o que aumenta os rendimentos. Os cooperados frequentemente têm acesso a atividades coletivas, como refeitórios e creches, e experimentam um senso de pertencimento que melhora sua qualidade de vida. Esses fatores contribuem para a melhoria das condições de trabalho e promovem uma maior estabilidade no emprego.

Os dados empíricos coletados por Bosi (2008), entre os anos de 2002 e 2005, ajudam a evidenciar a precariedade estrutural dessa ocupação. Setenta e um vírgula quatro por cento dos entrevistados auferiam renda mensal inferior ao salário mínimo vigente à época. A complementação dessa renda, quando existia, provinha de aposentadorias, pensões ou programas sociais como bolsa-escola e vale-gás, além, em alguns casos, de outras atividades informais

como artesanato ou lavagem de roupas. No que diz respeito à jornada, mais de 90% dos catadores trabalhavam mais de seis horas por dia, e 65% ultrapassavam oito horas diárias. Mais de 80% trabalhavam seis dias por semana. Ainda segundo Bosi (2008), a extensão e a intensidade da jornada são explicadas pelos próprios catadores pela necessidade de alcançar uma renda mínima de sobrevivência, agravada pela concorrência crescente entre os próprios pares, pela disputa com os caminhões de coleta regular e pela venda direta de materiais por comerciantes aos intermediários, o que reduz o volume disponível para os catadores individuais.

Duas décadas depois, o Atlas Brasileiro da Reciclagem (ANCAT; ORIS; INSTITUTO SUSTENTAR, 2023) confirma a persistência desse quadro de precariedade, embora com algumas nuances importantes. A renda média dos catadores associados a cooperativas e associações era, em 2022, de R$ 1.478,72 mensais, o equivalente a 1,22 salários mínimos da época (o salário mínimo federal era de R$ 1.212,00 em 2022) e a cerca de 68% da renda média dos trabalhadores brasileiros no mesmo período. Esse valor, no entanto, mascara uma profunda disparidade regional e institucional: enquanto catadores vinculados a organizações contratadas pelo poder público auferiam renda média de R$ 1.730,58, aqueles sem qualquer vínculo formal com a prefeitura recebiam, em média, R$ 1.292,01. A variação extrema entre a maior renda registrada – R$ 6.145,83 mensais, no Distrito Federal – e a menor – R$ 210,00 no interior do Rio Grande do Norte – revela o quanto as condições de trabalho e o acesso a políticas públicas diferenciam radicalmente a experiência dos catadores em todo o território nacional.

A persistência da informalidade é um dos traços mais marcantes desse cenário. Embora o Atlas tenha identificado 2.018 associações e cooperativas em funcionamento no Brasil, com 82% delas formalizadas, sabe-se que a maioria dos catadores ainda atua fora dessas estruturas. Dados do SNIS (2023, apud ANCAT; ORIS; INSTITUTO SUSTENTAR, 2023) indicam que 73,4% dos municípios brasileiros reconhecem a existência de catadores autônomos atuando de forma dispersa nas cidades, e estima-se que mais de 3.000 lixões ainda estejam em operação no país, abrigando trabalhadores em condições de extrema vulnerabilidade (ANCAT; ORIS; INSTITUTO

SUSTENTAR, 2023). Essa massa de trabalhadores informais, que escapa aos registros oficiais, continua a exercer pressão sobre os preços pagos pelos materiais recicláveis, aprofundando a concorrência predatória e a instabilidade de renda que já haviam sido documentadas por Bosi (2008).

No que tange à infraestrutura de trabalho, o Atlas revela que a precariedade material permanece como regra. Apenas 11% das associações e cooperativas são proprietárias dos galpões em que atuam; 31% possuem o chamado "kit básico" de equipamentos (balança, prensa e esteira ou mesa de triagem); e apenas 3,6% reúnem as duas condições – galpão próprio e equipamentos básicos – necessárias para uma produtividade minimamente adequada (ANCAT; ORIS; INSTITUTO SUSTENTAR, 2023). Essa carência infraestrutural impacta diretamente a produtividade do trabalho: organizações com o kit básico alcançam uma produtividade média de 2,2 toneladas por trabalhador/mês, enquanto aquelas que atuam sem esses equipamentos não ultrapassam 0,95 tonelada/trabalhador/mês (ANCAT; ORIS; INSTITUTO SUSTENTAR, 2023). A baixa produtividade, por sua vez, reforça a necessidade de jornadas mais longas para garantir a subsistência – um padrão que já havia sido identificado por Bosi (2008) e que, dois decênios depois, permanece como traço estruturante da atividade.

Com base no estudo de Galon e Marziale (2016), que realizou uma revisão de escopo sobre as condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina, é possível traçar um perfil consistente desses trabalhadores, bem como caracterizar os ambientes laborais e os principais agravos à saúde que enfrentam. No que diz respeito ao perfil sociodemográfico, os autores observam que a maioria dos catadores é composta por homens e mulheres adultos jovens, com idade entre 20 e 50 anos, embora crianças, adolescentes e idosos também estejam presentes na atividade. A escolaridade é notoriamente baixa, predominando o ensino fundamental incompleto e, em muitos casos, o analfabetismo. A inserção na catação decorre, via de regra, de trajetórias de exclusão: desemprego, migração, falta de qualificação profissional e necessidade premente de sobrevivência. Muitos desses trabalhadores vivem em condições de pobreza

extrema, residem em moradias precárias e, não raro, complementam a renda com outras atividades informais ou com benefícios assistenciais.

Ainda segundo Galon e Marziale (2016), as condições de trabalho variam conforme o espaço de atuação – lixões/aterros, ruas ou cooperativas/associações –, mas em todos os cenários prevalece a precarização. Nos lixões e aterros, o trabalho ocorre a céu aberto, em meio a montanhas de lixo, com contato direto com resíduos domiciliares, industriais e hospitalares. A infraestrutura é praticamente inexistente: faltam banheiros, refeitórios e água potável. Os catadores disputam materiais entre si, expõem-se a tratores e caminhões, e frequentemente consomem alimentos encontrados no próprio lixo. O trabalho familiar é comum, com crianças envolvidas na catação, e a atuação desses trabalhadores é constantemente criminalizada por gestores públicos e empresas concessionárias. Já nas ruas, o trabalho é predominantemente individual e autônomo. Os catadores percorrem as vias urbanas com carrinhos de tração humana, enfrentando trânsito intenso, condições climáticas adversas e a instabilidade dos preços pagos pelos sucateiros (atravessadores). A jornada é longa – seis a oito horas diárias, seis dias por semana – e a renda raramente ultrapassa um salário mínimo. Em associações e cooperativas, embora exista maior organização e potencial para melhores negociações, os empreendimentos ainda convivem com infraestrutura obsoleta, falta de capital de giro, alta rotatividade de cooperados, conflitos internos e, em muitos casos, desconfiança ou abandono por parte do poder público.

As condições de saúde dos catadores são profundamente afetadas por esses contextos laborais. Galon e Marziale (2016) destacam a elevada exposição a riscos físicos (radiação solar, temperaturas extremas, poeira, ruído, posturas inadequadas), químicos (contato com pesticidas, pilhas, tintas, medicamentos) e biológicos (manuseio de agulhas, seringas, curativos, fezes, urina, animais mortos). Os acidentes de trabalho são frequentes: um estudo citado pelos autores aponta que 71,7% dos catadores já sofreram algum tipo de acidente, com destaque para cortes por vidros, perfurações, quedas, colisões e atropelamentos. No plano das doenças, as queixas mais recorrentes são as dores musculoesqueléticas, seguidas de alergias, problemas respiratórios,

dermatites e verminoses. Além disso, a saúde mental é gravemente afetada pelo estigma, pelo preconceito e pela baixa autoestima, com prevalência de distúrbios psiquiátricos menores, 44,7% maior entre catadores do que em outros trabalhadores manuais. A proteção é praticamente inexistente: a maioria não utiliza Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) ou os utiliza de forma inadequada, e a informalidade impede o acesso a direitos trabalhistas, a exames periódicos e a vacinação sistemática. Em conjunto, esses achados demonstram que a realidade dos catadores na América Latina é marcada por uma precariedade multidimensional, na qual trabalho, saúde e exclusão social se entrelaçam, exigindo políticas públicas integradas que reconheçam esses trabalhadores como agentes ambientais essenciais e garantam sua dignidade e proteção.

2.2 Os conceitos de trabalho e informalidade em relação às atividades de catação

Ramírez (2013) traz a conceitualização de Karl Marx sobre trabalho, que compreende este como um processo de interação entre o ser humano e a natureza, em que o indivíduo regula, controla e media o intercâmbio metabólico com o ambiente natural. Nesse processo, o ser humano se coloca diante da matéria natural como parte da própria natureza, utilizando as capacidades físicas e mentais de seu corpo para transformar os recursos naturais em formas que atendam às necessidades de sua sobrevivência.

Tomando a liberdade interpretativa de compreender a “natureza” e o “ambiente natural” com os quais o trabalhador e a trabalhadora interagem enquanto o contexto e o ambiente não necessariamente “naturais” no qual estas pessoas estão inserida, a definição marxista de trabalho é um descritor muito adequado para a atividade que é realizada por catadoras e catadores de materiais recicláveis. Estes vasculham e caçam no meio do tecido urbano os insumos para sua sobrevivência, usando de sua força física e saberes empíricos para encontrar, acessar e recolher os materiais que poderão se transformar em recursos econômicos.

Ainda segundo Ramírez (2013), Marx define a força de trabalho, ou capacidade de trabalho, como o conjunto de aptidões físicas e intelectuais presentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais são mobilizadas para a criação de valores de uso. O valor da força de trabalho, conforme Marx, é estabelecido pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e reprodução, assim como ocorre com qualquer mercadoria. Marx aponta que o valor de troca da força de trabalho é determinado e mensurável pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Isso significa que o valor da força de trabalho pode ser dividido em duas partes: uma corresponde à quantidade necessária para garantir a subsistência do trabalhador, o que Marx chamou de 'trabalho socialmente necessário'; e outra que representa o excedente gerado pelo trabalhador, denominado mais-valia, que é apropriado pelo capitalista.

Considerando as catadoras e catadores que possuem sua remuneração advinda exclusivamente da venda dos materiais que coletam, baseando-se na análise acima, percebe-se que a precariedade de suas vidas é um imperativo para o trabalho que realizam. Considerando que o preço pago pelos materiais recicláveis é definido a partir da mais-valia para os sucateiros e industriais junto à garantia de subsistência do catador e catadora, tem-se que o valor de sua força de trabalho está incluído no preço pago pelos materiais que coletam.

Como os valores pagos pelos materiais que coletam são definidos pelo mercado internacional de commodities, não existe uma estrutura que garanta valores de remuneração mínimos para a garantia de sua subsistência em condições de mínima dignidade humana. Assim, a lógica de remuneração exclusiva da venda de materiais obriga que a reprodução da força de trabalho dos catadores e catadoras se dê em contexto de extrema precariedade e pobreza, visto que não fornece as condições para que a trabalhadora e trabalhador construam melhores condições de vida. Do modo que se estrutura atualmente, as condições de pobreza e miséria são pressupostos para o trabalho de catação de materiais recicláveis e para a manutenção da estrutura de toda a cadeia produtiva da reciclagem pós-consumo.

A categorização da atividade de catação dentro desta análise da estrutura capitalista do trabalho é adequada pois, apesar de apresentarem moldes de

trabalho e características pré-modernas e/ou pré-capitalistas, suas atividades são a base que possibilita o abastecimento de matéria-prima para as indústrias recicladoras. Dentro do capitalismo, coexistem e são interdependentes atividades econômicas com distintos níveis de modernização, como explica Milton Santos em sua teoria dos circuitos da economia urbana. O circuito superior da economia urbana compreende atividades altamente modernizadas, que utilizam tecnologia avançada, operam em escala global e estão integradas ao capital financeiro. Já o circuito inferior engloba atividades econômicas de baixa tecnologia, predominantemente informais, com produção em pequena escala e voltadas para atender às necessidades da população de baixa renda, além de complementar ou subsidiar as operações do circuito superior. Essa dinâmica revela como esses circuitos coexistem nos espaços urbanos e refletem diferentes formas de integração econômica no sistema capitalista.

Outro conceito importante para a compreensão e interpretação do trabalho realizado por catadoras e catadores é a informalidade. Noronha (2003) afirma que o conceito de "informalidade" abrange fenômenos diversos, cujo entendimento varia conforme o conceito de "formalidade" em cada país e época, de modo que a compreensão da informalidade depende, essencialmente, do entendimento do contrato formal de trabalho predominante em cada contexto. Os contratos de trabalho são percebidos por meio de três pares contrastantes de conceitos: formal e informal, legal e ilegal, justo e injusto.

Noronha (2003) analisa esses três pares de contrastes. No primeiro par, trabalho formal está diretamente vinculado à existência de um registro oficial, um contrato formal, como a carteira de trabalho, sendo regulamentado pelas leis trabalhistas. Já o trabalho informal abrange atividades que não possuem registro oficial ou um contrato formal, frequentemente associadas à ausência de vínculos formais. Na contraposição legal e ilegal, contratos legais são aqueles que cumprem integralmente as normas jurídicas e regulamentações do país. Contratos ilegais, por sua vez, desobedecem às leis, embora nem toda ilegalidade implique em crime, podendo envolver práticas não registradas ou não previstas pela legislação. Já no par justo e injusto, os contratos de trabalho justos correspondem à percepção de equilíbrio e cumprimento de condições de

trabalho dignas estabelecidas, enquanto contratos injustos refletem situações de exploração, desrespeito às condições dignas de trabalho ou ausência de proteção legal.

Analisando o trabalho dos catadores e catadoras a partir dessas contraposições conceituais, nota-se uma grande diferença entre o trabalho daqueles que atuam de modo autônomo daqueles que estão organizados em cooperativas e associações. A ação coletiva organizada permite o acesso à formalização e legalização das atividades de catação, visto que a catadora e catador passa a ter uma vinculação formal com a organização, de modo a integrar uma coletividade ao realizar seu trabalho. Esta mesma organização coletiva possibilita uma legitimação de seu trabalho perante a sociedade, tanto pela via institucional, nos casos em que as cooperativas e associações possuem vínculo com o poder público para a realização da coleta seletiva, quanto pelo reconhecimento da sociedade civil, uma vez que a identificação enquanto membro da organização sinaliza à população que aquele catador ou catadora está inserido em uma lógica estruturada para a coleta de materiais recicláveis, facilitando sua aceitação e construção de vínculos.

Em relação à contraposição justo e injusto, Noronha (2003) coloca que a percepção do senso comum sobre o que seriam as fronteiras entre contratos de trabalho considerados "justos", "ideais", "aceitáveis", "pessoalmente inaceitáveis", "injustos" ou "socialmente intoleráveis" são tênues e envolvem uma complexa interação de fatores, como necessidades individuais, critérios de eficiência, valores éticos pessoais e familiares, percepções de justiça, além de normas, hábitos e valores definidos socialmente. Desse modo, uma diferenciação minuciosa sobre as condições dos catadores e catadoras autônomas ou organizadas não é possível, visto que as condições e frutos do trabalho realizado muito podem variar conforme os distintos contextos, grupos e indivíduos. Porém, ao considerar que as organizações de catadores e catadoras passam por processos de deliberação coletiva e possuem maiores condições de negociação com os demais entes da cadeia produtiva da reciclagem pós-consumo, em comparação com a atuação das catadoras e catadores autônomos, se pode presumir que exista uma tendência para que a percepção sobre o trabalho de catação realizado nas cooperativas e

associações seja considerado mais próximos das noções sociais de justeza e aceitabilidade.

Analisando as condições que permitem a manutenção e repetição de acordos “informais”, Noronha (2003) aponta que dois elementos principais parecem estar relacionados: a convivência anterior entre indivíduos pertencentes a grupos socialmente marginalizados ou estigmatizados e a existência de uma percepção mútua de igualdade contratual, que desestimula ações legais entre as partes envolvidas. A primeira condição é de suma relevância para o caso das catadoras e catadores, porque, assim como apontado por Saidón et al (2022), a catação é acessível para indivíduos que não dispõem de outra fonte de renda, de modo que essas pessoas são justamente as que se encontram em situação de pobreza e marginalidade. Assim como apontado por Schamber e Suárez (2007), no caso das periferias buenarenses no final do século XIX, em que se formaram bairros periféricos e próximos às áreas de descarte de resíduos em que os “*cirujas*” trabalhavam nos lixões para encontrar resíduos que pudessem ser comercializados, ou no caso do centro de São Paulo tratado por Costa (2007), em que ocorreu a imbricação entre as populações em situação de rua e a atividade de catação na segunda metade do século XX, vê-se que os catadores e catadoras são uma população historicamente estigmatizada e excluída.

Baseando-se na centralidade da estigmatização e marginalização apontada por Noronha (2003) para os acordos de trabalho informais, explicitam-se mais elementos que contribuem para a precariedade estrutural do trabalho realizado por catadores e catadoras. O autor ainda defende que, em contextos urbanos, os contratos de trabalho "informais" geralmente envolvem contratantes que partilham uma situação de ilegalidade, mas estabelecem vínculos baseados em uma relação de subordinação. Assim, a dependência e a subordinação se revelam elementos centrais para diferenciar os distintos tipos de trabalho "informal". Para as catadoras e catadores autônomos, a questão da subordinação é muito latente, já que dependem dos sucateiros para a remuneração de seu trabalho, sendo dependentes dos preços e condições determinadas por estes para a comercialização dos materiais recicláveis, pois as condições de negociação dos autônomos são muito limitadas devido a sua

falta de acesso a condições materiais de armazenamento e valorização do fruto de seu trabalho.

2.3 Outras reflexões sobre o trabalho dos catadores

As reflexões aqui realizadas em torno dos conceitos de trabalho e informalidade se mostram férteis para o aprofundamento da análise e compreensão sobre o grau de complexidade dos elementos que compõem a estrutura de trabalho das catadoras e catadores. As bases conceituais permitem ampliar a visão e qualificar a interpretação das distintas relações e acordos que balizam o trabalho de catação, justamente por trazerem linguagens comuns e estruturadas desenvolvidas a partir de uma visão mais ampla sobre trabalho e suas conceituações. As análises e interpretações contribuem para o entendimento, posicionamento e defesa das catadoras e catadores enquanto trabalhadoras e trabalhadores que estão inseridos no mesmo sistema econômico, apesar de suas particularidades e heterogeneidades. Isso é essencial para o reconhecimento da categoria e contribuição na luta pelo reconhecimento e legitimação das lutas por direitos e reivindicações por melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

O artigo de Bortoli (2009) analisa uma experiência de extensão universitária realizada entre 2006 e 2008 com catadores de materiais recicláveis em Cruz Alta (RS). A autora situa a experiência no contexto da precarização estrutural do trabalho e da posição ambígua dos catadores na cadeia da reciclagem: eles são integrados ao processo produtivo, mas sem reconhecimento como trabalhadores plenos, sujeitos à exploração dos intermediários e à ausência de direitos. Com base na organização coletiva formada no processo analisado, a autora destaca que, embora a autogestão tenha favorecido o protagonismo e a participação, não eliminou as fragilidades – comercialização ainda dependente de atravessadores, rotatividade dos membros e renda majoritariamente abaixo de um salário mínimo. Bortoli (2009) alerta que o cooperativismo, quando descolado de políticas públicas universais e de garantias trabalhistas, pode reproduzir formas precárias de trabalho em vez de efetivamente emancipar os trabalhadores. Apesar das dificuldades, a experiência contribuiu para romper o

isolamento dos catadores, fortalecendo sua identidade coletiva e sua inserção em espaços de articulação política. No entanto, Bortoli (2009) ressalta que as políticas de trabalho e renda no Brasil permanecem focalizadas, tratando os catadores como “beneficiários” de programas assistenciais, e não como sujeitos de direito. A autora conclui que a construção de novos sujeitos políticos exige ir além das iniciativas locais: é necessário combinar geração de trabalho e renda com participação efetiva na gestão de resíduos e com a universalização da proteção social, apostando na continuidade da luta coletiva como caminho para a transformação das condições de vida e trabalho dessa população.

Teixeira (2015) evidencia que a atividade dos catadores de materiais recicláveis, embora ambientalmente essencial, é socialmente estigmatizada e emerge como uma estratégia de sobrevivência diante da exclusão social e da falta de acesso à educação formal e ao mercado de trabalho formal. A autora destaca que, apesar de o trabalho ser percebido por muitos catadores como ‘bom e divertido’, ele é executado em condições precárias, sem garantias trabalhistas e com baixa remuneração, o que reforça a posição desses trabalhadores à margem da sociedade. A pesquisa revela ainda que, embora os catadores manifestem satisfação com a vida e valorizem sobretudo os filhos e a família, há um desejo latente de mudança, seja por melhores condições de trabalho, maior reconhecimento social ou por uma ocupação que lhes proporcione mais dignidade. Nesse contexto, Teixeira (2015) aponta para um movimento de autodepreciação entre os trabalhadores, que frequentemente se percebem como parte do lixo que manejam, o que evidencia a necessidade de uma gestão associativa pautada em um projeto social e político de transformação que fortaleça o pertencimento, a autoestima e a cidadania desses sujeitos.

Para Bosi (2008), o trabalho dos catadores está subordinado, integrado e é estruturalmente requerido pelo processo de acumulação de capital. Longe de constituir uma atividade marginal ou autônoma, a catação de recicláveis exemplifica como a informalidade não se opõe ao capitalismo, mas atua como uma de suas formas funcionais e crescentes de exploração da força de trabalho. A suposta “exclusão” dos catadores – marcada por baixa

escolaridade, idade avançada e ausência de qualificação formal – é, na verdade, o que os qualifica para essa ocupação precarizada, pois viabiliza ao capital a manutenção de custos baixos e a flexibilidade necessárias para a expansão do negócio da reciclagem. Assim, o autor defende que os estudos sobre trabalho informal devem superar a dicotomia entre setor formal e informal, reconhecendo que ambos estão articulados e que a informalidade tem se convertido, em muitos aspectos, no modelo que orienta as relações de trabalho no capitalismo contemporâneo (Bosi, 2008).

CAPÍTULO 3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A REALIDADE DA POPULAÇÃO PERIFÉRICA, A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E O PAPEL DO ESTADO

O processo de produção do espaço urbano é um intricado cenário marcado por complexidades, sendo intrinsecamente permeado por disputas e conflitos. Desde a definição do uso do solo até a implementação de políticas urbanas, as dinâmicas envolvidas refletem uma interação constante de interesses diversos, resultando em uma paisagem urbana moldada por negociações, poder e influências multifacetadas.

Como defendido por Castells (1974), destaca-se a importância crucial de adotar as lentes de uma teoria social geral para compreender e interpretar o desenvolvimento do espaço urbano. Ao aplicar tal abordagem analítica, é possível elucidar as raízes sociopolíticas que moldam a configuração urbana, considerando fatores como estratificação social, políticas públicas e relações de poder. Através dessa abordagem mais abrangente, torna-se viável não apenas decifrar os elementos tangíveis do ambiente urbano, mas também discernir as nuances subjacentes que delineiam as características e transformações desse espaço dinâmico.

A análise da estrutura urbana requer uma abordagem que vá além da simples consideração de sua forma física. É crucial primeiro definir os elementos dessa estrutura e suas interconexões antes de examinar a composição e diferenciação das formas espaciais (CASTELLS, 1974, p. 157). Além disso, a compreensão de qualquer sociedade e sua expressão espacial, como o espaço urbano, é enraizada na articulação histórica de diversos modos de produção, tendo a noção de modo de produção além das atividades produtivas em si. Refere-se à combinação específica das instâncias fundamentais da estrutura social – econômica e político-institucional e ideológica (CASTELLS, 1974, p. 159).

Assim, para compreender as causas da situação precária que é realidade na vida da população urbana periférica de São Paulo, é necessário interpretar o processo de urbanização utilizando as lentes da economia e da política.

Ao analisar a realidade da população periférica urbana e interpretar os desafios por elas enfrentados, como é o caso das enchentes, autoconstrução de moradias, ocupação de áreas desprovidas de infraestrutura e longos deslocamentos para o trabalho, destaca-se a urgência de abordagens integradas para compreender as complexidades desses contextos. A precariedade permeia a vida da maioria da população pobre na produção do espaço urbano, uma realidade intrinsecamente ligada ao modelo político-econômico que impulsionou o crescimento urbano em São Paulo durante a segunda metade do século XX. Essa interconexão revela as consequências diretas do contexto socioeconômico na qualidade de vida e nas condições de habitação da população, evidenciando a necessidade de considerar a dimensão política e econômica para compreender integralmente os desafios enfrentados por essas comunidades urbanas.

O mesmo autor também analisa a prática da autoconstrução e a questão habitacional. A prática da autoconstrução desempenha um papel crucial na subsistência, fornecendo moradia como elemento vital, ao passo que resulta em uma fórmula que reduz os custos de reprodução da força de trabalho, permitindo a extração de excedente econômico por meio de salários continuamente deprimidos (KOWARICK, 1979, p. 57). Em relação à questão habitacional, o autor a relaciona a dois processos fundamentais: as condições de exploração do trabalho e a espoliação urbana. O primeiro refere-se à pauperização absoluta ou relativa da classe trabalhadora, enquanto o segundo, derivado do primeiro, é caracterizado pelo somatório de extorsões decorrentes da ausência ou precariedade de serviços de consumo coletivo necessários socialmente. Esses processos, influenciados pelos movimentos contraditórios da acumulação do capital, acentuam ainda mais a deterioração nas relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 59).

Lucio Kowarick (1979) especifica sua análise voltando seu olhar à realidade dos moradores de favelas. A condição de precariedade do cidadão favelado está diretamente relacionada com a alta rotatividade de trabalho em São Paulo na década de 70. De modo que, por não possuir uma residência estruturada, esse trabalhador, que é muito pobre e tem baixíssima qualificação, estaria disponível para trabalhar empregos itinerários e em diversas localidades. O

autor coloca como a população que mora na favela representa baixo percentual da população da região de São Paulo, mas é um o volume considerável de pessoas.

Ao caracterizar a situação de moradia, emprego e acesso a recursos dos moradores da favela, Kowarick (1979) demonstra como estes estão à margem da sociedade inclusive questionando se podem ser considerados cidadãos urbanos. Inseridos em um sistema em que o trabalhador é responsável por arcar pelos seus custos de moradia e transporte, o favelado dificilmente encontra as condições de se manter empregado de maneira estável. Assim, a população das favelas está em um ciclo vicioso, pois a sociedade cobra o que eles não têm para que sejam inseridos nela. Em sua reflexão sobre o uso do solo urbano na economia capitalista, Singer (1982) afirma: “em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres.” (p. 33); e explica que a propriedade privada do solo urbano estabelece a necessidade imperativa de posse de renda monetária para habitar o espaço urbano. No entanto, o funcionamento normal da economia capitalista não garante uma renda mínima para todos. Pelo contrário, esse funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, resultando na privação de meios para uma parcela correspondente da população pagar pelo direito de ocupar um espaço no solo urbano.

Realmente, a população pobre não encontra espaços em que possa viver e se realizar enquanto seres humanos dignos, mas tem suas posições reservadas na pirâmide de exploração para a geração de lucros que estrutura a lógica do capitalismo no crescimento e estruturação do meio urbano:

> “As coisas simples precisam constantemente ser ditas: é o capital e não a sua força de trabalho - que deteriora a Vida metropolitana. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. Para os trabalhadores a cidade é o mundo onde devem procurar desenvolver suas potencialidades coletivas. Entre os dois existe um mundo de diferenças. E um mundo de antagonismos.” – (KOWARICK, 1979, p. 53).

Merklen (2009) aborda a advertência de E. P. Thompson contra as interpretações que estabelecem uma correlação imediata entre condições econômicas e ação social. Para o autor, a pobreza não é uma essência da qual derivariam comportamentos pré-determinados; antes, ela adquire contornos específicos conforme as formas de habitat, os contextos institucionais e as

trajetórias coletivas em que os sujeitos estão inseridos. Essa perspectiva converge com a noção de "direito ao espaço urbano" formulada por Oszlak (1982), para quem a capacidade de fixar residência e usufruir das externalidades associadas à localização não decorre automaticamente da condição de cidadão, mas é resultado de lutas históricas e de títulos de acesso desigualmente distribuídos**.** Assim, ser "morador de loteo" ou "favelado" não é apenas uma condição socioeconômica, mas uma posição na estrutura de poder sobre o espaço.

Essa diversidade pode ser observada na comparação realizada pelo autor entre três formas de habitat popular na Grande Buenos Aires. A *villa miséria*, surgida nos anos 1940, caracteriza-se pela ocupação espontânea, superlotação e forte estigma, que fixa uma identidade de exclusão e fatalidade. O *loteo popular*, vigente até os anos 1970, permitiu acesso legal à terra por meio do mercado, forjando a figura do "*pobre prolijo*" – trabalhador integrado, proprietário e crente no progresso. Já os *asentamientos*, emergentes nos anos 1980, são ocupações coletivas e planejadas, realizadas majoritariamente por "novos pobres" que, temendo o estigma da villa, organizam-se para conquistar o lote próprio na tentativa de reconstruir uma identidade de trabalhador proprietário. Cravino (2009) aprofunda essa caracterização ao mostrar que, embora os assentamentos tenham sido planejados para escapar da estigmatização associada às villas, eles passaram a enfrentar novas formas de segregação e, mais recentemente, a conviver com a expansão de um mercado imobiliário informal interno, que reconfigura as relações de vizinhança e introduz novas clivagens sociais, como a oposição entre "proprietários" e inquilinos. A autora demonstra que, embora o Estado tenha se omitido historicamente da produção de solo urbano acessível, ele passou a ser acionado pelos moradores para prover infraestrutura e serviços públicos, enquanto o mercado imobiliário informal consolidava-se internamente, elevando a densidade e aprofundando a precariedade habitacional.

As categorias "*villero*", "*morador de loteo*" e "*asentado*" não são meros descritores econômicos, mas posições construídas historicamente, cada qual com sua carga de representações, estigmas e repertórios de luta. Nesse sentido, o pobre não é um sujeito universal, mas um ator social cuja identidade

se forja na relação com o território, com o Estado e com os demais segmentos da sociedade (MERKLEN, 2009). Ao colocar lado a lado a villa, o loteo e o asentamento, Merklen evidencia que as transformações das classes populares em Buenos Aires só podem ser compreendidas quando se analisam as práticas e as representações em permanente diálogo com as condições estruturais. A comparação revela que a mesma “pobreza” pode produzir o estigma da fatalidade (na villa), a identidade do trabalhador proprietário e integrado (no loteo) ou a mobilização coletiva pela reintegração à norma (no asentamento). Assim os estudos sobre pobreza precisam incorporar uma perspectiva relacional, na qual a dimensão econômica seja articulada com a produção de sociabilidades, identidades e formas de ação. Essa abordagem permite perceber que um pobre não é apenas um pobre: ele é, acima de tudo, o resultado de um conjunto de relações sociais que se cristalizam no espaço urbano e nas trajetórias de seus habitantes.

Ao abordar a lógica da desordem, Kowarick (1979) explica o processo de urbanização e crescimento da periferia na região metropolitana de São Paulo. Esse processo se pautou pelo desenvolvimento econômico e seguimento dos caminhos que mais favoreceram as indústrias e a especulação imobiliária, deixando para o estado os custos de infraestrutura e transporte. O processo de expansão da periferia se deu muito pautado na especulação imobiliária, utilizando-se de estratégias para valorização de terras a partir do investimento do poder público em infraestrutura, de modo a gerar a valorização de espaços vazios que seriam posteriormente utilizados para ganhos econômicos. A lógica de privatização dos lucros e socialização dos custos esteve muito presente no processo de urbanização de São Paulo na segunda metade do século XX**.**

Essa mesma lógica foi levada às últimas consequências durante a ditadura militar argentina. Como documenta Oszlak (1982), o regime implementou um conjunto de políticas – liberação dos aluguéis, novo Código de Edificação, erradicação de vilas e relocalização industrial – que encareceu o acesso à moradia no centro, reduziu a oferta de habitação e forçou os setores populares a se deslocarem para periferias cada vez mais distantes e precárias. Nesse processo, o Estado atuou como agente ativo da valorização imobiliária das áreas centrais, ao mesmo tempo em que socializava os custos da reprodução

da força de trabalho, transferindo para os próprios moradores e para as periferias os ônus da falta de infraestrutura. Esse mesmo padrão de transferência de custos ao Estado e aos próprios moradores pode ser identificado na dinâmica dos assentamentos informais na Área Metropolitana de Buenos Aires. Os efeitos desse padrão de intervenção estatal não se restringiram à esfera das políticas em si, mas produziram transformações profundas na fisionomia socioespacial da metrópole. Como documenta Oszlak (1982) com base nos dados do Censo Nacional de 1980, a cidade de Buenos Aires tornou-se mais homogênea socialmente: ganhou população de rendas média e alta, ao mesmo tempo que “perdeu” expressivos contingentes dos setores populares, expulsos pela combinação de liberação dos aluguéis, erradicação de vilas e relocalização industrial. As áreas centrais e mais bem equipadas, beneficiadas por fortes investimentos públicos em infraestrutura e embelezamento, tornaram-se ainda mais exclusivas, enquanto os bairros mais antigos mergulhavam em um processo de deterioração crescente. No extremo oposto, os partidos mais afastados da Capital – carentes de serviços básicos, transporte digno e equipamento urbano – concentraram uma população empobrecida composta por inquilinos despejados, ex-moradores de vilas erradicadas e outros segmentos marginalizados. Para Oszlak (1982), esse quadro revela a consolidação de uma segregação geográfica e social muito mais marcada, na qual o direito ao espaço urbano se tornou privilégio de poucos, e os setores populares foram confinados aos interstícios precários do conurbano bonaerense.

É possível uma conexão com a percepção de Oliveira (1982) sobre o que se tem de realmente exclusivo numa análise sobre o capitalismo no meio urbano. O autor explana como a terra urbana, assim como a moradia e autoconstrução, estruturam as condições para a reprodução do capital, visto que a mão de obra segue sendo produto e tais ações dão condições para sua reprodução, assim como diminuem os custos, por meio do sobretrabalho, desta reprodução.

A interpretação dos processos de urbanização que associa o desenvolvimento e construção dos espaços com as lógicas político-econômicas facilita na compreensão da ideologia que direciona tais processos, inclusive permitindo o entendimento de situações aparentemente contraditórias. Ao abordar a

especialização econômica da região metropolitana de São Paulo enquanto gerador de renda e empregos industriais, Kowarick (1979) explana que em áreas altamente industrializadas, surge um setor terciário extenso, estruturado pela força física autônoma, que acompanha o avanço da industrialização, integrando formas "arcaicas" no mercado urbano ao modo de produção capitalista. A lógica estrutural não distingue uma 'moderna' e 'tradicional', mas, sim, partes integrantes do processo de acumulação, pois essa simbiose é essencial para lidar com o rápido crescimento industrial, que, ao atingir centros urbanos, exige infraestrutura. A contradição entre crescimento industrial e capitalização intensiva nos serviços é resolvida pelo crescimento não capitalista do setor terciário. Esse modelo, diferente do terciário "inchado", encobre um mecanismo crucial de acumulação, onde serviços remunerados precariamente transferem valor para atividades capitalistas, representando uma forma de "mais-valia" (KOWARICK, 1979, p. 110-111). Essa análise ilustra bem a necessidade de basear a interpretação das relações e processos que se dão no espaço urbano com uma teoria social mais ampla, assim como defendido por Castells (1974), pois, se não, torna-se impossível superar a aparente contrariedade e chegar à lógica raiz da questão.

Tendo em vista a imensa relevância dos processos de acumulação capitalista no desenvolvimento urbano, é interessante e necessário abordar características do capitalismo no caso brasileiro. Antunes (1988) analisa como o capitalismo brasileiro não se encaixa no processo clássico ou mesmo tardio de desenvolvimento capitalista, mas sim em um desenvolvimento hiper tardio que nunca levou a uma emancipação do país em relação aos reais centros do capitalismo Internacional. O capitalismo no Brasil é continuamente dependente dos países hegemônicos, de modo que, mesmo com a industrialização e o crescimento do departamento de produção de bens duráveis durante meados do século 20, seguiu-se a lógica de monopólio e dependência Internacional. Isto está diretamente vinculado ao passado colonial brasileiro, pois no contexto do capitalismo moldado pela colonização, a empresa agrícola sempre fez parte do processo de acumulação primitiva de capital, sem experienciar relações feudais desde o início. Sua industrialização ocorreu tardiamente, já sob a influência do capitalismo monopolístico. Enquanto em outras vias o

desenvolvimento manteve autonomia, na via colonial, a constante subordinação ao capitalismo hegemônico teve implicações cruciais para o curso dos acontecimentos (ANTUNES, 1988, p. 103).

A lógica de constituição do Estado brasileiro também está intrinsicamente vinculada à estrutura colonial. Segundo Deák (1991), a proposta constitutiva do Estado brasileiro objetivou a manutenção do *status quo* proveniente da sociedade colonial. Uma estrutura que manteve o projeto nacional em posição de subserviência aos interesses internacionais, misturando princípios do liberalismo com a estrutura social do período colonial, de modo a manter uma sociedade de elite no Brasil. O mesmo autor propõe o conceito de acumulação entravada para descrever o modelo de acumulação capitalista no Brasil:

> "No processo de acumulação entravada uma parte substancial do excedente é continuamente retirada e enviada além das fronteiras, ao invés de ser incorporada à reprodução ampliada. No entanto, ainda assim há uma certa acumulação (correspondente à parte não expatriada do excedente), sendo essa última uma condição da expansão do excedente expatriável, ou seja, imposta pelo próprio princípio de maximização do excedente expatriado." (DEÁK, 1991, p. 14)

Estando nessa posição de subserviência às potencias internacionais, a atuação da burguesia nacional também não se estrutura seguindo o modelo dos países capitalistas centrais. Segundo Antunes (1988), a burguesia brasileira, historicamente vinculada à colonização, revela uma natureza autocrática devido à sua notável incapacidade de efetivar plenamente suas responsabilidades econômicas de classe. Subordinada às burguesias centrais mais poderosas, essa falta de concretização econômica gera lacunas que impedem a burguesia brasileira de desenvolver uma alternativa nacional e autônoma, assim como de estabelecer um regime democrático sólido. Em resposta, para preservar sua dominação, surgem formas autocráticas, que vão desde ditaduras bonapartistas até autocracias burguesas institucionalizadas (ANTUNES, 1988, p. 113).

Tendo em vista a análise de Antunes (1988) e retomando os processos de acumulação a partir do trabalho e sobretrabalho da população urbana, pode-se refletir que a exploração da classe trabalhadora ocorre tanto para promover a acumulação das elites internas quanto para impulsionar a acumulação da burguesia internacional. E tem-se o Estado brasileiro enquanto agente central

da manutenção de tal estrutura, dando viabilidade para que este modelo se mantenha e se reproduza.

Apesar de ser o ente responsável pela garantia de condições de vida dignas para a população, as análises históricas do final do período colonial e dos anos de regime militar embasam o questionamento se este é realmente o papel principal da atuação do Estado brasileiro. Segundo Kowarick (1979, p. 68), à medida que o processo de acumulação avança, a ambiguidade do Estado se dissipa, pois ele se transforma em um elemento fundamental para a concretização do grande capital, fornecendo insumos essenciais e assumindo, por sua vez, um papel ativo como agente produtor.

A ambiguidade do Estado apontada por Kowarick (1979) pode ser melhor compreendida à luz da reflexão de Oszlak e O'Donnell (1995). Para esses autores, o Estado latino-americano contemporâneo não é um ator unitário e coerente, mas um "conjunto diferenciado, complexo e contraditório" de unidades com graus variáveis de autonomia. Suas tomadas de posição frente a questões sociais – como a habitação popular ou a provisão de infraestrutura urbana – são frequentemente negociadas ou abertamente conflituosas entre diferentes aparatos e instâncias. Essa perspectiva permite ir além da noção de um "Estado agente produtor" e analisar as disputas internas que podem se manifestar, por exemplo, nas tensões entre os distintos órgãos de um mesmo ente estatal.

A produção do espaço urbano é um palco intricado de disputas e conflitos, onde as dinâmicas desde a definição do uso do solo até a implementação de políticas urbanas refletem uma constante interação de interesses diversos. Ao adotar a lente de uma teoria social geral, torna-se possível desvendar as raízes sociopolíticas que moldam a configuração urbana, considerando estratificação social, políticas públicas e relações de poder. A análise estrutural da urbanização, ao ir além da forma física, revela não apenas os elementos tangíveis do ambiente urbano, mas também as nuances subjacentes que delineiam as características desse espaço dinâmico.

Ao observar a realidade da população periférica urbana de São Paulo, torna-se evidente a urgência de abordagens integradas para compreender as complexidades desses contextos. A precariedade que permeia a vida da

maioria da população pobre na produção do espaço urbano está intrinsecamente ligada ao modelo político-econômico que impulsionou o crescimento urbano em São Paulo durante a segunda metade do século XX. A exploração da classe trabalhadora, serve não apenas para a acumulação das elites internas, mas também para impulsionar a acumulação da burguesia internacional. O Estado brasileiro, historicamente vinculado à colonização e com características autocráticas, desempenha um papel central na manutenção dessa estrutura, evidenciando a necessidade de considerar a dimensão política e econômica para compreender integralmente os desafios enfrentados por essas comunidades urbanas.

Assim, a relação intrincada entre o Estado, a acumulação capitalista e a produção do espaço urbano ressalta a complexidade das dinâmicas urbanas, destacando a importância de abordagens críticas e integradas para compreender e transformar a realidade dessas comunidades.

CAPÍTULO 4. A POBREZA URBANA NA BASE DA CADEIA DA RECICLAGEM

Os catadores estão na base da cadeia de reciclagem pós-consumo. Esses trabalhadores, atuando de forma autônoma ou associada, são os responsáveis pelas atividades que possibilitam a atuação de todos os demais atores que compõem o ciclo produtivo em questão. Eigenheer, Ferreira & Adler (2005, apud Demajorovic e Lima (2019)) defendem que toda a cadeia de reciclagem se viabiliza e sustenta a partir da exploração do trabalho realizado pelos catadores, visto os valores muito baixos pagos pelo produto da força de trabalho dos catadores – os materias coletados.

Bosi (2008) demonstra que o trabalho dos catadores é organizado pelo capital por meio de uma cadeia produtiva estruturada. Essa cadeia envolve compradores locais (sucateiros) que adquirem o material recolhido e o repassam para recicladoras que atuam em regime de oligopsônio, ou seja, concentram a compra em grandes quantidades, determinando os preços pagos aos catadores. Esses preços, por sua vez, são sensíveis às flutuações do mercado internacional e à política cambial brasileira, escapando completamente ao controle dos trabalhadores. Quando há alguma concorrência entre compradores, ela se dá por meio de vantagens indiretas – como adiantamento de gêneros alimentícios, cessão de carrinhos ou recolhimento do material na própria moradia do catador – e não por aumento do valor efetivamente pago pelos recicláveis. Dessa forma, segundo Bosi (2008) a autonomia frequentemente atribuída aos catadores revela-se ilusória: sua jornada, sua renda e suas condições de trabalho são determinadas pela lógica de acumulação do capital que organiza o setor de reciclagem.

Assim, os componentes da cadeia mais pobres, estigmatizados e excluídos socialmente, com menor acesso a recursos econômicos a partir da atividade que realizam, são aqueles que sustentam a cadeia produtiva da reciclagem pós-consumo. Tal situação não poderia exemplificar melhor o que é colocado por Santos (1978) sobre como a “massa marginal” desempenha um papel no processo de acumulação do capital, estando muito distante de ser afuncional ou disfuncional. Para além de sua função constitutiva no exército industrial de reserva, formando uma reserva de capacidade produtiva e de força de trabalho

que pesa sobre o mercado para a redução do preço da força de trabalho e consequente aumento do excedente do empresariado e da taxa de lucro (SINGER, 1998; SANTOS, 1978), na cadeia da reciclagem, a “massa marginal” é a base que permite toda a sua estruturação.

Ao mesmo tempo que realizam, sistematicamente, a função de pressionar abaixo o preço da força de trabalho, também existe a competição entre catadores autônomos e associados na realização da coleta dos materiais recicláveis, que se reflete nos preços pagos pelos sucateiros sobre os materiais recicláveis, uma vez que a baixa capacidade de negociação dos catadores autônomos tende a diminuir os valores pagos pelos materiais coletados.

Analisando-se o papel dos catadores enquanto parte do exército industrial de reserva, Singer (1998, p. 61) explica que o sistema capitalista mantém uma parcela da força de trabalho em estoque, utilizando uma parcela dos excedentes para garantir a subsistência desses. O autor coloca que isso se dá por meio de auxílios públicos aos desempregados nos países capitalistas desenvolvidos, mas, no caso dos países capitalistas não desenvolvidos, é o pagamento por serviços realizados de forma autônoma que cumpre essa função, de modo que o exército industrial de reserva é constituído mais por trabalhadores em condições precárias – trabalhadores domésticos, de ocasião e ambulantes de todo tipo-, do que por desempregados em si.

Ao mesmo tempo que os catadores se enquadram nessa descrição, o autor explica que nem todos que se encontram à “margem” da economia capitalista podem ser considerados parte do exército industrial de reserva. Para tanto, é preciso que as pessoas estejam disponíveis ao mercado de trabalho, dispostas a oferecer sua força de trabalho pelo preço habitual e com condições de realizar o trabalho dentro dos moldes capitalistas. Aqui, tem-se uma possível contradição, uma vez que parte dos catadores não reúnem as condições necessárias para ocupar postos de trabalho tradicionais, seja pela falta de moradia ou acesso a saneamento básico – já que se tem uma correlação grande entre pessoas que moram na rua e aqueles que são catadores -, ou por terem se acostumado aos moldes de trabalho dentro de cooperativas e associações – que, em muitos casos, se diferenciam de modo substancial da organização capitalista do trabalho. Mesmo assim, tal possível contradição não

invalida a consideração sobre os catadores enquanto componentes do exército industrial de reserva, sendo mais uma consequência do enfoque dado sobre as especificidades da atuação dos catadores, do que qualquer perspectiva que poderia compreendê-los enquanto parcela social localizada fora da lógica capitalista.

Retomando a centralidade da exploração dos catadores enquanto base estrutural da cadeia de reciclagem, Demajorovic e Lima (2019) argumentam que a eficiência dessa cadeia é garantida pelas relações desiguais que se estabelecem entre os atores que a compõem. Essa centralidade das relações desiguais pode ser interpretada a partir das colocações de Singer (1998, p. 18) de que, quando são analisadas realidades históricas concretas, pode-se perceber que modos de produção diferentes coexistem na civilização urbana. No caso aqui analisado, valeria colocar que a atuação dos catadores, entendida como um modo de produção não moderno, se inter-relaciona e depende da atuação da indústria recicladora e dos sucateiros de médio e grande porte, que produzem dentro dos moldes da modernidade. Singer (1998, p. 18 e 19) segue analisando a presença de diferentes modos de produção em um mesmo momento e lugar, compreendendo a estrutura de classes concreta sendo oriunda desses diferentes moldes coexistentes. O autor explica que as tensões e conflitos se originam tanto da contradição entre dominadores e dominados (no caso aqui estudado: catadores x sucateiros, catadores x industriais), quanto dos choques entre as classes dominantes dos diferentes modos de produção e que disputam as mesmas condições de produção. No presente contexto, seria possível exemplificar esse choque entre dominadores pelo conflito de interesses entre a indústria de reciclagem e os industriais das cadeias de produção para as quais a realização de ações de logística reversa e responsabilização sobre os resíduos tornou-se obrigatória.

Para Bosi (2008), o trabalho dos catadores está subordinado, integrado e é estruturalmente requerido pelo processo de acumulação de capital. Longe de constituir uma atividade marginal ou autônoma, a catação de recicláveis exemplifica como a informalidade não se opõe ao capitalismo, mas atua como uma de suas formas funcionais e crescentes de exploração da força de trabalho. A suposta “exclusão” dos catadores – marcada por baixa

escolaridade, idade avançada e ausência de qualificação formal – é, na verdade, o que os qualifica para essa ocupação precarizada, pois viabiliza ao capital a manutenção de custos baixos e a flexibilidade necessárias para a expansão do negócio da reciclagem. Assim, o autor defende que os estudos sobre trabalho informal devem superar a dicotomia entre setor formal e informal, reconhecendo que ambos estão articulados e que a informalidade tem se convertido, em muitos aspectos, no modelo que orienta as relações de trabalho no capitalismo contemporâneo (Bosi, 2008).

Com essas análises, percebe-se que, para compreender a estrutura e o funcionamento da cadeia de reciclagem pós-consumo de modo coerente com a complexidade do contexto social em que ela se insere, se faz necessário o uso de um referencial teórico adequada na compreensão da pobreza urbana e da estrutura política e econômica das cidades, visto as condições de precariedade em que vivem e trabalham as catadoras e catadores. Santos (1978, p. 19 e 20) explicita a necessidade de basear-se em estruturas analíticas e teorizações adequadas para estudar e entender a pobreza urbana, afastando-se das explicações simplistas ou falsas que o autor aponta como o verdadeiro problema. Santos (1978, p. 18) ainda critica uma percepção da pobreza longe de um contexto concreto, apontando que os conceitos de recursos e necessidades são dinâmicos, de modo que a noção de pobreza não pode ser estática. Sua definição e compreensão se dão relacionadas a uma determinada sociedade, sendo mais importante compreender o fenômeno do que medi-lo (BACHELARD, 1972, apud SANTOS, 1978), de modo que “a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social.” (SANTOS, 1978, p. 18).

O autor ainda defende que qualquer abordagem que não considere as consequências da modernização sobre a economia urbana dos países pobres, ou a relação entre a economia urbana pobre e a economia moderna, são se mostra satisfatória para tratar de questões pertinentes à pobreza urbana (SANTOS, 1978, p. 42). Ainda, é necessário considerar a relação entre a população pobre e a economia pobre, compreendendo que essa funciona seguindo leis e uma lógica, ou seja, constituída por uma constância de

comportamentos, que se originam a partir de causas que também se repetem (SANTOS, 1978, p. 44 e 67).

> “Chegou a hora de chamar a pobreza pelo seu nome real e, respondendo ao desafio lançado a toda a humanidade, identificar seus mecanismos fundamentais.” – Santos (1978, p. 37)

CAPÍTULO 5. A CADEIA DE RECICLAGEM E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA.

Propõe-se aqui uma revisão sobre a análise da cadeia de reciclagem pós-consumo, visando compreendê-la a partir de sua base na pobreza urbana com uma perspectiva que não incorra no erro, apontado por Santos (1978), de basear-se numa contraposição da população pobre à sociedade global. Aqui almejando compreender a população pobre enquanto rejeitados socialmente, explorados economicamente e reprimidos politicamente (GUNDER 1966, p.1, apud SANTOS, 1978).

A fim de explicitar a centralidade da desigualdade e da exploração para a compreensão da cadeia produtiva da reciclagem pós-consumo, propõe-se a interpretação dessa a partir dos dois circuitos da economia urbana propostos por Santos (1978 e 1979). O uso de tal referencial teórico se justifica no presente contexto uma vez que foi elaborado visando constituir uma abordagem sobre o problema da pobreza, considerando-se os elementos da modernidade e servindo como um paradigma aos estudos urbanos, servindo para, praticamente, todas as cidades do Chamado Terceiro Mundo (SANTOS, 1978). Visto que a gestão de resíduos sólidos é um serviço de infraestrutura urbana que, historicamente, conta com a destacada atuação da população pobre, a aplicação de tal referencial se mostra muito potente. Santos (1978 e 1979) coloca que a economia urbana é formada por dois subsistemas, de modo que a cidade deve ser estudada como um sistema único, mas não como um todo maciço.

Bancos, comércio de exportação e importação, indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos estão inclusos no circuito superior, que emana diretamente da modernização tecnológica. Já o circuito inferior é formado por atividades de pequena escala, assim como diferentes tipos de pequenos comércios, produção de bens manufaturados de capital não intensivo e uma gama de serviços não modernos. Segundo Santos (1978, p. 68), o funcionamento do circuito inferior se dá pautado mais em uma questão de necessidade do que de escolha, assim como o sustento e sobrevivência da família, sendo consequência das leis que regem o sistema capitalista.

O autor coloca que a diferença fundamental entre as atividades dos dois circuitos está nas diferenças de capital, tecnologia, organização, principalmente, mas também em outras características referentes à organização do trabalho, financiamento e modelo de negócio. Santos (1978) elabora um quadro síntese dessas diferenças (Tabela 1), às quais serão parcialmente exploradas dentro do contexto da cadeia da reciclagem pós-consumo.

Tabela 1 - As diferenças características entre o circuito superior e o circuito inferior da economia urbana.

	Circuito Superior	**Circuito Inferior**
Tecnologia	capital-intensivo	trabalho-intensivo
Organização	burocrática	primitiva
Capitais	importantes	reduzidos
Emprego	reduzido	volumoso
Assalariado	dominante	não obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor
Crédito	Bancário institucional	Pessoal – não institucional
Margem de Lucro	Reduzido por unidade, mas importante pelo volume de negócios	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizada
Custos fixos	importantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	nula
Reutilização de bens	nula	frequente
“Overhead capital”	indispensável	dispensável
Ajuda governamental	importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Santos (1978)

Apesar dessa síntese, Santos (1978) coloca que se deve considerar a combinação das variáveis para compreender o que torna cada circuito um subsistema do sistema urbano, sendo explicados pela combinação e relação entre as atividades realizadas em cada contexto, e aos setores da população que estão vinculados a eles. Os circuitos superior e inferior são interdependentes e interrelacionados, mas o circuito inferior é dependente do circuito superior (SANTOS, 1978, p. 44). O autor pontua que não existe um circuito intermediário, mas sim atores, elementos e atividades que transitam entre ambas em diferentes momentos.

Dentro de cada circuito, suas características compõem um sistema que possui uma lógica própria, porém, comparando as variáveis de um com o outro, nota-se uma contradição (SANTOS, 1978, p. 52 e 53). Pela organização do sistema capitalista, as características deles são complementares, refletindo a dominação do circuito superior e a dependência do inferior, enquanto base da relação dialética que os une:

> “Em outras palavras, dentro de cada circuito as características são mutuamente elucidativas e fazem parte de um sistema. Consideradas isoladamente, cada característica de um circuito é o inverso da característica correspondente do outro circuito e, portanto, opostas. Realmente, essa oposição é dialética, visto que as características do circuito inferior são explicadas pela economia como um todo, na qual o circuito superior está em posição dominante. É por essa razão que os dois circuitos formam dois subsistemas dentro do sistema urbano.” – Santos (1978), p. 62 e 63

Assim, propõe-se a seguinte reinterpretação da cadeia de reciclagem pós-consumo proposta por Demajorovic e Lima (2019), com base nos circuitos econômicos propostos por Santos (1978). Partindo-se do topo da pirâmide, tem-se que a indústria recicladora faz parte do circuito superior, por utilizar tecnologias que pressupõem o investimento intensivo de capital, contar com uma organização burocrática, operar dentro da formalidade, fazer uso de mão de obra assalariada ou de outros modelos de contratação legais e se enquadrar nas características de uma indústria urbana moderna. Vale ressaltar como as indústrias recicladores se enquadram na visão sobre o lucro do circuito superior, tendo-o como algo essencial à acumulação de capital, que é um pré-requisito para a continuação de suas atividades e investimentos em inovações tecnológicas. Assim, essas se enquadram no que Santos (1978)

chama de atividade “pura”, por serem um elemento específico da cidade e do circuito superior.

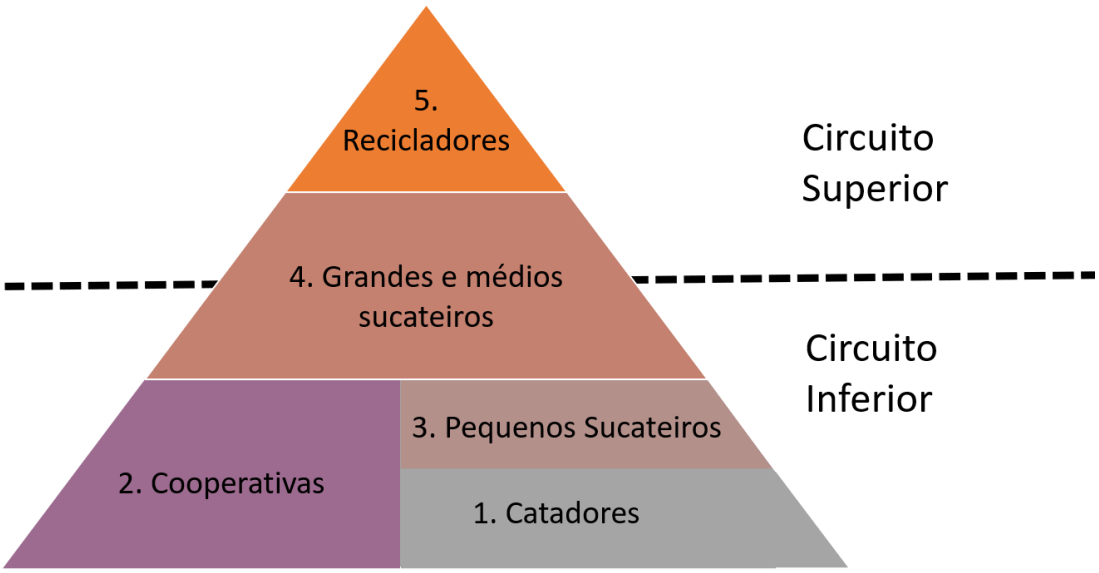
O circuito inferior é formado por diferentes tipos de pequenos comércios, produção de bens manufaturados de capital não intensivo, artesãos e serviços não modernos (SANTOS, 1978, p. 48). Dentro dessa caracterização, encontram-se os pequenos sucateiros, as cooperativas e os catadores. Apesar das diferenças entre as cooperativas e sucateiros, estes, junto aos catadores, possuem suas atividades econômicas estruturadas a partir de tecnologias baseados em trabalho-intensivo, contam com capitais reduzidos, organização primitiva, grande quantidade de mão-de-obra e estoques de pequena quantidade. Em verdade, eles se encaixam na descrição do autor para todas as variáveis contempladas pelo Quadro 1. Cabe ressaltar que, apesar da situação de informalidade de catadores autônomos e de muitas cooperativas e pequenos sucateiros que também se encontrarem nessa situação, não se pode compreender o circuito inferior enquanto sinônimo de informalidade, pois ele possui organização própria, assim como leis operacionais e de evolução (SANTOS, 1978, p. 47).

Os grandes e médios sucateiros fazem parte dos dois circuitos, enquanto atividade do tipo misto. Isso porque possuem ligação funcional tanto com o circuito superior (indústrias recicladoras), quanto com o circuito inferior (pequenos sucateiros, cooperativas e catadores). Estes operam de forma similar a como Santos (1978) descreve a atuação dos atacadistas, mas com um sentido de fluxo invertido. Porém, ao contrário dos atacadistas, ao invés de vender as mercadorias, eles compram o insumo de sua atividade econômica do circuito inferior, mas ambos têm seus lucros provenientes da exploração sobre o circuito inferior e uma capacidade logística e de armazenamento que lhes permite atuar diretamente com o circuito superior. Assim, muitas vezes atuam à frente de uma cadeia de intermediários, com o volume global dos negócios que realizam com o circuito inferior dando a magnitude de seus negócios bancários e indicando seu potencial de integrar o circuito superior.

A fim de integrar a lógica dos circuitos da economia urbana proposta por Santos (1978) à pirâmide da cadeia de reciclagem pós-consumo elaborada por Demajorovic e Lima (2019), foi elaborada a Figura 3, incorporando a uma

proposta gráfica que represente a diferenciação apontada entre as cooperativas e pequenos sucateiros.

Figura 3 - Cadeia da reciclagem pós-consumo localizada nos circuitos da economia urbana



Fonte: elaboração própria a partir de Demajorovic e Lima (2019) e Santos (1978)

CAPÍTULO 6. METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem comparativa de múltiplos casos, com um caráter explanatório, visando revelar as dinâmicas das relações de trabalho e organização política das catadoras e catadores de materiais recicláveis nas cidades de São Paulo e Buenos Aires. O foco esteve na análise das condições de trabalho, organização social e política, assim como o contexto urbano em que essas trabalhadoras e trabalhadores estiveram inseridos. Para isso, foram utilizadas diferentes ferramentas metodológicas, que incluíram tanto a análise documental quanto a coleta de dados empíricos por meio de entrevistas semiestruturadas.

Para além da compreensão sobre as dinâmicas estruturais das relações de trabalho e organização política, este estudo buscou dar voz às experiências individuais e coletivas das catadoras e catadores. A abordagem humanizada adotada permitiu explorar as trajetórias de vida, os desafios enfrentados e as estratégias de resistência e solidariedade desenvolvidas por essas trabalhadoras e trabalhadores. As histórias pessoais revelaram não apenas as condições materiais de suas atividades, mas também as dimensões subjetivas, que muitas vezes são excluídas das análises puramente estruturais.

A metodologia da pesquisa também buscou produzir conhecimentos que pudessem ser utilizados como ferramentas de fortalecimento para as catadoras, catadores e suas organizações. Ao documentar e analisar suas experiências, pretendeu-se oferecer subsídios que contribuíssem para a defesa de seus direitos, a ampliação de sua visibilidade e o aprimoramento de suas práticas organizativas.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica e documental. Foram abordadas produções acadêmicas e documentos oficiais que trataram da coleta de materias recicláveis e de sua cadeia produtiva, assim como das condições de trabalho das catadoras e catadores. Essa revisão embasou a compreensão teórica do problema, abordando a acumulação de capital nas cidades, a pobreza urbana e a cadeia produtiva da reciclagem.

Além disso, foram considerados textos que abordaram a conceituação de trabalho e informalidade.

Na segunda etapa, a pesquisa voltou-se à coleta de dados empíricos por meio de entrevistas semiestruturadas com catadoras e catadores de materiais recicláveis, tanto autônomos quanto membros de organizações. Essas entrevistas visaram explorar as trajetórias profissionais desses trabalhadores, suas condições de trabalho e os desafios enfrentados no cotidiano da coleta seletiva. Foram entrevistadas também referências das organizações de catadoras e catadores, buscando compreender suas formas de atuação e os arranjos institucionais com os quais se relacionaram, tanto em São Paulo quanto em Buenos Aires.

Ao todo, foram realizadas 28 entrevistas, sendo 14 na Grande São Paulo e 14 na Gran Buenos Aires. Em ambas as localidades, foram realizadas 7 entrevistas com catadores de base — aqueles que realizavam a coleta de materiais recicláveis como atividade de trabalho cotidiana — e 7 entrevistas com pessoas referências das organizações de catadoras e catadores. Foram entrevistados catadores e referências vinculados a 13 organizações, sendo 7 delas referentes ao contexto brasileiro e 6 ao argentino. A seleção das organizações visou garantir diversidade, considerando critérios de diferenciação como localização, modelo organizativo e capacidade produtiva. Essa abordagem permitiu captar variações significativas nas práticas e experiências, enriquecendo a compreensão das dinâmicas de trabalho e organização política em diferentes contextos urbanos. O trabalho de campo na região da Grande de São Paulo foi realizado entre junho e dezembro de 2025, enquanto o trabalho de campo na região da Gran de Buenos Aires foi realizado entre os meses de setembro e outubro de 2025.

Em comunhão com as entrevistas, o estudo incluiu visitas de campo para observar e acompanhar o espaço de trabalho das catadoras e catadores. Essas visitas permitiram uma compreensão mais aprofundada das rotinas, interações e desafios enfrentados no ambiente de catação, oferecendo oportunidades de percepção que complementaram os dados obtidos nas entrevistas. Ao todo, foram realizadas 6 visitas de campo a organizações de

catadoras e catadores e 4 visitas a espaços do ecossistema político e produtivo da reciclagem.

Os questionários elaborados e utilizados como base para as entrevistas estiveram contidos nos ANEXOS A e B. A estrutura e conteúdo propostos buscaram combinar uma abordagem objetiva e subjetiva, com o intuito de capturar a complexidade do trabalho e das vivências das catadoras e catadores de materiais recicláveis. Na primeira seção, perguntas objetivas permitiram traçar um perfil socioeconômico e ocupacional das pessoas entrevistadas, fornecendo uma base sólida para a análise quantitativa. Já a segunda seção adotou uma perspectiva qualitativa, explorando aspectos mais profundos, como trajetória laboral, percepções sobre o trabalho, dinâmicas de gênero e relações territoriais. Com essa abordagem, o questionário objetivou não apenas compreender as condições de trabalho, mas também dar voz às histórias e aspirações desses trabalhadores e trabalhadoras.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas com o auxílio do software de transcrição Transkriptor, ferramenta essencial para agilizar o processo e permitir o tratamento de um grande volume de conteúdo empírico, garantindo maior precisão e eficiência na sistematização dos dados qualitativos.

Os dados quantitativos obtidos a partir da caracterização dos entrevistados foram reunidos em gráficos e compuseram dashboards analíticos. Esses dashboards foram elaborados utilizando a plataforma monday.com, sendo estruturados de modo a contemplar tanto o conjunto total de pessoas entrevistadas quanto análises específicas. Foi elaborado um dashboard geral e outros quatro dashboards correspondentes a grupos específicos, permitindo uma leitura comparativa entre perfis e contextos distintos. Estes estão contidos nos ANEXOS C, D, E, F e G.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com sensibilidade, proporcionando um espaço de escuta atenta e respeitosa, onde as narrativas individuais contribuíram para a construção de um quadro mais rico, complexo e profundo sobre o papel dos catadores e catadoras. Essas entrevistas foram

analisadas tendo a trajetória laboral dos catadores e catadoras como base fundamental, com o objetivo de construir um quadro detalhado sobre as relações entre trabalho e organização política. A análise dos dados permitiu aprofundar a compreensão sobre o papel dessas trabalhadoras e trabalhadores na cadeia produtiva da reciclagem, bem como as diferenças e semelhanças entre as experiências das regiões metropolitanas de São Paulo e Buenos Aires.

Assim, os produtos da pesquisa foram elaborados a partir das sínteses e interpretações de todas as informações reunidas. Estes contemplaram diferentes formatos analíticos e representativos, visando oferecer uma visão abrangente sobre o trabalho das catadoras e catadores de materiais recicláveis. As entrevistas realizadas foram processadas de forma a gerar tanto sínteses quantitativas, que permitiram a caracterização geral dos trabalhadores, quanto relatos detalhados que trouxeram à tona suas histórias, percepções e vivências. Esses relatos qualitativos foram base para evidenciar as dimensões subjetivas e sociais do trabalho de catação, oferecendo um panorama humanizado e rico em nuances.

6.1 Delimitação do Conceito de Organização

O conceito de "organização" constitui um pilar fundamental nos estudos organizacionais, contudo, sua definição permanece polissêmica e profundamente influenciada pelo paradigma teórico adotado. Longe de ser um consenso, a compreensão do que vem a ser uma organização varia desde visões que a enxergam como um sistema racional e instrumental, voltado para a eficiência e o cumprimento de metas, até perspectivas que a concebem como um fenômeno social complexo, emergente de processos de interação, solidariedade e construção de sentido. Esta seção tem como objetivo mapear e contrastar essas diferentes concepções, apresentando inicialmente a visão sistêmico-funcionalista, que enfatiza a estrutura e a adaptação ao ambiente. Em seguida, explora-se a crítica radical oferecida pela Teoria Crítica, que revela a organização como um dispositivo de controle e alienação. Por fim, examinam-se abordagens contemporâneas que, superando a dicotomia entre

forma e processo, reposicionam a organização como uma realidade social dinâmica, fundamentada na pertença, na auto-organização e na complexidade. A análise dessa trajetória conceitual não apenas ilumina a multiplicidade de lentes analíticas disponíveis, mas também estabelece o terreno teórico necessário para a discussão proposta nesta dissertação.

Segundo uma perspectiva sistêmica e funcionalista, o conceito de organização é delineado a partir de características estruturais e finalísticas precisas. No estudo de Silva (2005), adota-se como referência a definição de Daft (2002, p. 11), que a caracteriza a partir de quatro aspectos fundamentais: “1. Organizações são entidades sociais que; 2. São dirigidas por metas; 3. Desenhadas como sistemas de atividades deliberadamente estruturados e coordenados e; 4. Ligadas ao ambiente externo”. Dessa forma, a organização é compreendida primordialmente como uma entidade social interativa e orientada por metas, cuja existência e eficácia dependem da coordenação intencional de indivíduos em torno de objetivos comuns e de sua contínua interação com um ambiente externo dinâmico, que inclui clientes, concorrentes e fornecedores.

A compreensão dessa entidade, conforme desenvolve Silva (2005), exige a análise de dois elementos fundamentais: a estrutura e a cultura organizacional. A estrutura refere-se ao arranjo deliberado das atividades, à divisão do trabalho e aos mecanismos de coordenação, sendo crucial para a eficiência operacional. Já a cultura, composta por valores, crenças e pressupostos compartilhados, constitui a identidade da organização e orienta o comportamento de seus membros, influenciando diretamente sua capacidade de adaptação e sobrevivência. Para além desses aspectos internos, o artigo ressalta a importância crítica da percepção das partes interessadas. A identidade e a estratégia organizacionais são, em grande medida, construídas e validadas a partir das percepções tanto internas (de dirigentes e funcionários) quanto externas (de clientes e associados). A análise dos *gaps* entre essas percepções oferece à organização um instrumento vital para alinhar sua imagem real com a ideal, direcionando estratégias que reduzam riscos e potencializem seu desenvolvimento no mercado. Assim, a abordagem de Silva (2005) apresenta uma visão multidimensional da organização, enfatizando sua

natureza social, sua arquitetura interna e sua contínua negociação de identidade com o ambiente externo.

Contudo, essa visão instrumental e aparentemente neutra da organização como sistema adaptativo é radicalmente questionada por abordagens de inspiração crítica. Sob a ótica da Teoria Crítica, a organização é conceituada como uma instância microcósmica que reflete e perpetua a estrutura repressiva da sociedade industrial. Nessa concepção, ela não é um ente neutro, mas um dispositivo concreto de controle social. Como sintetiza Drago (1992, p. 6), “as organizações como representações micro da macroestrutura da sociedade são o local privilegiado onde a repressão ao princípio do prazer, através do princípio da realidade, dá-se de forma completa”. Isso significa que a organização opera como um microssistema que internaliza e reproduz a lógica de dominação da macroestrutura, impondo uma racionalidade instrumental e técnica que subordina sistematicamente os impulsos e desejos individuais (princípio do prazer) às exigências de produtividade, ordem e eficiência (princípio da realidade).

Esse caráter repressivo desdobra-se, fundamentalmente, em um processo de alienação e homogeneização do indivíduo, conforme analisa Drago (1992). A organização promove a constituição de um “ego organizado”, no qual a subjetividade é remodelada para se adequar aos imperativos do sistema. Na sociedade unidimensional, surge a correspondente organização unidimensional hipermoderna, que busca apropriar-se inclusive do inconsciente, tornando os indivíduos dóceis e leais ao *status quo*. No entanto, a análise crítica proposta pelo autor não se encerra na mera constatação desse determinismo opressivo. Drago (1992) aponta que, paradoxalmente, as próprias organizações abrigam interstícios e brechas onde práticas heréticas e contra-hegemônicas podem germinar. Portanto, a Teoria das Organizações, nessa perspectiva, é convocada a voltar seu foco para o “trabalho herético” – presente tanto em organizações produtivas quanto não produtivas – compreendendo-o como um vetor potencial de resistência, desalienação e mudança social, capaz de desafiar a lógica totalizante do sistema a partir de suas próprias fissuras internas.

Em resposta às limitações tanto da visão funcionalista quanto da crítica totalizante, surgem perspectivas que buscam resgatar a organização como um fenômeno social positivo e constitutivo, fundado na solidariedade e na ação coletiva. Bauer (2016) propõe uma ressignificação fundamental do conceito de organização, contestando a visão hegemônica que a reduz a um artefato formal e instrumental. Partindo de uma crítica contundente ao legado funcionalista de Parsons, o autor argumenta que a definição parsoniana de organização — enquanto unidade social orientada para metas específicas, com estrutura baseada em papéis objetivos e função especializada no sistema social — opera uma cisão artificial e empobrecedora. Essa perspectiva, ao separar as "organizações formais", criadas deliberadamente para fins instrumentais, das "organizações sociais", entendidas como totalidades sistêmicas baseadas em relações, crenças e cultura, teria marginalizado o estudo de formas organizacionais fundadas na solidariedade e na ação coletiva, tratando-as como meras "disfunções" ou "informalidades" (BAUER, 2016, p. 4).

Em contraposição a essa visão reducionista, Bauer (2016) articula uma concepção de organização como fenômeno social profundamente enraizado na solidariedade, no pertencimento e em um projeto comum. Inspirado em autores clássicos e contemporâneos, o autor caracteriza a organização social a partir de elementos essenciais como os vínculos identitários e afetivos que fundam a pertença; uma intencionalidade coletiva ou propósito compartilhado que transcende objetivos utilitários imediatos; e relações solidárias e intersubjetivas baseadas no reconhecimento mútuo e na cooperação substantiva. Esta abordagem é sintetizada na afirmação de que "Tem-se uma organização quando existem interações sociais e um propósito comum a todos; quando há solidariedade baseada na participação em um empreendimento comum" (BAUER, 2016, p. 13), ressaltando a intuição coletiva de um "nós" como seu cerne.

Ademais, Bauer (2016) avança ao compreender a organização não como uma estrutura estática, mas como um processo dinâmico e emergente, frequentemente desencadeado por experiências de crise e transformação subjetiva. Com base em evidências empíricas, o autor demonstra que a ação organizativa surge de experiências limiares — como ameaças existenciais,

conflitos ou doenças — que rompem com a atitude natural individualista e catalisam uma ressignificação identitária coletiva. Nesse processo, a comunicação intersubjetiva permite a transcendência de realidades parciais e a construção de novas solidariedades. Portanto, a organização é concebida como um contínuo devir, um movimento de (re)produção de sentido e de ação coletiva que se origina e se sustenta na partilha de experiências transformadoras. Em síntese, Bauer (2016) defende uma reconceitualização da organização para além do paradigma instrumental, reposicionando-a como um fenômeno social complexo, cuja essência reside na solidariedade, no propósito comum e no processo contínuo de construção coletiva de significado.

Avançando na compreensão da organização como processo social dinâmico, teorias da complexidade propõem um quadro epistemológico integrador, capaz de abarcar as contradições e a natureza multifacetada do fenômeno organizacional. A produção de Serva, Dias e Alperstedt (2010) discute o conceito de organização a partir de um diálogo crítico entre paradigmas teóricos, estabelecendo um contraste fundamental entre as visões funcionalista e interpretacionista. Como os autores destacam, “Enquanto para os funcionalistas as organizações são objetos tangíveis, concretos e objetivos, ou seja, de abordagem instrumentalista, os interpretacionistas veem as organizações como processos que surgem das ações intencionais do ser humano, individualmente ou em harmonia com outras intenções” (SERVA, DIAS e ALPERSTEDT, 2010, p. 10). Rejeitando a redução da organização a um sistema fechado e unicamente orientado pela eficiência, o artigo propõe uma compreensão multidimensional e complexa. Sob essa ótica, inspirada em Guerreiro Ramos e na teoria da complexidade, a organização é entendida como um “fato social total” – um sistema aberto, dinâmico e inserido em contextos históricos, culturais e simbólicos, onde coexistem múltiplas racionalidades e contradições.

Sob a perspectiva interpretacionista e do paradigma da complexidade, Serva, Dias e Alperstedt (2010) concebem a organização, primordialmente, como uma construção social e um processo contínuo de auto-organização. Nessa visão, a organização não é um artefato estático, mas um fenômeno emergente e processual, constantemente reproduzido pelas ações intencionais dos atores,

por suas interações simbólicas e por relações de poder. Conceitos como autopoiese e auto-organização tornam-se centrais para descrever a organização como um sistema vivo, capaz de se regenerar e adaptar a partir de interações com ambientes incertos e de eventos imprevistos. Assim, a organização configura-se como um espaço social onde lógicas diversas (como a de mercado e a da solidariedade) se entrelaçam e se recombinam.

Por fim, os autores defendem a necessidade de uma abordagem dialética e não reducionista para o estudo das organizações. Isso implica superar dicotomias estanques – como objetivo/subjetivo, ordem/desordem ou funcionalismo/crítica – e adotar uma epistemologia que reconheça a natureza simultaneamente paradoxal do fenômeno organizacional. Serva, Dias e Alperstedt (2010) argumentam que as organizações são, concomitantemente, sistemas de ordem e desordem, de autonomia e dependência, de racionalidade instrumental e substantiva. A epistemologia da complexidade oferece, nesse sentido, as ferramentas para analisar a organização em sua lógica não linear e arborescente, onde crises, conflitos e mudanças não planejadas não são anomalias, mas elementos constitutivos de sua dinâmica vital e adaptativa.

Diante desse arcabouço teórico plural, a concepção de organização que orienta esta dissertação alinha-se a uma perspectiva inclusiva e complexa, capaz de abarcar a rica e diversa realidade das organizações compostas por catadores e catadoras. Para analisar esse universo, é fundamental uma visão que não se restrinja ao modelo formal-instrumental, mas que reconheça as organizações como fenômenos sociais totais, nos quais dimensões produtivas, políticas, culturais e simbólicas se entrelaçam. Esta abordagem permite compreender, em sua integralidade, desde associações e cooperativas com diferentes graus de formalização, escala produtiva e modelos de gestão, até redes e coletivos informais profundamente enraizados em territórios específicos. Todas essas configurações constituem a base material e organizativa tanto para a atuação econômica quanto para a ação política dessa categoria, sendo espaços de reprodução social, de construção de identidade coletiva e de luta por reconhecimento.

Ademais, esta concepção ampliada permite incluir, na análise, a figura do catador autônomo. Embora não integre cotidianamente uma organização

produtiva estruturada, ele está inexoravelmente inserido na categoria social e política de catadores. Esse pertencimento confere-lhe uma identidade comum e uma consciência de grupo que se manifesta nas arenas políticas e no reconhecimento da interatividade inerente ao seu trabalho – seja no compartilhamento informal de pontos de coleta, na troca de informações ou na dependência de uma cadeia de valor coletiva. Dessa forma, mesmo a atuação aparentemente individual se sustenta sobre uma substrato organizacional difuso, evidenciando que a organização, neste contexto, transcende a estrutura formal e manifesta-se como um campo social de práticas, significados e solidariedades compartilhadas. É esta lente abrangente e sensível à complexidade que guia a investigação, permitindo capturar a multifacetada realidade organizacional que constitui o mundo do trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

6.2 Estruturação Temática para a Interpretação dos Dados

Adota-se uma estratégia metodológica organizada para a análise do material. Sem sacrificar a riqueza e a nuance dos depoimentos, ela permite a sistematização, interpretação comparativa e a identificação de padrões temáticos. Para a análise das trinta entrevistas realizadas optou-se pela construção de uma grade de agrupamentos temáticos. Esta grade é derivada diretamente dos eixos estruturantes dos questionários, mas reorganizado de forma a superar a sequência linear das perguntas e abarcar os diálogos que se deram para além das perguntas pré-estabelecidas, visto o caráter semiestruturado das entrevistas.

A proposta organiza os dados em sete grupos temáticos inter-relacionados. A estrutura é aplicada a ambos os conjuntos de entrevistas. Ela permite triangular perspectivas – contrastando a visão da experiência concreta e individual (do catador no território) com a visão da gestão e representação coletiva (da liderança na organização) sobre os mesmos temas macro. Dessa forma, não se analisam dois universos desconectados, mas duas facetas de um mesmo fenômeno social, examinadas através de lentes complementares.

A seguir, detalha-se cada um dos sete grupos temáticos que compõem a estrutura analítica, explicitando sua finalidade, o conteúdo dos questionários que o integra e sua manifestação específica em cada um dos instrumentos de pesquisa.

Grupo 1: Perfil Socioeconômico e Ocupacional

- **Objetivo:** Mapear as características objetivas, estáticas e contemporâneas dos entrevistados, construindo um retrato-demográfico e ocupacional que sirva como base contextual para toda a análise subsequente. Este grupo busca responder "quem é" o sujeito da pesquisa em termos cadastrais e de sua inserção formal no mundo do trabalho da catação.
- **Conteúdo no ANEXO A (Catadores/as):** Abrange a Seção 1 (Caracterização Geral), com exceção da descrição narrativa do dia de trabalho. Inclui dados pessoais (idade, gênero, raça/etnia), ocupacionais (tempo de experiência, bairros de atuação), socioeconômicos (renda média, fonte principal de renda) e de vínculo organizacional (se possui, tempo de vínculo, função, participação em assembleias).
- **Conteúdo no ANEXO B (Lideranças):** Corresponde à Seção 1 (Caracterização Geral da Liderança), coletando dados pessoais da liderança e sua situação socioeconômica específica (se o cargo é remunerado, outras atividades). O vínculo e cargo na organização também são captados aqui.

Grupo 2: Condições e Rotina de Trabalho

- **Objetivo:** Analisar a materialidade concreta e cotidiana da atividade da catação, com foco na organização prática, nas ferramentas, nos riscos à saúde e nas dinâmicas imediatas que regulam o ponto de trabalho.
- **Conteúdo no ANEXO A (Catadores/as):** É o núcleo da experiência individual direta. Contém a parte final da Seção 1.4 (horas/dia, dias da semana, descrição detalhada de um dia de trabalho, posse de EPI, problemas de saúde relacionados) e a Seção 2.4 (diferenças de gênero nas dinâmicas cotidianas). A pergunta sobre "regras no trabalho" da

Seção 2.2, quando referente a normas informais de conduta no território, também se inclui aqui.

- **Conteúdo no ANEXO B (Lideranças):** Possui presença indireta e tangencial. Surge apenas quando a liderança, ao descrever sua relação com os catadores (Seção 2.2), menciona demandas destes relativas a equipamentos, rotinas ou problemas de saúde no dia a dia.

Grupo 3: Trajetória Pessoal e Histórica

- **Objetivo:** Compreender o processo de formação do sujeito individual ou coletivo, reconstituindo os caminhos, rupturas e momentos críticos que levaram à inserção na catação ou à fundação da organização.
- **Conteúdo no ANEXO A (Catadores/as):** Corresponde à totalidade da Seção 2.1 (Trajetória Laboral), que pergunta sobre o primeiro trabalho, a sequência de ocupações ao longo da vida, os momentos de mudança e, especificamente, como começou e o que motivou a permanência na catação.
- **Conteúdo no ANEXO B (Lideranças):** Corresponde à totalidade da Seção 2.1 (História da Organização), abordando a fundação, as motivações originais e os momentos marcantes da trajetória do coletivo.

Grupo 4: Território e Espaço Urbano

- **Objetivo:** Examinar a relação complexa e multifacetada dos catadores e de suas organizações com a cidade. Envolve desde a experiência sensível e afetiva de circular e trabalhar no espaço público até as estratégias políticas de ocupação e disputa por áreas de atuação.
- **Conteúdo no ANEXO A (Catadores/as):** Abrange a Seção 2.3 (Mapeamento e Território) em sua integralidade. Explora as dificuldades práticas, barreiras físicas e sociais, regras de convivência na rua, lugares de interdição ("não pode entrar") e, de forma crucial, os sentimentos (alegria, medo, satisfação) associados ao trabalho no território.
- **Conteúdo no ANEXO B (Lideranças):** Encontra-se na Seção 2.3 (Atuação Territorial), que investiga a abrangência geográfica da

organização, os desafios específicos de cada área e as estratégias utilizadas para garantir e legitimar seu espaço de atuação perante o poder público e outros atores.

Grupo 5: Organização Coletiva e Relações de Poder

- **Objetivo:** Investigar as estruturas, dinâmicas internas e articulações externas das formas de associação coletiva. Foca na governança, na participação, nas relações de poder internas e na capacidade de representação política e negociação com instâncias externas.
- **Conteúdo no ANEXO A (Catadores/as):** Deriva da Seção 1.3 (itens sobre participação em reuniões) e, principalmente, da Seção 2.5 (Organização e Relações Políticas), que pergunta sobre a relação com outros catadores e com a organização, e sobre a percepção da capacidade representativa desta.
- **Conteúdo no ANEXO B (Lideranças):** Constitui o eixo central e mais extenso do questionário. Engloba as Seções 2.2 (Relação com Catadores), 2.4 (Visão Política da Organização) e 2.5 (Desafios e Lutas), cobrindo a oferta de serviços, o diálogo com a base, os objetivos políticos, as relações com outras entidades, movimentos sociais, órgãos públicos e empresas.

Grupo 6: Percepções, Identidade e Reconhecimento

- **Objetivo Analítico:** Acessar a dimensão simbólica e subjetiva do trabalho, decodificando como os sujeitos constroem o significado de sua atividade, elaboram sua autoimagem, lidam com o estigma e articulam discursos de valorização e demandas por reconhecimento social.
- **Conteúdo no ANEXO A (Catadores/as):** Concentra-se na Seção 2.2 (Percepção sobre o Trabalho), captando a avaliação das condições, os desafios e oportunidades percebidos, o pensamento sobre o papel socioambiental da catação, o tratamento recebido na rua e, de forma nuclear, o que o entrevistado pensa e sente sobre ser catador. Elementos das seções finais (2.6, 2.7) sobre sonho e mensagem também contribuem.

- **Conteúdo no ANEXO B (Lideranças):** Manifesta-se quando a liderança elabora um discurso sobre a categoria "catador". Está presente na Seção 2.4, ao expressar uma visão política que inclui a valorização da categoria, e na Seção 3.2, ao discorrer sobre estratégias para maior reconhecimento social e político. A Seção 4 (Reflexões) também aporta material.

Grupo 7: Desafios, Conquistas e Futuro

- **Objetivo:** Sistematizar a avaliação dos entraves enfrentados, celebrar as vitórias alcançadas e mapear as expectativas, aspirações e projetos para o futuro, tanto em nível individual quanto coletivo.
- **Conteúdo no ANEXO A (Catadores/as):** Surge da parte da Seção 2.2 que trata dos "principais desafios e oportunidades", e da Seção 2.6 (Futuro e Perspectivas) na íntegra, incluindo expectativas para o trabalho, desejos de mudança e o sonho pessoal.
- **Conteúdo no ANEXO B (Lideranças):** Distribui-se pelas Seções 2.5 (Desafios e Lutas da organização), 3.1 (Futuro da Organização), 3.2 (Futuro dos Catadores) e 4 (sonho). Aqui se condensam os problemas institucionais, as reivindicações coletivas, os planos estratégicos e a visão de longo prazo para a categoria.

A operacionalização da análise é conduzida por meio de um processo sequencial e integrado. Inicialmente, o conteúdo das entrevistas é segmentado e agrupado nos sete eixos temáticos definidos, dando origem a um banco de dados textual específico para cada grupo. A partir desses conjuntos organizados, procede-se a uma análise intra-grupo, na qual cada bloco temático é interpretado em profundidade para identificar seus padrões, contradições internas e nuances particulares. O passo seguinte consiste em uma análise relacional, que busca conectar e estabelecer diálogos entre os diferentes grupos, articulando-os através de perguntas analíticas que cruzam suas dimensões — por exemplo, examinando de que forma a trajetória individual se relaciona com a percepção sobre a organização coletiva. Por fim, realiza-se uma análise contrastante, que coloca em perspectiva, dentro de cada tema, os discursos dos catadores e das lideranças, com o objetivo de

mapear sistematicamente convergências, divergências e complementaridades entre a experiência vivida na base e a visão institucional.

6.3 Estruturação dos Grupos de Análise

A análise dos dados obtidos através das entrevistas semiestruturadas adota uma estrutura de segmentação dos participantes que visa enriquecer a interpretação qualitativa através de dois eixos comparativos fundamentais: o geográfico-nacional e o de atuação dentro da cadeia da reciclagem. Para além das sete categorias temáticas previamente delineadas para a segmentação do conteúdo, os(as) entrevistados(as) serão organizados em quatro grupos analíticos principais. Esta dupla estratificação – por país e por função – tem como objetivo principal estabelecer diálogos analíticos produtivos, permitindo identificar semelhanças, divergências, tensões e complementaridades tanto entre os contextos nacionais investigados quanto entre as diferentes experiências e perspectivas no interior do movimento de catadores.

A primeira e mais ampla divisão separa os participantes em dois macro-grupos nacionais, refletindo os territórios da investigação de campo:

- Catadores e Catadoras da Gran Buenos Aires – Argentina, cuja sigla de identificação é BA;
- Catadores e Catadoras da Região da Grande São Paulo – Brasil (SP), cuja sigla de identificação é SP.

A comparação sistemática entre os Grupos BA e SP permitirá transcender as análises puramente locais, buscando entender como estruturas políticas, econômicas e sociais mais amplas modelam a profissão e a luta dos catadores. Questões como a relação com o Estado, os modelos de financiamento, a percepção de reconhecimento social e os impactos de crises econômicas podem ser contrastados, iluminando fatores universais e específicos na construção da cidadania desta categoria trabalhista.

Reconhecendo a heterogeneidade interna ao universo dos catadores, cada um dos dois macro-grupos nacionais é subdividido em duas categorias fundamentais, definidas pelo lugar de atuação e escopo de representação:

- Subgrupo 1: Catadores e Catadoras de Base. São os trabalhadores e trabalhadoras que exercem cotidianamente a atividade fim da catação, triagem, processamento e comercialização de materiais recicláveis. Eles podem atuar de forma individual (autônomos) ou serem membros de cooperativas e associações, onde realizam o trabalho operacional. Suas entrevistas tendem a focalizar as condições materiais imediatas do trabalho: a jornada, os riscos à saúde, o acesso a equipamentos de proteção e as dinâmicas internas do grupo produtivo. Sua perspectiva é essencialmente ancorada na prática diária, fornecendo um retrato vívido dos desafios e das estratégias de sobrevivência e reprodução social.
- Subgrupo 2: Representantes de Organizações de Catadores. Este grupo é composto por indivíduos que, tendo geralmente uma trajetória prévia como catadores de base, assumiram funções de liderança, representação política, gestão administrativa ou articulação institucional. Eles atuam como presidentes, gestores e coordenadores de cooperativas, ou como representantes em fóruns, redes, movimentos e sindicatos. Suas narrativas frequentemente abordam questões de outra ordem: a negociação com o poder público, a busca por editais e projetos, a construção de marcos legais, os conflitos e as alianças dentro do movimento, e a visão estratégica para o futuro da categoria. Eles oferecem uma leitura mais panorâmica e política do campo.

No total, temos, portanto, quatro grupos analíticos finais:

1. Catadores de Base da Gran Buenos Aires (CB-BA): 7 participantes.
2. Representantes de Organizações da Gran Buenos Aires (RO-BA): 7 participantes.
3. Catadores de Base da Grande São Paulo (CB-SP): 7 participantes.
4. Representantes de Organizações da Grande São Paulo (RO-SP): 7 participantes.

Esta divisão em quatro quadrantes (País x Função) não é meramente organizacional; é um dispositivo analítico. Ela permite cruzar os dois eixos e formular perguntas de pesquisa mais refinadas.

- Diálogo Vertical (dentro de cada país): Comparar CB-BA com RO-BA e CB-SP com RO-SP permite investigar eventuais tensões ou sinergias entre a "base" e a "liderança".
- Diálogo Horizontal (entre países por função): Comparar CB-BA com CB-SP (as bases) e RO-BA com RO-SP (os representantes) isola a variável "função" para observar o peso do contexto nacional.

Em síntese, esta segmentação busca captar a complexidade do objeto de estudo. Ela reconhece que a categoria "catador" não é monolítica, sendo atravessada por diferenças nacionais e por uma divisão sociotécnica do trabalho dentro de seu próprio movimento. Ao estabelecer estes diálogos analíticos planejados, a metodologia visa produzir uma compreensão multidimensional, capaz de dar conta tanto das lutas materiais cotidianas quanto dos projetos políticos em disputa, sempre situando essas vozes em seus contextos específicos e em sua relação com o todo.

CAPÍTULO 7. RESULTADOS

7.1 Visitas técnicas

A realização das visitas técnicas constituiu um eixo metodológico fundamental para a compreensão das múltiplas dimensões que atravessam o trabalho das organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Para além do levantamento de dados secundários ou de entrevistas formais, o deslocamento até os locais de trabalho e a imersão no cotidiano desses sujeitos revelaram-se imprescindíveis para uma verdadeira ambientação da pesquisa no universo investigado. Foi no contato direto com os espaços — fossem eles garagens improvisadas, galpões sob viadutos ou unidades produtivas integradas a ecossistemas comunitários — que se tornaram perceptíveis as condições materiais e infraestruturais concretas que moldam a rotina laboral. Essa aproximação permitiu observar in loco as dinâmicas de organização do trabalho, desde a triagem manual em condições de precariedade até o uso de tecnologias sociais e inovações produtivas, viabilizando um acompanhamento qualificado das atividades desempenhadas pelas catadoras e catadores. As visitas realizadas não apenas subsidiaram a análise com dados empíricos ricos, mas também permitiram construir uma compreensão situada sobre as trajetórias, as lutas e as inovações que constituem o universo das catadoras e catadores de materiais recicláveis.

7.1.1 Coletivo Informal de Dona Cida Preta

A primeira visita técnica realizada foi ao Coletivo Informal da Dona Cida Preta, localizado no bairro do Grajaú, zona sul de São Paulo. Trata-se de uma organização que opera de maneira informal, tendo como ponto de encontro a própria residência de Dona Cida, que também é a responsável pela articulação das atividades. Um aspecto marcante do coletivo é sua composição exclusivamente feminina, formado por moradoras do bairro.

Figura 4 - Área externa em frente a Casa de Dona Cida Preta, onde é realizada a separação dos materiais coletados.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Diariamente, as integrantes montam a estrutura de trabalho em frente a garagem da residência, expondo os materiais para realizar a triagem e, ao final do dia, recolhem tudo, reorganizando o espaço (Figuras 4 e 5). Essa rotina evidencia a precariedade estrutural enfrentada, mas também a resiliência do grupo.

Figura 5 - Garagem da residência de Dona Cida Preta, onde os materiais recicláveis são armazenados.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Apesar da informalidade do coletivo no momento da visita, Dona Cida demonstrou estar em processo de formalização, possuindo uma cooperativa com CNPJ e documentação regularizada. Ela manifestou a expectativa de participar de um novo chamamento público previsto para dezembro de 2025, por meio do qual espera obter a cessão de um espaço adequado e o recebimento de equipamentos essenciais, como esteira e prensa.

A divisão do trabalho no coletivo reflete uma organização baseada nas habilidades e necessidades do grupo. Enquanto duas mulheres são responsáveis pela coleta porta a porta no bairro, as demais atuam na triagem do material. Dona Cida, por sua vez, exerce um papel central e multifacetado: além de articular os dias de retirada do material e realizar o pagamento das demais integrantes, é ela quem prepara o almoço coletivo, reforçando o caráter comunitário do grupo (Figura 6).

Figura 6 - Dona Cida Preta cozinhando o almoço do coletivo na cozinha de sua casa. Registros de reportagens e homenagens abordando o trabalho de catação realizado por Dona Cida.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A logística de escoamento dos materiais ocorre por meio de parceria com outra organização de catadores, que realiza a retirada uma vez por semana. O ritmo de trabalho é intermitente, como descreveu Dona Cida: “Nós estamos trabalhando um dia sim, um dia não. Quando dá, a gente vem dois, três dias juntos.” Essa dinâmica aponta tanto para a flexibilidade do grupo quanto para os desafios de manter uma rotina contínua de trabalho.

As integrantes do coletivo compartilham não apenas a atividade laboral, mas também uma profunda ligação com o território. Todas são moradoras do Grajaú, mais especificamente no Jardim Lucélia, e algumas residem na região há décadas, tendo participado do processo de ocupação da área há cerca de 40 anos. Essa longa trajetória no território confere ao grupo um conhecimento valioso sobre a comunidade e suas redes de sociabilidade.

Nos dias de trabalho, a realização do almoço coletivo se destaca como um importante momento de convívio e troca (Figura 7). A comida, preparada na hora e descrita como “muito gostosa”, torna-se um elemento central que vai além da nutrição, configurando-se como um espaço de conversas, partilha de informações e fortalecimento dos vínculos entre as mulheres.

Figura 7 - Almoço coletivo realizado na praça em frente à casa de Dona Cida Preta.



Fonte: Autoria própria, 2025.

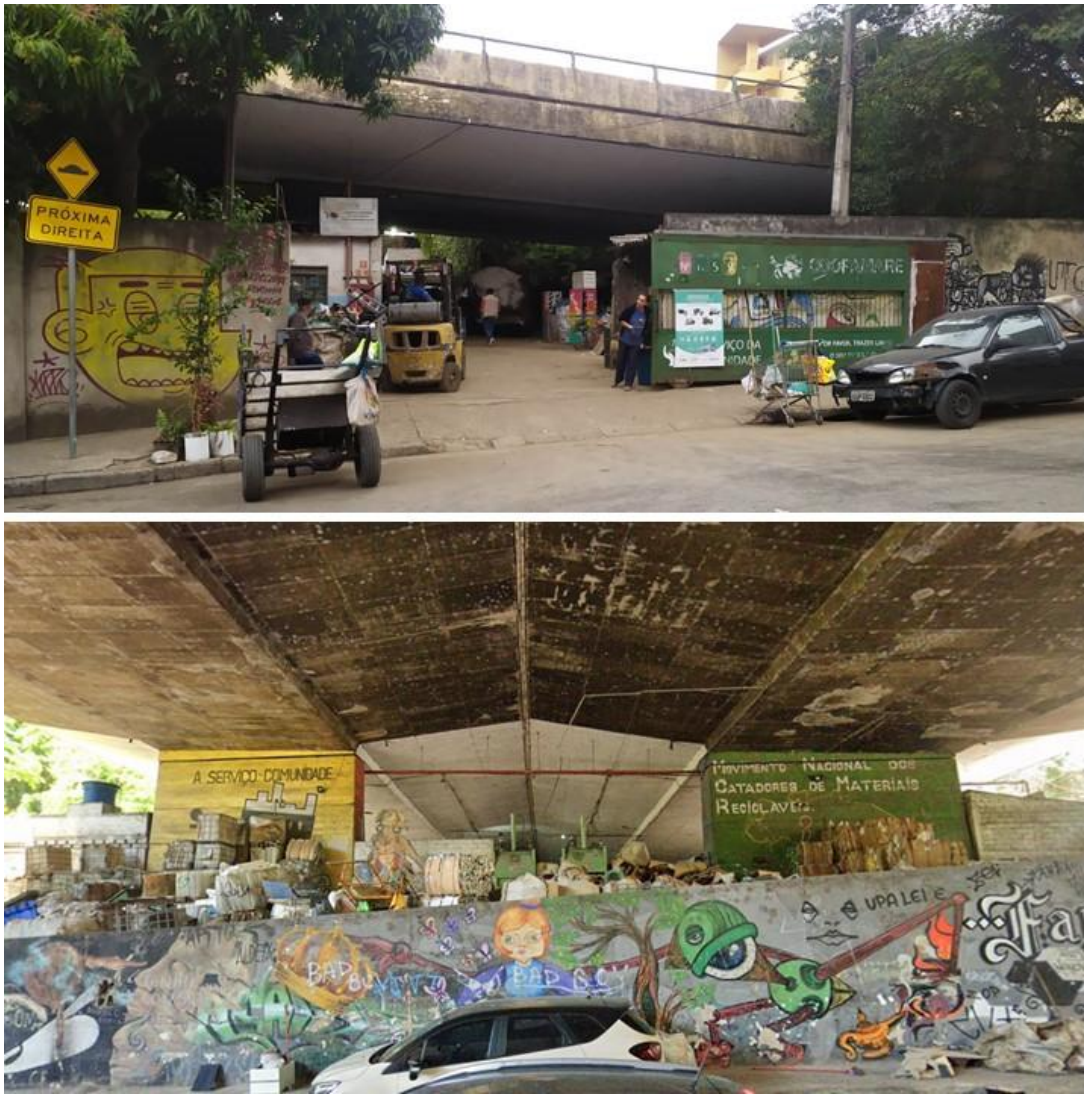
Por fim, é relevante notar que o coletivo está em atividade conjunta há cerca de seis meses, embora algumas integrantes já auxiliassem Dona Cida em atividades de catação anteriormente. Essa trajetória recente, mas construída sobre laços pré-existentes, revela um processo de organização gradual, baseado na confiança e na colaboração mútua entre essas mulheres.

7.1.2 COOPAMARE - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis

A visita realizada à COOPAMARE – Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – revelou não apenas o funcionamento de uma unidade de reciclagem, mas sobretudo um marco histórico e simbólico do movimento de catadores no Brasil. Fundada em 1989, é reconhecida como a cooperativa de catadores em atividade mais antiga do país, completando 35 anos de existência. Sua origem remonta a um contexto de mobilização social e luta por dignidade, tendo nascido de uma articulação

inicial com a Organização de Auxílio Fraterno (OAF), entidade vinculada a igreja católica que trabalhava com a população em situação de rua. Em meio a uma celebração chamada "Missão do Povo da Rua", catadores de papel, juntamente com outros trabalhadores informais como engraxates e guardadores de carros, começaram a se organizar. Três catadores deram o passo inicial ao armazenar papel em um pequeno cômodo e começar a comercializá-lo conjuntamente. O êxito da iniciativa levou à formação da primeira associação de catadores de material reciclável da cidade de São Paulo. Esse movimento também teve um caráter político de resistência à gestão do então prefeito Jânio Quadros, cuja política higienista, apreendia as carroças e impedia o trabalho dos catadores. A criação da COOPAMARE foi, portanto, uma resposta para afirmar a categoria como profissional e digna, reivindicando o direito à cidade e ao trabalho.

Figura 8 - Vista externa da COOPAMARE.



Fonte: Compilação do autor[1], 2025.

Localizada em um ponto geográfica e socialmente estratégico, a cooperativa está instalada sob o Viaduto Paulo VI, no bairro de Pinheiros, área nobre da capital paulista (Figura 8). Essa localização, paradoxalmente, é um dos fatores que moldam sua dinâmica de trabalho. A área de atuação da coleta abrange bairros de alto poder aquisitivo, como Jardim América, Jardins, Vila Madalena, Pompéia, Faria Lima, Paulista, Perdizes e Sumaré, o que, segundo os cooperados, garante um fluxo de materiais recicláveis de alto valor, oriundos de condomínios, bares e restaurantes que atendem a um roteiro semanal de coleta.

[1] Foto de autoria própria e imagem do Google Maps (2025).

Atualmente, a COOPAMARE conta com 26 cooperados fixos, número que, historicamente, nunca ultrapassando a centena. Além desses, a cooperativa serve como ponto de apoio e comercialização diária para cerca de 30 a 50 catadores autônomos da região, que ali vendem seus materiais. Um diferencial importante é a política de preços justos adotada: a cooperativa paga valores mais elevados do que os praticados por ferros-velhos, além de oferecer infraestrutura como banheiro para banho e a participação em eventos e festividades realizados pela cooperativa, fortalecendo a rede de catadores. A sustentabilidade financeira da COOPAMARE advém exclusivamente da venda dos materiais coletados e triados, sem repasses regulares do poder público para sua manutenção.

Figura 9 - Esteira de triagem dos materiais coletados.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A organização interna segue o regime tradicional de cooperativas, onde todos os cooperados, inclusive os que ocupam funções de gestão, são remunerados por hora trabalhada, não havendo gratificação adicional para as tarefas administrativas. A infraestrutura, embora instalada sob um viaduto, é notável e fundamental para a eficiência do trabalho: conta com esteira de triagem (Figura 9), prensa, empilhadeira e um pequeno caminhão para a coleta (Figura 10).

Figura 10 - Dudu Catador (de vermelho) e outro cooperado juntos à empilhadeira e o caminhão utilizado para a coleta.



Fonte: Autoria própria, 2025.

O espaço físico é dividido entre área administrativa, copa para os cooperados, e um amplo pátio onde se organizam dezenas de bolsões com materiais já triados, além de caçamba específica para o armazenamento de vidro (Figura 11).

Figura 11 - Bolsões com os materiais triados e a caçamba para armazenamento do vidro.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A trajetória da COOPAMARE é marcada por uma constante luta pela permanência em seu território. A instalação sob o viaduto, conquistada e mantida por meio de intensa mobilização social, já foi alvo de tentativas de remoção pelo poder público municipal. Em resposta, a cooperativa e seus apoiadores realizaram muitos atos de resistência e luta pela permanência,

como o "abraço" ao redor da cooperativa e do viaduto reunindo catadores e apoiadores. Por fim, a COOPAMARE conquistou uma permissão de uso da área.

A relação com o poder público é descrita como pontual e contraditória: o governo municipal, historicamente, só aparece com frequência em momentos de tentativa de remoção; o governo estadual é praticamente ausente; já com o governo federal, a relação se dá por meio de projetos específicos, como o que viabilizou um marco na vida dos cooperados: a conquista de moradia popular. Por meio do programa Crédito Solidário, uma iniciativa dos governos Lula, entre os anos de 2003 e 2005, 90 catadores da cidade de São Paulo foram contemplados com unidades habitacionais. Após mais de 20 anos de espera, os dois condomínios – Conquista e Novo Horizonte – foram entregues, e atualmente diversos catadores residem nesses locais. Essa conquista, mencionada com orgulho durante a visita, simboliza a intersecção entre a luta pelo trabalho e o direito à cidade, materializando um avanço significativo na qualidade de vida desses trabalhadores, que há décadas atuam nas ruas.

7.1.3 Kombosa Seletiva e Cooper Glicério

Outra visita foi realizada a duas organizações de catadores localizadas na região central de São Paulo, no bairro da Liberdade, especificamente embaixo do viaduto do Glicério: a Kombosa Seletiva e a Cooperativa de Trabalho e da Coleta Seletiva dos Catadores da Baixada do Glicério (Cooper Glicério) (Figura 12). Apesar de atuarem no mesmo território e compartilharem o espaço físico e a infraestrutura, as duas organizações apresentam modelos de negócio e estruturas jurídicas distintas, o que tornou a visita particularmente rica para a compreensão da diversidade de formas organizativas dentro do movimento de catadores.

Figura 12 - Espaço da Cooper Glicério abaixo do Viaduto do Glicério.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A Kombosa Seletiva é uma organização formal composta por doze integrantes, sendo sete mulheres e cinco homens. Diferentemente do modelo cooperativista tradicional, a Kombosa se estrutura como uma empresa de impacto socioambiental. Criada em 2014, foi a partir de 2020, quando se formalizou como Microempresa (ME), que a organização experimentou um crescimento significativo. Atualmente, sua estrutura jurídica é composta por uma ME e mais onze Microempreendedores Individuais (MEI). Durante a conversa, um dos integrantes fez questão de diferenciar o modelo da organização das empresas de capital tradicional, explicando que todo o recurso que entra é dividido e rateado entre todos. Para dar conta da administração e da operação, contam com o apoio de um contador e utilizam um aplicativo chamado "Meu Resíduo", um exemplo de como buscam incorporar tecnologia e inovação a partir da perspectiva dos próprios catadores.

O foco de atuação da Kombosa é a prestação de serviços para clientes específicos, realizando a coleta de resíduos recicláveis e, também, orgânicos em empresas, instituições e condomínios. Para isso, a organização conta com

uma frota composta por uma van, uma Sprinter, uma Kombi e um veículo elétrico (Figura 13), todos de propriedade coletiva do grupo. Para além da coleta dos materiais, a gestão do trabalho é organizada em três times principais: administrativo, logística e educação ambiental. Os integrantes reforçaram que não há hierarquia fixa e que as funções são revezadas, sempre buscando a discussão e a decisão coletiva como norte.

Figura 13 - O catador Sérgio Bispo e o veículo elétrico.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Em termos de benefícios e condições de trabalho, a Kombosa apresenta um avanço significativo em relação ao trabalho informal ou mesmo a algumas cooperativas. Eles fornecem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e todos os integrantes, na qualidade de sócios e colaboradores, possuem MEI. Por meio de parcerias, como a estabelecida com o banco West Bank, conseguem oferecer seguro de vida ao grupo. Outra parceria mencionada foi com o Hospital Albert Einstein, que disponibiliza um serviço de tele saúde para os catadores. A preocupação com o bem-estar se estende também à distribuição dos resultados: mensalmente, 10% dos saldos financeiros de toda a produção é separado para, no final do ano, ser repassado como um décimo terceiro salário. Além disso, promovem uma confraternização de final de ano com um almoço para todos os integrantes e suas famílias em um restaurante da cidade.

Um aspecto fundamental da operação da Kombosa é que ela não possui um galpão próprio para a triagem do material coletado. É nesse ponto que se estabelece a simbiose com a Cooperativa de Trabalho e da Coleta Seletiva dos Catadores da Baixada do Glicério (Cooper Glicério). A Kombosa atua como uma unidade produtiva dentro do espaço da cooperativa, utilizando sua infraestrutura para realizar a triagem, armazenagem, pesagem e prensagem dos recicláveis (Figura 14).

Figura 14 - Área que a Kombosa Seletiva utiliza para a triagem e armazenamento de seus materiais.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A Cooper Glicério, por sua vez, funciona também como uma cooperativa tradicional de catadores, com seus próprios cooperados que mantêm vínculo direto com ela. No entanto, sua atuação vai além, ao ceder espaço e infraestrutura para que outras organizações, como a Kombosa Seletiva, também possam operar. Essa convivência e trabalho conjunto permitem ganhos de escala para todos, como a realização de vendas coletivas de materiais e o rateio dos custos com a manutenção dos equipamentos e do espaço físico, fortalecendo o arranjo produtivo local. A Cooper Glicério possui um histórico de luta e resistência, tendo enfrentado e superado diversas ameaças para garantir a permanência em seu território, consolidando-se como um ponto de apoio fundamental para a reciclagem na região.

7.1.4 Cooperativa Recuperadores Urbanos del Oeste

Foi realizada uma visita à Cooperativa de Recuperados Urbanos del Oeste (RUO), que teve seu processo de organização iniciado durante a crise econômica argentina de 2001, embora sua constituição formal como cooperativa tenha ocorrido apenas em 2018. A visita contemplou um dos centros verdes da cooperativa, localizado no bairro de Caballito, espaço que funciona como ponto de acumulação e triagem inicial dos materiais recolhidos pelos catadores cooperados (Figura 15), sendo posteriormente transportados por caminhão até a planta industrial onde ocorrem a triagem e os demais processamentos.

Figura 15 - Pátio central do Centro Verde da RUO em Caballito e os resíduos triados em bolsões.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A cooperativa é composta por aproximadamente 800 membros formalmente associados, mas sua estrutura organizacional abrange mais de mil pessoas vinculadas à organização, incluindo cerca de 200 catadores informais que, embora não sejam membros formais, mantêm vínculo comercial com a cooperativa vendendo-lhe o material que coletam e recebendo recursos em contrapartida. A origem da RUO está diretamente relacionada aos catadores que habitavam a região oeste do conurbano de Buenos Aires, especificamente das localidades ao longo da linha de trem Sarmiento, como Moreno, Merlo e Paso del Rey, de onde muitos cooperados ainda se deslocam diariamente até a capital para realizar o trabalho de coleta, que atinge um volume mensal aproximado de 1300 toneladas de material.

Para a coleta porta a porta, os catadores utilizam carrinhos de mão no formato tradicionalmente empregado em feiras livres, além de triciclos especializados, cuja manutenção é realizada na própria cooperativa (Figura 16).

Figura 16 - Triciclos especializados e carrinhos de mão utilizados na coleta porta a porta.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A cooperativa dispõe de uma área de recuperação ambiental que funciona como trilha para educação ambiental e espaço de lazer (Figura 17), sendo aberta à comunidade e recebendo turmas escolares diariamente para visitas e atividades pedagógicas (Figura 18).

Figura 17 - Área de recuperação ambiental e trilha educativa na RUO.



Fonte: Autoria própria, 2025.

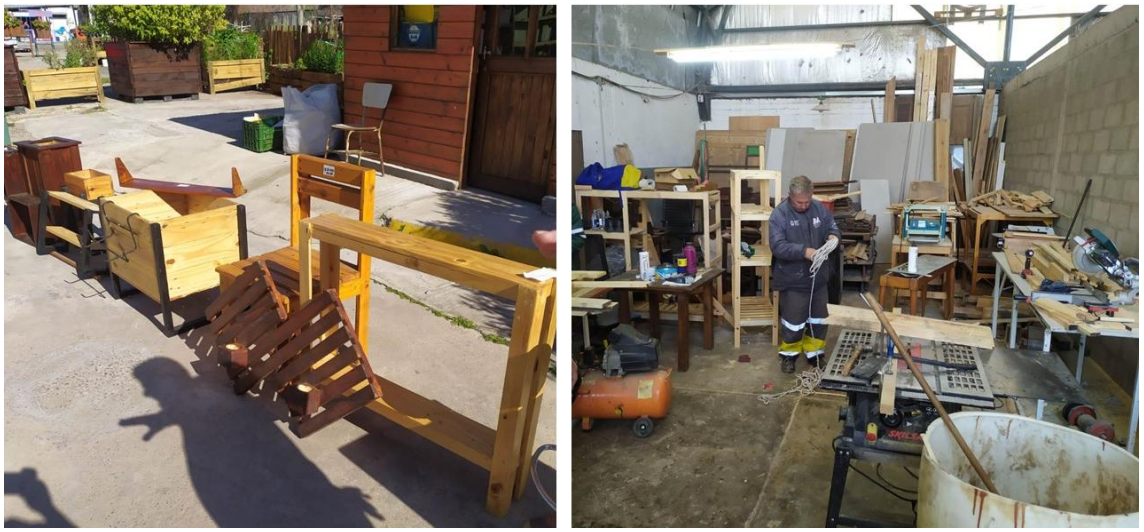
Figura 18 - Ônibus escolar e turma de crianças em visita à RUO.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A diversificação das atividades econômicas desenvolvidas pela RUO constitui aspecto fundamental de seu funcionamento, uma vez que, para além da coleta, triagem, prensagem e comercialização dos materiais recicláveis, a cooperativa conta com múltiplas oficinas que processam os materiais coletados para a produção de novos produtos, fechando assim o ciclo produtivo ao gerarem novas mercadorias a partir dos recicláveis.

Figura 19 - Móveis produzidos a partir de materiais coletados e marcenaria da RUO.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Figura 20 - Ateliês de costura e de serigrafia da RUO, junto com os produtos confeccionados.



Fonte: Autoria própria, 2025.

As oficinas existentes incluem marcenaria, onde são produzidos móveis a partir de paletes e outras madeiras coletadas (Figura 19); oficina de costura, responsável pela produção e manutenção dos bolsões utilizados na coleta (Figura 20); oficina de serigrafia, onde são impressas estampas nas ecobags produzidas pela cooperativa e em outros materiais (Figura 20); oficina de conserto e desmembramento de eletrônicos, que permite a separação minuciosa dos diferentes componentes que constituem os utensílios eletrônicos (Figura 21); oficina mecânica, que realiza a manutenção dos carrinhos de mão e triciclos especializados utilizados na coleta, além de prestar serviços de manutenção de bicicletas para os moradores da região (Figura 21); horta e estufa para produção de alimentos orgânicos (Figura 22), cujo adubo é proveniente da compostagem de resíduos orgânicos realizada no local. A cooperativa também mantém um espaço de doação de roupas, recebendo vestuário que é devidamente acondicionado, classificado e disponibilizado mensalmente para que os cooperativistas possam fazer uso. A estrutura também inclui formações direcionadas a conclusão dos estudos primários e secundários, viabilizado por meio de convênios com distintas organizações, além de programas de alfabetização e alfabetização digital para os cooperados.

Figura 21 - Oficina de Eletrônicos e oficina mecânica da RUO.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Figura 22 - Horta orgânica e estufa da RUO.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Em termos de inovação no tratamento de resíduos, a RUO vem elaborando soluções para materiais que a indústria tradicionalmente não demonstra interesse em adquirir, como sacolas plásticas e embalagens plásticas moles, a exemplo dos sacos de leite. Esses materiais passam por processo similar à sublimação de estampas em camisetas, sendo fundidos a bases plásticas que conferem estrutura ao material resultante, posteriormente utilizado na confecção de bolsas, estojos e outros produtos (Figura 23).

Figura 23 - Equipamento utilizado no processo de fusão dos plásticos e exemplares das placas plásticas e bolsas produzidas.



Fonte: Autoria própria, 2025.

No que concerne à gestão, a cooperativa conta com funcionários pagos pelo governo municipal que atuam em seu gerenciamento cotidiano, seguindo os alinhamentos políticos estabelecidos pelas lideranças eleitas, que são catadores. Esses profissionais atuam nos processos produtivos e administrativos da cooperativa e tiveram um processo de aproximação com a categoria dos catadores que remonta à crise de 2001, com atividades de solidarização de parte da classe média de Buenos Aires com a crescente categoria de catadores.

A dimensão do cuidado com os cooperados é expressiva, contando com equipe técnica composta por assistentes sociais e psicólogos que atuam principalmente em duas frentes: consumo abusivo de substâncias e violências, mais especificamente violência de género. A cooperativa fornece alimentação diária a quase trezentas pessoas, incluindo café da manhã, almoço e lanche da tarde. Durante a pandemia, a RUO organizou panelas populares (cozinhas comunitárias) nos bairros e, diante de situações de chuvas torrenciais que afetam as moradias dos companheiros, mobiliza a obtenção de chapas, roupas, colchões e cobertores, tudo em caráter gratuito.

Recentemente, a cooperativa incorporou novas parcerias institucionais, incluindo acordo com consultoria para classificação de pilhas e convênio com a Faculdade de Química da Universidade de Buenos Aires para recuperação de

lítio, bronze, cobre e cobalto de pilhas de lítio. A composição da liderança da RUO merece destaque, sendo a presidência ocupada por uma mulher que iniciou sua trajetória como catadora, trabalhando com carrinho, e que, por meio do processo formativo e da trajetória percorrida na cooperativa, chegou à condução da organização, compondo uma direção em que a presidência, a tesouraria e a secretaria principal são exercidas por mulheres.

7.1.5 Cooperativa el Amanecer de los Cartoneros

A visita técnica à Cooperativa el Amanecer de los Cartoneros ocorreu em uma das plantas industriais, o Centro Verde Cortejarena (Figura 24), localizado no bairro de Parque Patrícios, em Buenos Aires. A experiência permitiu uma compreensão aprofundada não apenas do processo produtivo, mas, sobretudo, da complexa estrutura organizacional e da luta histórica que moldaram uma das maiores cooperativas de reciclagem da América Latina.

Figura 24 - Vista externa e interna do Centro Verde Cortejanera da Cooperativa el Amanecer de los Cartoneros.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A gênese da cooperativa está intrinsecamente ligada à crise social, econômica e política que assolou a Argentina em 2001. O colapso resultou no aumento exponencial de catadores e catadoras nas ruas, que passaram a sofrer forte perseguição policial e estatal. Em 2002, um grupo de jovens estudantes, indignados com essa realidade, começou a se organizar junto aos catadores. Desses primeiros encontros, surgiram dois eixos fundamentais de luta: o combate à violência policial e a proteção às crianças, também perseguidas.

Esse espírito de resistência deu origem à cooperativa e ao Movimento dos Trabalhadores Excluídos (MTE), consolidando o lema que até hoje define a organização: *"Si nos tocan a uno, nos tocan a todos"*.

Diferentemente de iniciativas que se caracterizam pela formação de pequenos grupos, a Amanecer de los Cartoneros adotou, desde o início, uma perspectiva de movimento, buscando agregar um grande número de trabalhadores. Hoje, é a maior cooperativa da Argentina, com cerca de 4.500 associados, abrangendo pessoas de mais de seis municípios da província de Buenos Aires. Desses, aproximadamente 2.900 possuem um reconhecimento formal do governo da cidade, enquanto 1.600 atuam como catadores independentes, porém associados à cooperativa, que lhes oferece suporte e a possibilidade de comercialização coletiva.

A gestão da cooperativa segue a legislação argentina para cooperativas, com eleições a cada dois anos para a comissão diretiva, composta por presidente, secretário, tesoureiro e representantes nos conselhos diretivos. Essa estrutura formal, no entanto, convive com dinâmicas próprias de cada espaço e subgrupo que compõe a organização. Um aspecto singular é a presença de profissionais pagos pelo governo da cidade que atuam na gestão cotidiana. Alinhados politicamente com as lideranças eleitas dos catadores e militantes do MTE, esses trabalhadores auxiliam no gerenciamento dos processos produtivos e administrativos, demonstrando uma interface entre o poder público e a autogestão.

A cooperativa mantém uma relação complexa e contratual com o governo da Cidade de Buenos Aires. A cada quatro anos, um contrato é atualizado, definindo direitos, responsabilidades e a estrutura de trabalho. Esse contrato é fruto de uma lógica maior: por lei, toda instituição e empresa que opera em Buenos Aires é obrigada a entregar seus materiais recicláveis às cooperativas. Isso permite à Amanecer coletar materiais em grandes geradores, como supermercados e redes de fast food, além de estabelecer convênios de coleta diferenciada com grandes redes como Carrefour, Starbucks e Burger King.

A luta central da cooperativa é equiparar os direitos de seus associados aos de qualquer trabalhador da indústria formal. Isso se traduz na busca por um salário mensal digno, melhores preços de venda dos materiais e o acesso ao monotributo social. Uma estratégia constante é a inclusão dos catadores independentes. Quando há acesso a programas sociais ou planos nacionais, a prioridade é dada a eles. Além disso, a cooperativa opera um sistema de rodízio: mensalmente, avalia-se o cumprimento das tarefas; aqueles que deixam de prestar o serviço de coleta podem ter seu salário social (proveniente do contrato com o governo) cessado, permitindo que um novo independente seja incorporado. Estima-se que um a cada quatro trabalhadores nessa condição seja substituído para dar lugar a um novo associado.

O Centro Verde Cortejarena é um espaço de grande movimento, com intenso fluxo de caminhões. Estima-se que cerca de 1.400 pessoas dependam diretamente deste espaço, das quais aproximadamente 600 trabalham na linha produtiva interna do material e outras 800 realizam a coleta porta a porta nas ruas, organizadas por bairro e representadas por delegados.

A planta opera de forma quase ininterrupta, com quatro turnos diários de quatro horas cada. A equipe de limpeza inicia seus trabalhos antes mesmo do primeiro turno, garantindo que o galpão esteja organizado para o início da triagem. Há também turnos de seis horas. O trabalho ocorre de segunda a sexta-feira, com folgas aos feriados nacionais, uma decisão coletiva da cooperativa.

Figura 25 - Esteira levadiça e esteira de triagem da Cooperativa el Amanecer de los Cartoneros.



Fonte: Autoria própria, 2025.

O processo produtivo é semi-mecanizado. O material é inicialmente depositado em uma moega (tolva) e, por meio de uma esteira levadiça, é elevado até a esteira de triagem (Figura 25). Nela, os cooperados realizam a separação manual, depositando os materiais recicláveis em bolsões suspensos abaixo da esteira. Os rejeitos seguem até o final da linha. O espaço é dividido em setores especializados: o setor da esteira, o setor dos bolsões, a área da enfardadeira (prensa) (Figura 26), onde o papelão é prensado em fardos, e o setor de sucata, responsável por materiais mais pesados. A prensa também é alimentada por uma esteira levadiça. O local armazena centenas de fardos de materiais prensados e bolsões de materiais já triados, além de caçambas para os vidros.

Figura 26 - Setor dos bolsões e setor da prensa do Centro Verde Cortejanera da Cooperativa el Amanecer de los Cartoneros.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A atuação da Amanecer de los Cartoneros transcende o espaço fabril. A maioria de seus associados reside na província de Buenos Aires, não na Capital. Para atender a essa base territorial, a cooperativa desenvolveu estratégias de reprodução social essenciais para que os trabalhadores possam exercer suas funções. Entre elas, destacam-se os comedores comunitários nos próprios espaços de trabalho e os centros infantis CIRA (*Centros Infantiles de Recreación y Aprendizaje*), onde os filhos das catadoras e catadores são acolhidos. Essa experiência serviu de modelo para a criação de cooperativas e espaços de cuidado infantil em outros municípios.

Por fim, a cooperativa também realiza um importante trabalho de educação ambiental nos bairros onde atua, com visitas domiciliares e distribuição de materiais de sensibilização, fortalecendo o vínculo com a comunidade e promovendo a separação correta dos resíduos na fonte geradora. Toda essa estrutura, que integra a luta por direitos, a gestão coletiva e o cuidado comunitário, consolida a Amanecer de los Cartoneros para além de sua atuação na cadeia produtiva da reciclagem pós-consumo, sendo um ator político e social central no campo da economia popular e solidária na Argentina.

7.1.6 Unidade produtiva La Voz de los trabajadores - Cooperativa Mundo Reciclado

Uma das visitas técnicas realizadas ocorreu na Unidade Produtiva *La Voz de los Trabajadores*, localizada no município de San Isidro, município ao norte de Buenos Aires. Esta unidade integra a Cooperativa Mundo Reciclado, que se caracteriza por articular diferentes unidades produtivas distribuídas em diferentes municípios e bairros, estratégia que viabiliza a comercialização conjunta dos materiais recicláveis.

A unidade de San Isidro opera atualmente com um grupo reduzido de oito pessoas. Segundo relatos, os trabalhadores faziam parte de um coletivo maior de 120 pessoas que atuava no município de Tigres. No entanto, diante da recente queda no preço dos materiais recicláveis, o grupo não pôde manter o galpão que ocupava, resultando na dispersão do coletivo original e na formação do núcleo atual.

Um aspecto particularmente relevante do contexto territorial é a localização da unidade produtiva. Ela está instalada em um espaço público cedido à União de Trabalhadores da Economia Popular (UTEP). Este espaço, conhecido como El *Arenazo* (situado em Boulogne, na esquina das ruas Gorriti e Lamadrid), funciona como uma base de articulação comunitária. Ali, a unidade de catadores convive e divide o território com outras frentes de trabalho e acolhimento social do Movimento dos Trabalhadores Excluídos, caracterizando um ambiente de forte intersetorialidade.

Dentro do mesmo perímetro, atua o *Centro Barrial Vientos de Libertad*, uma das ramificações do MTE e integrante da UTEP. O centro desenvolve um trabalho comunitário focado no acompanhamento de jovens de bairros populares em processos de transformação relacionados a consumo abusivo de substâncias. Para tanto, conta com uma equipe interdisciplinar composta por psicólogos, assistente social, psicóloga social e diversas oficinas (boxe, escrita, serigrafia, atividades terapêuticas, huerta e viveiro), garantindo acesso à saúde e formação educacional. Assim, a dinâmica da unidade produtiva dos catadores está inserida em um ecossistema maior que inclui também o cultivo

de hortaliças, a criação de pequenos animais (galinhas e patos) e esse acolhimento psicossocial.

Figura 27 - Setor dos bolsões e setor da prensa do Centro Verde Cortejanera da Cooperativa el Amanecer de los Cartoneros.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Em termos de infraestrutura física, a área total é ampla e composta predominantemente por áreas verdes, com grande quantidade de árvores e gramados (Figura 27). A unidade produtiva opera no espaço externo de uma das edificações existentes no terreno (Figura 28).

Figura 28 - Edificação em que são realizadas as atividades da unidade produtiva La Voz de los Trabajadores.e a prensa que é utilizada.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Os materiais recicláveis são armazenados em bolsões dispostos em uma área externa coberta (Figura 29). A estrutura operacional não dispõe de uma área

específica e formalizada para a triagem manual, mas conta com uma prensa enfardadeira para a compactação dos materiais (Figura 28), otimizando o armazenamento e o transporte para a comercialização.

Figura 29 - Triagem dos materiais e bolsões de materiais triados armazenados na área coberta da edificação.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A visita evidenciou, portanto, um modelo de organização que combina a articulação em rede (por meio da Cooperativa Mundo Reciclado) com a inserção territorial em um espaço público de gestão compartilhada, onde a atividade de reciclagem coexiste com iniciativas comunitárias de saúde, educação e produção de alimentos.

7.1.7 Visitas a espaços do ecossistema político e produtivo das organizações de catadores

A fim de enriquecer a compreensão sobre o ecossistema no qual as organizações de catadores e catadoras de materiais recicláveis estão inseridas, foram realizadas visitas a espaços e eventos de diferentes atores políticos, produtivos e institucionais desse campo. Essas incursões buscaram observar as interações entre os sujeitos sociais, o poder público, a iniciativa privada e as inovações tecnológicas e produtivas que permeiam a cadeia da reciclagem. As experiências aqui relatadas abrangem desde grandes eventos nacionais e internacionais até visitas a cooperativas e oficinas especializadas.

7.1.7.1 11ª ExpoCatadores

A primeira visita ocorreu no dia 18 de dezembro de 2024, durante o 1º dia da 11ª ExpoCatadores, realizada em um dos pavilhões do Distrito Anhembi, na zona norte de São Paulo. O evento, promovido pela Associação Nacional de Catadores (ANCAT), pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e pela União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (UNICATADORES), reuniu cerca de três mil catadores e catadoras de todo o país (EXPOCATADORES, 2024).

A abertura contou com a presença de representantes do Governo Federal e de lideranças de quatorze países da América Latina, evidenciando a dimensão política e internacional do encontro. A programação do primeiro dia foi marcada por uma solenidade de abertura seguida de uma plenária geral, na qual foram apresentadas as estruturas de governança do movimento de catadores, com explanações sobre o papel e a atuação do MNCR, da ANCAT (Figura 30), da UNICATADORES e da Aliança Internacional de Catadores (*Internacional Alliance of Waste Pickers* - IAWP).

Figura 30 - Presidente da ANCAT, Roberto Rocha, na solenidade de abertura da 11ª ExpoCatadores.



Fonte: Expocatadores, 2025.

Ainda na plenária geral, realizou-se apresentação de iniciativas do Governo de Minas Gerais voltadas para a inclusão previdenciária e a valorização do trabalho dos catadores, demonstrando a intersecção entre políticas públicas estaduais e a organização da categoria. A visita permitiu ainda acompanhar um painel de debates que abordou a viabilização da reciclagem de resíduos orgânicos e as estratégias para a construção de modelos de negócio sustentáveis nesse segmento.

Para além das plenárias e salas de debates, a ExpoCatadores destacou-se pela forte presença do setor privado, com stands de empresas que atuam na cadeia produtiva da reciclagem pós-consumo (Figura 31), especialmente nos setores de embalagens e recipientes, além de entidades representativas das indústrias. Esse ambiente configurou-se como um importante espaço de conexão entre os catadores e as entidades do setor privado, reforçando o papel do evento como um lugar de diálogo e articulação entre os diferentes elos do ecossistema da reciclagem.

Figura 31 - Espaço da empresa Ambipar na 11ª expocatadores.



Fonte: ExpoCatadores, 2024.

7.1.7.2 TecnoRAEE

Realizou-se uma visita à Cooperativa TecnoRAEE, localizada em Pilar, município ao norte da província de Buenos Aires, Argentina. A cooperativa se

destaca por ser a primeira no território da província dedicada à refuncionalização de Resíduos de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos (RAEE). Seu modelo de atuação combina a gestão de resíduos com a inclusão social e a economia circular, estruturado em um espaço físico que reflete a organização dos fluxos de trabalho.

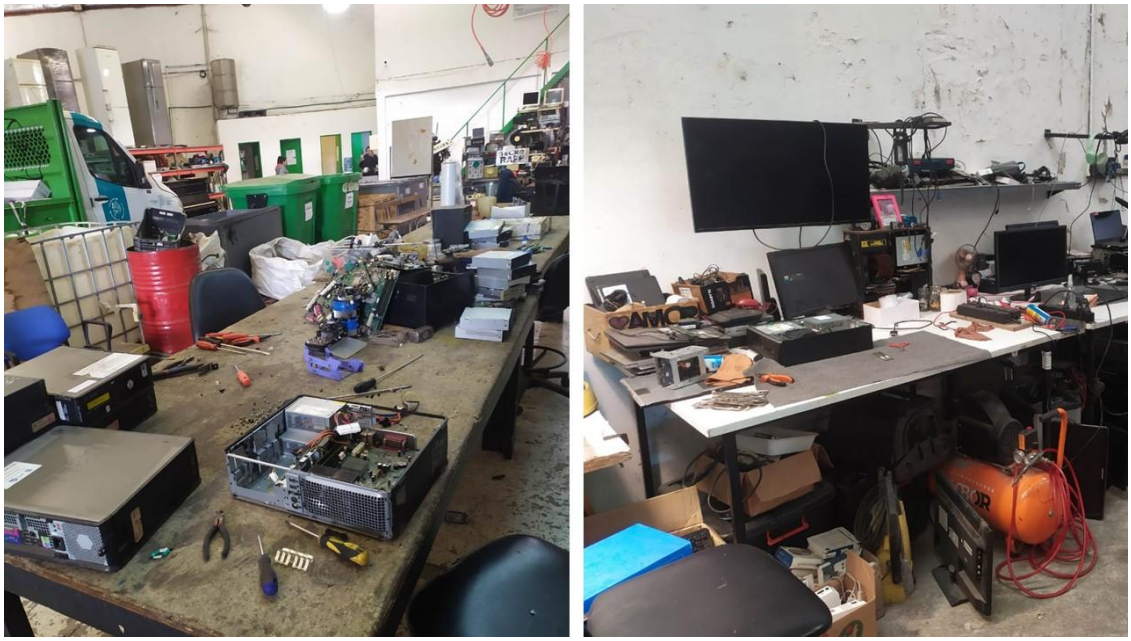
Figura 32 - Visão externa e interna do galpãoem que se localiza a TecnoRAEE.



Fonte: Autoria própria, 2025.

O galpão da cooperativa (Figura 32) está disposto de modo a acompanhar o processo de manejo dos materiais. Na entrada, os equipamentos provenientes de organizações de catadores parceiras são recebidos e passam por uma triagem inicial. Em seguida, uma bancada específica é destinada à desmontagem dos componentes eletrônicos, onde os trabalhadores realizam a separação criteriosa das peças (Figura 33).

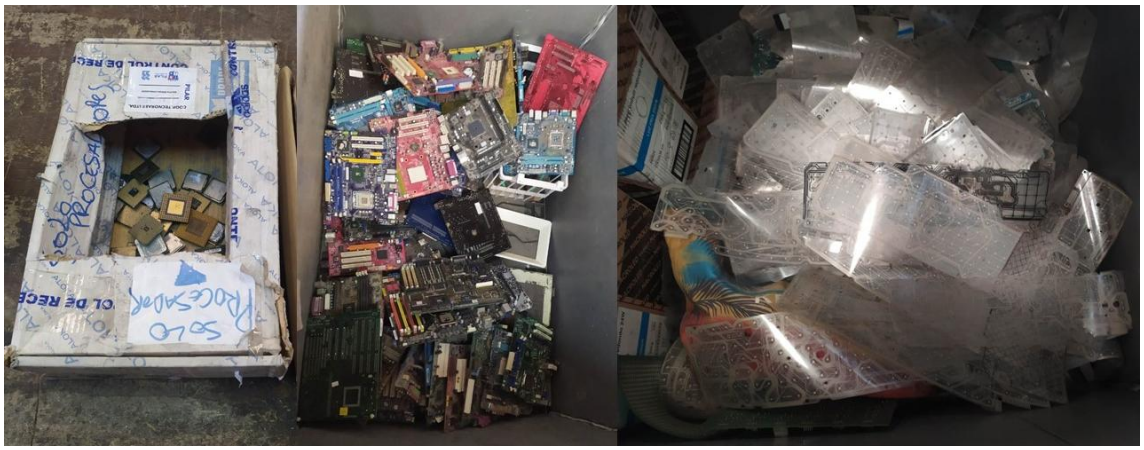
Figura 33 - Bancada de desmontagem dos componentes eletrônicos (esquerda) e bancada de manutenção de dispositivos eletrônicos (direita).



Fonte: Autoria própria, 2025.

Ao lado, uma série de recipientes identificados são utilizados para a segregação dos distintos componentes de RAEE – como placas de circuito impresso, plásticos e baterias – garantindo que cada fração siga para a destinação adequada, seja para comercialização como matéria-prima ou para o devido encaminhamento ambiental (Figura 34).

Figura 34 - Componentes de computadores (processadores, placas mãe e circuitos eletrônicos de teclados) segregados em diferentes compartimentos.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A cooperativa conta ainda com áreas especializadas para o reparo de diferentes categorias de produtos. Em um dos setores, há uma área voltada à

manutenção de eletrodomésticos de grande porte, como geladeiras e congeladores, onde são realizados testes e consertos nos sistemas de refrigeração. Paralelamente, uma bancada é dedicada à manutenção de dispositivos eletrônicos menores, como computadores e monitores (Figura 33). Essa estrutura permite que os equipamentos que chegam à cooperativa sejam primeiramente avaliados: aqueles com potencial de conserto são encaminhados para essas áreas de manutenção; os que não apresentam viabilidade técnica ou econômica para reparo são desmembrados na bancada de desmontagem.

Figura 35 - Monitores, Unidade Central de Processamento de computadores e impressoras refuncionalizadas pela TecnoRAEE.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Na área central do galpão, ficam reunidos os dispositivos que já passaram pelo processo de refuncionalização e aguardam destinação (Figura 35). Ali são organizados os equipamentos prontos para doação – cerca de 70% do total consertado – que são encaminhados a instituições públicas ou do terceiro setor, bem como aqueles destinados à comercialização, que constituem uma das fontes de renda da cooperativa. Ao fundo do galpão, a TecnoRAEE reserva dois espaços de grande relevância simbólica e formativa. O primeiro é um museu dos RAEE (Figura 36), onde são expostos aparelhos eletrônicos antigos e componentes históricos, funcionando como um acervo que evidencia a evolução tecnológica e a crescente complexidade do gerenciamento desses resíduos. O segundo é uma área utilizada para cursos de capacitação, onde

são ministradas oficinas teóricas e práticas sobre refuncionalização de eletroeletrônicos.

Figura 36 - Museu dos RAEE e registro fotográfico dos membros da TecnoRAEE no dia da visita.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Um aspecto notável da TecnoRAEE é sua vinculação a um programa de capacitação profissional voltado a pessoas egressas do sistema penitenciário. O fundador da cooperativa idealizou cursos de conserto e manutenção de eletroeletrônicos ministrados dentro de unidades prisionais da região. Parte da equipe atual é composta por pessoas que participaram dessas formações ainda durante o período de internação, encontrando na cooperativa uma oportunidade de reinserção social e laboral. Com um grupo reduzido de aproximadamente dez cooperados, a TecnoRAEE demonstra como é possível articular, em um mesmo espaço, a gestão ambientalmente adequada de resíduos de alta complexidade, a inclusão social de populações vulneráveis e a preservação da memória tecnológica, configurando-se como uma experiência inovadora no ecossistema da reciclagem na América Latina.

7.1.7.3 Torky

No âmbito das inovações voltadas para a base da cadeia produtiva, foi realizada uma visita à Oficina da empresa Torky. A empresa, que se define como dedicada ao design e à fabricação de veículos sustentáveis (a pedal, elétricos e solares) para a logística de última milha, teve sua origem atrelada ao

universo dos catadores. Seu primeiro projeto consistiu no desenvolvimento de um triciclo especializado para a coleta de materiais recicláveis, chamado de Eco Torky (Figuras 37). Este veículo foi concebido e aprimorado em parceria direta com catadores e catadoras, visando aliviar o esforço físico, aumentar a eficiência do trabalho e garantir a ergonomia.

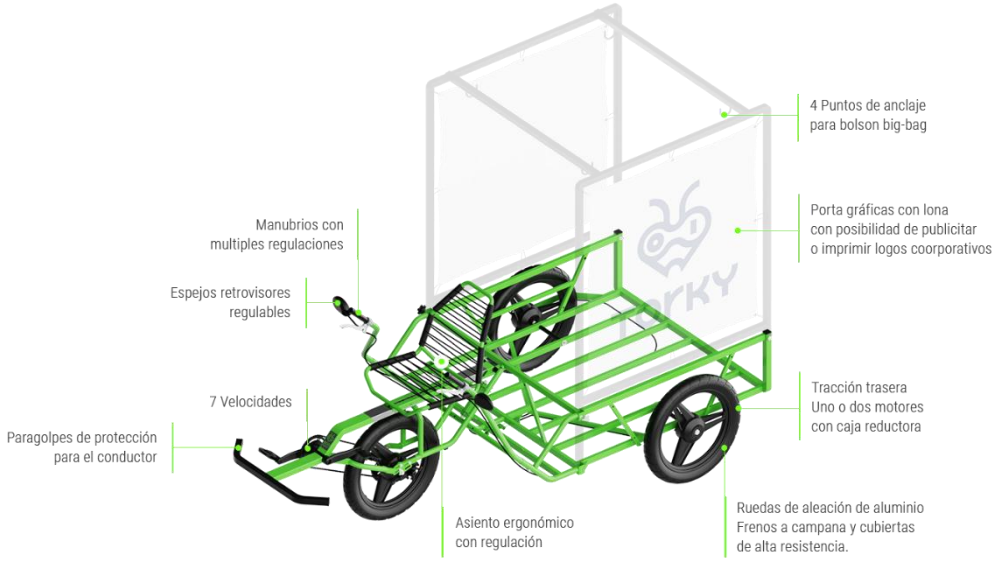
Figura 37 - Catadores utilizando o EcoTorky.



Fonte: Canal do YouTube da Torky TV (2025).

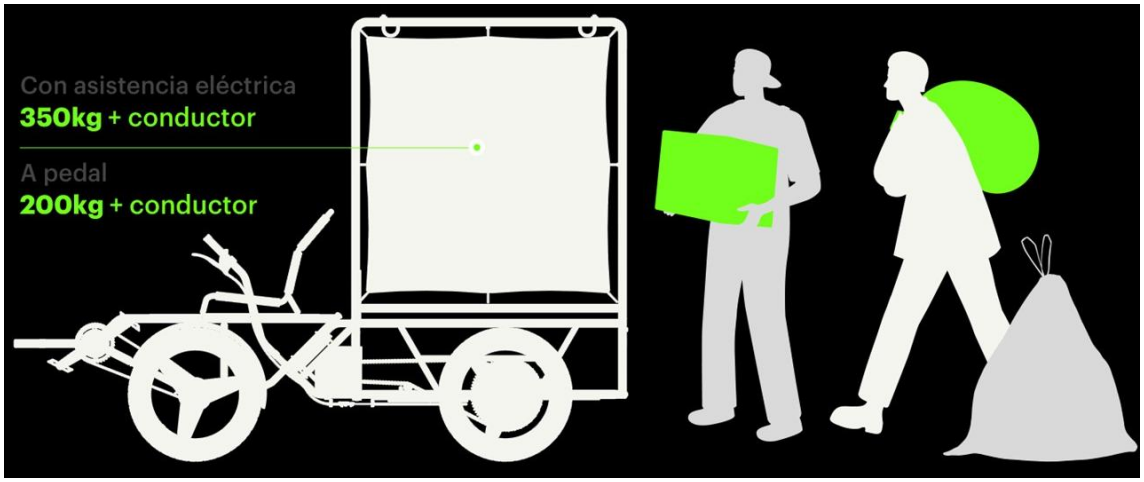
O modelo conta com uma base acoplado que permite o armazenamento dos materiais por meio do encaixe dos bolsões utilizados para o armazenamento dos materiais. O sistema de direção se dá pela inclinação do corpo, com apoio nos pedais e em um guidom lateral, posição pensada para não sobrecarregar a coluna dos trabalhadores (Figuras 38 e 39). Esses veículos já são utilizados por cooperativas de catadores de Buenos Aires, inclusive pela RUO.

Figura 38 - Infográfico detalhando o funcionamento do Eco Torky.



Fonte: Torky (2025).

Figura 39 - Infográfico sobre peso e capacidade de carga do Eco Torky.



Fonte: Torky (2025)

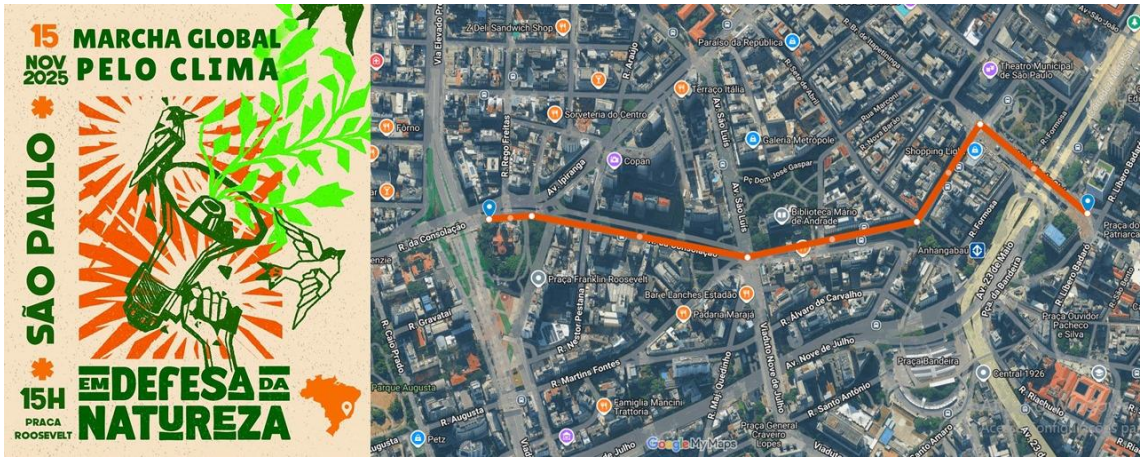
Após o desenvolvimento desse primeiro triciclo, a Torky expandiu sua linha para outros modelos, incluindo bicicletas para entregadores e quadriciclos movidos a energia solar, utilizáveis tanto para transporte de carga quanto como unidades móveis de alimentação (foodtrucks), consolidando-se como um exemplo de inovação tecnológica que nasce da interação com as necessidades e saberes dos catadores que pode ganhar escala e se expandir para outros mercados.

7.1.7.1 Marcha Pelo Clima

Por fim, a pesquisa de campo incluiu a participação na Marcha Pelo Clima, realizada no dia 15 de novembro na cidade de São Paulo. A mobilização foi articulada no contexto da realização da 30ª Conferência das Partes (COP30), realizada em Belém-PA entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025.

Com concentração às 15h na Praça Roosevelt, no centro da cidade, o ato reuniu centrais sindicais, movimentos sociais, partidos políticos e mandatos parlamentares, percorrendo o centro até a Prefeitura do Município de São Paulo (Figura 40).

Figura 40 - Cartaz de divulgação da Marcha Pelo Clima e mapa do percurso da marcha.



Fonte: compilação do autor[2].

A presença dos catadores e catadoras foi marcante: reunidos de maneira coesa, eles compuseram o grupo que encerrava a marcha. O grupo, que incluía catadores informais, membros de cooperativas e lideranças do movimento, estava caracterizado pelas cores e símbolos do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), reafirmando sua identidade coletiva e sua inserção orgânica no campo das lutas socioambientais (Figura 41).

[2] Cartaz disponibilizado na pagina do Facebook da CUT São Paulo da e mapa elaborado pelo autor utilizando o Google My Maps.

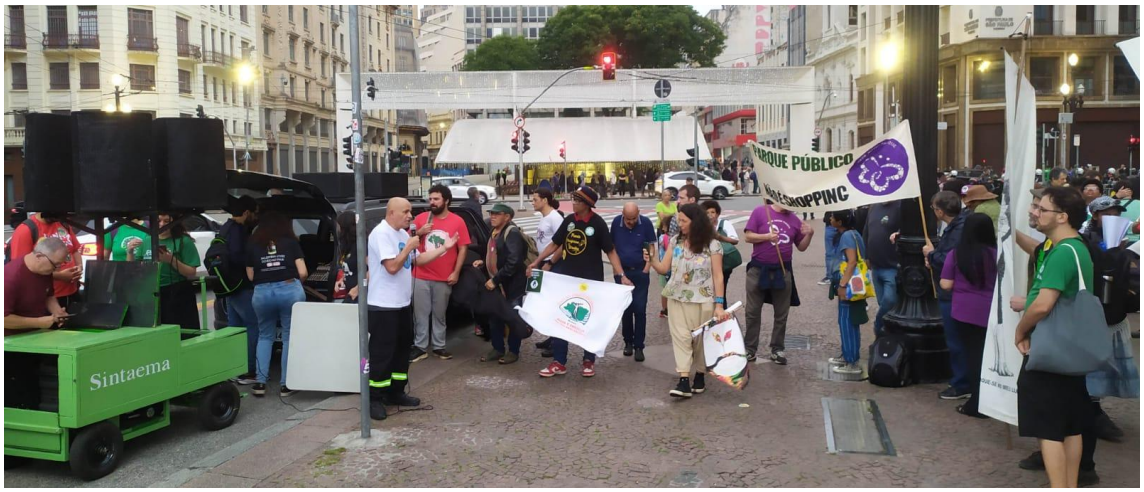
Figura 41 - Catadoras e catadores na Marcha Pelo Clima.



Fonte: Autoria própria, 2025.

O ato foi encerrado ao final da tarde com falas de representantes das organizações presentes, tendo participação do catador Sergio Bispo, da Kombosa Seletiva, na realização em uma das falas de encerramento (Figura 42). A presença dos catadores na Marcha Pelo Clima evidencia o reconhecimento de seu papel fundamental na mitigação das mudanças climáticas, posicionando-os como sujeitos políticos centrais na defesa do meio ambiente e na construção de uma economia sustentável e justa.

Figura 42 - Momento da fala de encerramento da Marcha Pelo Clima.



Fonte: Autoria própria, 2025.

7.2 Entrevistas Semiestruturadas

7.2.1 Caracterização das pessoas entrevistadas

A caracterização aqui apresentada tem como objetivo central descrever o perfil sociodemográfico e organizacional do conjunto de pessoas entrevistadas ao longo da pesquisa, abrangendo tanto catadores de base quanto referências de organizações nos contextos de São Paulo e Buenos Aires. Trata-se de um esforço analítico que busca evidenciar a heterogeneidade interna do grupo, explorando suas principais variáveis — como gênero, raça, renda, escolaridade e formas de vinculação institucional — por meio de descrições e cruzamentos interseccionais, sem que se pretenda, contudo, que esse conjunto de sujeitos constitua uma síntese representativa da totalidade da categoria em questão. Ao contrário, reconhece-se que os achados derivam de uma amostra pequena, cuja riqueza está na diversidade e na profundidade das trajetórias e experiências capturadas, e não na generalização estatística para o universo mais amplo de trabalhadores da reciclagem ou de lideranças organizacionais.

7.2.1.1 Caracterização geral das pessoas entrevistadas

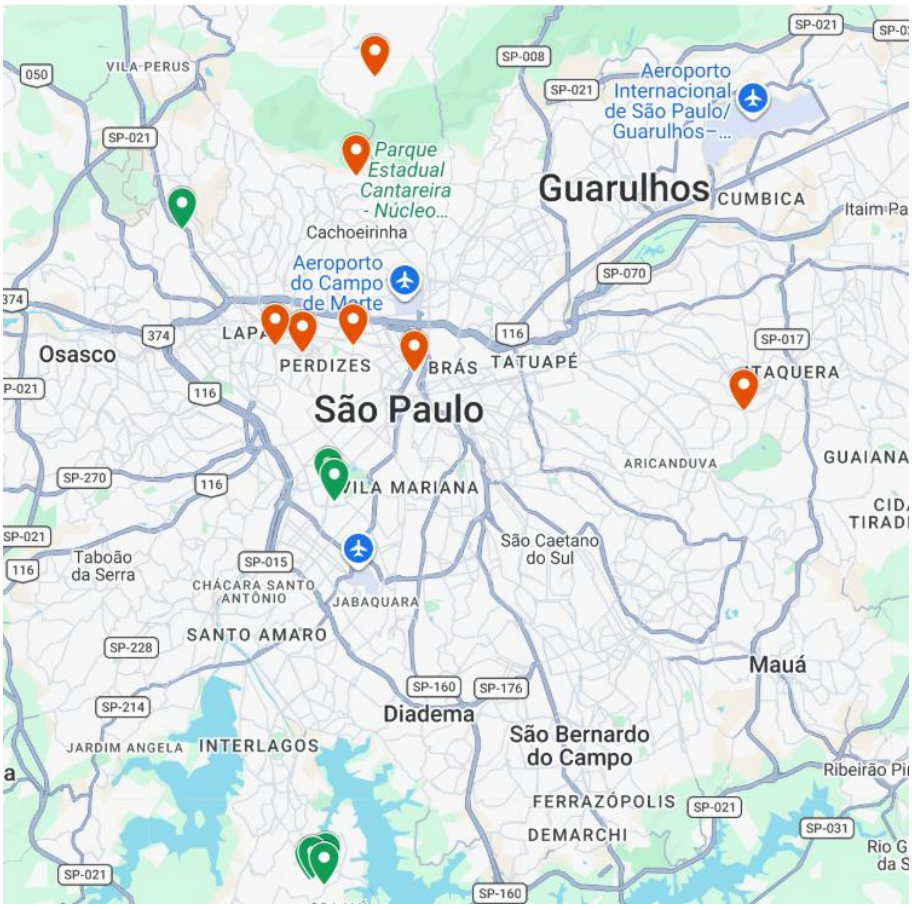
A caracterização das pessoas entrevistadas, cujos dados estão sistematizados nos gráficos presentes no dashboard do ANEXO C, constitui o primeiro passo da análise dos resultados, permitindo uma visão ampla do perfil sociodemográfico e organizacional dos 28 participantes da pesquisa. A seguir, são apresentadas as principais variáveis de forma descritiva, seguidas de cruzamentos analíticos que evidenciam as interseccionalidades entre os marcadores sociais e as trajetórias no campo da reciclagem e das organizações a ele vinculadas.

No que se refere ao gênero, a amostra é composta por 15 mulheres e 13 homens, configurando uma participação ligeiramente majoritária do gênero feminino. Em relação à raça e etnia, observa-se uma diversidade expressiva: nove pessoas se autodeclaram negras, quatro brancas, uma indígena, doze apresentaram identidade não padronizada – categoria utilizada majoritariamente pelos entrevistados argentinos que não se enquadram nas

classificações raciais brasileiras – e duas pessoas não mencionaram sua raça. Há também a presença de um participante indígena, oriundo do Brasil. A faixa etária predominante é a de 46 a 60 anos, com 13 indivíduos, seguida por acima de 60 anos, com seis, e 31 a 45 anos, também com seis; apenas dois entrevistados têm até 30 anos.

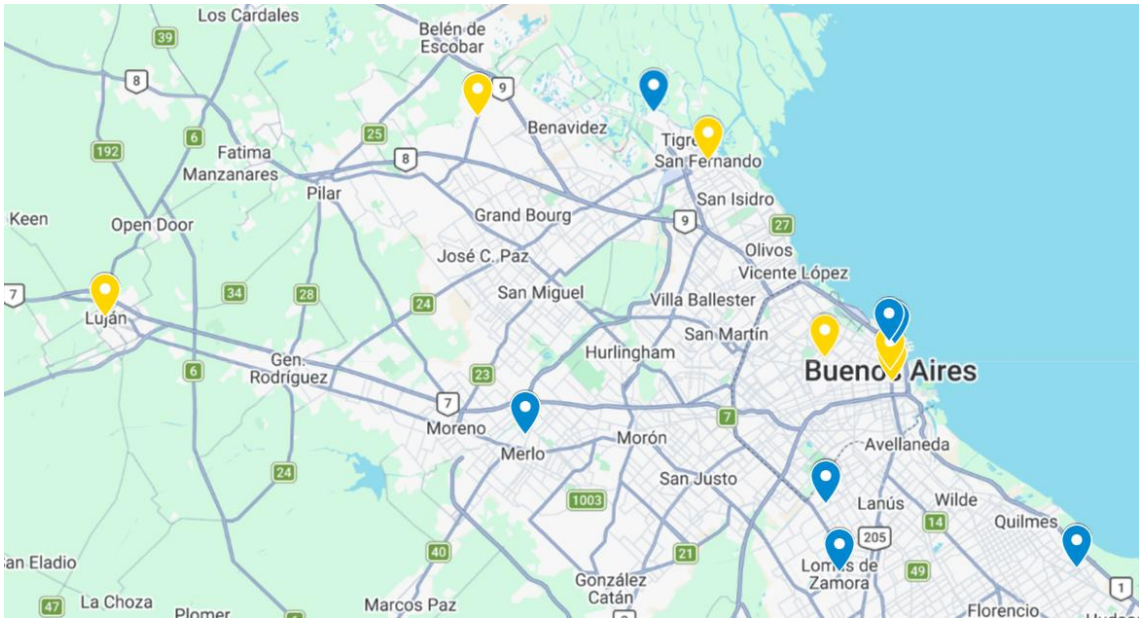
Quanto à renda, as categorias são heterogêneas, refletindo as distintas inserções no mercado de trabalho e nas organizações. Seis pessoas declararam receber acima de três salários mínimos, cinco entre um e três salários mínimos, três até um salário mínimo, oito possuem renda variável ou sem renda fixa, três não são remuneradas na organização e três não mencionaram sua renda. Em relação a localização de residência, estas estão ilustradas nos mapas das Figuras 43 e 44:

Figura 43 - Bairros de residência dos catadores de base (ícone verde) e referências de organizações (ícone laranja) entrevistados de São Paulo.



Fonte: Elaboração própria utilizando a plataforma Google My Maps, 2026.

Figura 44 - Bairros de residência dos catadores de base (ícone verde) e referências de organizações (ícone laranja) entrevistados de Buenos Aires.



Fonte: Elaboração própria utilizando a plataforma Google My Maps, 2026.

O tempo de experiência direta na catação, questão respondida apenas pelos catadores de base, varia de até dois anos a mais de vinte anos; seis atuam há mais de 20 anos, indicando uma trajetória longa na atividade. Já o tempo de vinculação a organizações, ponto abordado apenas com as pessoas referências de organizações, mostra que a maioria dos que responderam a essa variável tem entre 6 e 20 anos de envolvimento, sendo que 11 pessoas têm mais de 20 anos de vinculação, o que denota um acúmulo significativo de experiência organizacional.

A escolaridade dos participantes é bastante variada: quatro possuem pós-graduação, três superior completo, seis superior incompleto, três médio completo, dois médio incompleto, seis fundamental incompleto, dois fundamental completo, um declarou educação popular/autodidata e um não informou. No que se refere ao estado civil, há predominância de pessoas solteiras (13), seguido por solteiro(a) com união estável (6), casadas (3), viúva (1), divorciada (1) e duas não informaram. Por fim, o número de dependentes mostra que oito pessoas não possuem dependentes, seis têm um dependente, três têm dois dependentes, duas têm três a quatro dependentes, três têm cinco ou mais dependentes, e uma pessoa não informou.

Passando aos cruzamentos analíticos, a relação entre gênero e renda evidencia uma situação de maior vulnerabilidade entre as mulheres. Do total de 15 mulheres, seis estão nas faixas mais baixas de remuneração: três possuem renda variável ou sem renda fixa, uma recebe até um salário mínimo e duas não são remuneradas na organização. Esse dado aponta para uma desigualdade de gênero no acesso a rendimentos estáveis dentro do próprio campo da reciclagem e das organizações. Quando se analisa o tipo de vinculação institucional, observa-se que as mulheres entrevistadas estão mais presentes em grupos informais – formas organizativas que, em geral, oferecem menor proteção social e maior instabilidade financeira. Já os homens aparecem com maior frequência como autônomos/independentes ou em combinações que incluem cargos públicos, o que contribui para explicar as diferenças de renda observadas.

No que tange ao número de dependentes, não se nota uma diferença expressiva entre os gêneros, mas chama a atenção o fato de que o grupo com maior frequência é o de “nenhum dependente”, totalizando oito pessoas. Esse resultado deve ser interpretado à luz da idade média dos entrevistados, majoritariamente acima dos 45 anos. Nessa fase do ciclo de vida, muitos dos filhos já atingiram a idade adulta e não dependem mais da renda dos pais, o que explica a alta incidência de famílias sem dependentes econômicos, mesmo entre aqueles com rendas mais baixas.

Ao cruzar raça/etnia com renda, evidencia-se a sobreposição das desigualdades raciais e econômicas. Entre as pessoas que se identificaram racialmente, a população negra concentra-se nas faixas de menor remuneração: das nove pessoas negras, seis estão em situação de renda variável, até um salário mínimo ou não remuneradas na organização. A única pessoa indígena da amostra também se encontra na condição de não remunerada. Em contraste, os quatro entrevistados brancos distribuem-se de forma mais equitativa, com dois nas faixas mais elevadas e dois nas faixas intermediárias.

A relação entre escolaridade e renda mostra-se evidente e linear: quanto maior o nível de instrução, maior a probabilidade de rendimentos mais altos. Todos

os participantes com pós-graduação estão nas faixas de renda acima de um salário mínimo, e os com superior completo também se situam nesse patamar. Por outro lado, entre os seis entrevistados com fundamental incompleto, nenhum recebe acima de três salários mínimos, e a maioria encontra-se em renda variável ou até um salário mínimo. Esse padrão indica que, mesmo em um universo marcado por trajetórias alternativas de trabalho e militância, a escolaridade permanece como um dos principais mecanismos de estratificação econômica.

Quando se analisa a vinculação institucional em relação à renda, observa-se que as formas mais formalizadas e com maior capacidade de articulação coletiva estão associadas a melhores condições financeiras. Os participantes que ocupam cargos públicos, isoladamente ou em combinação com cooperativas e movimentos sociais, reportam rendas a partir de um salário mínimo, com vários casos acima de três salários. Já aqueles vinculados exclusivamente a grupos informais ou cooperativas, quando não combinados com outras formas de inserção, apresentam majoritariamente renda variável ou até um salário mínimo, e em alguns casos não são remunerados. Esse achado reforça a importância da formalização e do acesso a estruturas institucionais como caminhos para a segurança econômica.

Entre os catadores de base – definidos como aqueles que possuem tempo de experiência na catação diretamente informado – a relação entre renda e tempo de atividade não é direta. Dos seis catadores com mais de 20 anos de catação, três encontram-se em situação de renda variável ou até um salário mínimo, enquanto os outros três alcançaram rendas mais elevadas (acima de três salários ou entre um e três salários). Por outro lado, aqueles com menor tempo (até 10 anos) também apresentam tanto situações de precariedade quanto de estabilidade. Esse dado sugere que o tempo de experiência, por si só, não garante melhores condições, sendo mediado por fatores como o tipo de organização a que o catador se vincula e sua capacidade de articulação política e associativa.

Já para as referências das organizações – ou seja, os entrevistados que possuem tempo de vinculação institucional informado – o padrão é mais

consistente: quanto maior o tempo de vinculação, maior a probabilidade de se alcançar rendas estáveis. Entre os 11 participantes com mais de 20 anos de vinculação, oito estão nas faixas de renda acima de um salário mínimo, incluindo aqueles que combinam movimentos sociais com cargos públicos. Em contraste, entre os que têm até 10 anos de vinculação, a maioria se encontra em situação de renda variável ou não remunerada. Esse resultado indica que o acúmulo de trajetória organizacional, aliado ao estabelecimento de redes e ao acesso a espaços institucionais, é um elemento central para a conquista de melhores condições econômicas no campo da reciclagem e dos movimentos sociais.

Em suma, a caracterização dos entrevistados e os cruzamentos realizados revelam um universo marcado por desigualdades estruturais de gênero, raça e escolaridade, mas também por trajetórias de resistência e organização que podem, ao longo do tempo, reverter parte dessas desvantagens. A pluralidade de formas de vinculação e a heterogeneidade dos perfis socioeconômicos reforçam a necessidade de considerar as especificidades contextuais – incluindo as diferenças entre Brasil e Argentina – na interpretação dos resultados, bem como a importância de políticas públicas que levem em conta a diversidade e as trajetórias singulares dos sujeitos envolvidos com a reciclagem.

7.2.1.2 Caracterização dos Catadores de base entrevistados em Buenos Aires

Com base nos dados organizados na planilha e sintetizados nos gráficos que compõem o *dashboard* contido no ANEXO D, inicia-se a caracterização dos catadores de base da região metropolitana de Buenos Aires. A amostra é composta por sete indivíduos, cujos perfis revelam a heterogeneidade e os desafios estruturais desse segmento. Em relação ao gênero, observa-se uma presença equilibrada, com três pessoas do gênero feminino e quatro do masculino. A raça/etnia foi registrada de forma homogênea sob a categoria “Identidade não padronizada”, indicando que os entrevistados não se enquadram ou não se reconhecem nas classificações raciais tradicionais

utilizadas no contexto brasileiro, o que pode refletir particularidades do contexto argentino. A idade está distribuída entre as faixas etárias, com dois entrevistados até 30 anos, dois entre 31 e 45 anos, dois entre 46 e 60 anos e um acima de 60 anos, evidenciando a presença de trabalhadores em diferentes ciclos de vida.

Quanto à forma de vinculação, metade dos entrevistados (três) declarou atuar em cooperativas, enquanto outros três atuam como autônomos ou independentes, havendo ainda um caso de atuação simultânea como autônomo e vinculado a movimento social. A renda majoritária é caracterizada pela instabilidade: quatro pessoas informaram ter “renda variável / sem renda fixa”, um recebe “até 1 salário mínimo”, outro “de 1 a 3 salários mínimos” e um não mencionou a renda. O tempo de experiência na catação é bastante diverso: dois atuam há até 2 anos, um entre 3 e 10 anos, dois entre 11 e 20 anos e dois com mais de 20 anos de atividade. A escolaridade revela um quadro de baixa formação, com quatro pessoas tendo o fundamental incompleto, uma o médio incompleto e uma o superior incompleto. No estado civil, predominam os solteiros (três), seguidos por dois em união estável, um sem informação e nenhum casado formalmente. Por fim, o número de dependentes varia bastante: dois entrevistados não possuem dependentes, dois têm um dependente, um tem dois dependentes, um tem três dependentes e um tem cinco ou mais dependentes.

Os dados referentes à localidade de residência mostram uma dispersão territorial que abrange tanto a Capital Federal quanto a região metropolitana: encontram-se endereços em bairros como Villa 31 e barrio Reconquista, na cidade de Buenos Aires, além de municípios como Merlo, Lomas de Zamora, Berazategui e a própria Villa Fiorito, evidenciando a inserção desses trabalhadores em diferentes periferias e assentamentos informais do conurbano bonaerense.

A partir do cruzamento entre gênero e renda, nota-se que, entre os três homens, dois possuem renda variável e um está na faixa de 1 a 3 salários mínimos; entre as três mulheres, duas têm renda variável e uma recebe até 1 salário mínimo. Embora as mulheres também estejam majoritariamente em

condições de renda instável, há uma ligeira vantagem para os homens no acesso a rendimentos mais altos dentro da amostra. Em relação à vinculação por gênero, observa-se que dois homens atuam em cooperativas e um como autônomo, enquanto entre as mulheres, duas estão em cooperativas e uma é autônoma. Isso sugere que, entre as pessoas entrevistadas desse grupo, a inserção em formas mais organizadas de trabalho, como as cooperativas, ocorre de maneira relativamente equilibrada entre os gêneros, ainda que com pequena predominância feminina. O cruzamento entre gênero e número de dependentes mostra que as mulheres são responsáveis por uma maior carga de dependentes: uma delas tem 5 ou mais dependentes, outra tem 3 e a terceira tem 1. Já entre os homens, dois não possuem dependentes, um tem 2 e um tem 1, evidenciando que as mulheres na amostra arcam com maior responsabilidade familiar.

A análise de raça/etnia e renda é limitada pela homogeneidade da categoria “Identidade não padronizada”, o que impede a identificação de diferenciações internas baseadas em pertencimento racial. Esse dado, por si só, já aponta para uma especificidade do contexto local que merece atenção. No que se refere à escolaridade e renda, verifica-se que todos os trabalhadores com renda variável possuem ensino fundamental incompleto ou médio incompleto, enquanto o único caso com renda entre 1 e 3 salários mínimos é justamente aquele com superior incompleto.

A forma de vinculação também se relaciona com a renda: entre os três autônomos ou independentes, dois possuem renda variável e um não mencionou a renda. Já entre os três cooperados, um tem renda variável, um recebe até 1 salário mínimo e um recebe entre 1 e 3 salários mínimos. Isso indica que a vinculação a cooperativas pode proporcionar maior estabilidade e possibilidade de rendimentos mais elevados, embora a variabilidade ainda persista para parte desse grupo. Por fim, para os catadores de base, ao cruzar renda com tempo de experiência na catação, observa-se que aqueles com mais tempo de atividade (acima de 20 anos) apresentam renda variável, sugerindo que a longa trajetória no ofício não necessariamente se converte em estabilidade financeira, seguindo a percepção de análise a partir dos dados gerais. Já os trabalhadores com até 2 anos de experiência também estão

inseridos na faixa de renda variável ou de até 1 salário mínimo, indicando que a instabilidade atinge tanto os mais novos quanto os mais antigos.

7.2.1.3 Caracterização dos Catadores de base entrevistados em São Paulo

Com base nos dados apresentados nos gráficos que compõem o dashboard disponível no ANEXO E, inicia-se a caracterização do perfil dos catadores de base do município de São Paulo que foram entrevistados. A amostra é composta por sete indivíduos, majoritariamente do gênero feminino (seis mulheres), com idades concentradas nas faixas de 46 a 60 anos e acima de 60 anos, indicando uma população predominantemente adulta e idosa no grupo entrevistado. Em relação à raça/etnia, observa-se uma predominância de pessoas negras, totalizando cinco ocorrências, enquanto uma pessoa se declara branca e outra não menciona sua cor/raça. No que tange à forma de vinculação ao trabalho, metade dos entrevistados atua em grupos informais, enquanto os demais se distribuem entre autônomos ou vinculados a associações/organizações da sociedade civil. A renda revela-se bastante heterogênea: parte significativa declara renda variável ou sem renda fixa, outros situam-se entre um e três salários mínimos, havendo ainda um caso de renda superior a três salários mínimos e um de até um salário mínimo. Quanto ao tempo de experiência na catação, a maioria possui trajetória longa, com três pessoas acumulando mais de vinte anos na atividade. A escolaridade é majoritariamente baixa, com predominância de fundamental incompleto, embora haja um caso de ensino médio completo e um de superior incompleto. No estado civil, predominam as pessoas solteiras, com ocorrências de união estável, viúva e divorciada. Por fim, quanto ao número de dependentes, a maior parte declarou não ter dependentes, mas há casos com um e até cinco ou mais dependentes.

Em relação às localidades de residência, observa-se que os entrevistados residem em diferentes regiões da cidade, com predominância de bairros da periferia sul, como Jardim Lucélia e Vila Nascente, ambos no Grajaú, além de áreas mais centrais como Vila Nova Conceição e Pirituba, o que revela uma

diversidade geográfica que pode influenciar tanto as rotas de coleta quanto as condições de trabalho e acesso a organizações de apoio.

Ao aprofundar a análise por meio de cruzamentos entre variáveis, emergem padrões importantes. No que se refere à relação entre gênero e renda, observa-se que as seis mulheres entrevistadas apresentam renda predominantemente baixa ou instável: três delas têm renda variável ou sem renda fixa, duas recebem entre um e três salários mínimos e uma delas recebe até um salário mínimo. O único homem da amostra, por sua vez, declarou renda acima de três salários mínimos. No cruzamento entre gênero e vinculação, percebe-se que as mulheres estão distribuídas tanto em grupos informais quanto como autônomas ou vinculadas a organizações, enquanto o homem atua como autônomo. Já em relação a gênero e número de dependentes, verifica-se que as mulheres com dependentes (duas delas com um dependente cada, e uma com cinco ou mais) são aquelas que possuem renda variável ou entre um e três salários mínimos, evidenciando uma sobreposição entre responsabilidades familiares e instabilidade financeira.

O cruzamento entre raça/etnia e renda revela que as cinco pessoas negras possuem renda concentrada nos níveis mais baixos: três delas com renda variável ou sem renda fixa, uma com até um salário mínimo e apenas uma com renda entre um e três salários mínimos. A pessoa branca, por sua vez, situa-se na faixa de um a três salários mínimos, enquanto a pessoa que não mencionou raça possui renda superior a três salários mínimos. Esse padrão aponta para uma possível desigualdade racial no acesso a melhores remunerações dentro da própria atividade. No que tange à escolaridade e renda, observa-se que os dois indivíduos com maior escolaridade (médio completo e superior incompleto) possuem renda entre um e três salários mínimos, ao passo que aqueles com fundamental incompleto apresentam renda mais variável, desde variável/sem renda fixa até acima de três salários mínimos, indicando que a escolaridade, embora relevante, não é o único fator determinante para a renda no setor.

A análise da vinculação com a renda demonstra que os trabalhadores vinculados a grupos informais apresentam, majoritariamente, renda variável ou sem renda fixa, enquanto aqueles que atuam como autônomos ou vinculados a

associações tendem a ter renda mais estável e mais elevada, com destaque para o autônomo que declarou renda acima de três salários mínimos. Esse achado sugere que formas de organização mais estruturadas podem estar associadas a melhores condições financeiras. No recorte dos catadores de base, a relação entre renda e tempo de experiência na catação mostra que os dois trabalhadores com mais de vinte anos de atividade no grupo informal possuem renda variável ou de até um salário mínimo, enquanto aqueles com mais de vinte anos, mas atuando como autônomos ou em associações, alcançam renda acima de três salários mínimos ou entre um e três salários mínimos. Mais uma vez, indica-se que o tempo de experiência, por si só, não garante melhores rendimentos, sendo a forma de inserção no trabalho um fator preponderante.

7.2.1.4 Caracterização das referências de organizações entrevistados em Buenos Aires

Com base nos dados, cujas representações gráficas podem ser consultadas no ANEXO F, a presente seção se dedica à caracterização das referências das organizações de Buenos Aires que integraram o estudo. A análise parte da descrição direta das variáveis sociodemográficas e funcionais para, em seguida, explorar cruzamentos analíticos que permitem uma compreensão mais aprofundada do perfil desses atores.

O grupo analisado é composto por sete pessoas referência, com uma distribuição que revela um ligeiro predomínio do gênero feminino, representado por quatro indivíduos, em contraponto a três do gênero masculino. Em relação à variável raça/etnia, observa-se que a maioria expressiva, cinco entrevistados, apresentou "Identidade não padronizada", o que reforça que a autopercepção que foge às categorias tradicionais no Brasil ou uma opção por não se classificar nos termos propostos, enquanto uma pessoa se declarou branca e uma não mencionou o tema. No que tange à faixa etária, o grupo concentra-se majoritariamente na fase adulta central, com cinco pessoas na faixa de 31 a 45 anos, somando-se a isso um indivíduo entre 46 e 60 anos e um acima de 60 anos, delineando um conjunto majoritariamente maduro, porém ainda em plena

atividade profissional e militante. A inserção institucional dessas referências é marcada pela pluralidade, com destaque para a atuação em "Movimento social / sindical", mencionada por seis dos sete entrevistados, frequentemente combinada com "Cargo público" ou "Cooperativa", o que aponta para uma trajetória de atuação que transita entre a gestão pública, a organização política e o cooperativismo. A renda, por sua vez, é um dado com pouca variabilidade explícita: quatro pessoas não mencionaram seus ganhos, enquanto três declararam perceber entre 1 e 3 salários mínimos, sugerindo que, mesmo para aqueles que exercem funções de referência ou coordenação, a situação econômica não se distancia significativamente da base de trabalhadores. Geograficamente, os entrevistados estão dispersos por diferentes localidades da região metropolitana de Buenos Aires, incluindo a Capital Federal e municípios como Lomas de Zamora, Luján, San Fernando e Escobar, evidenciando uma capilaridade territorial das organizações às quais estão vinculados. No que se refere aos tempos de vinculação, o dado mais expressivo é a longa duração: cinco pessoas possuem entre 11 e 20 anos de envolvimento com suas organizações, uma ultrapassa os 20 anos e outra está no patamar de 6 a 10 anos, consolidando um quadro de militância e engajamento duradouro. A escolaridade apresenta um espectro amplo, indo desde o ensino fundamental completo até a pós-graduação, com uma distribuição equilibrada entre aqueles que concluíram ou não o ensino superior. Por fim, no campo familiar, há uma maioria de pessoas solteiras, sendo que duas vivem em união estável, e a quantidade de dependentes varia de nenhum a cinco ou mais, mostrando arranjos familiares diversos.

A partir dessa caracterização inicial, os cruzamentos analíticos propostos permitem avançar em direção a relações mais estruturais. Ao cruzar gênero e renda, observa-se que, entre as quatro mulheres, duas declararam renda entre 1 e 3 salários mínimos e duas não a mencionaram; entre os três homens, um declarou essa mesma faixa de renda e dois não a mencionaram. A ausência de informações para parte significativa da amostra limita conclusões mais robustas. No cruzamento entre gênero e vinculação institucional, nota-se que tanto homens quanto mulheres apresentam forte presença nos movimentos sociais e sindicais, mas as mulheres aparecem combinando essa atuação com

cargos públicos e cooperativas de forma mais diversificada, enquanto os homens tendem a concentrar suas vinculações em duas esferas. Já na relação entre gênero e número de dependentes, identifica-se que as mulheres com filhos ou dependentes assumem maior carga familiar, com uma entrevistada declarando dois dependentes e outra de três a quatro, enquanto os homens, em sua maioria, declararam não ter dependentes, com exceção de um que possui cinco ou mais, sugerindo uma distribuição desigual das responsabilidades de cuidado.

O cruzamento entre raça/etnia e renda revela um aspecto delicado: a ausência de uma declaração racial mais padronizada dificulta a análise de possíveis interseccionalidades, mas é um dado em si mesmo relevante sobre a autopercepção dos sujeitos. A relação entre escolaridade e renda mostra que a pessoa com pós-graduação não mencionou a renda, enquanto aquelas com ensino superior completo e médio incompleto aparecem entre os que declararam ganhos de 1 a 3 salários mínimos. Esse dado sugere uma possível desconexão entre alta qualificação formal e retorno econômico no campo das organizações sociais e cooperativas, onde a trajetória militante pode não se refletir diretamente em maior renda pessoal.

Analisando a vinculação institucional em cruzamento com a renda, nota-se que as três pessoas que declararam renda de 1 a 3 salários mínimos estão inseridas em múltiplas vinculações: duas delas acumulam cargo público, cooperativa e movimento social, enquanto a terceira combina cooperativa e movimento social. Esse padrão indica que a sobreposição de funções e espaços de atuação é uma estratégia frequente, mas não necessariamente associada a uma renda superior ao patamar mínimo. Por fim, o cruzamento entre renda e tempo de vinculação para as referências das organizações revela que todas as pessoas com maior tempo de vinculação — entre 11 e 20 anos ou mais de 20 anos — estão divididas entre aquelas que não mencionaram a renda e aquelas que declararam receber entre 1 e 3 salários mínimos, o que reforça a percepção de que o longo engajamento em organizações sociais e cooperativas não se traduz necessariamente em ganhos econômicos mais elevados, mas parece se sustentar por outros fatores como pertencimento, identidade e compromisso político.

7.2.1.5 Caracterização das referências de organizações entrevistados em São Paulo

Com base nos dados que compõem a caracterização das referências das organizações de São Paulo, e que estão ilustrados pelos gráficos no ANEXO G, aqui se apresenta e análise do perfil desse grupo. A amostra é composta por sete entrevistados, todos vinculados a diferentes organizações do setor de reciclagem com atuação na cidade de São Paulo e região metropolitana. No que tange ao gênero, observa-se uma predominância masculina, com cinco homens e duas mulheres. Quanto à raça/etnia, metade dos entrevistados (quatro) se autodeclara negra, dois se declaram brancos e um não está mencionado. A faixa etária concentra-se majoritariamente entre 46 e 60 anos, com quatro indivíduos nessa faixa, dois acima de 60 anos e um entre 31 e 45 anos, indicando um perfil de maturidade e longa trajetória de vida. Em relação ao tipo de vinculação institucional, a maioria está ligada a cooperativas ou associações, com destaque para a presença em movimentos sociais, empresas e grupos informais, evidenciando a pluralidade de formatos organizativos no setor.

No que se refere à renda, observa-se uma variação significativa: dois entrevistados declararam não ser remunerados pela organização, dois recebem de 1 a 3 salários mínimos, um recebe acima de 3 salários mínimos, um recebe até 1 salário mínimo e um não mencionou sua renda. Quanto à localidade, a maioria reside na Zona Oeste e Norte de São Paulo, com um caso em Mairiporã. O tempo de vinculação à organização predominante é superior a 20 anos para três entrevistados, enquanto três possuem entre 3 e 10 anos e um possui até 2 anos, indicando uma militância e envolvimento de longa data. A escolaridade apresenta um quadro diverso: há desde fundamental incompleto até pós-graduação, passando por médio completo, superior incompleto e completo, além de um caso de educação popular/autodidata. No estado civil, predominam os solteiros (incluindo união estável) e casados, com um caso não informado. Já o número de dependentes varia entre nenhum, um e três a quatro, sendo que a maioria possui ao menos um dependente.

Avançando para os cruzamentos, a análise de gênero e renda revela que uma mulher não é remunerada pela organização e a outra recebe até 1 salário mínimo. Entre os homens, há uma maior dispersão, com um deles recebendo acima de 3 salários mínimos, dois recebendo entre 1 e 3 salários, um não remunerado e um sem informação, sugerindo que, nesse grupo, os homens ocupam posições mais diversas e, em alguns casos, mais privilegiadas na estrutura de renda. No cruzamento entre gênero e tipo de vinculação, percebe-se que as mulheres estão vinculadas a formatos menos formalizados: uma está em associação e grupo informal, e a outra em empresa, enquanto os homens apresentam maior diversidade, incluindo cooperativas, movimentos sociais e empresas, com destaque para uma atuação múltipla (cooperativa e movimento social). Em relação a gênero e número de dependentes, observa-se que um homem tem 1 dependente, outro tem de 3 a 4, e os demais não têm ou não informaram, enquanto as mulheres também têm 1 dependente cada.

Ao cruzar raça/etnia e renda, nota-se que os entrevistados negros apresentam uma distribuição concentrada nas faixas de menor renda: um deles não é remunerado, dois recebem de 1 a 3 salários mínimos e um não mencionou. Já os brancos apresentam uma situação mais favorável: um recebe acima de 3 salários mínimos e outro recebe de 1 a 3 salários mínimos. O único entrevistado indígena não é remunerado pela organização. Esse padrão sugere uma hierarquização econômica que acompanha as desigualdades raciais historicamente observadas no mercado de trabalho brasileiro. No cruzamento entre escolaridade e renda, verifica-se que os maiores níveis de escolaridade estão associados às maiores rendas: o entrevistado com pós-graduação recebe acima de 3 salários mínimos, enquanto aqueles com ensino superior completo ou incompleto apresentam rendas não mencionada ou não remunerada, indicando que a escolaridade, embora relevante, não é o único fator determinante, pois há casos de superior incompleto com ausência de remuneração. Já os entrevistados com ensino fundamental incompleto ou médio completo situam-se na faixa de 1 a 3 salários mínimos, sugerindo que, nesse grupo, a escolaridade pode estar mais alinhada à inserção em ocupações de renda intermediária.

No que tange à vinculação e renda, os dados mostram que os formatos mais institucionalizados e formalizados, como empresas e cooperativas, estão associados a rendas mais altas ou à presença de remuneração. O entrevistado vinculado a empresa e cooperativa recebe de 1 a 3 salários mínimos; o vinculado apenas a empresa recebe até 1 salário; já o vinculado a movimento social e cooperativa também recebe de 1 a 3 salários mínimos. Em contrapartida, os vínculos exclusivos com associações ou grupos informais aparecem associados à ausência de remuneração, evidenciando as dificuldades de sustentabilidade financeira desses formatos organizativos. Para os catadores de base, ao se analisar renda e tempo de experiência na catação, observa-se que, embora os dados sejam limitados, aqueles com maior tempo de atuação (acima de 20 anos) apresentam renda entre 1 e 3 salários mínimos ou não mencionada, enquanto os com menor tempo de vinculação organizacional (até 5 anos) também não são remunerados, sugerindo que a longevidade na atividade não garante, por si só, melhores rendimentos. Por fim, para as referências das organizações, ao cruzar renda e tempo de vinculação à organização, percebe-se que os maiores rendimentos (acima de 3 salários mínimos) estão associados a um tempo de vinculação de 6 a 10 anos, enquanto aqueles com mais de 20 anos de vínculo apresentam renda entre 1 e 3 salários mínimos ou não mencionada, indicando, uma vez mais, que a renda não acompanha necessariamente o tempo de engajamento, mas pode estar mais relacionada ao tipo de organização e à posição ocupada nela.

7.2.2 Catadoras de Base – São Paulo

7.2.2.1 Grupo 1: Perfil Socioeconômico e Ocupacional

O grupo de catadores e catadoras de base analisado é composto por sete pessoas, com idades entre 49 e 66 anos, evidenciando um perfil etário majoritariamente maduro, concentrado na faixa dos 50 aos 60 anos. Em termos de gênero, há uma expressiva maioria de mulheres – seis, ao todo – e a presença de um homem. Quanto à autodeclaração racial, cinco pessoas identificam-se como pretas ou pardas, uma como branca e uma não teve sua

raça/etnia registrada. Os arranjos familiares são variados: há solteiras, viúva, divorciada e uma pessoa em união estável, com números de dependentes que vão de zero a seis, incluindo filhos, netos e irmãos, o que demonstra que a catação, para muitas, precisa sustentar não apenas o indivíduo, mas famílias extensas. A escolaridade predominante é baixa, com a maioria tendo cursado até a quarta série do ensino fundamental; contudo, duas pessoas destoam desse padrão – uma concluiu o ensino médio e outra possui ensino superior incompleto. Metade do grupo é migrante de outros estados, especialmente da Bahia e de Minas Gerais, enquanto a outra metade é natural da cidade de São Paulo ou de seus bairros. A quase totalidade reside na zona sul da capital, em bairros da região do Grajaú, como Jardim Lucélia, Vila Nascente e Providência Rocheda, com apenas uma catadora morando em Pirituba, na zona norte.

A experiência na catação é heterogênea: há iniciantes com apenas três ou quatro meses de atividade, pessoas com experiência intermediária de cinco a seis anos e veteranas que acumulam 27 e até 34 anos de trabalho. Essa última recorda os primórdios da ocupação, quando os trabalhadores eram chamados de "garrafeiros" e utilizavam tração animal, o que revela as transformações históricas da categoria. O território de atuação, para a maioria, está fortemente vinculado ao local de moradia: elas e ele trabalham nos próprios bairros e adjacências, construindo vínculos de confiança com a comunidade, que muitas vezes passa a separar materiais e a fazer doações. A catadora mais experiente, no entanto, descreve uma rotina mais abrangente, percorrendo diversos bairros em um mesmo dia para garantir o material antes da passagem do caminhão de coleta municipal.

A renda obtida com a catação é descrita por todos como variável e imprecisa. As iniciantes no grupo informal ganham cerca de R$ 50 por dia, mas trabalham de um a três dias por semana, o que torna o rendimento mensal incerto. As catadoras com mais experiência estimam uma renda mensal que pode oscilar entre R$ 2.000 e R$ 3.000, dependendo da dedicação, das condições de trabalho e do destino do material – se vendido para atravessadores ou diretamente para a indústria, o que eleva o valor. Um dos catadores, que combina a catação com outros serviços, como retiradas, aluguel de ferramentas e solda, chega a estimar uma renda mensal de cerca de R$ 6.000,

mas esse valor inclui múltiplas fontes. A catação não é a única fonte de sustento para a maioria: aposentadorias, Bolsa Família (recebido por três pessoas, ainda que com irregularidades), auxílio para filho com deficiência, diárias como faxineira, trabalho como cuidadora de crianças, bicos de manicure, palestras e venda de livros compõem um mosaico de estratégias de sobrevivência que se combinam para fechar o orçamento familiar. Para algumas, a catação é a principal atividade; para outras, é um complemento a benefícios sociais ou à aposentadoria.

Os vínculos organizacionais são predominantemente informais. Quatro pessoas integram um grupo liderado por uma catadora experiente, que dispõe de um espaço e organiza a compra e venda do material, mas o grupo não possui registro formal e está em processo de estruturação para se tornar uma cooperativa. Uma catadora tem forte atuação política e vínculo uma organização não governamental de apoio a catadores –, participando de eventos, projetos e reuniões de representação. Outra atua de forma completamente autônoma, vendendo seu material para diferentes cooperativas e ferros-velhos, sem qualquer vínculo fixo. A catadora que comanda o grupo informal, por sua vez, possui uma cooperativa já cadastrada com CNPJ, mas inativa, aguardando recursos e chamamento público da prefeitura para iniciar as operações. O tempo de vínculo com essas organizações varia: no grupo informal, de três meses a cinco anos; com o PIMP, são 15 anos de parceria; a catadora autônoma tem seis anos de experiência sempre sem vínculo; a líder acumula 34 anos de atuação. As funções desempenhadas são diversificadas e incluem coleta em ruas e residências, separação e triagem de materiais, carregamento de bags, além de papéis de articulação política e gestão do espaço.

Em síntese, o grupo reflete a heterogeneidade e a complexidade da catação como ocupação na cidade de São Paulo. São majoritariamente mulheres negras, maduras, com baixa escolaridade e residentes na periferia, que combinam a catação com múltiplas outras fontes de renda para sobreviver. Os vínculos organizacionais são frágeis e informais, e a participação em espaços coletivos de decisão é quase inexistente, exceto para aquela com inserção em uma ONG. As relações de trabalho baseiam-se na confiança construída no

território e em parcerias pontuais, mais do que em estruturas formais de cooperativismo ou associativismo.

7.2.2.2 Grupo 2: Condições e Rotina de Trabalho

A análise das narrativas sobre as condições e rotinas de trabalho revela um universo no qual a materialidade da catação é moldada por jornadas extensas, pela posse seletiva de equipamentos de proteção, por saberes corporais especializados e por dinâmicas sociais que, embora informais, regulam o cotidiano e o território. O trabalho não se restringe a uma atividade econômica; ele estrutura o tempo, ocupa o espaço e, em muitos casos, confere sentido à existência, ainda que em meio à exaustão e à vulnerabilidade.

As jornadas de trabalho são marcadas por uma flexibilidade que beira a indistinção entre tempo de vida e tempo de labor. A maioria das catadoras relata trabalhar mais de oito horas por dia, mas essa carga horária não é fixa: ela se expande e se contrai conforme a demanda externa, como a chegada de caminhões, a realização de eventos que geram grande volume de resíduos ou, simplesmente, a necessidade de processar o material acumulado para evitar perdas. Em contextos de atuação coletiva em um ponto fixo, a rotina é fortemente influenciada pela figura que organiza as atividades e comunica os dias de trabalho, tornando a presença das catadoras dependente de seu chamado. A chuva, por sua vez, impõe uma interrupção absoluta: por trabalharem majoritariamente a céu aberto, o trabalho cessa imediatamente, evidenciando a vulnerabilidade climática da atividade. A semana de trabalho, para a maioria, estende-se para além dos cinco dias convencionais, com muitas relatando atividade também aos finais de semana. No entanto, a intensidade dessa rotina varia. Enquanto algumas descrevem um dia mais previsível, com início pela manhã, pausa para almoço e término no final da tarde, outras vivenciam picos de exaustão extrema, chegando a relatar períodos de três dias e duas noites consecutivos de trabalho para dar conta do material, em uma dinâmica que uma das entrevistadas definiu como uma forma de escravidão contemporânea.

A descrição detalhada de um dia de trabalho revela a complexidade de uma atividade que se desdobra em duas frentes igualmente exigentes: a coleta ativa

nas ruas e a triagem minuciosa no ponto de armazenamento. Para aquelas que percorrem os bairros, o dia começa com o reconhecimento do território – saber em quais ruas passar antes da coleta pública, quais casas têm vínculo estabelecido e em que dias os moradores costumam dispor o material. Esse trabalho de rua é descrito como um constante "vai e vem": a catadora percorre trajetos com seu carrinho ou carroça, recolhe os recicláveis, retorna para descarregar e sai novamente, em um ciclo que se repete várias vezes ao dia. A escolha da ferramenta de transporte define o raio de ação e a dinâmica dessa coleta. Há quem utilize o carrinho de feira, de capacidade limitada, que exige mais viagens; quem domine a técnica da carroça, aprendendo a equilibrar o peso de forma a transformar o esforço em um movimento que "leva" o catador, como descreveu uma das entrevistadas; e há também o caso singular de uma catadora que investiu em um triciclo motorizado, ampliando sua autonomia e capacidade de carga. Já o trabalho de triagem, que ocorre no ponto fixo ou no espaço de armazenamento, é igualmente central e igualmente exaustivo. É um trabalho manual, minucioso e repetitivo, que exige um conhecimento especializado para separar os materiais por tipo, cor e qualidade – vidro branco e verde, diferentes categorias de plástico, alumínio perfil e uma grande quantidade de outras categorias de resíduos. Esse saber é acumulado na prática e transmitido informalmente entre os pares. A logística, no entanto, não se encerra na separação. É preciso armazenar o material, protegendo-o das intempéries (especialmente o papelão, que se deteriora com a umidade) e de roubos, até que se atinja um volume comercializável. A rotina, portanto, é um fluxo contínuo entre a rua e o ponto de triagem, entre o deslocamento e o manuseio, cada etapa com suas próprias exigências físicas e cognitivas.

A posse e o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) revelam uma relação ambígua com a segurança no trabalho. Praticamente todas as catadoras afirmam *possuir* luvas, óculos, máscaras ou aventais, mas o *uso* efetivo é a exceção, não a regra. As justificativas para o não uso são recorrentes: o incômodo, a sensação de que a luva "atrapalha a destreza" para separar os materiais, a crença de que o trabalho ao ar livre dispensa a máscara, ou uma "agonia" ao vestir os equipamentos. A experiência de longo prazo sem acidentes graves, como no caso de uma catadora com mais de

trinta anos de atividade que nunca se cortou, reforça, em sua percepção, a dispensabilidade do EPI. No entanto, essa visão não é unânime. Algumas catadoras fazem uso seletivo dos equipamentos, recorrendo a luvas sempre e a óculos e aventais em tarefas específicas de risco, como manusear vidro ou utilizar ferramentas. Apenas uma das entrevistadas afirmou usar todos os EPIs regularmente, incluindo calça comprida e sapato de segurança. A aquisição desses materiais é variada: vêm de doações da prefeitura, de projetos sociais, ou são comprados com recursos próprios, sendo a reposição apontada como uma dificuldade recorrente.

No que tange às condições de saúde, observa-se uma naturalização do esforço físico. A maioria das catadoras nega possuir doenças ou condições graves diretamente ligadas ao trabalho. Dores, especialmente na lombar, são atribuídas à idade ou a outras atividades, não à catação. O trabalho é reconhecidamente pesado, mas os limites são geridos coletivamente – pedindo ajuda para o que é muito pesado – e individualmente – evitando cargas além do suportável. Há, contudo, uma visão singular que ressignifica o esforço: uma das catadoras desenvolveu uma técnica de equilíbrio na carroça que, em suas palavras, transforma o veículo em uma "academia", fortalecendo o corpo e aliviando dores. Em contraponto, os acidentes de percurso podem deixar sequelas, como no relato de uma catadora que sofreu um acidente com o triciclo e desenvolveu um problema crônico no joelho. Para além do aspecto físico, a saúde mental emerge como um tema profundo na fala de uma das entrevistadas, que atribui à catação a superação de uma depressão severa, descrevendo o trabalho como uma terapia e um propósito de vida – um ponto de vista que contrasta com a visão puramente laboral da atividade e revela sua complexidade existencial.

As dinâmicas de gênero no cotidiano da catação apresentam contornos específicos. Há um consenso de que, na execução das tarefas diárias de coleta e triagem, não existe uma divisão sexual do trabalho: homens e mulheres fazem o mesmo serviço. As próprias catadoras percebem um aumento significativo da presença feminina nas ruas, tornando mais comum ver mulheres puxando carroças. A discriminação sentida é pela condição de catador, e não pelo gênero, manifestada no estigma de serem chamados de

"mendigos". No entanto, a força bruta ainda opera como um diferencial prático em situações pontuais: quando um material é excessivamente pesado, as mulheres recorrem à ajuda de um colega homem, revelando uma divisão baseada na força física, não em uma regra estabelecida. Um aspecto exclusivamente feminino, e de grande complexidade, é trazido por uma das catadoras ao relatar o dilema da maternidade: a necessidade de levar os filhos para a rua durante o trabalho, enfrentando o risco de acusação de exploração infantil, ou a impossibilidade de deixá-los sozinhos em casa, sob pena de acusação de abandono. Essa pressão social e legal, que não atinge os catadores homens, adiciona uma camada extra de dificuldade à vida das mulheres que catam.

Por fim, as regras informais que regulam o trabalho revelam um código de conduta em transformação, pressionado pelo aumento da concorrência e pela escassez. Uma regra prática fundamental é o conhecimento dos horários da coleta pública, garantindo a primazia na coleta. No entanto, a concorrência tem impactado antigos códigos de respeito ao território. Catadores mais experientes apontam que, no passado, não se entrava na rua onde outro catador já estava trabalhando. Hoje, essa norma perdeu força. O aumento do número de pessoas na atividade, incluindo aqueles que usam carros e vêm de outras regiões, exige negociações constantes, divisão de materiais ou a simples aceitação da presença de outros. O roubo de material de dentro de carroças e pátios surge como um problema recente e crescente, levando as catadoras a esconderem ou guardarem itens de maior valor dentro de suas casas.

7.2.2.3 Grupo 3: Trajetória Pessoal e Histórica

As trajetórias laborais das catadoras de base em São Paulo revelam um padrão estrutural de inserção precoce no mundo do trabalho, quase sempre em atividades domésticas e de cuidado, que se desdobra em percursos marcados pela precariedade, pela mobilidade entre ocupações manuais e pela centralidade da catação como estratégia de sobrevivência e reconstrução diante de rupturas. O primeiro trabalho chega cedo, entre os 10 e os 18 anos, e

para a maioria é como babá, cuidadora de crianças ou idosos, ou empregada doméstica em casa de família – um ingresso motivado pela necessidade de ajudar a família, pela migração ou por situações de desagregação familiar. Uma das entrevistadas, por exemplo, começou aos 10 anos cuidando de gêmeos, depois de ter fugido de casa e passado por casa de detenção de menores de idade; outra, aos 13, já dormia no emprego cuidando de crianças em Diadema e só voltava para casa nos fins de semana. Há quem tenha iniciado aos 14 como manicure, por incentivo da mãe, e mantido essa ocupação paralelamente por mais de 40 anos, ou aos 17, ao chegar de Minas Gerais para trabalhar em casa de família na capital.

A sequência de ocupações ao longo da vida é marcada pela alternância entre trabalhos domésticos, serviços de limpeza em empresas terceirizadas, cuidado de crianças e idosos, venda ambulante, bicos como passar roupa e diarista. A maioria passou por múltiplas empresas de limpeza, atuando em escritórios, aeroportos, hospitais e pós-obra, sempre em condições precárias e com pouca ou nenhuma estabilidade. Algumas experimentaram o empreendedorismo informal: uma teve barraca de pastel em sociedade com um homem que, diante da recusa de um envolvimento amoroso, tornou-se agressivo e inviabilizou o negócio; outra abriu um bar, também em sociedade, e depois o tocou sozinha, mas viu a clientela se afastar por causa do ciúme e do controle do companheiro, que a impedia de atender os clientes – uma situação que culminou em violência física e na perda do ponto comercial. Há ainda quem tenha trabalhado em creche por quase dez anos sem registro, até ser chamada para a diretoria e, lá, sofrer uma acusação que a levou a ficar detida por 16 horas e a carregar o estigma em seu bairro durante muitos anos.

Essas experiências de ruptura são um elemento central nas trajetórias. A violência doméstica e de gênero aparece de forma recorrente: agressões físicas, relacionamentos abusivos, controle, ciúme, estupro – situações que levaram à perda de negócios, à mudança forçada de moradia, à separação e à necessidade de recomeçar. Para uma delas, a violência foi tão extremada que, após uma briga, o companheiro a trancou dentro de casa com uma barra de ferro; ela quebrou os vidros do portão para passar os filhos para uma vizinha e

só foi salva pela polícia. Outra, que viveu na rua desde os nove anos, passou por múltiplos relacionamentos abusivos, sofreu estupro e contraiu sífilis, e viu o companheiro ser assassinado quatro meses após o nascimento da filha. A morte da mãe também é um evento crítico recorrente: para algumas, a perda desencadeou depressão profunda, mas também impulsionou a entrada na catação – uma delas começou após sonhar com a mãe, que no sonho sugeriu a reciclagem como caminho. Outra, que perdeu 37 quilos depois do luto, encontrou na catação a força para sair de casa e não se afundar na tristeza.

A catação, nesse contexto, surge como um recurso de última instância, mas também como uma atividade que, paradoxalmente, oferece acolhimento, autonomia e sentido à vida. A maioria das entrevistadas chegou à reciclagem por indicação de amigas, vizinhas ou familiares. Para algumas, a catação já havia sido experimentada em momentos anteriores de aperto: uma delas catou com a irmã há cerca de 30 anos, quando os filhos eram pequenos e faltava comida, e retomou á atividade há cinco anos. Outra começou por iniciativa própria, após pesquisar na internet e comprar um triciclo adaptado com dinheiro emprestado de uma amiga, e hoje vê na atividade a possibilidade de estruturar um negócio e empregar outras pessoas. Há quem tenha começado quase sem perceber, apenas juntando materiais e os armazenando, e a atividade foi crescendo organicamente, com moradores do bairro passando a separar sacolas de materiais recicláveis.

O que motiva a permanência na catação vai muito além da necessidade econômica. O gosto pela atividade é grande: a liberdade de estar na rua, o contato com as pessoas, a possibilidade de não ficar parada, a sensação de utilidade. A proximidade de casa é outro fator decisivo – não pegar ônibus lotado, não perder horas no deslocamento, poder conciliar com o cuidado dos netos ou sobrinhos. Mas há também uma dimensão terapêutica: muitas afirmam que a catação cura a depressão, tira de casa, evita pensamentos ruins e dá sentido à vida. Uma delas diz que, se ficasse em casa, começava a sentir febre e a entrar em depressão; só de saber que há serviço, já se anima. Outra destaca o orgulho de não pedir esmola, de sobreviver com o próprio trabalho, mesmo que a sociedade insista em tratar catadores como lixeiras ou mendigos.

O preconceito, aliás, é uma dor constante: ser chamada de ladra, de cachaceira, de mendiga. Ainda assim, o reconhecimento de algumas pessoas, o tratamento digno nos lugares para onde vão enquanto prestadoras de serviço na gestão de resíduos sólidos, as amizades feitas no trabalho e a gratidão dos moradores que separam material são o que as faz continuar.

Há, porém, diferenciações que complexificam esse quadro. Enquanto a maioria das trajetórias se concentra no trabalho doméstico e na limpeza, algumas catadoras acumularam experiências em outras áreas, como o cuidado formal de idosos, atividades autônomas (manicure, depilação, venda ambulante) e até mesmo formação acadêmica incompleta, com passagens por estágios e cursos superiores. Outras desenvolveram habilidades técnicas de forma autodidata, realizando pequenas reformas em casa, o que revela um repertório de conhecimentos práticos que vai além da catação. Há também aquelas cujas trajetórias são marcadas por situações extremas de vulnerabilidade desde a infância – como a vida nas ruas, a passagem por instituições de acolhimento e a exposição a múltiplas formas de violência –, e que encontraram na catação não apenas um meio de sobrevivência, mas um espaço de reconhecimento e de participação em espaços públicos, onde passaram a ter voz. Por fim, algumas catadoras com décadas de atuação na reciclagem oferecem uma perspectiva histórica sobre a categoria, apontando avanços no reconhecimento social, mas também críticas à fragmentação política entre os próprios catadores e à falta de representatividade alinhada às demandas da base. Essas diferenças mostram que, apesar de um ponto de partida comum na precariedade, os percursos individuais são marcados por acúmulos distintos, estratégias diversas de resistência e formas particulares de inserção na atividade.

O que emerge dessas narrativas é um retrato de mulheres que, desde muito cedo, aprenderam a sobreviver com o que tinham: o corpo, as mãos, a disposição para o trabalho. A trajetória de cada uma é singular, mas todas compartilham um chão comum de precariedade, violência e luta. A catação, longe de ser uma escolha entre outras, é muitas vezes a única porta que se abre – e, uma vez dentro, revela-se um espaço de resistência, de cura e de

dignidade. É no reconhecimento das amigas, na gratidão dos vizinhos, na possibilidade de estar perto de casa e de cuidar dos seus que elas encontram forças para continuar. E é nesse movimento que a catação deixa de ser apenas um trabalho e se torna parte de quem elas são.

7.2.2.4 Grupo 4: Território e Espaço Urbano

A relação dos catadores e catadoras com o território urbano revela-se profundamente ambivalente: ao mesmo tempo em que a cidade é o espaço do sustento, da circulação e do afeto, ela também impõe barreiras físicas, sociais e simbólicas que desafiam cotidianamente a dignidade e a segurança desses trabalhadores. O território de atuação é, em sua maioria, circunscrito aos bairros de origem e adjacências, onde a coleta é organizada a partir dos dias e horários da coleta pública convencional, numa corrida diária para passar antes do caminhão. Essa lógica de trabalho, embora localizada, não impede que a experiência de andar pela cidade seja descrita por muitos como positiva: a circulação permite conhecer novas ruas, interagir com o espaço e com as pessoas, criando uma espécie de cartografia afetiva do cotidiano. No entanto, a falta de um veículo adequado – seja um carrinho de feira, uma carroça ou um veículo motorizado – é apontada como o principal limitador para expandir a atuação para bairros mais distantes ou com maior volume de material reciclável. Essa limitação, contudo, não é homogênea: enquanto alguns catadores atuam exclusivamente a pé, carregando sacolas ou usando carrinhos manuais, outros, com acesso a carroças ou automóveis, conseguem circular por regiões mais amplas. A posse de um veículo motorizado, nesse contexto, amplia não apenas a mobilidade, mas também a capacidade de atender clientes em diferentes pontos da cidade e de escapar, ainda que temporariamente, da concorrência mais acirrada nos territórios de origem.

As barreiras no espaço público, no entanto, vão além da questão da mobilidade. O trânsito, a falta de infraestrutura urbana – como calçadas estreitas e ausência de espaços adequados para carroças – e os conflitos com motoristas são desafios constantes e unanimemente relatados. Buzinas, pressa, desrespeito e risco iminente de acidentes fazem parte da rotina,

especialmente para aqueles que conduzem carroças. A esses perigos concretos soma-se a carga simbólica do preconceito: olhares de julgamento, comentários desdenhosos e a sensação de serem vistos como intrusos ou como problema urbano. A intensidade desse preconceito, porém, varia conforme o grau de enraizamento no território. Catadoras que moram há décadas nos mesmos bairros e construíram relações de confiança com a comunidade relatam ser tratadas com respeito, recebendo até elogios pela organização e pela limpeza que promovem. Já aquelas que enfrentam um ambiente mais hostil – seja por estarem em áreas de maior circulação, seja por serem menos conhecidas – lidam com denúncias anônimas, perseguição em grupos de mensagens instantâneas de moradores e ameaças de apreensão de seus instrumentos de trabalho. Essa perseguição institucional é percebida como uma tentativa de empurrar os catadores para as margens da cidade.

Diante desse cenário de disputa pelo espaço urbano, os catadores desenvolvem regras informais de convivência que visam garantir alguma estabilidade e reconhecimento. A mais citada e consensual é a de não rasgar os sacos de lixo: deve-se abri-los com cuidado, retirar o que interessa e fechá-los novamente, mantendo a organização da calçada e evitando reclamações dos moradores. Essa prática, simples em aparência, é na verdade um código ético que distingue os catadores "organizados" – aqueles que zelam pela limpeza e pela boa relação com a comunidade – dos que agem de forma predatória. Outro valor fundamental é o respeito ao material já separado por outro catador: pegar o que foi deixado por um colega é visto como roubo, uma violação grave que pode gerar conflitos abertos. A construção de vínculos de confiança com os moradores, muitas vezes por meio da doação de sacolas para que separem o material reciclável, é uma estratégia eficaz para garantir o acesso aos resíduos sem precisar disputá-los na rua. Esses laços, forjados ao longo de anos de convivência, transformam a coleta em um sistema de reciprocidade: o morador entrega o material limpo e separado, e o catador retira regularmente, aliviando o espaço doméstico e contribuindo para a reciclagem. Em contrapartida, quando esses acordos são rompidos – seja por descuido do catador, seja por ação de terceiros –, a perda é sentida não

apenas como prejuízo material, mas como uma quebra de confiança que afeta a própria inserção no território.

A disputa pelos resíduos, aliás, revela uma camada adicional de complexidade: a concorrência predatória exercida por catadores temporários ou de outras regiões, que só aparecem quando o preço de algum material sobe no mercado. Esses trabalhadores, muitas vezes usando veículos motorizados, atuam de forma oportunista, percorrendo bairros distantes dos seus para evitar o constrangimento de serem reconhecidos em suas próprias comunidades. A lógica é simples: onde há material de valor, eles vão, mesmo que isso signifique invadir territórios já ocupados por catadores locais. Essa dinâmica cria um ambiente de competição desigual, já que os catadores de base, com menos recursos e maior vínculo com o lugar, acabam tendo seu sustento ameaçado por essa mobilidade predatória. Em alguns casos, a disputa ultrapassa os limites da concorrência e chega à violência explícita, com relatos de roubo de material já separado e até de invasão de quintais para furtar recicláveis estocados. Diante disso, alguns catadores recorrem a estratégias de intimidação para tentar recuperar o que lhes foi tirado, revelando que, na ausência de proteção institucional, a defesa do território se dá muitas vezes por meio de códigos paralelos de poder.

Apesar de todas as dificuldades, o trabalho no território também é fonte de alegria e satisfação. Ser reconhecido na rua, receber um bom dia com sorriso, um copo d'água ou um elogio espontâneo são gestos simples, mas que validam a presença do catador no espaço público e ressignificam o esforço diário. A possibilidade de circular, conhecer novos lugares e interagir com a comunidade é apontada como um dos aspectos mais gratificantes da atividade, especialmente por aqueles que, vindos de trajetórias de exclusão, encontram na rua um espaço de pertencimento e descoberta. O orgulho de ser um catador organizado, respeitado pelos moradores, e a consciência de estar contribuindo para o meio ambiente conferem sentido ao trabalho e fortalecem a autoestima. No entanto, esses momentos de satisfação coexistem com medos profundos e recorrentes: medo de acidentes de trânsito, especialmente para os carroceiros; medo da violência urbana, que se materializa em assaltos, invasões e furtos; medo de contaminação por materiais perfurocortantes, como agulhas

descartadas inadequadamente, risco que se intensificou durante a pandemia; medo de assédio moral e sexual; e, sobretudo, medo da perseguição institucional, que transforma o ato de trabalhar em uma atividade permanentemente vigiada. Uma catadora resume essa angústia ao dizer que é preciso "correr da polícia, correr da prefeitura, correr da sociedade", numa lógica que a obriga a se esconder "igual ladrão, traficante", mesmo estando em seu local de trabalho.

Essa relação ambivalente com o território ganha contornos ainda mais profundos quando se considera a história de vida de muitos catadores, especialmente daqueles que participaram ativamente da ocupação e construção dos bairros onde hoje moram e trabalham. Uma das entrevistadas, que ajudou a erguer as primeiras casas do Jardim Lucélia, bairro da Zona Sul de São Paulo, há mais de quarenta anos, descreve como as mesmas ruas que ela e outras mulheres construíram em mutirão – carregando tijolos, levantando paredes, fazendo telhados – são hoje o território de sua coleta. Os moradores, muitos deles seus vizinhos de longa data, são os mesmos que lhe entregam o material reciclável, numa continuidade histórica que transforma a catação em uma extensão do trabalho comunitário de outrora. Esse pertencimento profundo, forjado no suor da construção e na luta por moradia, confere à sua presença no espaço público uma legitimidade que vai além do reconhecimento cotidiano: é a afirmação de que aquele território também é seu, por direito de quem o ajudou a existir.

Em síntese, o território urbano para os catadores e catadoras é vivido como um campo de forças em permanente tensão. Nele, se entrelaçam a necessidade de sobrevivência, a construção de laços afetivos, a luta por reconhecimento, a exposição a riscos e violências, e a afirmação de uma identidade profissional e comunitária. A mobilidade, as regras de convivência, as estratégias de defesa e as formas de ocupação do espaço revelam não apenas as condições materiais do trabalho, mas também as maneiras como esses sujeitos negociam, dia após dia, seu lugar na cidade. E, ao fazê-lo, reivindicam o direito de existir e trabalhar nas ruas que, afinal, também lhes pertencem.

7.2.2.5 Grupo 5: Organização Coletiva e Relações de Poder

A análise das entrevistas revela um quadro complexo sobre as dinâmicas de organização coletiva e relações de poder entre as catadoras de base entrevistadas. É crucial, para a compreensão deste cenário, destacar que nenhuma das participantes desta pesquisa estava formalmente vinculada a uma cooperativa ou associação de catadores no momento das entrevistas, operando, em sua maioria, de maneira autônoma ou em pequenos grupos informais. Esta condição de não formalização é a chave para interpretar suas percepções e experiências sobre participação, representação e luta política.

No que tange à participação em reuniões e assembleias, observa-se uma forte convergência: a ausência de encontros formais e periódicos. As conversas sobre o trabalho, orientações e resolução de problemas não ocorrem em espaços deliberativos estruturados, mas sim de maneira espontânea e profundamente integrada à rotina, como durante o horário do almoço ou nos intervalos da jornada. Este caráter informal é apontado como um momento orgânico e valorizado de troca, reforçando os laços do grupo. A ausência de vínculo formal com uma cooperativa explica, em parte, a inexistência de assembleias ou reuniões estatutárias, transferindo a função de comunicação e alinhamento para a liderança informal do grupo e para esses momentos cotidianos. No entanto, há diferenciações importantes: enquanto algumas catadoras revelam nunca terem sido convidadas ou envolvidas em reuniões de movimentos mais amplos, outras, com um perfil mais ativo ou em processo de articulação para uma futura formalização, manifestam a intenção ou mesmo a experiência de participar de eventos externos, embora com críticas à organização e ao acolhimento recebido, como em relatos de participação em encontros nacionais.

As relações entre as catadoras dos agrupamentos de atuação conjunta são descritas de forma majoritariamente positiva. Há uma convergência na percepção de um ambiente de trabalho harmonioso, sem brigas ou disputas internas, onde a amizade e a vizinhança prévias ao trabalho fortalecem os vínculos. Essa coesão interna, no entanto, não é homogênea. Diferenciações surgem ao se observar a profundidade desses laços: para algumas, a relação é

estritamente profissional e restrita ao ambiente de trabalho, enquanto para outras, a parceria se estende para a vida pessoal, com relatos de companheirismo em compromissos particulares, resolução conjunta de problemas e compartilhamento de despesas, indicando uma solidariedade que transcende a atividade laboral. Esta forte união interna contrasta com a fragilidade dos laços externos. A relação com catadores de outros grupos ou da mesma região, mas que não pertencem ao seu círculo imediato, é quase consensualmente superficial, restringindo-se a cumprimentos casuais. A cooperação estruturada ou a troca sistemática de informações são praticamente inexistentes, apontando para uma fragmentação da categoria em núcleos isolados, mesmo em nível de bairro. Uma diferenciação notável é a postura de uma catadora que, contrariando essa tendência, relata uma relação de parceria ativa com outros catadores que encontra, trocando informações sobre preços e compradores, embora ela mesma identifique que a competição e o medo de perder espaço sejam barreiras que impedem muitos de agir da mesma forma.

O ponto de maior tensão e desencanto nas falas concentra-se na percepção sobre a capacidade de representação política e defesa de direitos. A convergência é absoluta no sentimento de não representação e na crítica à distância entre as lideranças dos movimentos sociais, cooperativas e associações e a realidade dos catadores de base. A expressão "não falam a mesma língua" emerge como um lamento uníssono. A ausência de formalização agudiza essa percepção, pois os canais oficiais de diálogo e representação simplesmente não os alcançam. Os representantes são vistos como figuras que desconhecem as condições concretas de moradia, trabalho e sobrevivência da base. As diferenciações enriquecem essa crítica: catadoras com menos experiência ou menor envolvimento admitem um total desconhecimento sobre o funcionamento dessas instâncias políticas. Por outro lado, vozes mais experientes e politizadas oferecem uma crítica contundente, apontando a desunião entre os próprios representantes de diferentes estados e organizações, e acusando os movimentos de focarem excessivamente nas cooperativas em detrimento dos catadores autônomos, que são a maioria.

Essa desconfiança se estende à visão sobre as cooperativas. Se, por um lado, reconhece-se que são estruturas mais organizadas e com acesso a melhores preços, por outro, são vistas como entidades que, historicamente, excluíram ou não atenderam plenamente os autônomos. A condição de não cooperado coloca o catador avulso em uma posição de maior vulnerabilidade e desinformação sobre o mercado, o que é um ponto de convergência. As diferenciações, no entanto, mostram um cenário em movimento. Há quem veja a cooperativa como um objetivo aspiracional, mas critique a burocracia. Outras celebram mudanças recentes, como a política que obriga cooperativas a aceitarem materiais de autônomos, vista como um avanço significativo para a integração da categoria.

Os desafios externos, particularmente na relação com o poder público e a sociedade, emergem como uma experiência comum e dolorosa. Converge o relato de preconceito, invisibilidade e, em casos mais extremos, violência e perseguição, especialmente direcionados àqueles que utilizam carroças. As diferenciações aparecem na intensidade e no detalhamento dessas experiências: desde apreensões de equipamentos até agressões físicas por parte da Guarda Civil Metropolitana, com episódios de violência contra familiares e a subsequente falta de amparo institucional. Na residência de uma das catadoras, a utilização de câmeras de segurança como estratégia de proteção contra denúncias infundadas que são feitas contra ela ilustra a criatividade e a necessidade de autodefesa em um contexto de hostilidade.

Por fim, emerge um consenso sobre a necessidade premente de união. A máxima de que "o catador tem que falar a mesma língua" é repetida como um ideal e uma condição para o fortalecimento da categoria e a conquista de direitos básicos, como aposentadoria digna e reconhecimento profissional. No entanto, a convergência para esse ideal esbarra na dura realidade da competição e do medo, apontados como barreiras reais para a solidariedade horizontal. Uma visão particularmente conciliadora, porém incomum, sugere até mesmo a possibilidade de alianças entre cooperativas e ferros-velhos, superando a lógica da competição em prol da valorização de todos os elos da cadeia produtiva da reciclagem pós-consumo. Em síntese, o grupo investigado revela uma forte coesão interna baseada em laços afetivos e de vizinhança,

que coexiste com uma profunda fragilidade e desarticulação política externa, amplificada pela sua condição de não formalização. O desejo por reconhecimento e união é claro, mas esbarra na desconfiança em relação às estruturas de representação e nas relações de competição que fragmentam a categoria em sua base.

7.2.2.6 Grupo 6: Percepções, Identidade e Reconhecimento

A vida das catadoras de materiais recicláveis em São Paulo é feita de contrastes que se renovam a cada dia. De um lado, o orgulho de quem construiu algo com as próprias mãos, a consciência de que seu trabalho mantém a cidade limpa e sustenta suas famílias. De outro, o peso do estigma, da invisibilidade e, em muitos casos, da violência. Suas narrativas revelam uma identidade profissional que se afirma justamente na tensão entre esses polos, num movimento constante de resistência e reinvenção.

Uma das fontes mais profundas de orgulho entre as catadoras é a percepção de que seu trabalho tem um significado que transcende a mera sobrevivência. Elas sabem, e dizem isso sem rodeios, que são responsáveis por grande parte da reciclagem que acontece na cidade. Enquanto o poder público gasta dinheiro para enterrar resíduos em aterros sanitários, são elas que estão nas ruas, dia após dia, garantindo que toneladas de material voltem à cadeia produtiva. Essa consciência ambiental, no entanto, se expressa de diferentes maneiras. Algumas articulam um discurso sofisticado, conectando a reciclagem à preservação dos recursos naturais, à saúde pública e à necessidade de políticas ambientais efetivas. Falam sobre o absurdo de enterrar materiais que poderiam gerar renda, sobre a contradição de um sistema que gasta para poluir enquanto elas se esforçam para limpar. Outras expressam essa mesma percepção de forma mais direta, com frases simples que carregam a mesma verdade: "tô limpando a rua, né?", "se não tiver catador, a cidade vira um lixão". Há, portanto, diferentes níveis de elaboração desse discurso, mas o núcleo é compartilhado: ser catadora é também ser agente ambiental, mesmo que esse papel nunca venha acompanhado do reconhecimento que merecem.

O orgulho também se alimenta de aspectos mais subjetivos e cotidianos. O trabalho, apesar das dificuldades, é descrito com palavras como "gostoso", "legal", "prazeroso". Essa dimensão positiva está ancorada na autonomia que a catação proporciona: a liberdade de gerir o próprio tempo, de circular pela cidade, de conhecer ruas e bairros novos, de fazer amizades ao longo do percurso. As conversas com as colegas, as risadas compartilhadas, os "causos" que se acumulam com os anos, tudo isso compõe uma experiência que transcende a necessidade material. Para algumas, a catação é também um espaço de sociabilidade que ameniza a solidão. Para outras, é a possibilidade de sustentar a família com dignidade, de ajudar parentes distantes, de construir algo que lhes pertence. A carroça, nesse contexto, ganha um significado que vai muito além do instrumento de trabalho. Puxada com o esforço do próprio corpo, ela representa a trajetória de quem "saiu do buraco", de quem se agarrou a ela para continuar em frente. Como diz uma delas, "foi a carroça que me abraçou e eu abracei a carroça". Essa relação afetiva com o instrumento de trabalho revela o quanto a identidade profissional está entrelaçada com a história pessoal de superação.

No entanto, essa autoimagem positiva esbarra diariamente no muro do preconceito. O estigma que recai sobre as catadoras é o tema mais recorrente e mais doloroso de suas narrativas. Ele se manifesta de múltiplas formas: nos olhares de desprezo quando circulam com os materiais coletados, nos xingamentos que escutam ao longo do percurso, nos apelidos humilhantes como "lixeira" ou "mendiga". Há uma percepção clara de que a sociedade as trata como invisíveis ou, quando as enxerga, é para desqualificá-las. Uma das entrevistadas resume essa experiência com uma expressão precisa: "as pessoas acham que nós somos invisíveis". Mas o que talvez seja ainda mais cruel é que o preconceito não se limita a elas. Ele se estende aos seus filhos, contaminando espaços que deveriam ser de proteção e acolhimento.

Os relatos sobre o que os filhos das catadoras sofrem dentro das escolas estão entre os mais comoventes e reveladores de todo o material. Crianças são alvo de bullying simplesmente porque suas mães trabalham com reciclagem. Há casos de denúncias infundadas ao conselho tutelar, sob a alegação de que as crianças não tomavam banho ou viviam em situação de abandono. Há relatos

de profissionais da educação que, movidos por preconceito, lavavam as roupas das crianças na escola, como se elas próprias fossem sujas. Uma das catadoras conta que precisou ir à diretoria com as roupas dos filhos dentro da mochila para provar que estavam limpas, num gesto extremo de defesa da própria dignidade e da dos filhos. Essas experiências deixam marcas profundas. Como observa uma das entrevistadas, muitos filhos acabam desenvolvendo um "ranço" da reciclagem, uma rejeição ao trabalho da mãe associada à dor que experimentaram. A escola, que deveria ser um espaço de formação e proteção, transforma-se em lugar de sofrimento e reprodução da exclusão social. O que está em jogo, portanto, não é apenas o reconhecimento profissional das catadoras, mas a própria possibilidade de seus filhos viverem a infância com dignidade.

Diante desse cenário, as reações ao preconceito se diferenciam. Há quem opte pelo silêncio, pela estratégia de "não dar importância" para evitar conflitos. O argumento é pragmático: "hoje em dia a gente não pode nem falar quase nada, só dá briga". Há, nessa postura, uma sabedoria prática de quem aprendeu a sobreviver em um ambiente hostil, mas também uma dimensão de sofrimento que se expressa na palavra "humilhante". Outras, no entanto, adotam uma postura mais assertiva. São aquelas que, por diferentes trajetórias, adquiriram mais informação sobre seus direitos e desenvolveram uma consciência mais politizada de sua posição social. Essas não hesitam em enfrentar a discriminação quando ela aparece, seja na rua, seja em situações formais. São enfrentamentos pontuais, mas que revelam a disposição de não aceitar passivamente o lugar de subalternidade que lhes é imposto.

A discriminação, porém, tem camadas. As entrevistadas revelam uma percepção aguda de que o preconceito é interseccional, atingindo de forma mais dura as mulheres negras e pobres. Uma entrevistada observa que a maioria das catadoras é negra, e que essa condição agrava o tratamento que recebem. Quando uma mulher branca se apresenta como catadora, as pessoas estranham, não acreditam. É como se a profissão estivesse naturalmente associada a um corpo, a uma cor, a uma posição social. Essa percepção se estende à própria família: há relatos de catadoras que enfrentaram discriminação dentro de casa, com parentes que tinham vergonha

do trabalho que realizavam. A rejeição, portanto, vem de todos os lados, e resistir a ela exige uma força que poucas pessoas imaginam.

No plano material, as dificuldades são igualmente intensas. A instabilidade da renda é uma fonte permanente de angústia. O preço dos materiais recicláveis oscila sem qualquer previsibilidade, sujeito às variações do mercado e ao poder dos atravessadores. O que vale um valor em um mês pode cair pela metade no seguinte, e essa variação se reflete imediatamente na mesa das famílias. Uma das catadoras descreve com precisão esse mecanismo: quando o preço cai, ela vai "fazendo o corte" na alimentação. A carne sai do prato, depois o tomate, o pimentão. Fica só o básico para não passar fome. "Se o material cai, corta a carne", resume outra, numa frase que sintetiza a relação direta entre a economia da reciclagem e a subsistência mais elementar. A imprevisibilidade impede o planejamento, dificulta o acúmulo de reservas, mantém as famílias em estado de vulnerabilidade permanente.

A essa precariedade econômica soma-se a violência institucional. Os relatos de apreensão de carroças pela Guarda Civil Metropolitana são frequentes e carregados de sofrimento. A carroça, que representa conquista e liberdade, torna-se alvo do poder público. Perdê-la significa não apenas ficar sem instrumento de trabalho, mas ver interrompida, à força, a possibilidade de ganhar a vida. Há casos em que a apreensão é acompanhada de violência física. Uma das catadoras narra, com detalhes que doem, a agressão sofrida por seu filho com deficiência nas mãos da guarda. O episódio gerou comoção na vizinhança, mas as testemunhas, amedrontadas, não quiseram depor. A sensação de desamparo é total: "hoje eu tenho mais medo da polícia do que do bandido", desabafa. A falta de ecopontos que efetivamente recebam os materiais agrava ainda mais o quadro. Há uma percepção clara de que muitos desses espaços são "de fachada", que não aceitam grande parte dos resíduos, empurrando o problema de volta para as ruas e para os próprios catadores. O poder público, na visão delas, as enxerga como problema a ser removido, não como agentes a serem apoiados.

Quando falam sobre o futuro e sobre o que gostariam de dizer à sociedade, as catadoras revelam suas demandas mais profundas. O sonho que emerge com

mais força é o da autonomia plena: poder viver do próprio trabalho sem depender de favores, de ajudas esporádicas ou da caridade alheia. "Ter meu dinheiro", "não depender de ninguém", são frases que se repetem. Algumas expressam esse desejo no plano imediato, na luta cotidiana para garantir a subsistência. Outras projetam horizontes mais ambiciosos: montar o próprio negócio, adquirir maquinário para processar materiais, tornar-se atravessadoras em vez de permanecer na base da cadeia. Há quem sonhe em retomar os estudos, fazer uma faculdade. A fé em Deus aparece para algumas como a força que sustenta essa caminhada, que dá ânimo para levantar cedo todos os dias e seguir em frente.

Mas acima de tudo, o que pedem é reconhecimento. Não apenas na forma de políticas públicas ou melhores condições de trabalho. O que desejam, de modo mais elementar, é ser vistas como trabalhadoras. É que as pessoas parem de julgá-las sem conhecer sua história, que compreendam que o que fazem é essencial para a cidade e para o planeta. A mensagem que gostariam de deixar é um apelo por respeito e humanização: "valorizem mais os catadores", "sejam mais humildes com o próximo", "procurem entender o lado do ser humano antes de criticar". No fundo, o que buscam é algo simples e ao mesmo tempo tão difícil: que sua profissão seja tratada com a mesma dignidade que qualquer outra. Que seus filhos possam frequentar a escola sem ser humilhados. Que elas possam circular pela cidade sem ouvir xingamentos. Que o trabalho de uma vida inteira seja, finalmente, reconhecido como o que sempre foi: trabalho digno, trabalho que sustenta, trabalho que importa.

7.2.2.7 Grupo 7: Desafios, Conquistas e Futuro

As catadoras de base de São Paulo revelam, em suas falas, um universo marcado por contradições profundas: entre o orgulho do trabalho que realizam e a desvalorização social que enfrentam; entre a autonomia conquistada nas ruas e a precariedade das condições de vida; entre sonhos concretos de melhoria e a sensação, por vezes, de um futuro incerto ou distante. Ao narrar seus desafios, conquistas e perspectivas, essas mulheres constroem um retrato coletivo que é, ao mesmo tempo, denúncia e afirmação de dignidade.

Um dos pontos mais recorrentes e dolorosos é o preconceito. Ele se manifesta nos olhares tortos de quem passa, nas palavras que associam a catação à sujeira e à marginalidade, na humilhação silenciosa ou explícita. “A gente não presta”, sintetiza uma delas, capturando a internalização de um estigma que precisa ser combatido diariamente. Mas o preconceito não atinge apenas as catadoras: estende-se aos seus filhos, que sofrem bullying nas escolas por serem filhos de quem trabalha com o lixo. Uma mãe relembra, com a voz ainda marcada pela dor, o dia em que seu filho foi jogado escada abaixo por colegas, e a impotência de não poder protegê-lo completamente, pois era obrigada a mandá-lo à escola. “É mais doloroso, muito cruel”, desabafa, revelando como a violência simbólica se transforma em violência física e atinge o coração da família. Essa experiência a levou a propor que a reciclagem seja ensinada nas escolas desde cedo, para que as crianças cresçam respeitando os catadores e entendendo a importância do seu trabalho – uma ideia que ecoa em outras falas, que veem na educação uma chave para mudar a percepção social.

O preconceito vem acompanhado da falta de reconhecimento institucional. As catadoras denunciam a ausência de políticas públicas eficazes: não há plano de saúde, aposentadoria digna, nem suporte do poder público. Pelo contrário, muitas relatam perseguições por parte da prefeitura, com apreensão de carroças, multas e falta de diálogo. “Eles tratam a gente muito mal”, resume uma delas, contrastando o tratamento recebido nas ruas com a acolhida em eventos culturais, onde pessoas “engravatadas” as abraçam e conversam. Essa experiência de ser bem tratada em espaços de elite é vivida como uma conquista, uma prova de que o trabalho é digno, mas também escancara a desigualdade: por que é preciso sair do próprio território para ser tratada como ser humano?

A concorrência desleal e o roubo de material surgem como desafios emergentes. Antigamente, havia uma regra não escrita de respeito ao território de catação: se alguém já estava em uma rua, outro catador não passava. Hoje, essa regra se perdeu. O aumento do número de pessoas – incluindo não catadores – que recolhem materiais para venda gerou disputas e furtos. “Tem ladrão de papelão”, ironiza uma entrevistada, referindo-se a quem rouba material das carroças. A situação é agravada pela chegada de “piões” e outros

trabalhadores que, em vez de doar ou vender, passaram a negociar diretamente o material, muitas vezes pagando valores irrisórios. Para sobreviver, as catadoras precisam esconder o que juntam ou firmar contratos informais com clientes fiéis.

As condições de trabalho são fisicamente desgastantes. Dores na coluna, nas pernas, cansaço crônico são companheiros constantes. Uma catadora mais velha relata como pede a Deus força nas pernas para continuar, pois sem elas não pode trabalhar. A saúde é um bem precioso e frágil: quando o corpo dói, a preocupação não é apenas com o bem-estar, mas com a capacidade de seguir na luta. Ainda assim, muitas preferem a rua ao confinamento doméstico. “Se ficar em casa, fico doente”, afirma uma, ecoando o sentimento de que o trabalho é também terapia, distração, motivo para sair da cama. A autonomia de não ter patrão, de poder administrar o próprio tempo, é valorizada como uma conquista, mesmo em meio à precariedade.

Essa autonomia, no entanto, tem limites. A oscilação dos preços dos materiais recicláveis – papelão, latinhas, plásticos – é uma fonte constante de insegurança. O papelão, que já foi mais valorizado, agora está em queda, e muitas catadoras deixaram de pegá-lo porque “não vale a pena”. A mesma lógica vale para outros materiais: o preço muda de acordo com o comprador, e quem não tem condições de ir até os locais que pagam melhor acaba refém de valores baixos. A logística, portanto, é um desafio central: ter um carrinho, um triciclo ou, quem sabe, um carro, pode significar a diferença entre vender por um preço justo ou aceitar o que der. O sonho de comprar um veículo aparece em várias falas, não apenas para facilitar o trabalho, mas também para emergências de saúde – como a catadora que vive em local distante e precisa de um carro para levar um doente ao hospital.

Os sonhos, aliás, são um capítulo à parte. Eles revelam tanto as necessidades básicas quanto as aspirações mais elevadas. Terminar de construir a casa, comprar um carro, ter um espaço próprio para armazenar e triar o material: são desejos concretos, ligados à sobrevivência e à melhoria imediata das condições de vida. Mas há também sonhos que transcendem o individual: abrir um pequeno negócio de beneficiamento de plásticos, com maquinário próprio;

criar um bloco de carnaval temático, a “Cataçamba”, com roupas e instrumentos feitos de material reciclável, para dar visibilidade à categoria; fazer faculdade de Gestão Ambiental e continuar a luta por políticas públicas. Esses projetos mostram que, apesar das dificuldades, há criatividade e esperança.

A participação em eventos e a visibilidade conquistada são vistas como oportunidades de reconhecimento. Ser convidada para lançamentos de livros, para rodas de conversa, para documentários, é motivo de orgulho. Uma catadora relembra como, ao falar em uma Câmara Municipal, provocou reflexão ao comparar seu trabalho com o de mulheres que atuam em escritórios ou hospitais: “Eu faço sete trabalhos enquanto elas fazem um”. A fala é uma afirmação de que a catação não é apenas catar lixo, mas cuidar do meio ambiente, educar, lutar por direitos, ser mãe, avó, bisavó, fazer trabalho social. É uma tentativa de redefinir o valor do que fazem, de reivindicar um lugar de respeito.

Mas nem todas compartilham o mesmo otimismo. Algumas catadoras, quando perguntadas sobre o futuro, respondem com “não sei”, “não penso nisso” ou “Deus sabe”. O cansaço, a descrença, a sobrevivência imediata consomem a energia necessária para projetar o amanhã. Outras, mesmo tendo sonhos, parecem duvidar de que eles se realizarão. A incerteza é uma constante. A pandemia, por exemplo, deixou marcas: uma catadora endividou-se porque continuou pegando material, mas não tinha para quem vender. A dívida com o banco ainda está lá, sujando seu nome, enquanto outras foram pagas. É um lembrete de como a vulnerabilidade econômica pode transformar um período de crise em um abismo.

Uma catadora idosa teve sua aposentadoria cortada após assumir a presidência de uma cooperativa, sem ter sido alertada de que isso poderia acontecer. Agora, passa necessidade, com dívidas atrasadas e sem gás em casa. A burocracia, a falta de informação e o descaso a deixaram em uma situação-limite, enquanto aguarda respostas que nunca vêm. Outra relata como foi denunciada anonimamente e acabou em um programa de TV, que distorceu

sua história. A sensação de ser invisível para o reconhecimento de seus direitos, mas alvo fácil quando se trata de criminalização, é recorrente.

Há também uma crítica interna à própria categoria. Algumas catadoras apontam a falta de união e o individualismo como obstáculos. “Que o catador reconheça o catador”, pede uma, ao final da entrevista, expressando o desejo de que todos falem a mesma língua e se apoiem mutuamente. Mas a realidade é de concorrência, de desconfiança, de disputa por território e material. A solidariedade, que deveria ser a base da luta coletiva, muitas vezes cede lugar à sobrevivência solitária.

No entanto, mesmo em meio a tantas dificuldades, emerge uma certeza: o trabalho é digno, e elas não trocariam a autonomia das ruas pela submissão a um patrão. Uma catadora compara sua experiência como empregada doméstica – onde foi humilhada, explorada e até violentada – com a liberdade que encontrou na catação. “Vou trabalhar no lixo, mas não vou ser xingada”, afirma, ressignificando o lixo como espaço de liberdade. Outra, que já foi babá de cachorro e passou por situações degradantes, conclui: “A catação me ensinou a viver, a buscar meus direitos, a falar o que tenho que falar”.

Essas pessoas, com suas histórias de luta e resistência, constroem um futuro possível a cada dia. Seus sonhos são pequenos e grandes ao mesmo tempo: uma casa, um carro, um espaço, um diploma, um carnaval. Mas o que todas pedem, no fundo, é algo simples e profundo: serem reconhecidas como seres humanos, como trabalhadoras que contribuem para a sociedade e para o meio ambiente. Que possam entrar e sair de qualquer lugar com a cabeça erguida. Que seus filhos não sofram na escola por causa da profissão da mãe. Que o catador reconheça o catador. Que, um dia, a palavra “lixo” deixe de ser sinônimo de desprezo e passe a significar oportunidade, cuidado, transformação. Até lá, elas seguem. “Minha vida é essa. Minha luta é essa. Meu destino é esse. Até quando Deus permitir.”

7.2.3 Catadoras de Base – Buenos Aires

7.2.3.1 Grupo 1: Perfil Socioeconômico e Ocupacional

A análise do perfil socioeconômico e ocupacional dos catadores de base entrevistados revela um grupo heterogêneo em termos etários, mas unificado por trajetórias marcadas pela precariedade e pela longa exposição ao trabalho com resíduos. As idades variam entre os 21 e mais de 50 anos, abrangendo desde jovens adultos que ingressaram na atividade ainda na adolescência até catadores com décadas de experiência, que iniciaram a coleta na infância e construíram toda uma vida laboral em torno do reciclável. Em termos de gênero, a composição é equilibrada, com presença tanto de homens quanto de mulheres, muitos deles solteiros e com responsabilidades de cuidado, seja com filhos ou com familiares dependentes. A quantidade de dependentes varia significativamente, desde catadores sem nenhum vínculo de dependência até aqueles que sustentam famílias numerosas, com sete filhos, o que imprime diferentes pressões e dinâmicas sobre a renda obtida com a catação.

No que tange à autodeclaração racial ou étnica, as respostas foram diversas e, em alguns casos, difusas, refletindo tanto a complexidade do conceito no contexto argentino quanto a ausência de um vocabulário consolidado para essa autoclassificação. Enquanto alguns se definiram como "morena" ou "branco", outros responderam com marcadores de nacionalidade ("argentino") ou mesmo com expressões culturais como "gaúcho", o que sugere que a identidade étnico-racial pode não ser uma categoria tão imediatamente mobilizada por esses sujeitos quanto a identidade ocupacional ou de origem territorial. A escolaridade formal é, de modo geral, baixa, com predominância do ensino fundamental incompleto ou completo, embora haja exceções de catadores com secundário completo e até terciário incompleto.

A origem geográfica de todos os entrevistados está ancorada na província de Buenos Aires ou na Cidade Autônoma, mas suas residências atuais se espalham por bairros periféricos e, em alguns casos, por vilas de emergência, como a Villa 31, na Capital Federal, ou Villa Fiorito, no município de Lomas de

Zamora. Esse dado territorial é relevante porque contrasta com os bairros onde majoritariamente atuam: enquanto vivem em regiões periféricas, muitos desenvolvem seu trabalho de coleta em bairros de classe média e alta, como Palermo, Recoleta, Caballito e Microcentro, evidenciando um deslocamento diário que reflete a segregação socioespacial típica das metrópoles latino-americanas.

O tempo de experiência na reciclagem é um traço marcante do grupo, com a maioria acumulando mais de cinco anos de atividade, e alguns ultrapassando as três décadas de trabalho com materiais recicláveis, o que demonstra a centralidade dessa ocupação em suas trajetórias de vida. A renda mensal obtida com a catação, no entanto, é extremamente variável e instável, oscilando entre valores que rondam os 180 mil pesos (R$ 680,32) e outros que chegam a 660 mil (R$ 2494,51), a depender do tipo e volume de material coletado, das condições do mercado de recicláveis e da inserção do catador em estruturas cooperativas ou na informalidade. Vários entrevistados enfatizaram a imprevisibilidade dos ganhos, mencionando a recente desvalorização do material, que contrasta com o aumento generalizado dos preços, aprofundando a sensação de desamparo e de desvalorização social do seu trabalho.

Para a maioria, a catação constitui a principal ou uma das principais fontes de renda, embora muitos combinem a atividade com "changas" ou trabalhos esporádicos, como extensão de cílios, cortes de grama, pintura e o reaproveitamento e venda de objetos usados em feiras. Essas atividades paralelas, no entanto, são vistas como complementares e, em alguns casos, como um "passatempo", sem deslocar a centralidade da reciclagem em suas identidades laborais. Um aspecto distintivo entre os entrevistados é justamente essa relação com o trabalho: enquanto alguns enxergam a catação como uma ocupação fixa, com horários e compromissos, outros a assumem como uma atividade mais flexível, integrada a um mosaico de estratégias de sobrevivência.

O vínculo com organizações ou cooperativas é majoritário entre as pessoas entrevistadas, mas não universal. A maioria dos catadores está associada a

cooperativas de recuperadores urbanos ou a movimentos sociais mais amplos, embora haja também aqueles que atuam de forma completamente independente, rejeitando, por vezes, a vinculação formal por desconfiança ou por valorizarem a autonomia conquistada ao longo de anos de trabalho nas ruas. O tempo de filiação varia, indo de dois a doze anos, e as funções desempenhadas no interior das organizações são diversificadas, abrangendo desde a coleta nas ruas e a organização de rotas e horários até o trabalho interno de triagem, limpeza, prensagem e desarme de materiais doados. Alguns catadores assumem ainda funções de orientação e ensino dos novos integrantes, transmitindo na prática os códigos e as técnicas do ofício.

Por fim, a participação em assembleias e reuniões decisórias das organizações é bastante limitada. A maioria relata não participar ativamente, ou ter participado apenas de encontros pontuais, como os voltados para a saúde. Há uma percepção difusa de que as decisões importantes são tomadas por instâncias superiores ou por aqueles que trabalham no interior dos galpões, enquanto os catadores de rua se sentem distantes dos processos deliberativos. Alguns mencionam a existência de delegados ou representantes, mas a relação com essas lideranças é mais de comunicação de problemas do que de participação efetiva na construção coletiva das diretrizes do trabalho. Essa baixa participação política contrasta com a longa trajetória laboral e com o discurso de pertencimento à categoria, sugerindo uma adesão mais pragmática do que política às estruturas organizativas, ou ainda, uma dificuldade estrutural de incorporar os catadores de base nos espaços de poder interno.

7.2.3.2 Grupo 2: Condições e Rotina de Trabalho

A análise das entrevistas revela um universo laboral marcado por contrastes profundos, onde a materialidade do trabalho de catar e reciclar se desdobra em experiências radicalmente distintas a depender do vínculo institucional do trabalhador. Ao observar o cotidiano desses homens e mulheres, fica evidente uma clivagem fundamental entre aqueles que estão inseridos em cooperativas formalizadas e aqueles que atuam de maneira independente, ainda que ambos compartilhem a mesma atividade fim e, em certa medida, uma ética comum.

No que concerne à jornada de trabalho, os cooperativados apresentam uma rotina claramente delimitada e relativamente curta, com a maioria cumprindo quatro horas diárias, de segunda a sexta-feira. Um dos operadores de maquinário, contudo, relatou uma jornada de seis horas, também em dias úteis, sugerindo que funções internas específicas podem exigir um tempo maior. Esse horário reduzido, entretanto, não representa necessariamente uma jornada total de trabalho, pois um dos cooperados revelou que, ao final do expediente oficial, utiliza o trajeto de volta para casa, de bicicleta, para realizar coletas próprias, estendendo sua atividade por mais duas ou duas horas e meia. Esse movimento híbrido indica que, para alguns, o vínculo formal não elimina a necessidade de complementação da renda por meio da coleta informal. Já os catadores independentes vivenciam uma realidade oposta: sua jornada é extensa e elástica, estendendo-se por nove horas ou mais, e incluindo invariavelmente os sábados. A fala de um casal é emblemática ao afirmar que a crise econômica e a consequente desvalorização do material reciclável os obriga a trabalhar "o triplo", evidenciando como a precariedade do vínculo se traduz em desgaste físico e tempo de vida consumido pelo trabalho.

A rotina diária, embora parta de pontos comuns como o preparo do mate antes do início das atividades, logo se diferencia. No espaço do galpão, a chegada é seguida por um momento de sociabilidade em torno do mate, para então se organizar a separação dos materiais, uma tarefa que já carrega uma divisão técnica: o papelão, por ser mais pesado, fica com os homens, enquanto o plástico e outros materiais são separados por uma das trabalhadoras. Na cooperativa, a pausa para o almoço é institucionalizada e respeitada. Para aqueles designados à coleta externa, a rotina começa na cooperativa, de onde partem com seus triciclos, bicicletas acopladas a carroças ou carrinhos de mão, seguindo rotas conhecidas e contando com a colaboração de comerciantes e moradores que já os conhecem e guardam materiais. Há um horário determinado para o caminhão da cooperativa recolher o que foi coletado pelos catadores, o que organiza o ritmo do turno. Em contraste, a rotina dos independentes é mais fluida e autogerida, se desdobrando pelas ruas e pelo depósito onde armazenam e separam o material. A coleta é uma atividade constante e atenta, que combina o que encontram pelas calçadas com o que é

voluntariamente doado por porteiros e vizinhos, numa relação de reciprocidade construída diariamente.

A questão da proteção individual é um dos pontos de maior disparidade. Os trabalhadores vinculados às cooperativas relatam o recebimento de equipamentos como botas com biqueira de metal, uniforme completo, capacete e luvas, ainda que um deles mencione que a frequência do fornecimento de luvas foi diminuindo, indicando uma possível precarização. Há, portanto, um reconhecimento institucional do risco e uma tentativa, ainda que imperfeita, de mitigá-lo. Já os catadores independentes operam em total desamparo, numa condição que eles próprios definem como "os excluídos dos excluídos". Sem qualquer tipo de EPI, sua proteção reside na experiência acumulada, no olhar atento e na solidariedade eventual de pedestres ou porteiros que, ao vê-los se acidentar, oferecem ajuda. O corpo, aqui, é a principal ferramenta de trabalho e está inteiramente exposto.

A maioria dos entrevistados, de ambas as categorias, nega ter problemas de saúde diretamente relacionados à atividade. Entre os cooperativados, a negação é acompanhada da ideia de que a experiência e o cuidado evitam acidentes. Entre os independentes, no entanto, a negação vem envolta numa impressionante naturalização do esforço extremo. As falas descrevem, com naturalidade, o ato de carregar sozinho uma banheira de fundição de 150 quilos ou arrastar um carro com 1.800 quilos de material. A adaptação do corpo a essas condições é apresentada como prova de capacidade e resiliência, e não como indício de um desgaste que, a longo prazo, pode ser devastador.

No que tange às regras que orientam a conduta no trabalho, o "respeito" emerge como valor fundamental e unânime, seja no galpão ou na rua. É a base para a convivência harmônica e para a resolução de conflitos, e é acompanhado por proibições claras contra roubo, violência e uso de substâncias durante o trabalho. Nos espaços formalizados, as regras são mais explícitas e institucionais, como a proibição de fumar no galpão e a obrigatoriedade do uso dos EPIs. Para quem trabalha na rua, as regras se estendem ao espaço público, com um dos entrevistados destacando a importância de respeitar as leis de trânsito como forma de autocuidado. Entre

os independentes, as regras são informais e baseadas na ética do grupo e na manutenção de uma boa relação com a comunidade que os apoia.

Por fim, a questão de gênero revela uma camada sutil de complexidade. O discurso predominante, tanto de homens quanto de mulheres, é o da igualdade plena: "não há diferença de gênero" e "somos todos iguais". As mulheres, inclusive, reforçam sua capacidade de realizar trabalhos pesados. No entanto, a descrição da organização cotidiana em uma das cooperativas contradiz, na prática, essa percepção. Ao detalhar as funções, um dos cooperados explica que as mulheres ficam majoritariamente na esteira de separação ou em tarefas de conscientização, enquanto os homens realizam o trabalho que exige carregamento de peso, a limpeza e a organização das áreas mais pesadas.

7.2.3.3 Grupo 3: Trajetória Pessoal e Histórica

As trajetórias laborais das catadoras e catadores de base de Buenos Aires revelam um percurso marcado pela precariedade e pela informalidade desde a infância, com a reciclagem emergindo como uma constante ao longo da vida, seja como atividade principal ou complementar. O primeiro trabalho, para a maioria, ocorre em idades muito precoces, por vezes entre os sete e oito anos, e está associado a atividades de rua ou domésticas que visam à subsistência própria ou familiar. Há relatos de crianças que saíam para juntar latas e garrafas durante os carnavais ou festas de fim de ano, com o objetivo de comprar seus próprios materiais escolares e roupas, enquanto outras começaram distribuindo panfletos em esquinas, atividade na qual permaneciam por horas, recebendo pagamentos baixos mas necessários. Algumas acompanhavam os pais em tarefas de coleta, em um aprendizado transmitido geracionalmente, que incluía não apenas o trabalho, mas também os códigos informais da rua, como o respeito pelos pontos de coleta e a partilha entre os trabalhadores. Outras trajetórias incluem experiências como babá, empregada doméstica, ou trabalhos de limpeza, que muitas vezes se somavam às "changuitas" — bicos temporários realizados após a jornada principal, como cuidar de crianças, lavar ou passar roupa, numa rotina exaustiva de complementação de renda.

A diversidade de ocupações prévias à catação é notável: alguns passaram pela construção civil como pintores ou ajudantes de pedreiro, outros atuaram em fábricas de curtume ou gráficas, e houve quem se profissionalizou em áreas como refrigeração ou extensão de cílios — este último um exemplo de como o trabalho na reciclagem possibilitou, em alguns casos, o pagamento de cursos de capacitação, revelando uma tentativa de mobilidade social através do esforço individual. No entanto, a maioria dessas experiências formais ou semiformais foi interrompida por crises econômicas, demissões ou pela própria insatisfação com o trabalho em ambientes fechados, levando muitos a retornarem ou se dedicarem integralmente à reciclagem. A liberdade da rua, o contato com as pessoas e a autonomia são mencionados como atrativos que contrastam com a rigidez de outros empregos, ainda que a precariedade e a falta de proteção social persistam.

O ingresso na atividade de catação, especificamente, ocorre geralmente por necessidade econômica — falta de trabalho formal, necessidade de sustentar os filhos — e é facilitado por redes familiares ou de vizinhança. Mães, pais ou irmãos que já atuavam na reciclagem introduzem os mais jovens, que aprendem na prática os percursos, os materiais mais valiosos e as relações com os depósitos. Alguns começaram como independentes, com carrinhos puxados à mão ou com tração animal, percorrendo longas distâncias — até oitenta quadras por dia — para juntar material, enquanto outros se integraram rapidamente a cooperativas ou organizações comunitárias, atraídos pela possibilidade de um trabalho mais estruturado e coletivo. A passagem do trabalho individual para o cooperativo é, para muitos, um momento de mudança significativo, marcado pela conquista de espaços físicos como galpões, onde é possível armazenar e processar materiais, e pela construção de laços de solidariedade que vão além da mera produção. Nesses espaços, o companheirismo é apontado como fundamental para enfrentar as dificuldades — desde problemas internos até a repressão externa — e para viabilizar um trabalho que, isoladamente, seria impossível.

Os momentos de mudança mais marcantes nas trajetórias estão frequentemente associados a conquistas materiais ou a eventos políticos que impactam diretamente a vida dos catadores. A obtenção de um triciclo

especializado para catadores, por exemplo, é citada como um marco que aumentou a produtividade e permitiu acessar zonas com mais material, enquanto a perda de um galpão alugado, devido a mudanças nas políticas públicas ou à crise econômica, representou um retrocesso doloroso, reduzindo drasticamente o número de companheiros ativos. A transição do carro com cavalo para outros meios de transporte também é lembrada com nostalgia e sofrimento, especialmente quando imposta pelo governo, acompanhada de violência policial e criminalização do trabalho. A memória afetiva da carroça a cavalo — o orgulho de ter um animal bem tratado, os cumprimentos nas ruas, a identidade de "botellero" — contrasta com a hostilidade do presente, onde o respeito pelos códigos informais da rua se deteriorou, dando lugar a disputas violentas por materiais e à presença de pessoas em situação de vulnerabilidade agravada pelo consumo de drogas.

A permanência na catação, apesar das adversidades, é motivada por um conjunto complexo de fatores. Em primeiro lugar, a necessidade econômica permanece central: muitos afirmam que, se houvesse outra oportunidade com melhor remuneração, talvez mudassem de atividade, mas a falta de alternativas formais os mantém na reciclagem. No entanto, há também razões que transcendem o aspecto material. O companheirismo e o trabalho coletivo são frequentemente citados como elementos que dão sentido à atividade, especialmente em contextos de cooperativa, onde as decisões são tomadas em conjunto, as lutas por direitos são compartilhadas e os valores de solidariedade se manifestam em ações concretas — como rifas e vendas de comida para comprar uniformes ou ajudar companheiros doentes. Há ainda uma dimensão política: a defesa do direito ao trabalho, o reconhecimento como cidadãos e a esperança de que o governo um dia valorize seu papel ambiental e social são motores que alimentam a resistência cotidiana.

Por fim, a paixão pelo trabalho — expressa por alguns — revela uma relação afetiva com a rua, com a liberdade, com os vínculos construídos ao longo de décadas com moradores e comerciantes. O ato de subir em um carro, cumprimentar as pessoas, ouvir histórias e ser reconhecido como parte da paisagem urbana é algo que "não se paga com dinheiro", como diz um dos entrevistados. Essa dimensão subjetiva, aliada à luta por direitos e à

necessidade de sobrevivência, compõe um mosaico de trajetórias que, embora diversas, convergem na experiência comum da precariedade e na busca por dignidade através do trabalho com resíduos. As diferenças — nos percursos individuais, nas motivações iniciais, nas relações com a cooperativa ou com a rua — enriquecem o quadro, mostrando que a catação não é uma atividade homogênea, mas um campo de experiências plurais, onde cada sujeito constrói sua história a partir de um repertório compartilhado de adversidades e solidariedades.

7.2.3.4 Grupo 4: Território e Espaço Urbano

A relação dos catadores com o território urbano em Buenos Aires é complexa e multifacetada, atravessada por experiências sensíveis, disputas políticas e uma constante negociação entre a necessidade de sobrevivência e as imposições do espaço público. O trabalho de coleta de materiais recicláveis não se limita a uma atividade econômica; é também uma forma de ocupar e significar a cidade, de estabelecer vínculos com seus habitantes e de enfrentar barreiras físicas e sociais que ora incluem, ora excluem esses trabalhadores. Ao circular pelas ruas, avenidas e bairros, os catadores desenvolvem um conhecimento profundo do território, mas também se deparam com condições adversas que vão desde o clima até a violência institucional.

As dificuldades práticas são muitas e variadas. O calor extremo, por exemplo, não é apenas um desconforto: em dias de alta temperatura, o asfalto das ruas de Buenos Aires derrete, e os carrinhos carregados com mais de duzentos quilos de material ficam "*planchados*", imobilizados pelo peso e pela aderência do piche derretido. A chuva, por sua vez, transforma a coleta em uma provação ainda maior. Os catadores que insistem em trabalhar sob tempestades enfrentam o risco de serem atingidos por raios, de cair em bocas de lobo ou de serem surpreendidos pela queda de árvores. O material recolhido encharca, tornando-se mais pesado e difícil de transportar, e o retorno para os pontos de encontro com os caminhões é feito sob chuva torrencial, com roupas ensopadas.

O poder público, especialmente sob a atual gestão, é apontado como um agente de perseguição sistemática. Catadores relatam que a polícia e outros agentes do poder público atuam em conjunto para confiscar ferramentas de trabalho – carrinhos, bolsões, materiais já coletados – sob o argumento de que a circulação com esses equipamentos é proibida ou irregular. A prática é descrita como violenta e humilhante: abordagens abruptas, espancamentos e detenções arbitrárias ocorrem principalmente nas entradas e saídas de bairros populares, como se os catadores fossem delinqüentes que precisam ser contidos. Há relatos de que, em pontos estratégicos como o Microcentro, Palermo e Recoleta, equipes do governo aguardam a passagem dos trabalhadores para apreender seus pertences, deixando claro que a intenção não é regular, mas inviabilizar a atividade. A legislação que ampara os catadores é ignorada, e novas restrições, como a limitação de horários para a coleta em algumas áreas, são impostas sob pena de multas elevadas – um valor que pode chegar a 90 mil pesos, o suficiente para comprometer a já frágil economia familiar. Para muitos, essa perseguição significa literalmente tirar o prato de comida da mesa dos filhos, e o medo de cruzar com as forças de segurança se tornou uma constante no dia a dia.

Diante desse cenário hostil, os catadores constroem suas próprias regras de convivência e códigos éticos que organizam a ocupação do território. O respeito ao espaço do outro é fundamental: cada trabalhador ou cooperativa tem suas áreas de atuação, delimitadas informalmente mas rigorosamente observadas. Ao ver um colega em uma quadra, o catador sabe que deve seguir para a rua seguinte, evitando disputas que podem terminar em brigas violentas. Esse código não está escrito em nenhum contrato, mas é aprendido na prática e transmitido oralmente entre gerações. A solidariedade também é um pilar importante: quando um carrinho quebra, outros catadores param sua coleta para ajudar; se alguém sofre um acidente, a rede de avisos se mobiliza para informar a família e prestar socorro. Há exemplos comoventes de companheiros que, ao saberem de um atropelamento, deixam de trabalhar para acompanhar o ferido ao hospital, demonstrando que o cuidado mútuo é tão vital quanto a coleta de materiais. Além disso, há regras de conduta na rua:

não faltar com respeito aos moradores, atender com educação, não tocar em objetos que estejam dentro das casas, mesmo que convidados – especialmente as mulheres, que são orientadas a não entrar em residências sob nenhuma hipótese, para preservar sua segurança.

A questão de gênero emerge com força nos relatos sobre interdições no território. Mulheres catadoras enfrentam barreiras específicas que vão além das dificuldades comuns a todos. Em fábricas e bairros privados, onde é necessário apresentar autorização prévia e cumprir normas de segurança, elas são por vezes barradas na entrada simplesmente por serem mulheres. Um caso emblemático é o de uma catadora que, mesmo sendo a responsável pela permissão de acesso a uma fábrica e tendo entrado no local inúmeras vezes, foi impedida por seguranças que alegaram não autorizar a presença feminina. Foi preciso a intervenção de um supervisor para que pudesse passar, e só então o material pôde ser retirado. Situações como essa revelam que o território urbano é também um espaço de discriminação de gênero, onde as mulheres precisam provar constantemente seu direito de estar e trabalhar, mesmo quando cumprem todas as exigências formais. Nos countries, a entrada é condicionada a autorizações específicas, e ainda assim o preconceito se manifesta: porteiros e seguranças olham com desconfiança, e a presença feminina é vista como algo fora do lugar.

Apesar de todas as adversidades, o território também é fonte de alegria e satisfação. O reconhecimento dos moradores – um copo d'água em dia de calor, um café oferecido com gentileza, um eletrodoméstico velho mas ainda útil entregue de bom grado – renova a esperança e fortalece a autoestima. Muitos catadores contam com orgulho que vizinhos os chamam pelo nome, que porteiros separam materiais e os entregam em mãos, que há quem deixe recados avisando que há recicláveis disponíveis. Esses pequenos gestos são interpretados como um sinal de que a sociedade, aos poucos, reconhece o valor do trabalho realizado. A alegria também vem dos achados inesperados: uma televisão funcionando, uma geladeira em bom estado, roupas, livros, objetos que ganham nova vida e podem ser usados ou vendidos.

Em contrapartida, o medo está sempre à espreita. Não apenas o medo da polícia, mas o medo dos acidentes de trânsito – um colega atropelado por um ônibus, um carro que não vê o catador na via – e o medo das brigas entre os próprios trabalhadores, que por vezes se enfrentam por uma bolsa de materiais. O medo também habita os dias de tempestade, quando o vento forte ameaça derrubar árvores e os raios cortam o céu. Há quem diga que nunca sentiu medo, que encara tudo com naturalidade, mas a maioria admite que a tensão é constante.

Por fim, os catadores refletem sobre o papel que desempenham na sociedade e no meio ambiente. Eles se veem como agentes fundamentais da reciclagem, responsáveis por desviar toneladas de resíduos dos aterros e devolver materiais à cadeia produtiva. No entanto, lamentam que a população, em geral, não compreenda a importância dessa atividade. Muitas vezes, as pessoas misturam lixo orgânico com recicláveis, jogam objetos cortantes ou perfurantes que machucam quem manuseia as bolsas, e até mesmo depositam animais mortos ou fezes entre os resíduos – uma situação degradante que expõe os catadores a riscos de saúde e a humilhações desnecessárias. Há um apelo claro por sensibilização: que os moradores separem corretamente seus resíduos, que respeitem o trabalho alheio e que enxerguem nos catadores não uma incômoda presença nas ruas, mas sim trabalhadores que contribuem para a limpeza da cidade e para a sustentabilidade do planeta. A luta por dignidade é, assim, uma luta territorial: ocupar a cidade não apenas para sobreviver, mas para ser visto, respeitado e reconhecido como parte dela. Mesmo diante de um governo que, na percepção dos entrevistados, busca "cortar tudo o que é reciclado", há uma determinação em resistir, em continuar circulando, em provar que o trabalho de coleta é legítimo e necessário. Como um deles afirmou, "somos mais fortes e cada dia vamos levantando mais". O território, com suas contradições, é ao mesmo tempo palco da opressão e da resistência, espaço de sofrimento e de esperança.

7.2.3.5 Grupo 5: Organização Coletiva e Relações de Poder

Nessa seção se analisa como os catadores de base de Buenos Aires percebem a organização coletiva, as relações de poder que a atravessam e sua capacidade de representação política. As falas, embora diversas em tom e ênfase, convergem para a compreensão de que a cooperativa representa um avanço significativo em relação ao passado de informalidade total, mas também expõem tensões, ambiguidades e desafios que marcam o cotidiano da luta por reconhecimento e melhores condições de trabalho.

Em primeiro lugar, a relação com a cooperativa é descrita, de modo geral, como positiva e como uma conquista histórica. Há um reconhecimento generalizado de que a organização proporcionou melhorias concretas, como acesso à seguridade social e, em alguns casos, a cursos de capacitação, ou a um pequeno mercado que permite comprar roupas e mercadorias com pagamento ao fim do mês. Um entrevistado destaca que a cooperativa "foi crescendo" e "deu a oportunidade aos catadores de ter outra opção melhor", comparando o trabalho com os triciclos especializados para o trabalho de catação ao antigo esforço de puxar um carro manualmente. Outro depoimento reforça a ideia de que a cooperativa é um espaço de contenção e apoio, mencionando que, mesmo após dois anos afastado por problemas de saúde, nunca foi "deixado de lado" – a cooperativa seguiu presente. Essa percepção de amparo é complementada pela visão de que a organização introduziu uma lógica de direitos e deveres, combatendo a indisciplina do passado: "se você não vem trabalhar, não vai cobrar... aqui não há receita mágica".

No entanto, essa visão positiva não é unânime nem isenta de críticas. Há relatos de descontentamento com a gestão cotidiana e a comunicação interna, evidenciados por problemas de infraestrutura mal resolvidos e decisões tomadas de forma apressada, que geram desgaste e trocas de palavras entre os trabalhadores. Além disso, conflitos interpessoais pontuais nem sempre são trazidos à tona ou resolvidos coletivamente, o que contribui para a sensação de que "às vezes não fica tão bem" no ambiente de trabalho. Esses episódios indicam que, apesar da estrutura formal, a participação nas decisões e a resolução de conflitos ainda enfrentam obstáculos significativos.

A relação com os *galponeros* – os donos de depósitos informais que compram o material dos catadores independentes – é um dos pontos mais densos e reveladores das dinâmicas de poder no setor. As falas convergem para o reconhecimento de uma relação de dependência econômica e exploração estrutural, mas também de proximidade e solidariedade. Um catador descreve a relação como boa, baseada em anos de convivência que se transformaram em amizade: "nos juntamos entre todos, cada um dá uma moeda, fazemos um churrasco, comemos algo... é um espaço de contenção e unificação". No entanto, essa mesma pessoa reconhece a lógica de exploração: "todo mundo tira seu proveito... os *galponeros* pagam um preço e vendem pelo dobro, porque é assim. Sabemos disso, mas que outra forma temos de entregar nossa mercadoria? Temos que aceitar". A resignação convive com a consciência de que os *galponeros* também são pobres, estão nos mesmos bairros populares e enfrentam a perseguição do governo, que lhes nega habilitação e aplica multas com altos valores.

Uma catadora aprofunda essa ambiguidade ao denunciar a disparidade de preços: enquanto as cooperativas formais pagam cerca de 170 pesos (R$ 0,64) pelo quilo do papelão, os depósitos informais pagam apenas 40 ou 50 pesos (R$ 0,15 ou R$ 0,19) aos independentes. Ela aponta que os *galponeros* vendem o material pelo mesmo preço que as cooperativas – algo em torno de 250 a 300 pesos (R$ 0,94 a R$ 1,13) –, ou seja, lucram quase três vezes mais sobre o trabalho alheio. No entanto, ela também reconhece que o governo é o grande responsável por essa situação, ao não regular o setor e ao fomentar a divisão entre pobres: "o governo quer nos fazer brigar, pobre contra pobre, e não é assim". A fala evidencia que a exploração não é fruto apenas de uma má intenção dos *galponeros*, mas de uma cadeia produtiva que empurra os mais frágeis para a informalidade e a precariedade.

Essa complexidade se reflete na percepção sobre a capacidade de representação política da cooperativa e de outras organizações, como o MTE (Movimento de Trabalhadores Excluídos). As opiniões se dividem. De um lado, há quem veja a cooperativa como uma instância legítima e eficaz, que "cresceu" e "buscou lugares para nos deixar mais confortáveis", ampliando as

áreas de coleta e evitando a disputa predatória nas caçambas de resíduos recicláveis que ficam dispostas nas ruas.

A questão da unificação é recorrente. Vários entrevistados apontam que o principal desafio da organização coletiva é "manter a tranquilidade" e evitar que problemas pessoais ou divergências pontuais se transformem em conflitos que paralisem o trabalho. Um coordenador de grupo menciona que, às vezes, é preciso atuar como "psicólogo" para conter ânimos e dar conselhos, pois as pessoas trazem de casa questões que transbordam no ambiente. Mas a unificação vai além do cotidiano: ela é vista como condição para enfrentar o governo e os grandes atravessadores. Um catador observa que "o governo quer que você se separe do seu companheiro", para depois cooptar os mais fracos individualmente. Ele dá o exemplo do ônibus que transporta os catadores dos bairros até as cooperativas e que são financiados pelo poder público: se o governo vê que apenas alguns usam o veículo, corta o benefício; se todos usam, mantém. A falta de união, portanto, fragiliza a luta e reforça a lógica do "pobre contra pobre" que beneficia o poder público e a indústria.

Por fim, a relação com o governo é um pano de fundo constante. As queixas sobre multas, apreensão de carrinhos e ferramentas de trabalho, e a exigência de habilitações impossíveis para quem vive em bairros populares são unânimes. Um catador ironiza a lógica estatal: "o governo não quer que nenhuma moeda escape, tudo tem que passar por ele". Ele vê nas novas regras – como a limitação de peso nos carrinhos – uma forma de controlar e sufocar os pequenos, forçando-os a depender das cooperativas formais. Outra catadora complementa: "nós queremos que eles se coloquem em nosso lugar", pedindo que o governo compreenda o esforço físico e o suor investidos em cada quilo de material reciclado, sem oferecer qualquer alternativa de inclusão real.

7.2.3.6 Grupo 6: Percepções, Identidade e Reconhecimento

A análise das falas revela um universo simbólico denso e contraditório, onde o orgulho pelo trabalho realizado convive com a dor do estigma e a revolta diante

da falta de reconhecimento institucional. Em quase todos os relatos, emerge a afirmação de que a catação é um trabalho digno, útil e necessário, tanto para a subsistência familiar quanto para a saúde da cidade e do planeta. “Para nós é um trabalho digno”, resume uma catadora, enquanto outro trabalhador completa: “Somos trabalhadores. Além disso, fazemos um bem à cidade, cuidamos do meio ambiente”. Essa dimensão de utilidade pública é um lugar comum sobre o qual se constrói a autoestima profissional: eles sabem que, sem seu esforço, o lixo se acumularia, os materiais recicláveis seriam perdidos e o ambiente sofreria ainda mais. Uma catadora explica com detalhes esse saber ecológico: “as garrafas demoram para desaparecer, as sacolas também demoram para desaparecer [...] por isso hoje o mundo está como está”. Há, portanto, uma consciência de que seu trabalho preenche uma lacuna deixada pelo poder público e pela indústria.

No entanto, esse orgulho é constantemente tensionado pela experiência da discriminação. Os relatos de olhares atravessados, xingamentos e desqualificações são recorrentes. “A gente te olha feio”, conta uma catadora. Um catador narra como já foi alvo de insultos e até mesmo de mudança de calçada por parte de pedestres que evitavam cruzar com ele. Essa rejeição social fere, mas não os define. Ao contrário, muitos elaboram estratégias discursivas para desmontar o preconceito: explicam que não são “vagabundos”, que pagam impostos, que sustentam suas famílias com o suor do trabalho. “Eles acham que o nosso trabalho, que a gente faz porque somos vagabundos”, desabafa um deles, e completa com um convite desafiador: “Eu daria um dia do meu trabalho para eles, para ver se dariam conta”. A metáfora de “calçar os sapatos do catador” aparece como um pedido de empatia e reconhecimento.

As condições concretas de trabalho também moldam essas percepções. O esforço físico é lembrado por todos: o peso dos carrinhos, as longas jornadas, o calor, o frio. Mas há também um saber técnico sofisticado que é motivo de orgulho. Uma catadora descreve minuciosamente os diferentes tipos de plástico, as classificações do papel, as cores do vidro, os materiais que têm valor e os que não têm. Esse conhecimento é adquirido na prática, passado entre gerações e aperfeiçoado no cotidiano dos galpões e das ruas. Ele

confere autoridade e distingue o catador do leigo: eles sabem o que fazem, e fazem bem. “Eu sou mais para trabalhar do que para fazer política, mas sei todas as coisas”, afirma uma trabalhadora, evidenciando que o saber-fazer é também uma fonte de identidade.

A relação com a comunidade, no entanto, não é homogênea. Ao lado das experiências de discriminação, surgem narrativas de solidariedade e apoio. Vizinhos que guardam materiais, comerciantes que oferecem água ou comida, moradores que doam roupas e móveis. “Muita gente que me apoiava, muita gente que me ajudou na reciclagem, que me dava seus papelões, me dava seus jornais”, lembra um catador. Outra trabalhadora destaca que a sociedade, em sua maioria, é “mais boa do que má” e que o apoio popular é o que lhes permite resistir à perseguição do governo. Essa dualidade – entre o preconceito de alguns e a solidariedade de muitos – é vivida cotidianamente e gera uma visão matizada do tecido social. Há uma percepção de que a conscientização ambiental tem crescido e que isso melhora a relação com a comunidade: “a própria sociedade agora está nos demonstrando que nosso trabalho vale, tem muito valor”.

O governo, por outro lado, é quase unanimemente apontado como inimigo. As falas denunciam a perseguição, o confisco de ferramentas de trabalho, a criminalização dos catadores independentes, o abandono das políticas públicas de apoio. “Hoje em dia te tiram a ferramenta de trabalho, não te reconhecem”, reclama um trabalhador. Uma catadora compara: antes, com outro governo, havia mais apoio; agora, “o governo está nos abandonando em tudo”. A memória de tempos melhores – ou menos piores – alimenta a luta presente. A referência à crise de 2001 aparece como um marco: naquele período, houve alguma forma de reconhecimento e identificação; hoje, a situação é descrita como ainda pior. “Nós, sabendo que sempre fizemos as coisas direito e tivemos uma vida bastante bonita, é doloroso que nosso país esteja nos apagando dessa maneira”, desabafa um catador.

A autoimagem dos entrevistados é profundamente marcada por essa luta por reconhecimento. Eles se veem como “recuperadores”, “trabalhadores”, “gente de bem”. Recusam o lugar de vítimas, ainda que reconheçam as dificuldades.

Uma catadora diz: “Eu gosto de ser catadora. É um ambiente em que me encontro, eu estou para isso”. Outro afirma: “Eu estou orgulhoso, orgulhoso de ser um reciclador que colabora para o saneamento do meio ambiente”. Há, porém, nuances importantes. Um dos catadores, embora orgulhoso, declara sem rodeios: “A vida de catador não é fácil. Não é nada fácil. Eu sinceramente não a recomendo”. E explica: “Não há nenhuma desonra em ser catador. Estou orgulhosíssimo de ser catador, te esclareço. Mas há outros destinos melhores”. Essa fala revela a complexidade do sentimento: é possível amar o que se faz e, ao mesmo tempo, desejar que os filhos não precisem passar pelas mesmas dificuldades. O estudo aparece, então, como a grande esperança de mobilidade social. Vários mencionam que investem na educação dos filhos, e uma catadora celebra com emoção: “Tenho sete filhos, tenho minha filha que já está se formando na universidade graças ao nosso trabalho”.

O papel socioambiental da catação é outro pilar da identidade. Eles sabem que seu trabalho evita que toneladas de resíduos sejam enterrados ou queimados. Explicam o ciclo: o papelão volta a ser papel, o plástico vira balde ou escova, o vidro é reutilizado. “Mostrar também que se podem recuperar muitas coisas aqui no nosso país, porque nem tudo é lixo”, enfatiza uma catadora. Essa consciência ecológica é, para muitos, uma fonte de dignidade e um contraponto ao estigma: eles não estão apenas “catando lixo”, estão “recuperando” materiais, estão “cuidando do planeta”. Alguns vão além e propõem que a reciclagem seja ensinada nas escolas, desde cedo, para que as futuras gerações aprendam a separar corretamente e a valorizar quem faz esse trabalho. “Que as escolas tenham uma matéria que seja reciclagem desde os níveis iniciais”, sugere um catador, demonstrando uma visão pedagógica e de longo prazo.

As oportunidades oferecidas pelas cooperativas também são lembradas. Uma catadora enumera: apoio psicológico, cursos de elétrica e cabeleireiro, aulas para terminar os estudos, aprendizado sobre cultivo e compostagem. “Aqui tem psicólogo se você precisar. Se seu companheiro tem abstinência ou tem problemas com isso, problemas de droga também podem te ajudar”. Esses serviços são vistos como conquistas coletivas e como prova de que a organização pode melhorar a vida dos trabalhadores para além da renda. Há,

portanto, uma dimensão comunitária e de cuidado que fortalece os laços internos e alimenta a esperança de um futuro melhor.

Por fim, os sonhos e desejos expressos revelam tanto anseios pessoais quanto coletivos. Viajar, comprar uma casa, casar-se, ter uma vida mais tranquila – esses desejos aparecem ao lado de projetos de união entre cooperativas formais e informais para resistir à repressão governamental. Um catador mais velho, com vasta experiência e atuação comunitária, fala em intercâmbio cultural com outros países, em construir pontes, em ser lembrado após a morte. Essas falas mostram que, apesar das adversidades, há uma projeção de futuro, um desejo de pertencimento e reconhecimento que transcende o cotidiano da coleta.

Em síntese, as percepções, identidade e reconhecimento dos catadores de Buenos Aires configuram um mosaico complexo, onde orgulho e dor, resistência e cansaço, saber popular e exclusão social se entrelaçam. Eles constroem, no dia a dia, significados para sua atividade que vão muito além da sobrevivência: afirmam-se como trabalhadores essenciais, como guardiões do ambiente, como sujeitos de direitos. E, ao fazê-lo, reivindicam não apenas melhores condições de trabalho, mas um lugar na sociedade – um lugar de respeito, de visibilidade, de dignidade.

7.2.3.7 Grupo 7: Desafios, Conquistas e Futuro

As narrativas revelam um universo de trabalho marcado por profundas dificuldades estruturais, mas também por uma notável capacidade de sonhar e projetar futuros possíveis, tanto no âmbito individual quanto coletivo. As falas, repletas de experiências concretas e reflexões, expõem um cotidiano de luta onde a precariedade das condições materiais se entrelaça com a busca por reconhecimento, dignidade e transformação social.

Um dos pontos mais recorrentes e consensuais entre os entrevistados é a inadequação da infraestrutura disponível para a realização do trabalho. A falta de espaço físico adequado emerge como um problema central, que afeta diretamente a organização, a produtividade e a própria saúde dos

trabalhadores. Uma das catadoras expressa o sonho de um galpão próprio, que não apenas resolveria a questão do espaço, mas também permitiria a instalação de uma enfardadeira, equipamento que compacta o material e otimiza a armazenagem.

A questão dos equipamentos de trabalho, muitas vezes compartilhados e mal conservados, é outra fonte constante de frustração e perda de renda. Uma catadora relata como a quebra de um triciclo especializado para a catação de materiais recicláveis pode significar um dia inteiro de trabalho perdido: "tem vezes que, como hoje me aconteceu, que o triciclo quebrou, então hoje já não saí para trabalhar. É um dia perdido. Então tive que ficar aqui dentro para que o dia não passe em branco". O problema se agrava quando o compartilhamento das ferramentas não é acompanhado de cuidado coletivo: "Acontece que os triciclos são compartilhados com o pessoal da tarde, que são de outro horário, e por ali eles não cuidam. Por ali quebram algo, não te avisam ou deixam assim mesmo". A falta de manutenção e o uso inadequado geram conflitos entre os companheiros e comprometem a confiança necessária para o trabalho em equipe. Um trabalhador menciona a frustração de um colega que viu sua ferramenta de trabalho, essencial para o sustento diário, ser quebrada repetidamente pela falta de cuidado alheio.

Para além das dificuldades materiais, emerge com força a reivindicação por reconhecimento e valorização do trabalho de reciclagem. Há um desejo unânime de que a atividade seja vista como uma profissão legítima, e não como uma forma de mendicância ou uma ocupação informal e desprestigiada. Essa luta por dignidade se estende ao poder público e à sociedade em geral. Um casal de catadores independentes expressa o desejo de que o "catador independente" seja reconhecido como trabalhador, com direito de circular pelas ruas sem ser molestado pela polícia ou pelos agentes do espaço público: "Para que possamos andar tranquilos na rua sem que a polícia venha nos incomodar". Eles defendem a liberdade e a autonomia do trabalho independente, mas não abrem mão do reconhecimento institucional e da proteção que deveriam acompanhar qualquer atividade laboral.

As aspirações para o futuro revelam um rico conjunto de sonhos pessoais e projetos coletivos. No plano individual, a casa própria é um objetivo quase universal, assim como o desejo de proporcionar educação e um futuro melhor para os filhos. Uma catadora que precisou interromper um curso de professorado de Língua e Literatura para cuidar do filho pequeno, e que não contou com o apoio da família, alimenta a esperança de retomar os estudos. Outra trabalhadora, mãe de vários filhos, declara que seu maior sonho é "que todos os meus filhos tenham uma profissão, que tenham os valores que temos nós". Para ela, a luta diária contra a perseguição do governo e as dificuldades econômicas visa justamente garantir que os filhos possam ter "um caminho melhor".

Paralelamente aos sonhos individuais, emergem projetos coletivos de grande alcance e imaginação. Um catador mais velho, com vasta experiência, vislumbra a criação de um galpão de reciclagem de madeira, onde o material descartado na cidade seria transformado em móveis, camas, mesas e outros utensílios para a própria comunidade. Ele descreve com entusiasmo: "quero que se faça um galpão onde a madeira se recicle, que saiam camas, móveis, tudo o que tenha a ver com as coisas de dentro de casa que se recicle e que diga: bom, não vamos vender, mas sim o companheiro ou a companheira que precisa de uma cama que saia daí desse galpão". Sua visão inclui até a realização de festas de quinze anos com mesas e cadeiras produzidas no galpão, criando um circuito de economia solidária e autonomia. Outro trabalhador projeta uma transformação urbana de caráter ecológico e social: plantar árvores frutíferas nas avenidas da cidade, substituindo as ornamentais, para que as pessoas possam colher alimentos e combater a fome. "Meu sonho é mudar essas árvores, essas árvores ornamentais por colocar árvores frutíferas. Árvores frutíferas como laranja, tangerina. Que tenha uma avenida que se chame As Tangerinas... Assim se acaba a fome.

Os desafios enfrentados no cotidiano não se limitam ao âmbito do trabalho, mas se estendem às relações com a sociedade e com as instituições. Uma catadora faz um apelo direto à população para que colabore com a separação correta dos resíduos, evitando que materiais recicláveis sejam misturados com lixo orgânico ou vidro, o que pode causar acidentes e infecções. Além disso,

ela pede que, se possível, o material seja entregue diretamente aos catadores, pois "esse pouquinho, essa sacolinha que eles dão, isso soma para os companheiros".

Outro trabalhador denuncia a prática dos "agiotas" nos depósitos, que durante os dias de chuva, quando a coleta é impossível, emprestam dinheiro a juros abusivos, descontando depois o dobro do valor. "Nesses dois, três dias de chuva, quatro dias, mal consegue trabalhar. Então o agiota te empresta dinheiro para você comer, permitindo que tenha um prato de comida para seus filhos", relata, expondo uma face perversa da exploração que se disfarça de ajuda.

Em meio a tantas adversidades, a solidariedade emerge como um valor fundamental e um motor de resistência. Um catador experiente define sua filosofia de vida com simplicidade e profundidade: "Sim, sabem ser humildes. Sim, sabem o que é a humildade. Sim, sabem o que é compartilhar. E acima de tudo ser honesto. Na vida tem muito sentido ser honesto, ser humilde e compartilhar". Uma catadora resume o sentimento coletivo em uma mensagem de esperança e resistência: "nunca percam a força e a esperança e que façam valer seus direitos, que façam valer seu direito e que nunca permitam que ninguém lhes diga que não. E que sempre pensem que sempre há uma alternativa para poder sair. A única coisa que não temos, penso eu, que não temos saída nem nada, é a morte. Depois tem solução para tudo".

Em síntese, as vozes dos catadores e catadoras reunidas neste grupo, desenham um retrato complexo e comovente de uma categoria que luta diariamente contra a precariedade material e a invisibilidade social, mas que simultaneamente cultiva sonhos de transformação pessoal e coletiva. As aspirações individuais – a casa própria, o diploma universitário, o futuro dos filhos – entrelaçam-se com projetos utópicos de alcance comunitário e ecológico, como os galpões de reciclagem de madeira e as avenidas de árvores frutíferas. A solidariedade entre pares, a esperança inabalável e a reivindicação por reconhecimento e dignidade são os fios condutores que unem essas narrativas, apontando para a construção de um futuro em que o trabalho

de reciclagem seja não apenas uma forma de sobrevivência, mas uma atividade essencial, valorizada e respeitada por toda a sociedade.

7.2.4 Referências de Organizações – São Paulo

7.2.4.1 Grupo 1: Perfil Socioeconômico e Ocupacional

O perfil socioeconômico e ocupacional das lideranças das organizações de catadores de materiais recicláveis de São Paulo revela um grupo majoritariamente maduro, com idades que se concentram entre os 43 e 70 anos, indicando uma trajetória de vida extensa e, para a maioria, uma longa militância no setor. A composição de gênero é predominantemente masculina, embora haja uma presença feminina significativa em posições de direção, e ao menos uma das organizações menciona explicitamente a preocupação com a equidade de gênero e o acolhimento da diversidade em seu quadro. No que tange à raça e etnia, a autodeclaração como negra ou parda é majoritária, um reflexo direto da composição demográfica da categoria profissional, com ocorrências também de autodeclaração indígena e branca.

Quanto ao estado civil, há um equilíbrio entre os que se declaram solteiros e os casados, mas é comum entre os solteiros a existência de uma união estável não formalizada, o que pode apontar tanto para uma questão de costume quanto para as dificuldades de acesso a direitos formais. A esmagadora maioria possui dependentes, em geral filhos e, em um caso, netos, embora haja situações em que os filhos já são adultos e não são mais contabilizados como tal. Essa responsabilidade familiar é um traço unificador, que reforça a necessidade de uma renda estável, contrastando com a realidade de precariedade financeira vivida pela categoria.

Um dos aspectos de maior heterogeneidade é o nível de escolaridade. O grupo abarca desde um líder com formação em mestrado até outro que, sendo autodidata, nunca frequentou a escola formal e aprendeu a ler por meio de jornais e do Movimento de Alfabetização de Adultos. Há também casos de

ensino fundamental incompleto, ensino médio completo e superior incompleto. Esta diversidade demonstra que a legitimidade e a capacidade de liderança no movimento não estão atreladas à titulação acadêmica, mas sim à vivência prática, à militância e à capacidade de articulação política.

A origem geográfica é majoritariamente paulista, com vários líderes nascidos na capital, mas há também migrantes de outros estados, como Bahia e Pernambuco. A residência atual concentra-se em bairros de São Paulo, notadamente nas regiões central, Barra Funda e Zona Norte, com um caso em Mairiporã, na região metropolitana. É recorrente a relação entre a moradia e as lutas sociais, com alguns líderes residindo em habitações populares conquistadas por meio de programas como o Crédito Solidário ou fruto de ocupações organizadas por movimentos de moradia, o que evidencia um acúmulo de lutas para além da catação.

O vínculo com as organizações de catadores é, para a maioria, de longuíssimo prazo. Encontram-se desde fundadores com 35 anos de atuação na mesma cooperativa até lideranças com vínculo mais recente, de aproximadamente um ano e meio, mas que já acumulam experiências prévias em outros espaços do movimento. Os cargos e funções desempenhados são variados e refletem diferentes modelos organizativos. Em cooperativas com estrutura formal, os títulos são tradicionais: vice-presidente, tesoureiro, diretora executiva. Em outras, as funções são definidas por necessidade e perfil, como coordenador de incidência política, coordenador de comunicação, ou responsável pela logística e operação. Há ainda um caso de uma organização que rejeita qualquer hierarquia formal, operando de forma coletiva e horizontal.

Um ponto de forte convergência é a natureza da remuneração pelo cargo de liderança. Na maioria dos casos, a função exercida na diretoria não é remunerada. O modelo predominante nas cooperativas é o rateio por produção, em que todos os cooperados, independentemente de ocuparem ou não cargos de direção, recebem de acordo com o volume de trabalho que realizaram na catação, triagem ou coleta. Isto significa que o tempo dedicado à gestão, à representação política e à burocracia é, em grande medida, trabalho não pago, realizado em prol do coletivo. As exceções a esta regra são poucas, mas

relevantes: um coordenador de incidência política, vinculado a uma organização com perfil de assessoria, declarou remuneração na faixa de 9 a 10 mil reais; outro líder, que acumula funções operacionais e de representação, relatou uma retirada mensal entre 4 e 5 mil reais, proveniente do rateio da cooperativa e de palestras; e uma liderança mencionou receber uma "ajuda de custo" de aproximadamente um salário mínimo. Esta disparidade evidencia as diferentes naturezas das organizações – umas mais próximas da base operária da catação, outras com perfil de articulação política e acesso a projetos e recursos.

A renda mensal, quando informada, acompanha essa heterogeneidade. Varia de um salário mínimo até os citados 10 mil reais, passando pela faixa de um a um salário e meio, que é a realidade da maioria dos catadores de base. Para muitos, a renda obtida na cooperativa é insuficiente, o que os leva a buscar outras atividades remuneradas. A mais comum entre as lideranças é a realização de palestras em universidades, escolas e órgãos públicos, uma forma de monetizar o conhecimento acumulado e a própria trajetória de vida, além de ser um instrumento de incidência política. Um dos líderes também atua em um programa governamental da Prefeitura de São Paulo, o que evidencia a necessidade de complementação e a busca por inserção em políticas públicas.

A trajetória de militância, por fim, é um traço distintivo e unificador. Praticamente todos os entrevistados possuem um histórico de engajamento que transcende a catação, envolvendo-se em lutas por moradia, educação popular e na fundação de organizações nacionais, como a ANCAT. Este acúmulo de lutas forja um perfil de liderança que não se limita à gestão do negócio cooperativo, mas que atua como agente político na defesa dos direitos de sua categoria e na construção de alternativas econômicas e sociais. A longevidade do vínculo com o movimento e a participação em momentos cruciais de sua institucionalização são a base da legitimidade e do conhecimento que estas lideranças detêm.

7.2.4.2 Grupo 2: Condições e Rotina de Trabalho

Embora o foco desse agrupamento de entrevistados seja, primordialmente, a trajetória e a visão política de suas organizações, é justamente na tangente, ao descreverem sua relação com os catadores de base, que emerge um painel detalhado e, por vezes, cru, da materialidade concreta que envolve a atividade. As falas, vindas de diferentes realidades organizacionais, convergem em diversos pontos, mas também se diferenciam de maneira significativa, revelando um campo heterogêneo marcado por desigualdades estruturais e diferentes estágios de desenvolvimento.

Um dos elementos mais proeminentes e simbólicos dessa materialidade é a carroça. Ela é onipresente, mencionada por quase todas as lideranças como a ferramenta primordial de trabalho, especialmente para os catadores autônomos. No entanto, ela é descrita não apenas como um instrumento, mas como um fardo. Um dos entrevistados, ao rememorar sua própria trajetória, aliviou-se por não ter tido de "puxar 40 anos de carroça", pois, segundo ele, já teria sucumbido, como viu acontecer com tantos colegas. A carroça é, assim, associada a um desgaste físico extremoque deixa marcas para toda a vida. Outro líder, que passou uma década puxando carrinho, atribui a isso problemas de hérnia e de visão, um custo físico que ele busca sanar com inovação e melhoria logística para as futuras gerações da sua organização. A precariedade do equipamento, porém, não é um destino inescapável. Observa-se uma clara diferenciação no acesso a tecnologias e infraestrutura. Enquanto a maioria dos autônomos e mesmo algumas cooperativas ainda dependem da tração humana e da carroça, outras organizações, mais estruturadas, descrevem uma evolução significativa: partiram do carrinho manual para a kombi, e hoje contam com vans, sprinters e até mesmo veículos elétricos. Essa transição, no entanto, é narrada como um processo de aprendizado e superação de barreiras, como a necessidade de tirar carteira de motorista sem saber ler e escrever, ou a de emitir nota fiscal sem dominar o conceito de precificação de serviços.

A diversidade de estruturas organizacionais revela diferentes formas de vivenciar o trabalho da catação. De um lado, os relatos mostram catadores

autônomos atuando em ferros-velhos, ambientes marcados pela insalubridade, ausência de EPIs e relações de exploração comandadas por atravessadores que se aproveitam da vulnerabilidade e da falta de capacitação da categoria. Em contraste, emergem experiências coletivas que buscam oferecer condições mais dignas: cooperativas com recursos limitados e sem apoio público significativo conseguem manter prensa, espaço de triagem e sistema de rateio entre os cooperados. Há ainda aquelas que ampliam seu papel ao acolher catadores autônomos da região, pagando preços justos e disponibilizando serviços básicos como banho e alimentação em confraternizações, constituindo-se como pontos de apoio e socialização. Em outro patamar, organizações mais profissionalizadas estruturam o trabalho em equipes especializadas — administrativo, logística, educação ambiental — com rodízio de funções, uso de aplicativos para gestão de resíduos, fornecimento de EPIs e seguro de vida. Para essas, a atuação extrapola a coleta: inclui visitas técnicas, elaboração de propostas, relatórios de gravimetria e um atendimento cordial aos geradores, compreendido como estratégia para competir no mercado.

A relação com o território emerge como um fator determinante que atravessa todos os relatos, unificando as experiências pela via da desigualdade socioespacial. As lideranças são unânimes em apontar que o local de trabalho dita não só a quantidade, mas, sobretudo, a qualidade do material coletado. Bairros de classe média e alta da região central, como Vila Olímpia, Jardins, Faria Lima e Paulista, são descritos como fontes de um "resíduo rico", capaz de gerar uma renda que permite "manter as contas de casa". Em contraste, a periferia, como a Zona Leste, oferece um "material pobre", predominantemente domiciliar e de baixo valor agregado. A esse desafio da qualidade, soma-se o da concorrência. A mesma periferia que tem material de pior qualidade também concentra um grande número de catadores, transformando a catação em uma "disputa" acirrada pelo resíduo. Essa dinâmica territorial cria uma espécie de hierarquia entre os trabalhadores, que precisam se deslocar para áreas mais nobres em busca de melhor remuneração, enfrentando, muitas vezes, a hostilidade e a pressão de uma lógica que vê sua presença como um problema estético ou de ordem pública, e não como uma atividade laboral que carece de investimento e condições dignas.

As demandas e necessidades expressas pelas lideranças em nome dos catadores de base são um reflexo direto dessa materialidade precária e heterogênea. Em comum, ouve-se um forte anseio por preços justos que quebrem o ciclo da exploração dos atravessadores, e por locais adequados para estoque e triagem, que vão além de um simples terreno ou da calçada. A necessidade de capacitação é outra constante, seja para aprender a precificar um serviço, operar uma prensa, ou lidar com as novas tecnologias e exigências do mercado, como os certificados e documentos exigidos para competir com as "startups" que, como alerta um dos líderes, "engolem a gente". No entanto, as prioridades se diferenciam conforme o público. Para os catadores autônomos mais vulneráveis que orbitam as organizações, a demanda é por um acolhimento mais básico e urgente: um lugar para lavar as mãos, usar um banheiro, reformar uma carroça ou, nas palavras de um entrevistado, simplesmente "comer gratuitamente". Já para os cooperados, o foco se desloca para a melhoria da infraestrutura coletiva, o fortalecimento da gestão e a busca por inovação, como a gestão de resíduos orgânicos e o uso de biodigestores, que demandam investimento e, sobretudo, "capacitação". Essa situação revela diferenças dentro da própria categoria, em que a luta de uns é pela sobrevivência e o mínimo de dignidade, enquanto a de outros é pela profissionalização e por um lugar ao sol no mercado da reciclagem.

Em suma, a fala das lideranças, ao abordar as condições e rotinas de trabalho, traça um panorama que vai da carroça ao aplicativo, do lixão ao evento de grande porte, da troca por drogas ao contrato de prestação de serviços. As convergências nos discursos apontam para os problemas estruturais que assolam a categoria como um todo: a precariedade, a exploração, a insalubridade e a falta de reconhecimento. As diferenciações, por sua vez, escancaram as desigualdades internas, determinadas pelo território, pelo acesso a políticas públicas, pela capacidade de organização coletiva e pela possibilidade de investir em tecnologia e conhecimento. A rotina do catador, portanto, não é uma só, mas múltipla, moldada pela intersecção entre a dureza do trabalho e os recursos – ou a falta deles – que cada organização e cada trabalhador conseguem mobilizar em seu cotidiano.

7.2.4.3 Grupo 3: Trajetória Pessoal e Histórica

Ao percorrer os relatos sobre as origens das organizações de catadores de materiais recicláveis de São Paulo, o que se observa não é uma narrativa única, mas um conjunto de trajetórias que, partindo de contextos distintos, convergem para um mesmo horizonte: a luta por reconhecimento, autonomia e dignidade. Umas nasceram do encontro, outras da resistência, algumas da necessidade mais elementar de organizar o trabalho para sobreviver. Em todos os casos, porém, a fundação de uma organização coletiva representou um salto qualitativo: deixar de ser uma presença invisível nas ruas para se tornar um sujeito coletivo capaz de reivindicar direitos e ocupar espaços de decisão.

Há aquelas que surgiram a partir de mobilizações pontuais que ganharam escala. Um exemplo é uma das organizações que foi criada a partir de um encontro em Brasília, em 2023, que reuniu catadores de várias partes do país. O desejo de voltar para São Paulo com uma cooperativa que permitisse aos catadores autônomos acessar políticas públicas — o subsídio, o pagamento pelo trabalho prestado, a emissão de nota fiscal — deu origem a uma nova organização, com a particularidade de não querer tirar o catador do seu território. Essa preocupação com a autonomia e a permanência no local de origem revela uma sensibilidade para as dinâmicas concretas da vida de quem trabalha nas ruas.

Mas há também as que carregam décadas de existência e cuja origem se confunde com a própria história do movimento de catadores na cidade. Uma delas, fundada em 1989, nasceu no contexto das festas da Missão do Povo da Rua, promovidas por uma organização fraterna que acolhia a população em situação de rua. Ali, catadores que dormiam nas ruas começaram a se reunir, a guardar papel em um quartinho, a vender o material acumulado. O que era para ser uma contribuição para a festa seguinte transformou-se em associação quando perceberam que "aqui deu certo, por que não continuar?". Essa organização carrega em seu DNA a marca da resistência: nasceu para fazer frente a um prefeito higienista que apreendia carroças e impedia o trabalho nas ruas. Afirmar a catação como profissão digna, tão digna quanto a de um médico ou advogado, era uma resposta política à perseguição. E essa

resistência se materializa até hoje na luta para permanecer debaixo do viaduto onde se instalaram há 35 anos, num embate constante com gestões que tentam removê-los.

Outra organização teve seu registro formal em 2005, mas sua história se confunde com a de um coletivo de mulheres que, anos depois, reativou um CNPJ que estava "largado na gaveta". O grupo, que inicialmente se reunia para atividades comunitárias com crianças na zona leste, viu naquele documento inativo a possibilidade de se formalizar, de receber doações, de acessar editais. Foi um caminho tortuoso — eram 18 anos de documentos atrasados, atas por regularizar —, mas com o apoio de uma parceria e o recurso de uma empresa, conseguiram colocar a associação de pé. Hoje, comercializam PET para a indústria e articulam a compra de um caminhão e uma prensa. Essa história ilustra como a formalização pode vir por caminhos inesperados, e como a persistência de um pequeno grupo pode reativar uma estrutura que parecia morta.

Há ainda aquelas que surgiram da percepção de que o modelo tradicional de cooperativa — todo mundo junto no mesmo galpão — não era o único caminho. Um catador com décadas de experiência, que puxou carroça pela primeira vez aos oito anos, experimentou diferentes formatos ao longo da vida: passou por cooperativas tradicionais, tentou montar a sua própria, viu projetos se dissolverem. Até que, em 2023, o encontro em Brasília lhe deu o conceito para uma cooperativa que respeitasse o território de cada catador. Essa ideia de que o catador pode continuar atuando onde já está, mantendo seus vínculos e sua clientela, mas tendo o respaldo de um CNPJ coletivo, é uma inovação que responde a uma crítica recorrente aos modelos que centralizam e desenraizam.

Outra organização, fundada em 2008, tem uma história que se confunde com a superação de barreiras. Seu fundador, analfabeto à época, aprendeu a dirigir para poder fazer as coletas de kombi, após uma permuta com uma restaurante que cedeu o veículo. Aprendeu por conta própria o que era precificação, proposta de serviço, nota fiscal. Descobriu, ao receber uma multa do MEI por ter ultrapassado o limite de faturamento, que o negócio podia dar dinheiro — e

que era preciso se organizar para que esse dinheiro ficasse com os catadores, e não com intermediários. A inspiração veio de uma revista, "Grandes Negócios", que ele encontrou no lixo: se empresas capitalistas cresciam, por que os catadores não poderiam criar a sua própria grande empresa, mas com inclusão social e divisão equitativa dos lucros? Essa organização nasceu, assim, de uma dupla conscientização: a de que a catação é economicamente viável e a de que é possível construir um modelo de negócio coletivo, baseado na cooperação e não na exploração.

As motivações para fundar essas organizações, embora variadas, gravitam em torno de alguns eixos comuns. O primeiro e mais imediato é a necessidade de acesso a políticas públicas e direitos trabalhistas. A posse de um CNPJ — seja de cooperativa, associação ou MEI — é a chave que permite emitir nota fiscal, firmar contratos com empresas e prefeituras, receber pelo serviço de coleta seletiva. É o que possibilita sair da informalidade e da invisibilidade. Uma das lideranças expressa isso com clareza ao contar que a cooperativa que ajudou a fundar nasceu para que catadores autônomos pudessem "ter acesso às políticas públicas vigentes, como o subsídio, o pagamento pelo trabalho prestado".

Outro motor recorrente é a resistência à perseguição e ao higienismo. A fundação da associação mais antiga, em 1989, foi uma resposta direta à gestão municipal que apreendia carroças e criminalizava o trabalho nas ruas. "A gente queria reivindicar o nosso direito enquanto uma categoria profissional", diz o relato, "mostrar que o trabalho do catador é digno, é uma profissão como outra qualquer". Essa dimensão política — afirmar a dignidade onde o poder público só via incômodo — está presente em praticamente todas as histórias.

Há também uma forte dimensão de busca por autonomia, por romper com a tutela de entidades assistenciais ou de intermediários. Um dos entrevistados, ao falar da fundação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Reicláveis, destaca que a categoria sempre foi muito "tutelada", dependente da assistência social ou da ajuda de terceiros. O desejo de "fazer com as próprias mãos", de conduzir a própria luta, está na raiz da organização coletiva. Essa

autonomia, porém, não significa isolamento: pelo contrário, as organizações se articulam em redes, participam de fóruns, constroem alianças com universidades, ONGs e até empresas. Mas a condução política, o protagonismo, é dos próprios catadores.

A geração de renda, evidentemente, é a base material de tudo. Mas o que impressiona nos relatos é como essa necessidade básica se combina com uma visão mais ampla: a de que a catação é um trabalho ambientalmente necessário, que reduz o volume de resíduos nos aterros, que economiza recursos públicos, que contribui para a limpeza da cidade. Um dos catadores mais antigos faz questão de listar esses benefícios: para a sociedade, que se livra do que a incomoda; para o meio ambiente, que deixa de extrair minérios e cortar árvores; para o poder público, que gasta menos com aterros sanitários. Há, nessa fala, uma consciência ecológica e política que transcende a luta imediata por sobrevivência.

Ao longo do tempo, essas organizações acumularam conquistas e enfrentaram revezes, num movimento que ora as aproxima, ora as distancia. Um dos marcos comuns a todas é a participação no processo que levou à aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010. A luta para que os catadores fossem reconhecidos no texto da lei, para que deixassem de ser invisíveis e passassem a ser mencionados em nove artigos, foi uma vitória do movimento nacional. Da mesma forma, a mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias em 2007, que permitiu o investimento direto do governo federal em cooperativas — pulando a intermediação das prefeituras, que muitas vezes desviavam os recursos —, é citada como um momento decisivo. Foi a partir daí que começaram a surgir linhas de financiamento para infraestrutura, para a compra de caminhões, prensas, esteiras.

Outra conquista significativa, ainda que demorada, foi o acesso à moradia. Um dos relatos menciona com emoção a entrega recente de dois condomínios no centro de São Paulo, fruto do programa Crédito Solidário lançado nos primeiros anos do governo Lula. Foram mais de 20 anos de espera, mas os catadores finalmente tiveram essa conquista. O Condomínio Conquista e o Novo

Horizonte são, para quem acompanhou essa luta, a prova de que a persistência compensa.

Mas nem tudo são vitórias. As organizações mais antigas carregam a memória de embates constantes pela permanência no território. Uma delas, instalada debaixo de um viaduto há 35 anos, já teve que organizar um "abraço simbólico" ao local para resistir a tentativas de remoção. "Assim que muda de prefeito, eles querem tirar nós daqui", conta o relato. A cada nova gestão, é preciso recomeçar a luta para provar que aquele espaço é legítimo, que o trabalho ali é sério, que a organização não é um problema, mas parte da solução para a limpeza urbana.

Há também as batalhas internas, os desafios de manter o espírito cooperativo diante das dificuldades. Um dos entrevistados, ao narrar sua passagem por diferentes tentativas de cooperativa, fala das desavenças, da dificuldade de lidar com pessoas que "têm que mandar, têm que dar ordens", da tensão entre orientar e comandar. A autogestão não é um dado, é um aprendizado constante. E ela se choca, muitas vezes, com a cultura hierárquica que permeia a sociedade. Aprender a cooperar, a dividir decisões e responsabilidades, é um processo que exige tempo e paciência.

Nesse percurso, as parcerias com universidades e pesquisadores tiveram um papel fundamental. Um dos momentos mais importantes, lembrado por uma liderança, foi o estudo sobre o custo do posto de trabalho para catadores, realizado em parceria com a Universidade Federal da Bahia. A pesquisa produziu dados científicos que permitiram comparar o investimento necessário para criar um posto de trabalho em uma cooperativa com o de outros setores — e mostraram que era mais barato e viável. Munidos desses números, os catadores conseguiram convencer o governo federal de que investir em cooperativas era seguro e benéfico. Foi a partir daí que se abriram as linhas de crédito. Essa história ilustra como o conhecimento técnico, quando apropriado pelo movimento, pode se tornar uma arma política.

Outra parceria importante foi com a Fundação SOS Mata Atlântica, que proporcionou a um catador a oportunidade de olhar "além do resíduo" e pensar

a catação como parte de uma educação ambiental mais ampla. Esse mesmo catador, que sonhava em se formar em Educação Física para trabalhar com esportes de aventura em ambientes naturais, acabou unindo suas paixões: a catação, a educação e o meio ambiente. Seu espaço, na zona norte, tornou-se um ponto de educação socioambiental para o bairro, com projetos de monitoramento de córregos e coleta seletiva. É a prova de que a trajetória de um catador pode ser múltipla, atravessada por interesses que vão muito além dos resíduos.

Há, contudo, diferenças marcantes entre as organizações, que refletem seus diferentes momentos de fundação, seus territórios, suas bases sociais. As mais antigas, como a de 1989, têm uma história de resistência física, de ocupação do espaço urbano, de embate direto com o poder público. Elas carregam a memória de um tempo em que não havia política nacional, em que a catação era criminalizada, em que os catadores eram confundidos com mendigos. Já as mais recentes, como a fundada em 2023, nascem em um contexto em que já existem leis, subsídios, programas de governo. Seu desafio é outro: como acessar essas políticas sem se burocratizar, como garantir que a cooperativa não se torne mais uma estrutura que engessa, mas que, ao contrário, potencialize a autonomia de cada catador.

Há também diferenças no perfil dos integrantes. Enquanto algumas organizações surgiram majoritariamente com homens carroceiros, outras, como o coletivo reativado por mulheres na zona leste, têm uma base feminina forte. O protagonismo das mulheres na luta por moradia, por exemplo, é lembrado em um dos relatos: foi uma mulher que presidiu a associação nacional, que ajudou a formar as primeiras redes. Sua trajetória pessoal — de catadora a educadora social, de presidente a coordenadora de base — mostra como as mulheres ocuparam e ocupam lugares centrais no movimento, ainda que nem sempre visibilizados.

A relação com a tecnologia também varia. Uma das organizações mais novas já conta com a utilização de um aplicativo que permite pesar as coletas e integrar os dados diretamente na planilha de controle. Há um orgulho em dizer que o sistema é "tudo com tecnologia e inovação de catadores e catadoras". Já

outras organizações, com menos recursos ou com foco em outras prioridades, ainda operam de forma mais artesanal, com carrinhos e prensas manuais. Não se trata de atraso, mas de escolhas e possibilidades distintas em contextos diversos.

Há ainda aquelas que mantêm uma relação mais próxima com o poder público, participando de comitês, editais e programas municipais, e outras que preferem uma atuação mais independente, desconfiando da cooptação. O caso da organização que reativou seu CNPJ para participar de um programa da prefeitura, mas recusou a proposta de se transformar em cooperativa porque os catadores já tinham seus próprios registros e não queriam perder a autonomia, é exemplar dessa tensão. Aceitar o apoio público sem abrir mão do controle coletivo é um equilíbrio delicado, que cada grupo negocia à sua maneira.

No fim, o que une essas trajetórias tão diversas é a certeza de que a organização coletiva é o caminho. Seja para resistir à perseguição, para acessar políticas públicas, para ganhar escala na comercialização ou simplesmente para ter um teto onde guardar o material, a cooperativa, a associação, o coletivo são vistos como instrumentos indispensáveis. E, ao longo do caminho, o que se constrói não é apenas uma estrutura jurídica ou econômica, mas uma identidade. A identidade de catador, forjada na luta para ser reconhecido como trabalhador, para não ser chamado por outros nomes, para afirmar que aquilo que se faz é profissão. Como diz um dos relatos, "a gente conseguiu criar uma identidade comum entre quem trabalhava no cooperativo, quem trabalhava nas ruas, quem puxava carroça... entendeu-se que aquilo era uma categoria de trabalho".

7.2.4.4 Grupo 4: Território e Espaço Urbano

Na análise das entrevistas, o território emerge não apenas como o local de trabalho, mas como elemento estruturante da identidade, das estratégias de sobrevivência e da atuação política desses grupos.

Um primeiro ponto de convergência entre os relatos é o forte enraizamento territorial das organizações. A maioria delas atua em regiões específicas da cidade, construindo ao longo dos anos uma relação de pertencimento e conhecimento profundo da dinâmica local. Essa proximidade é vista como um trunfo, pois permite conhecer os clientes, as relações humanas e as especificidades do funcionamento do bairro, de modo a trazer soluções socioambientais mais adequadas. A proposta inicial de algumas organizações era justamente que o catador não fosse retirado do seu território, mantendo sua autonomia para atuar na área onde já possui vínculos estabelecidos. Assim, a abrangência geográfica varia: algumas se restringem a um ou poucos bairros, enquanto outras atendem áreas mais amplas. Há ainda aquelas que, por sua natureza política, articulam-se em rede com outros estados do Sudeste, embora a base operacional permaneça em São Paulo.

No entanto, as condições de trabalho e os desafios enfrentados variam dramaticamente a depender do território. Um dos principais fatores de diferenciação é a qualidade e a rentabilidade do resíduo, o que os catadores denominam como uma verdadeira "geografia do resíduo". Em bairros de alto poder aquisitivo, o material é mais nobre e limpo, gerando maior retorno financeiro. Em contrapartida, nas áreas periféricas, o resíduo é menos valioso, muitas vezes contaminado, e a cultura de contratos de prestação de serviços é praticamente inexistente, o que torna o trabalho mais árduo e menos recompensador. Essa diferença faz com que alguns catadores se desloquem para o centro, arcando com custos de transporte e tempo, enquanto outros permanecem em seus territórios de origem, trabalhando com o que está disponível. Essa realidade evidencia uma crítica implícita à lógica de remuneração exclusivamente pelo material vendido, que penaliza os catadores de periferia e reforça a necessidade de reconhecimento pelo serviço ambiental prestado, independentemente do território.

A infraestrutura disponível para as organizações também é um ponto de forte contraste. Enquanto algumas cooperativas, muitas vezes as mais antigas e consolidadas, possuem espaço físico, caminhões, prensas e até uma divisão mais estruturada do trabalho, outras enfrentam uma realidade de precariedade. A falta de espaço para triagem e armazenamento, a ausência de equipamentos

adequados e a escassez de recursos humanos são desafios constantes. Em certos casos, o catador até possui um caminhão e um terreno, mas não tem mão de obra suficiente para dar vazão ao material, que acaba se acumulando e gerando problemas com a vizinhança. Em outros, a situação é ainda mais grave, com catadores autônomos vivendo em situação de rua ou trabalhando em lixões, em condições insalubres e desumanas, sem qualquer tipo de amparo ou infraestrutura. A presença de catadores em lixões, especialmente em cidades de outras regiões, foi mencionada como uma realidade particularmente dura, e o fechamento desses locais sem uma transição socialmente inclusiva agrava a vulnerabilidade dessas famílias, que muitas vezes vão para as ruas.

A disputa pelo espaço urbano é outro tema central. Nos bairros periféricos, onde há muitos catadores autônomos, A concorrência pelo material é acirrada, gerando hostilidade e uma luta constante para garantir o sustento. Seja pela competição entre os próprios catadores ou com as grandes empresas de coleta e as concessionárias, que possuem contratos com a prefeitura e não realizam suas atividades de forma inclusiva aos catadores. Há também uma disputa simbólica e política pelo espaço, exemplificada por grupos que ocupam locais públicos há décadas, como embaixo de viadutos, e enfrentam constantes tentativas de remoção a cada mudança de gestão municipal. Para resistir, esses grupos desenvolvem estratégias de visibilidade e legitimação, como o "abraço ao viaduto", afirmando sua existência e sua história no bairro.

Diante desses desafios, as organizações desenvolvem um repertório diversificado de estratégias para garantir e legitimar seu espaço de atuação. A construção de vínculos de confiança com a comunidade é uma prática unânime e fundamental. O atendimento de qualidade, o respeito, o diálogo e a confiabilidade são a base para fidelizar parceiros como condomínios, comércios e escolas. Muitas organizações relatam que são procuradas espontaneamente devido à sua reputação construída ao longo de anos. Essa relação é tão valorizada que algumas oferecem contrapartidas sociais, como palestras sobre educação ambiental em escolas e eventos, fortalecendo ainda mais o vínculo com a comunidade. Outras investem em estratégias mais comerciais, como a oferta de um pacote de serviços que inclui logística,

triagem, prensagem e visitas técnicas, ou até mesmo a isenção da cobrança no primeiro mês para conquistar novos clientes, especialmente no segmento de startups e empresas.

A articulação política e a participação institucional também são estratégias recorrentes. Lideranças buscam se envolver em conselhos gestores de parques, em subprefeituras e em movimentos políticos locais para incidir sobre políticas públicas e pleitear acesso a terrenos e equipamentos. A luta por áreas públicas para a instalação de cooperativas é uma pauta comum, mas com graus distintos de avanço: algumas organizações estão próximas de obter espaços, enquanto outras ainda estão na fase inicial de articulação. Há, no entanto, uma crítica generalizada à falta de implementação de políticas como o PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), que previa a criação de centros de triagem por distrito e parcerias locais, mas não saiu do papel, supostamente devido a interesses de grandes empresas e à especulação imobiliária.

Por fim, a organização interna dos grupos reflete sua relação com o território. Em alguns casos, há modelos mais formalizados, com cooperativas que possuem estrutura, contratos e divisão de funções bem definidas entre coleta, administração e articulação política. Em outros, a organização é mais informal, com associações em formação ou catadores autônomos articulados por lideranças que fazem a ponte com o poder público e com outros atores. Existem ainda as organizações de maneira mista, com uma estrutura que permite tanto a relação e inclusão dos catadores autônomos, quanto uma organização de caráter cooperativista. Há situações em que a formalização é um passo necessário e desejado, mas que se arrasta por questões burocráticas, travando o acesso a políticas públicas e a terrenos.

Em todos os casos, a proximidade com o território e o conhecimento de suas dinâmicas são vistos como a base para a atuação, seja na coleta porta a porta, seja na construção de soluções socioambientais contextualizadas. O lugar do catador, como sintetiza um dos relatos, é na rua, coletando e mantendo essa ligação vital com a sociedade e com o espaço onde vive e trabalha.

7.2.4.5 Grupo 5: Organização Coletiva e Relações de Poder

As organizações de catadores representadas pelas lideranças entrevistadas revelam um espectro amplo e complexo de formas de organização coletiva, que vão muito além do modelo tradicional de cooperativa. O que se observa é um campo em permanente experimentação, onde diferentes arranjos institucionais convivem, se sobrepõem e, não raro, geram tensões internas e externas. Compreender essa diversidade é fundamental para apreender as reais possibilidades e os limites da organização política e econômica dos catadores na cidade de São Paulo.

No que diz respeito à relação com os catadores e catadoras, as organizações apresentam perfis de vínculo bastante distintos. De um lado, encontram-se cooperativas consolidadas, com um número fixo de cooperados que atuam em regime de dedicação exclusiva no galpão, realizando triagem, prensagem e comercialização conjunta. Esses grupos, geralmente com década ou mais de existência, construíram um patrimônio coletivo (máquinas, veículos) e uma cultura organizacional baseada na assembleia e na divisão de tarefas. Nesses casos, o vínculo é formalizado e a identidade de "cooperado" sobrepõe-se à de "catador autônomo". Por outro lado, há organizações que funcionam como pontos de apoio e acolhimento para catadores autônomos. Esses catadores mantêm sua autonomia — continuam a catar nas ruas, a definir suas rotas e seus horários — mas encontram na estrutura coletiva um lugar para vender o material por um preço melhor do que o oferecido por ferros-velhos, para tomar banho, guardar a carroça com segurança ou participar de um almoço comunitário. "Os autônomos querem vender esse material pelo preço justo. Não de um preço de ferro velho que vende lá a troco de banana, a troco da droga, a troco da dormida, a troco da exploração." Nessa modalidade, o coletivo não substitui o trabalho individual, mas o fortalece, oferecendo infraestrutura e poder de barganha sem exigir a adesão plena ao modelo cooperativista.

Há ainda situações intermediárias e híbridas. Algumas organizações contam com um núcleo duro de cooperados e, paralelamente, recebem diariamente dezenas de catadores autônomos que ali vendem seus materiais ou se

agregam para prestar serviços conjuntos em eventos sazonais, como blocos de carnaval ou festas particulares. Nesses momentos, a organização funciona como uma central de articulação: junta os catadores das redondezas, negocia o contrato, organiza a logística e repassa as diárias. "A gente participou de blocos de carnaval, tanto o ano passado quanto esse ano, na prestação de serviços. E aí junta os catadores e faz aquela prestação de serviço", descreveu um entrevistado. O formato é fluido: uns são cooperados, outros são agregados, e os critérios para fazer parte do grupo nem sempre estão claros. "Tem uns agregados lá que ainda não são oficializados porque não tem esse o critério formal de como entrar", admitiu uma liderança, revelando que a informalidade, tantas vezes criticada quando imposta pelo mercado, também se reproduz internamente como decorrência da falta de estrutura e de tempo para debater e formalizar regras de adesão ou construir as condições concretas para viabilizar essa adesão.

Um dos arranjos organizacionais mais complexos e representativos dessa diversidade é o modelo híbrido adotado por algumas cooperativas, que funcionam como uma espécie de guarda-chuva institucional. Nessas experiências, existe uma estrutura cooperativa formalmente constituída, com CNPJ, estatuto e diretoria eleita, mas sua atuação não se restringe ao atendimento de seus cooperados diretos. Ela atua como uma cooperativa tradicional, mas também estabelece relações produtivas e comerciais com outras organizações de catadores, que podem ou não possuir estrutura formal, funcionando como uma central de processamento e comercialização de material, compartilhamento de maquinário e articulação de contratos de maior escala. Paralelamente, mantém vínculos com catadores autônomos, que não estão formalmente associados a nenhum grupo, mas que acessam a estrutura para vender seu material por preços mais justos ou para participar de prestações de serviço em eventos.

Essa diversidade de vínculos reflete-se, naturalmente, nos serviços e benefícios oferecidos. Em todas as organizações, a compra do material por um preço superior ao do atravessador é o atrativo fundamental. Mas, para além disso, o leque de benefícios é amplo e desigual. Organizações mais estruturadas conseguem oferecer aos seus membros não apenas EPIs e

alimentação no local de trabalho, mas também seguro de vida, acesso a linhas de crédito facilitado por meio de bancos sociais, e até mesmo um apoio solidário para a conquista da casa própria. "Hoje na nossa organização ninguém paga mais aluguel", comemorou uma liderança, relatando como o fundo coletivo e a orientação mútua permitiram que as doze famílias do grupo saíssem do aluguel, comprassem apartamentos ou casas, e algumas até adquirissem uma segunda residência para lazer. Em contrapartida, organizações em estágio inicial ou com menos acesso a recursos limitam-se a oferecer o espaço para venda, eventualmente um banho ou uma refeição compartilhada em datas festivas.

A participação e a tomada de decisão são temas delicados e reveladores das contradições do cooperativismo. O discurso da autogestão e da horizontalidade é unânime: todas as lideranças afirmam que as decisões são tomadas em assembleia, que não há hierarquia rígida e que o poder é compartilhado. No entanto, a prática revela nuances importantes. Em algumas organizações, a gestão é efetivamente coletiva, com rodízio de funções e times que se alternam nas tarefas administrativas, operacionais e de educação ambiental. "Hoje eu posso estar na logística e operação. Amanhã é o outro colega", explicou um entrevistado, detalhando como o revezamento impede a concentração de poder e estimula a polivalência. Nessas experiências, a liderança é vista como uma função transitória, e há um esforço consciente para formar novos quadros e passar o legado adiante. "Não adianta ele pensar que ele vai ficar 10, 20 anos na gestão, ele tem que formar outros catadores. Passar o legado, eu já estou passando o meu legado para o filho de outros catadores", afirmou um outro entrevistado.

Em outras organizações, contudo, a liderança é mais marcada e centralizadora. Seja por carisma, por tempo de dedicação ou por acúmulo de conhecimento, algumas figuras acabam ocupando um lugar de proeminência que, mesmo sem intenção autoritária, pode inibir a participação plena dos demais. A falta de transparência em decisões importantes foi citada como fonte de conflitos e desgastes. "O ruim foi tentar trocar a sede de endereço. Isso ocasionou um problema gigantesco. Ficou algo não tão transparente. Aliás, não ficou transparente", desabafou uma liderança, referindo-se a um episódio que quase

rompeu um dos grupos. A tensão entre a necessidade de agilidade na gestão e o princípio da decisão coletiva é um desafio permanente, agravado pela urgência das demandas materiais e pela falta de tempo para reuniões aprofundadas.

As demandas trazidas pelos catadores às organizações são, em grande medida, comuns a todos os grupos: melhores preços para os materiais, trabalho contínuo, infraestrutura adequada e acesso a direitos básicos. No entanto, a forma como essas demandas são processadas e priorizadas varia. Em grupos mais politizados, a pauta inclui a luta contra incineradores, a exigência de contratos com o poder público e a participação em fóruns e conselhos. Em outros, o foco está na sobrevivência imediata: como pagar o aluguel do galpão, como conseguir um caminhão, como enfrentar a queda abrupta dos preços causada por medidas macroeconômicas, como o decreto de importação que desvalorizou o PET e fez com que um grupo perdesse quase dez mil reais em duas cargas. "Então assim, o capital de giro que a empresa parceira colocava era 20 mil e a gente usava 35 mil para fazer uma carga. Quando entrou esse decreto, a gente em duas cargas perdeu quase 10 mil reais do material", relatou uma catadora, ilustrando como decisões tomadas em esferas distantes impactam diretamente a frágil economia das cooperativas.

A visão política das organizações também é marcada por diferenças significativas. Todas reconhecem a importância ambiental e social do trabalho dos catadores e denunciam o racismo ambiental que marginaliza a categoria. Mas o grau de engajamento em lutas mais amplas varia. Algumas lideranças estão profundamente inseridas em movimentos nacionais e internacionais, como o MNCR, a ANCAT, a Unicatadores e a rede latino-americana de catadores, e atuam em múltiplas frentes: diálogo com o Ministério Público e participação em conferências, articulação com a Organização Internacional do Trabalho. Outras, porém, mantêm-se mais restritas ao território, concentrando seus esforços nas relações imediatas com a comunidade e com clientes locais. "Nossa associação não sai muito do bairro, apenas pela minha pessoa, as mulheres lá não mostram interesse em sair para atividades", confessou uma liderança, evidenciando a dificuldade de mobilizar a base para a ação política. A politização, nesses casos, é um processo lento e conflituoso, que esbarra na

urgência da sobrevivência e na cultura individualista reforçada pela lógica do empreendedorismo.

Os objetivos declarados das organizações refletem essa diversidade de ênfases. Para algumas, a meta principal é a inclusão produtiva de catadores autônomos por meio de modelos alternativos, como os Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou centrais de serviços que permitam ganho de escala sem eliminar a autonomia individual. Para outras, o foco está na profissionalização e na busca de contratos estáveis com empresas e poder público, o que exige investimento em tecnologia, gestão e qualificação. Há ainda aquelas que colocam no centro o cuidado com as pessoas — "do que vai além do resíduo, como educação, saúde e bem estar" — e veem na cooperativa um espaço de acolhimento e reconstrução de vínculos, não apenas uma unidade de negócios.

A relação com o poder público é um dos pontos mais críticos e consensuais entre as lideranças. Predomina a percepção de abandono e descaso por parte das administrações municipais. As cooperativas raramente são contratadas para prestar serviços de coleta seletiva; quando o são, os contratos são insuficientes ou burocráticos. O poder público municipal é visto como alguém que "só vem aqui quando quer nos retirar", na expressão de um catador. A ameaça de remoção é constante para grupos que ocupam áreas públicas, e a insegurança fundiária impede investimentos de longo prazo. Já o governo federal é percebido de forma mais positiva, especialmente nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), quando programas como o Cataforte, os editais da Funasa e o decreto 5.940 (que obriga órgãos federais a destinarem resíduos a cooperativas) criaram oportunidades reais de acesso a recursos e equipamentos. "Eu nunca acharia que conseguiria chegar como catador, sair do aluguel, ter uma vida melhor. Avançou bastante. Acho que é o governo do Lula, de todos eles, o que mais sempre apoia os catadores", resumiu uma liderança, sintetizando a memória de conquistas associadas a políticas nacionais.

Com as empresas, a relação é ambígua e tensa. Por um lado, elas são vistas como clientes em potencial, e muitas organizações buscam ativamente contratos com condomínios, restaurantes, eventos e indústrias. A prestação de

serviços é encarada como uma forma de obter renda mais estável e de valorizar o trabalho para além da venda do material. "A gente vende uma esteira de serviços: logística, operação, separação, prensagem, visita técnica, relatório", explicou uma liderança, demonstrando domínio do vocabulário empresarial e da lógica de negócios. Por outro lado, há uma consciência aguda de que a relação é desigual e de que as empresas frequentemente buscam se apropriar do valor gerado pelos catadores sem remunerá-lo adequadamente. A crítica às startups é particularmente ácida: "Ele tinha uma rede, veio na baixada do Glicério, embaixo do viaduto, sentou do lado do catador, fez o questionário, formou o instituto. Vendeu, hoje mora no Havaí. Vendeu por 250 milhões a empresa", contou um entrevistado, referindo-se a um caso emblemático de apropriação do conhecimento tradicional dos catadores por empreendedores que, depois de lucrarem, abandonaram o território. O mesmo acontece com os créditos de logística reversa, vistos como uma "farsa" que beneficia a indústria às custas do trabalho precarizado. "O nosso mecanismo de logística reversa é basicamente um mecanismo compensatório. As empresas deixaram de fazer, elas compensam. O crédito de logística reversa não vale nada", denunciou uma liderança com experiência no setor.

As conquistas, embora pontuais e fruto de muita luta, são celebradas com orgulho. Para algumas organizações, a vitória foi a permissão de uso de um terreno público, conquistada após anos de negociação e mobilização. Para outras, foi a chegada de um caminhão ou uma prensa por meio de emendas parlamentares ou editais federais. Há casos de cooperativas que, após décadas de trabalho, conseguiram não apenas estabilizar sua renda, mas também proporcionar aos seus membros uma qualidade de vida que inclui casa própria, lazer, viagens e acesso à cultura. "Hoje a média de retirada de um catador da nossa organização é de 4 a 5 mil reais. Eu ganho o suficiente pra ter uma vida que todo brasileiro tem direito: poder comer bem, ter lazer com a família, ler, escrever, ir num bom restaurante, tomar um vinho bom", descreveu um catador, mostrando que é possível, sim, romper o ciclo de miséria e exclusão. Essas conquistas, no entanto, são frágeis e permanentemente ameaçadas pelas oscilações do mercado, pela ausência de políticas públicas consistentes e pela predação das empresas.

Em suma, as organizações de catadores em São Paulo configuram um mosaico de experiências que desafiam qualquer tentativa de generalização simplificadora. Há cooperativas tradicionais, redes de comercialização, arranjos híbridos, pontos de apoio, grupos de base comunitária e lideranças que atuam em múltiplas escalas. O que as une é a luta diária por reconhecimento e sobrevivência em um sistema que as explora e invisibiliza. O que as diferencia são as estratégias, os recursos, as trajetórias e, sobretudo, as concepções sobre o que significa ser catador e sobre qual deve ser o papel do coletivo nessa jornada. Compreender essa diversidade é essencial não apenas para a pesquisa acadêmica, mas para a formulação de políticas públicas que efetivamente apoiem a categoria, respeitando suas escolhas e potencializando suas capacidades.

7.2.4.6 Grupo 6: Percepções, Identidade e Reconhecimento

O discurso que emerge a partir das entrevistas não é o da resignação, mas o da construção ativa de uma identidade positiva para a categoria, forjada na contraposição direta ao estigma historicamente imposto. A fala que abre o conjunto de entrevistas já estabelece esse tom ao desconstruir o próprio objeto de trabalho: "o lixo não existe, o lixo é uma matéria-prima fora do lugar". Essa ressignificação que baseia a autoimagem do catador. Se o que se manuseia não é rejeito, mas matéria-prima, a atividade deixa de ser uma ocupação marginal e se transmuta em um elo fundamental de um ciclo produtivo. Os entrevistados são enfáticos ao equiparar a catação a qualquer outra profissão reconhecida, como a de médico, advogado ou pedreiro, reivindicando não apenas dignidade, mas o status de trabalhador que contribui ativamente para a sociedade.

Essa construção identitária passa, inevitavelmente, pela luta em torno do nome. Há uma memória viva de tentativas externas, tanto do governo quanto de outras entidades, de renomear a categoria para "agente ambiental" ou "trabalhador da reciclagem". A resistência a essas nomenclaturas é apresentada como uma conquista política fundamental. O termo "catador" foi afirmado como uma identidade comum, capaz de unificar realidades tão

diversas quanto a do catador de rua que puxa a carroça, a daquele que atua em cooperativas ou o que utiliza veículos motorizados. Essa unificação em torno de um nome próprio foi o passo inicial para que a categoria pudesse ser vista e, mais importante, pudesse se ver como um sujeito coletivo de direitos. A autoimagem resultante é a de alguém que detém um conhecimento profundo e insubstituível: o saber sobre a rua, sobre o território, sobre a comunidade. O catador não é um estranho que transita pela cidade; ele é parte dela, construindo relações de longa data com comerciantes, condomínios e moradores, o que lhe confere uma perícia única para realizar a coleta seletiva porta a porta de forma eficiente.

No entanto, a construção dessa identidade positiva se dá em um campo de batalha simbólico permanente, marcado pela experiência cotidiana da discriminação. Os relatos de humilhação pública são recorrentes e contundentes. Emergem memórias de ser xingado, de ter objetos atirados por ocupantes de carros importados, de ser tratado como "vagabundo". Essa violência simbólica é compreendida como parte de um processo mais amplo de desumanização, que leva à situação paradoxal onde o próprio catador, internalizando o estigma, pode chegar a chamar outro catador de "mendigo". A superação dessa visão internalizada é apresentada como uma vitória pessoal e coletiva, fruto de apoio mútuo e da compreensão de que a condição de rua ou de precariedade é uma circunstância, e não uma identidade. A frase "eu poderia estar na rua ali agora, então você ia chamar de mendigo?" explicita a fragilidade das fronteiras sociais e a importância do olhar empático. Em contrapartida a essa dor, emerge um pedido direto e simples à sociedade: que respeite o catador e o trabalho que ele presta à cidade.

A análise do discurso das lideranças revela uma percepção aguda de que essa luta por respeito e reconhecimento é intrinsecamente política e coletiva. A história da organização dos catadores é narrada como uma resposta direta a contextos de opressão, como as políticas higienistas de prefeitos que apreendiam carroças e impediam o trabalho nas ruas. A criação de cooperativas e associações não foi, portanto, um ato meramente administrativo, mas um gesto de afirmação política para mostrar que "o trabalho do catador é digno". Essa dimensão coletiva é também uma rede de

apoio vital, descrita por alguns como a verdadeira "família", que oferece suporte em momentos de depressão, de luta contra o alcoolismo e de solidão. A organização transcende a função produtiva e se torna um espaço de acolhimento e de reconstrução de vidas.

Há, contudo, uma consciência muito clara da heterogeneidade dentro dessa unidade. As lideranças expressam um respeito profundo pelas diferentes trajetórias e "dores" que compõem a categoria. O movimento abarca desde aqueles que estão montando sua primeira cooperativa até os que estão na luta há 50 anos. Essa diversidade impede a adoção de um discurso único e impositivo sobre qual seria o "modelo certo" de atuação. Pelo contrário, a liderança é frequentemente definida como a capacidade de criar pontes e oportunidades para que cada um possa encontrar seu próprio caminho, respeitando inclusive a decisão daquele que, por qualquer razão, prefere permanecer na rua. Essa postura ética de "não perder a raiz" e não julgar a realidade do outro é um traço distintivo do discurso dessas lideranças, que se veem como instrumentos para "incluir aqueles que ainda nem conseguem enxergar" novas possibilidades.

Dentro dessa diversidade, um ponto de convergência absoluto é o reconhecimento do papel central da mulher catadora. As mulheres são descritas como "guerreiras", que além de enfrentarem as duras condições de trabalho na reciclagem, arcam com as responsabilidades domésticas e familiares. A percepção é de que, apesar dos desafios e do preconceito, as mulheres vêm conquistando cada vez mais espaço e assumindo posições de liderança dentro do movimento. A trajetória de algumas é citada como inspiração, mas o foco recorrente é na força coletiva das mulheres que, com coragem e honestidade, sustentam boa parte do trabalho nas cooperativas.

Ao olharem para a estrutura que os envolve, os discursos demonstram uma notável sofisticação analítica. A imagem da "pirâmide produtiva" é evocada para descrever a posição de vulnerabilidade extrema do catador. Na base da cadeia da reciclagem, é ele quem arca com o ônus das flutuações do mercado internacional, sentindo na pele a variação de "5, 10, 15 centavos" que determina seu sustento, enquanto a indústria, que opera em toneladas, se

resguarda. Essa exploração é percebida como estrutural: a indústria se alimenta da necessidade do catador. A lógica é cruelmente simples: o catador não tem opção, ele precisa vender o material para sobreviver, independentemente do preço. Assim, a indústria "se vale da marginalização do catador", da sua falta de direitos e da sua precarização para garantir sua própria lucratividade.

Essa análise se estende para uma crítica contundente à forma como o discurso ambiental dominante é apropriado. Há uma percepção de que a emergência climática e a pauta da economia circular, em vez de valorizarem o trabalho histórico dos catadores, servem a novos ciclos de lucro para grandes empresas. O discurso "bonito" da circularidade e da descarbonização frequentemente invisibiliza quem sempre esteve na ponta desse processo. As lideranças enxergam uma disputa de narrativa em curso, onde seus "apoiadores" de um lado precisam debater com aqueles que, do outro lado, defendem modelos excludentes como a incineração e a criação de "ecoparques". A crítica se estende a um certo "discurso do empresário" que, por vezes, penetra na própria categoria. A ideia de que o catador deve se ver como um "empreendedor individual" é vista por alguns como uma armadilha "nefasta", uma ilusão que desvia o foco da luta coletiva e ignora que o catador jamais controlará variáveis como o preço do alumínio, ficando eternamente reféns das regras do jogo impostas pelo mercado.

Diante desse cenário de desafios, as visões sobre o futuro oscilam entre a esperança militante e a preocupação com um possível retrocesso. De um lado, há a confiança no reconhecimento já conquistado e a certeza de que a organização política é o caminho. De outro, projeta-se um cenário sombrio, onde o avanço da tecnologia e das startups, aliado à crescente desigualdade, pode empurrar o catador para uma condição ainda mais precária, "catando a sobra da sobra" e correndo o risco de retornar a uma situação análoga à dos primórdios da catação. O futuro ideal, no entanto, também é imaginado com tecnologia e inovação, mas em outros termos. O sonho não é o da automação que substitui o trabalhador, mas de um robô que possa realizar as tarefas mais pesadas por "quatro horas" para que o catador tenha tempo de "estudar e ter lazer". É a utopia de um trabalho digno que permita, finalmente, usufruir dos

prazeres simbólicos da cidadania plena, como poder "sentar num restaurante e pedir uma comida", tomar champanhe, ou comer um queijo "com mofo".

Em suma, o discurso das lideranças das organizações de catadores em São Paulo revela um pensamento social e político de grande complexidade. Ele é, simultaneamente, uma afirmação identitária, uma denúncia da exploração estrutural e uma proposta de futuro ancorada na coletividade. A luta por reconhecimento, portanto, não se limita a uma demanda por visibilidade ou por melhores preços; é uma luta profunda para redefinir o lugar do catador na sociedade, na economia e na própria história, assegurando que, no futuro, ele não seja apenas o que limpa a cidade, mas um cidadão que tem o direito de sonhar e de viver com dignidade.

7.2.4.7 Grupo 7: Desafios, Conquistas e Futuro

Longe de serem visões monolíticas, os discursos oscilam entre a denúncia de entraves estruturais profundos e a celebração de vitórias pontuais, entre um pessimismo em relação ao futuro da categoria e a crença na força da organização coletiva como único caminho possível. O que emerge é a radiografia de um movimento social que, ciente de sua importância ambiental e das ameaças que o cercam, busca se reinventar em um cenário de disputa política, tecnológica e de mercado.

Um dos pontos de maior convergência entre as lideranças é a identificação dos desafios materiais e estruturais como os mais imediatos e angustiantes. A falta de infraestrutura adequada é um ponto quase unânime: a necessidade premente de um galpão digno, de prensas que não dependam do esforço físico extremo, de caminhões para coleta e de capital de giro que permita agregar valor aos materiais e não ser refém das oscilações predatórias do mercado. Essa vulnerabilidade econômica fica explícita no relato do impacto de um decreto de importação sobre o preço do pet, destruindo a confiança e a rotatividade que um projeto promissor havia construído. A instabilidade, portanto, não é apenas uma variável macroeconômica; ela é uma força desagregadora do tecido social e da motivação coletiva.

No entanto, a forma como se lida com essa precariedade e se projetam soluções revela diferenciações importantes. Para algumas lideranças, a ênfase recai sobre a necessidade de contratos estáveis com o poder público e políticas públicas efetivas que garantam investimentos e remuneração pelo serviço ambiental prestado. A luta, aqui, é por inserção em um mercado formal e por reconhecimento institucional. Para outras, o foco está na gestão interna e na coesão do grupo, apontando a "comunicação desencontrada", o "conflito de interesses" e a dificuldade de manter a autogestão como desafios tão ou mais paralisantes quanto a falta de recursos materiais. A escassez, como bem sintetizou uma das vozes, é o combustível da briga: "onde falta o pão, todo mundo briga, ninguém tem razão".

Essa tensão entre o externo e o interno se aprofunda quando o olhar se volta para o futuro da categoria. Há uma visão dual e amplamente compartilhada de que os catadores estão em uma encruzilhada histórica. De um lado, a ameaça representada pelas "novas tecnologias" como a incineração, a pressão de grandes empresas que "estão chegando com muita fome" e a lógica do "sistema do capital" que, ao mecanizar a coleta, ameaça empurrar o catador para a mais absoluta informalidade, para a "sobra da sobra". Essa visão é acompanhada de um pessimismo em relação à sociedade, que pode preferir a "solução fácil" da incineração a fazer a inclusão social, e em relação ao próprio catador de base, que muitas vezes "não tem essa conversa... não tem noção de si", ainda se sentindo "um lixo na sociedade".

Por outro lado, a oportunidade vislumbrada é a do reconhecimento do catador como um "ator social" e "peça-chave para a mitigação das questões climáticas". O futuro, nessa perspectiva, não é apenas uma ameaça, mas um campo de disputa. A principal estratégia apontada para vencer essa disputa é a organização política qualificada. As lideranças convergem na defesa de uma "formação política" profunda, que vá além do "romantismo" e capacite os catadores a entender a "lógica do mercado", a identificar aliados e adversários, e a sentar-se à mesa de negociação "no mesmo andar" com governos e empresas. A necessidade de dominar dados e informações, de se aliar à academia e à pesquisa para "falar a mesma língua dos caras" e contrapor o discurso hegemônico, é apontada como um passo fundamental nessa direção.

Essa visão de futuro como disputa se desdobra em diferentes projetos para as próprias organizações. Enquanto algumas concentram seus planos na formalização e estruturação física para crescer dentro do modelo tradicional de cooperativa (mais espaço, mais máquinas, mais cooperados), outras já ensaiam modelos mais inovadores. A meta de se organizar em formato de Arranjo Produtivo Local (APL), a criação de fundos de previdência e fidelização para os cooperados (como um banco interno que devolve um valor após anos de trabalho) e a busca por novas frentes, como a gestão de resíduos orgânicos e os créditos de carbono, demonstram um amadurecimento estratégico que busca não apenas sobreviver, mas protagonizar a cadeia produtiva.

Os sonhos, que encerram as falas, condensam essa complexidade. O sonho coletivo é universal e recorrente: o reconhecimento. Ele se manifesta como o desejo de "ver essa categoria recebendo pela prestação de serviços pela coleta seletiva", de ser contratado e remunerado pelo trabalho ambiental, de, nas palavras de uma liderança, também poder "tomar champanhe" e "comer um queijo com mofo" em um restaurante. É o sonho de sair da invisibilidade e da condição de servo que ainda assombra a categoria, como na analogia que compara o catador de hoje, que vive da venda do resíduo, ao trabalhador medieval que ficava com uma ínfima parte da colheita.

Já os sonhos pessoais, embora mais íntimos, conectam-se a essa mesma busca por dignidade e futuro. Realizar a casa própria, após uma vida de aluguel e ocupações, é a vitória concreta sobre a instabilidade. O desejo de voltar a estudar, interrompido pela necessidade de sobreviver, é a esperança de um horizonte mais amplo. E o sonho de deixar um legado, de ter uma história para ser contada pelas futuras gerações, é a afirmação de uma existência que luta para não ser apagada, um elo que conecta um passado de luta e sofrimento a um futuro onde, quem sabe, seus descendentes possam viver em um "mundo melhor e mais justo". Em meio às cicatrizes e à dureza da luta cotidiana, a cooperação, como sintetizou uma das lideranças, permanece como a força capaz de "transformar o mundo".

7.2.5 Referências de Organizações – Buenos Aires

7.2.5.1 Grupo 1: Perfil Socioeconômico e Ocupacional

As lideranças das organizações de catadores de Buenos Aires que participaram pesquisa revelam um perfil socioeconômico e ocupacional marcado por trajetórias diversas, mas também por pontos de convergência que ajudam a compreender a natureza do trabalho militante e sua inserção no mundo da reciclagem. Trata-se de um grupo majoritariamente adulto, com idades que oscilam entre 33 e 53 anos, o que sugere uma combinação de experiência de vida e longa militância, ainda que alguns estejam na casa dos trinta e outros já tenham ultrapassado os cinquenta. Em termos de gênero, a autoidentificação feminina e masculina está equilibrada, mas há também quem se declare não binário, indicando a presença de identidades de gênero diversas no interior do movimento. Já a questão racial e étnica, no contexto argentino, mostrou-se pouco padronizada: enquanto alguns se definem como “argentinos” ou “descendentes de italianos”, outros recorrem a expressões coloquiais como “café con leche” para descrever sua pele, e há quem simplesmente não responda.

No que diz respeito ao estado civil, a maioria declara-se solteira ou em união estável, mesmo quando mantêm relacionamentos de longa duração, o que denota um descolamento entre a formalidade jurídica e a realidade afetiva. Os dependentes, quando existem, são geralmente filhos, mas o número varia de zero a quatro, e a condição de dependência econômica está diretamente ligada à idade e à situação laboral dos descendentes: filhos pequenos ou em idade escolar costumam depender da renda dos pais, enquanto os já adultos e empregados deixam de ser contabilizados. A escolaridade é outro aspecto que apresenta diversidade: há lideranças com ensino superior completo, como uma licenciada em trabalho social, outras com superior incompleto, e também quem concluiu o secundário já na vida adulta e chegou a iniciar, mas não finalizar, a universidade, em razão de “problemas pessoais” e “momentos bastante oscuros”, como relatou um dos entrevistados. Essa variedade de níveis educacionais reflete trajetórias de vida marcadas por dificuldades de acesso e

permanência no sistema formal de ensino, mas também por um esforço contínuo de qualificação.

A origem geográfica das lideranças está fortemente concentrada na província de Buenos Aires, especialmente em localidades do conurbano como Moreno, Burzaco, Loma de Zamora, Escobar e San Fernando. No entanto, há também quem tenha nascido em províncias mais distantes, como Salta, Catamarca ou Misiones, e tenha migrado para a capital ou seus arredores em busca de oportunidades. Atualmente, a maioria reside na cidade de Buenos Aires ou em municípios próximos, por vezes nos mesmos bairros onde cresceram e onde as organizações têm suas bases, como Villa Fiorito ou Villa Canepa. Alguns, porém, optaram por se mudar para regiões mais afastadas, como Luján, em busca de tranquilidade, ainda que isso implique longos deslocamentos diários de até duas horas para participar das atividades.

O tempo de vinculação com as organizações é um dos traços mais marcantes de convergência: a maioria acumula entre oito e vinte e quatro anos de militância, o que demonstra um compromisso duradouro com a causa dos catadores. Esse engajamento prolongado se reflete na multiplicidade de cargos e funções que desempenham, frequentemente de forma simultânea e em diferentes níveis da estrutura organizativa. Há quem seja presidente de federação, como a *Federação Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores* (FACCyR), ou coordenador nacional do Movimento de Trabalhadores Excluídos (MTE), e também quem atue na gestão de centros verdes, nas relações internacionais, na assessoria técnica a cooperativas ou na administração de unidades produtivas. Uma liderança descreveu sua atuação como “acompanhamento das relações internacionais e planificação de políticas”, enquanto outra mencionou que coordena uma das plantas de reciclagem no turno da noite, das dez às quatro da manhã. Há ainda quem acumule funções em diferentes organizações: por exemplo, uma entrevistada explicou que trabalha na área de grandes geradores da FACCyR, mas também na cooperativa, onde atua como “segunda cabeça” ao lado da presidenta, administrando e buscando novos contratos com empresas.

Essa acumulação de papéis, no entanto, raramente é remunerada pela própria organização. A quase totalidade das lideranças afirma que o cargo de militância não é pago, e que a renda provém de outras fontes. Alguns são funcionários públicos, vinculados a ministérios ou ao governo da cidade, como a supervisora de uma planta de tratamento que é a única funcionário do Estado dentro do espaço, ou o coordenador que, embora não seja associado da cooperativa, recebe do ministério por seu trabalho de coordenação dos 460 companheiros no sistema de coleta domiciliar. Outros atuam como assessores parlamentares, como no caso de quem integra a equipe de uma deputada e destina parte do salário ao movimento. Há também quem tenha vínculos com organizações internacionais, como a coordenadora de educação da Aliança Internacional de Recicladores, que reconhece que seu trabalho remunerado está diretamente relacionado à militância de base: “por meus próprios meios, sem ter feito parte da FACCyR, não teria chegado a ter esse trabalho remunerado”. E não faltam aqueles que complementam a renda com atividades informais ou artísticas, como a coleta de copos em bailes noturnos, que descreve com bom humor: “Coleto copos. Danço, canto, falo com as pessoas. Ah, eu saio pra farra. E de quebra trabalho.”, ou a militante que dá aulas de taekwondo uma vez por semana em uma escola particular.

Os valores mencionados como renda mensal, quando informados, variam consideravelmente. Uma liderança que trabalha para o governo recebe cerca de 800 mil pesos (R$ 3023,64), mas reconhece que seus companheiros na cooperativa ganham em média 500 mil (R$ 1889,78). Outra, que combina funções administrativas em diferentes espaços, calcula uma média de 700 a 800 mil pesos (de R$ 2645,69 a R$ 3023,64). Já quem está no quadro de pessoal do governo da cidade, com carga horária teórica de seis horas diárias, mas dedicação real muito superior, ganha aproximadamente um milhão de pesos (R$ 3779,56). A militância, embora não remunerada, exige disponibilidade integral, como sintetizou uma entrevistada: “Eu dedico à organização muito mais horas do que as que são remuneradas”.

Em síntese, o perfil das lideranças é o de um grupo heterogêneo em termos de origem, escolaridade e fontes de renda, mas unificado por um vínculo duradouro com as organizações de catadores e por uma atuação multifacetada

que transcende os cargos formais. A militância é vivida como um compromisso existencial, mas não como uma esfera separada da vida econômica. Pelo contrário: é precisamente a atuação no movimento dos catadores que abre as portas para os trabalhos remunerados que muitos exercem — seja no Estado, em assessorias parlamentares ou em organizações internacionais. O sustento material, nesse contexto, não é um desvio ou um complemento externo à militância; ele é, ele mesmo, uma das dimensões pelas quais a militância se realiza e se viabiliza. A trajetória no movimento não apenas antecede o trabalho pago, mas o constitui como possibilidade concreta. Trata-se, portanto, de uma relação de imbricamento: o trabalho remunerado não é um "outro" que sustenta a militância de fora, mas uma de suas expressões possíveis — ainda que marcada pelas contradições e precariedades do mundo do trabalho na economia popular. Essa dupla inserção é um traço estruturante do grupo e ajuda a explicar tanto sua resiliência quanto os limites impostos pela precarização econômica. As trajetórias individuais, com seus momentos de “sorte” ou de “escuridão”, como mencionaram alguns, se entrelaçam com a história das organizações, produzindo um retrato complexo e dinâmico, em que as convergências de engajamento convivem com as diferenciações de percurso e de condições de vida.

7.2.5.2 Grupo 2: Condições e Rotina de Trabalho

As lideranças das organizações de catadores em Buenos Aires, ao descreverem as condições e rotinas de trabalho, oferecem um panorama onde as experiências variam significativamente conforme o porte da cooperativa, a região de atuação e o grau de consolidação da estrutura organizativa. Em linhas gerais, os relatos convergem para a descrição de uma atividade marcada pela centralidade do trabalho de rua, pela vulnerabilidade econômica e pelos conflitos com o poder público, mas também revelam diferenciações importantes no que diz respeito à organização interna, aos meios de produção disponíveis e às estratégias de remuneração e comercialização.

No que se refere à organização prática do trabalho, as falas indicam que, nas grandes cooperativas consolidadas — como aquelas que reúnem centenas ou

milhares de associados —, há uma divisão interna bastante estruturada de funções. Uma das lideranças descreve uma cooperativa com cerca de 800 pessoas, na qual 460 atuam diretamente na coleta domiciliar, percorrendo ruas a pé ou em triciclos especializados, enquanto as demais se distribuem em papéis como motoristas, operários de triagem ou de prensa, pessoal de limpeza, segurança, cozinha, administrativos, equipe técnica e coordenadores. Essa estrutura é apresentada como uma necessidade imposta pela escala da organização: “Você tem que ter uma estrutura”, justifica o entrevistado, evidenciando que a complexidade da gestão de centenas de trabalhadores exige a criação de múltiplos estratos funcionais. Outro relato complementa essa visão ao mencionar a existência de equipes de promotoras ambientais, responsáveis por educar os cidadãos e atuar no “abordagem territorial”, o que demonstra uma ampliação do escopo de atuação para além da coleta em si.

Entretanto, essa organização sofisticada não é generalizável. Uma liderança que atua em uma realidade distinta, descreve um cenário de disputa violenta entre cooperativas dentro de uma mesma planta de tratamento, onde os trabalhadores “brigavam, se esfaqueavam” por causa do desequilíbrio na qualidade do material recebido em diferentes turnos. A solução encontrada — distribuir uniformes e conscientizar sobre a venda conjunta — aponta para um estágio organizativo anterior, no qual a coesão interna ainda precisa ser construída. Essa mesma liderança menciona a existência de catadores que trabalham diretamente em um basural a céu aberto, “colocando a mão na montanha de lixo”, em condições muito mais precárias do que as dos catadores que atuam em cooperativas com galpões e esteiras de triagem.

A territorialização do trabalho é outro ponto de convergência, mas também revela diferenciações importantes. Vários relatos enfatizam que a distribuição dos catadores pelas ruas obedece a uma lógica de densidade populacional e de geração de resíduos. Um dos entrevistados explica, com riqueza de detalhes, como na Comuna 6, em Buenos Aires, a zona sul (com edifícios e comércio intenso) concentra mais catadores em menos quadras, enquanto a zona norte, mais residencial, exige que cada trabalhador percorra uma área maior para obter material. O mesmo ocorre no bairro Onze, onde “estamos trabalhando em 20 quarteirões, quase 100 pessoas”, em contraste com outras

áreas onde 150 catadores se distribuem por 400 quadras. Essa lógica, no entanto, é constantemente perturbada pela presença de catadores independentes ou de outras cooperativas disputando o mesmo território, o que gera tensões e exige negociações cotidianas.

No que diz respeito aos meios de transporte, é necessário distinguir duas dimensões: o deslocamento dos catadores até as áreas de coleta e os veículos utilizados para a coleta propriamente dita. Uma liderança que acompanhou a luta histórica da cooperativa explica que o transporte era “o mais perigoso e o mais problemático”, pois os trabalhadores viajavam em trens ou caminhões precários de municípios distantes, com registro de acidentes graves, incluindo “caminhões que caíram no rio da ponte”. A organização conseguiu, ao longo do tempo, que o poder público financiasse transportes específicos para os catadores. Já para a coleta nas ruas, os meios utilizados variam: há catadores a pé, que carregam bolsões; outros utilizam carros de tração manual, como carrinhos de mão ou carroças; e há ainda aqueles que dispõem de triciclos especializados. Uma liderança menciona, inclusive, que chegou a usar uma caminhonete própria para transportar resíduos, antes de se integrar mais profundamente à cooperativa.

A questão dos riscos à saúde e dos acidentes de trabalho atravessa todos os relatos, mas com ênfases distintas. Há um reconhecimento unânime de que a atividade é insalubre: dores na coluna, hérnias de disco e problemas decorrentes do esforço repetitivo são comuns, e uma das lideranças relata que precisou deixar a coleta de rua exatamente por “estragar a cintura”. Os acidentes graves, no entanto, são mencionados sobretudo em referência aos lixões a céu aberto, e não necessariamente como ocorrências dentro das cooperativas organizadas. Um dos entrevistados descreve “ que sempre morre uma pessoa atropelada por uma máquina ou soterrada por um caminhão” nesses espaços, e outro reforça que “perdemos companheiros nos lixões porque os caminhões os esmagam”. É importante notar que esses relatos se referem a uma realidade que as lideranças buscam transformar, e não a incidentes ocorridos nas plantas ou centros verdes que foram visitados. Há, portanto, uma clara diferenciação entre as condições nos lixões, onde a

precariedade é máxima, e aquelas nos espaços organizados, onde ainda há riscos, mas com possibilidade de gestão e melhoria.

A dinâmica da remuneração é um dos pontos que mais explicitamente revelam a heterogeneidade entre as organizações. Em algumas cooperativas, especialmente as de grande porte em Buenos Aires, o sistema combina um “incentivo” pago pelo governo com um complemento variável atrelado à produtividade individual. Um dos relatos descreve que o catador recebe, entre os dias 1 e 10 de cada mês, o incentivo estatal, e por volta do dia 20 recebe o montante correspondente ao material que juntou nas quatro semanas anteriores, depositado em sua conta. “Mas isso está atado à capacidade do catador de juntar materiais. Se juntou muitos materiais, recebe muito dinheiro. Se pouco material, recebe pouco dinheiro.” Essa lógica, no entanto, não é universal. Em outras experiências, a remuneração dependia exclusivamente da venda do material a atravessadores, até que a organização coletiva permitiu negociar diretamente com a indústria e triplicar a renda. Nesse caso, a lógica deixou de ser individual para tornar-se coletiva, com o material sendo vendido em conjunto e o valor distribuído entre os trabalhadores. Há ainda cooperativas que firmaram contratos com grandes geradores — redes de fast food, supermercados, empresas — e passaram a receber por serviço prestado, o que introduz uma fonte de renda mais estável, embora complementar à coleta de rua.

A oscilação dos preços dos materiais recicláveis é um fator de vulnerabilidade comum a todas as organizações, mas com impactos diferenciados. Uma liderança relata, com ênfase, que a abertura das importações durante o governo de Javier Milei fez o preço do papelão cair de 300 para 60 pesos o quilo (de R$1,13 para R$ 0,23), tornando “quase insustentável” a atividade. Outro entrevistado explica que, com a queda do consumo, há menos material circulando, e o catador precisa “percorrer mais para juntar o mesmo que juntava antes”, ao mesmo tempo que o valor do que junta se reduz pela metade. Essa conjuntura adversa afeta tanto os catadores de rua quanto as cooperativas, mas estas últimas dispõem de mais instrumentos para enfrentá-la, como a negociação direta com a indústria ou a prestação de serviços a grandes geradores.

As relações com o Estado aparecem nos relatos como um campo de contradições e hostilidade. Uma liderança descreve, com perplexidade, a situação paradoxal em que a mesma estrutura estatal abriga, em um mesmo departamento, a unidade que credencia e fornece insumos aos catadores, e, do outro, a unidade que "sai com uma viatura para tomar os papelões dos catadores e tomar as carroças". O resultado é que o trabalhador, mesmo credenciado, pode ter seu material apreendido e ser multado, perdendo o rendimento de horas de trabalho. "Esse é o cenário que hoje estamos vivendo", resume. Essa percepção de um Estado que ao mesmo tempo financia e reprime é recorrente, e uma das lideranças chega a afirmar que "qualquer estratégia que a cooperativa possa abordar, primeiro requer insumos e recursos", mas que a ação estatal hostil inviabiliza qualquer planejamento.

Por fim, as lideranças apontam estratégias e horizontes de melhoria que também refletem diferenciações internas. Em um extremo, há cooperativas que já conquistaram centros verdes e plantas de reciclagem, mas ainda aspiram a espaços mais amplos e seguros, capazes de reduzir acidentes e melhorar a comercialização. Em outro, há organizações que ainda atuam praticamente em plantas de reciclagem a céu aberto, com condições inadequadas para sua operação. Uma liderança menciona o desejo de "terminar o processo do material" e produzir produtos finais como bolsas ou cadeiras, fechando o ciclo da economia circular — um horizonte que, no entanto, depende de maquinário e investimentos ainda distantes. Outra liderança, por sua vez, enfatiza a importância de construir internamente o direito ao descanso, narrando o processo de convencer os trabalhadores a não atuarem em feriados: "eu fui construindo com os diferentes coordenadores uma ideia de que também merecemos descansar, como se parte do trabalho também é o descanso". Essa fala revela que, mesmo em organizações consolidadas, há dimensões subjetivas e culturais a serem transformadas para que o trabalho digno se realize plenamente.

7.2.5.3 Grupo 3: Trajetória Pessoal e Histórica

A emergência das organizações de catadores de Buenos Aires está indissociavelmente ligada à crise social, econômica e política que abalou a Argentina no final de 2001. O chamado “Argentinazo” não apenas derrubou governos e deixou um rastro de desemprego e pobreza, mas também lançou às ruas da Capital Federal e sua área metropolitana dezenas de milhares de pessoas em busca de meios de sobrevivência. Estima-se que, naquele momento, cerca de cinquenta mil homens, mulheres e crianças tenham começado a revolver o lixo, transformando o que antes era uma atividade marginal – o *cirujeo*, a coleta de papéis e metais – em uma realidade massiva e visível. A catação, que até então era uma ocupação restrita a poucos, tornou-se a única alternativa para aqueles que passaram a percorrer os bairros da cidade puxando carrinhos ou subindo em trens lotados. O contexto, no entanto, não se resumia à necessidade: a desvalorização da moeda e a alta do preço do papelão no mercado internacional tornaram o material reciclável um recurso cobiçado, capaz de garantir o sustento diário. Ao mesmo tempo, a efervescência social do período, marcada por assembleias populares e uma solidariedade difusa das classes médias com os mais pobres, criou as condições para que aquela multidão de excluídos não permanecesse invisível. Foi nesse caldo social que começaram a germinar as primeiras experiências organizativas que, com o tempo, dariam origem a cooperativas, movimentos e federações de catadores.

O ponto de partida comum a todas as narrativas recolhidas é exatamente esse: a crise de 2001 funcionou como um divisor de águas, um momento em que a pobreza deixou de ser uma questão periférica para ocupar o centro da cena urbana. No entanto, a forma como cada organização se estruturou a partir dali revela nuances importantes. Nas áreas mais densamente povoadas da zona sul e oeste da província, especialmente nos municípios de onde partiam os trens que desembocavam na Capital, o fenômeno adquiriu contornos próprios. Os catadores que cruzavam as pontes sobre o rio Riachuelo ou desciam das formações do ramal Sarmiento ou San Martín traziam consigo não apenas a necessidade, mas também laços de vizinhança e parentesco que facilitaram a formação de núcleos de ajuda mútua. Foi ali, nos bairros populares de Fiorito,

Caraza, La Matanza e tantos outros, que a catação deixou de ser um ato individual para se tornar uma prática compartilhada. E foi também ali que jovens militantes, muitos deles oriundos da universidade pública e imbuídos de um forte compromisso social, começaram a se aproximar desses trabalhadores informais. Inicialmente, o contato se dava de maneira assistencial: estudantes e profissionais recém-formados desciam aos bairros ou às ruas do centro para oferecer um prato de comida quente, um café, um acolhimento. Mas o diálogo que se estabeleceu nesses encontros rapidamente ultrapassou a dimensão da caridade. Ao ouvir os relatos de perseguição policial, de extorsões cotidianas, de crianças que acompanhavam os pais na coleta porque não havia onde deixá-las, esses militantes perceberam que estavam diante de um sujeito político emergente: o trabalhador excluído, aquele que, mesmo produzindo valor ao recuperar materiais descartados, era tratado como delinquente.

A luta contra a violência policial tornou-se, assim, o primeiro eixo aglutinador. A memória das *coimas* – propinas exigidas para que os catadores pudessem acessar os contentores de lixo – e das prisões arbitrárias aparece como o motor inicial da organização. As cooperativas nascentes, ainda sem personalidade jurídica, organizavam-se para libertar companheiros detidos, realizavam mobilizações em frente às delegacias e denunciavam a cumplicidade do Estado com as empresas de coleta, que viam na catação uma ameaça aos seus lucros. Afinal, as concessionárias responsáveis pelo enterramento dos resíduos recebiam por tonelada depositada em aterros; cada quilo de papelão desviado pelos catadores representava uma perda direta. Daí a criminalização de uma atividade que, paradoxalmente, contribuía para a redução de resíduos e para a sustentabilidade ambiental. Esse conflito de interesses esteve na raiz da primeira grande conquista normativa: a Lei 992, sancionada em 2002 pela Legislatura da Cidade de Buenos Aires, que reconheceu os catadores como “recuperadores urbanos” e criou as bases para um sistema de gestão de resíduos com inclusão social. A lei, fruto da pressão popular e da sensibilidade de alguns legisladores naquele momento de efervescência, representou uma virada simbólica e prática, pois abriu a possibilidade de que o Estado, em vez de reprimir, passasse a regulamentar e apoiar a atividade.

No entanto, a passagem da lei à realidade foi lenta e cheia de obstáculos. Durante quase uma década, os catadores continuaram a enfrentar a precariedade, a falta de infraestrutura e a resistência das empresas privadas. Foi nesse interregno que as cooperativas começaram a se consolidar como figuras jurídicas, impulsionadas por um programa estatal – o Programa de Recuperadores Urbanos (PRU) – que, paradoxalmente, contratou jovens universitários para atuar como agentes de campo. Esses profissionais, muitos dos quais já haviam participado das assembleias populares ou das organizações de bairro, levaram para dentro do Estado a perspectiva dos movimentos sociais. Em vez de simplesmente executar políticas desenhadas de cima para baixo, eles se aliaram aos catadores e às cooperativas em formação, contribuindo para a construção de um modelo de cogestão. Essa "bomba relógio", como a descreveu um dos entrevistados, acabou fortalecendo as organizações populares, que passaram a dispor de quadros técnicos e militantes com capacidade de negociar em pé de igualdade com o governo. A metáfora é utilizada para explicar como o governo, ao contratar profissionais (muitos deles recém-formados oriundos da universidade pública) para atuar em um programa destinado a organizar a coleta informal, acabou gerando um efeito inesperado: esses agentes públicos, imbuídos de um forte compromisso social e político, aliaram-se aos catadores e às cooperativas nascentes, fortalecendo a organização popular e permitindo que ela se estruturasse para negociar em condições mais favoráveis com o Estado. Em vez de simplesmente executar uma política desenhada de cima para baixo, esses trabalhadores estatais contribuíram para a construção de um modelo de cogestão, invertendo a lógica inicial do programa.

A criação da Cooperativa *Amanecer de los Cartoneros* (Amanhecer dos Catadores), ligada ao Movimento de Trabalhadores Excluídos (MTE), é emblemática desse processo: surgida da aliança entre catadores da zona sul e estudantes universitários, ela rapidamente se tornou a maior cooperativa do país, chegando a reunir cerca de 6 mil associados oriundos de diferentes municípios. Sua trajetória ilustra como a necessidade de formalização para acessar contratos públicos – especialmente a partir de 2011, quando o governo

da cidade começou a firmar acordos com as cooperativas – impulsionou a criação de estruturas jurídicas e administrativas complexas.

Mas a expansão não se deu de forma homogênea. Enquanto a Amanecer se consolidava como uma gigante, outras cooperativas emergiam em torno de diferentes ramais ferroviários ou de bairros específicos. A cooperativa Recuperadores Urbanos del Oeste (RUO), por exemplo, agregou catadores que utilizavam o trem Sarmiento, oriundos de localidades como Morón, Merlo e Paso del Rey, localizada da parte oeste da província de Buenos Aires. Já a Cooperativa Madreselva reuniu aqueles que vinham da zona norte, do terceiro cordão da província. Cada uma dessas cooperativas desenvolveu uma identidade própria, ainda que todas compartilhassem o mesmo horizonte de luta por direitos e reconhecimento.

Essa diversidade se reflete também na incorporação de outras pautas e ramos de atividade. O MTE, que inicialmente era quase sinônimo de movimento cartonero, foi progressivamente ampliando seu escopo à medida que novos coletivos batiam à sua porta. Primeiro foram os trabalhadores resgatados de oficinas têxteis clandestinas, onde migrantes bolivianos e peruanos viviam em condições análogas à escravidão. A organização percebeu que não bastava libertá-los; era preciso oferecer alternativas de trabalho digno, e assim nasceu a ramo têxtil do movimento, com a bandeira “o polo para trabalhar, a casa para viver”. Depois vieram os vendedores ambulantes, sobretudo senegaleses, que buscavam proteção contra a perseguição municipal; os cuidadores de carros, conhecidos localmente como “trapitos”; os camponeses sem terra; as pessoas em recuperação de dependências químicas, acolhidas no projeto *Viento de Libertad*; e as mulheres que organizavam comedores comunitários e espaços de cuidado infantil. Essa multiplicação de frentes deu origem à ideia de uma central sindical da economia popular, que se materializou primeiro na Central de Trabalhadores da Economia Popular (CTEP) e, posteriormente, na União de Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Popular (UTEP), capaz de assentar-se à mesa com a *Confederación General del Trabajo* (Confederação Geral do Trabalho – CGT) e reivindicar direitos para um setor historicamente invisibilizado.

A trajetória das organizações não se limita, porém, à Capital Federal e seu entorno. Em províncias como Catamarca, o MTE assumiu contornos específicos, entrelaçando a luta por trabalho e renda com a defesa do território contra a mineração. Ali, a chegada de militantes vindos de Buenos Aires, atraídos pelas assembleias que contestavam os megaprojetos de extração de lítio e ouro, encontrou um solo fértil em meio a cooperativas de recicladores que já atuavam de forma dispersa. A organização que emergiu desse encontro – Nuestra América Movimiento Popular – incorporou a pauta ambiental como central e, ao mesmo tempo, enfrentou desafios próprios, como a falta de moradia que levou grupos de mulheres a ocupar terrenos e lutar por programas habitacionais. A experiência catamarquenha, embora conectada às redes nacionais do MTE e da UTEP, revela como as dinâmicas locais produzem variações significativas no modo de organização e nas prioridades políticas.

Do ponto de vista das conquistas materiais, os relatos destacam alguns momentos particularmente significativos. A assinatura dos primeiros contratos com o governo da cidade, durante a gestão de Mauricio Macri, é lembrada como um feito inédito: pela primeira vez, catadores passaram a receber uma remuneração fixa pelo serviço ambiental prestado, com direitos trabalhistas formalizados. A criação de centros verdes e plantas de reciclagem equipadas com tecnologia de ponta permitiu industrializar parte do processo e melhorar as condições de trabalho, ainda que a coleta porta a porta continuasse sendo a base da atividade, responsável por gerar postos de trabalho em grande escala. A instalação dessas plantas, no entanto, não foi isenta de conflitos: a planta do bairro de Barracas, por exemplo, foi incendiada há poucos anos, num episódio que as lideranças atribuem à ação de setores contrários à organização popular. Outra conquista recorrentemente mencionada é a criação de espaços de cuidado para a primeira infância, que permitiram que as crianças deixassem de acompanhar os pais nas ruas, reduzindo a exposição a riscos e garantindo o direito à educação e ao lazer.

Apesar dos avanços, o cenário atual é de ameaças e retrocessos. A política macroeconômica de abertura comercial, adotada nos últimos anos, facilitou a importação de papelão do Brasil, pressionando para baixo o preço do material coletado localmente. As empresas, diante da possibilidade de estocar produto

importado a custos ligeiramente inferiores, deixam de adquirir a produção das cooperativas, inviabilizando a comercialização e comprometendo a renda dos catadores. Some-se a isso a falta de vontade política para priorizar a gestão inclusiva dos resíduos: embora a fração seca (recicláveis) represente um volume equivalente ao da fração úmida, os recursos destinados às cooperativas são infinitamente menores do que os que vão para as grandes empresas de coleta, que continuam a enterrar a maior parte do lixo. A narrativa recorrente de que “sem cartoneros não há lixo zero” – lema que sintetiza a reivindicação de serem parte da solução ambiental – esbarra na resistência de um modelo de negócios que lucra com o enterramento.

A identidade coletiva forjada ao longo dessas duas décadas é, ela mesma, um campo de tensões e construções. A adoção do uniforme – um colete ou uma camiseta com o nome da cooperativa – foi, para muitos, um rito de passagem, um momento em que a vergonha de ser visto revirando o lixo deu lugar ao reconhecimento de si como parte de uma categoria profissional. Essa virada subjetiva é narrada com emoção por algumas lideranças, que recordam o tempo em que se escondiam no caminhão para não serem identificadas pelos vizinhos. A organização coletiva, a participação em assembleias e mobilizações, o aprendizado da negociação política – tudo isso contribuiu para a formação de uma consciência de classe específica, a dos trabalhadores excluídos do sistema formal, mas nem por isso menos produtivos ou menos dignos.

As influências ideológicas que perpassam esse processo são múltiplas. O peronismo histórico, com sua ênfase na justiça social e no lema “*donde hay una necesidad nace un derecho*”, aparece em várias falas como um pano de fundo cultural, ainda que nem todos os militantes se reivindiquem peronistas. A teologia do povo, difundida por setores da Igreja Católica ligados ao Papa Francisco, também deixou suas marcas, especialmente na defesa da terra, do teto e do trabalho como direitos fundamentais. Mas há também uma forte influência do ambientalismo, sobretudo nas organizações que atuam em regiões de conflito minerário, e do sindicalismo combativo, presente na construção da UTEP e na busca por diálogo com a CGT. Essa heterogeneidade de matrizes não impede, no entanto, a construção de uma

unidade programática em torno de reivindicações concretas: remuneração justa, acesso a políticas sociais, infraestrutura para o trabalho, regularização fundiária e reconhecimento institucional.

Ao olhar para o conjunto das trajetórias narradas, o que se destaca é a capacidade de reinvenção constante dessas organizações. Nascidas da necessidade mais premente – a fome, como sintetizou uma entrevistada –, elas foram capazes de se adaptar às mudanças do contexto político e econômico, ampliando seu leque de atuação, criando alianças inesperadas e conquistando espaços de poder antes inimagináveis. A formalização jurídica, a negociação de contratos, a construção de plantas industriais, a articulação em federações nacionais e latino-americanas – tudo isso foi sendo tecido por mãos que, há vinte anos, apenas buscavam sobreviver. Os desafios atuais, longe de indicarem um esgotamento, parecem reativar a memória das origens e a disposição para a luta. Afinal, como lembram os mais velhos, a história do movimento é feita de avanços e recuos, de conquistas e incêndios, mas também de uma convicção inabalável: a de que os excluídos podem, sim, tornar-se sujeitos de sua própria história.

7.2.5.4 Grupo 4: Território e Espaço Urbano

A pessoas entrevistadas expressaram uma trama de relações que envolvem desde a experiência sensível de circular e trabalhar no espaço público até estratégias políticas sofisticadas de ocupação e disputa por áreas de coleta, passando pela negociação constante com o poder público em diferentes escalas e pela necessidade de garantir não apenas o sustento imediato, mas também a reprodução social das famílias nos bairros de origem.

A cobertura territorial das organizações é marcada por uma multiplicidade de escalas que se sobrepõem e se articulam. Na Capital Federal, a divisão do espaço de coleta é formalizada por meio de *pliegos* – licitações públicas que definem as zonas de atuação de cada cooperativa. Uma das lideranças descreve como a cooperativa que integra está presente em seis das quinze comunas da cidade, enquanto outras cooperativas atuam nas demais áreas, num sistema de repartição que busca organizar a atividade em um território

denso e disputado. Essa delimitação, no entanto, não elimina as tensões: há zonas mais valorizadas, como os bairros ricos ou as áreas comerciais de alta densidade – o bairro Onze é citado como exemplo de concentração de material de alto valor, como papelão e nylon, atraindo grande número de catadores para poucas quadras. Em contraste, áreas residenciais de baixa densidade populacional, onde é necessário percorrer longas distâncias para obter pouco material, são menos disputadas e exigem estratégias distintas de organização do trabalho.

Essa heterogeneidade intraurbana impõe desafios específicos que as cooperativas precisam administrar cotidianamente. Uma liderança explica que dentro de uma mesma comuna podem coexistir realidades radicalmente diferentes: de um lado, avenidas movimentadas com edifícios e comércio intenso, onde o catador encontra material em abundância; de outro, zonas de casas baixas e bairros residenciais, onde a produtividade é menor e é preciso atribuir mais quadras a cada trabalhador para que consiga um volume mínimo. Essa variação não é apenas quantitativa, mas também qualitativa: o tipo de material disponível – papel branco de escritórios, papelão de comércio, plásticos, metais – influencia diretamente o valor da coleta e, portanto, a renda dos catadores. A densidade de catadores em cada área precisa ser calibrada para evitar a disputa predatória, mas também para garantir que todos tenham acesso a uma quantidade mínima que viabilize o trabalho.

A relação com o Estado surge como um dos eixos mais complexos e contraditórios da atuação territorial. Por um lado, as organizações conquistaram ao longo dos anos importantes reconhecimentos institucionais: contratos com o governo da cidade, o Salário Social Complementar instituído pela Lei de Emergência Social Nacional em 2016, e o financiamento de centros verdes e equipamentos. Uma liderança relembra como a luta pela descentralização foi fundamental para replicar o modelo da Capital Federal em outros municípios da província de Buenos Aires, como Escobar, Lomas de Zamora, Berazategui e La Plata, criando cooperativas locais com contratos similares e aliviando a pressão sobre a cidade. Esse processo foi impulsionado tanto pela necessidade de dar conta do grande número de catadores que vinham da província para trabalhar na Capital, quanto pelas políticas

ambientais vinculadas à limpeza dos rios Matanza-Riachuelo e Reconquista, que obrigaram os municípios a fortalecer programas de reciclagem.

No entanto, o mesmo Estado que financia e reconhece as cooperativas também atua de forma hostil no espaço público. Uma das lideranças descreve uma cena quase absurda: a cooperativa recebe credenciais e bolsões do governo para realizar a coleta seletiva, mas, ao sair às ruas, a Direção Geral de Limpeza – que ocupa o mesmo ministério – envia patrulhas para apreender os materiais e multar os catadores, sob a alegação de que a atividade no espaço público é uma contravenção. A instalação de contêineres antivandalismo em algumas áreas é apontada como uma política deliberada para dificultar o acesso dos catadores aos resíduos recicláveis, enquanto os vizinhos, que não separam o material em casa, continuam descartando tudo misturado. O resultado é que o catador, para conseguir alguma produtividade, vê-se obrigado a revirar os contentores, correndo o risco de ser criminalizado por uma atividade que o próprio Estado lhe paga para realizar. Essa contradição é vivida de forma especialmente intensa em zonas turísticas como o microcentro, onde a pressão fiscalizatória é maior, exigindo das cooperativas estratégias de proteção que vão desde o acionamento imediato de caminhões para recolher o material antes da apreensão até reuniões constantes com funcionários públicos e a sistematização de denúncias para ações judiciais coletivas.

Outro aspecto central é a insegurança jurídica que marca a posse dos centros verdes – espaços fundamentais para o acúmulo e transbordo do material coletado. Uma liderança relata o caso do centro verde em que trabalha, instalado em um terreno ferroviário ocupado há anos pela cooperativa, com reconhecimento do governo da cidade – que inclusive financiou parte da infraestrutura – mas sem qualquer título de propriedade ou permissão formal da Nação, dona do imóvel. A qualquer momento, uma ordem de despejo pode chegar, e a cooperativa, apesar de todos os investimentos e do serviço prestado, não teria como resistir. Essa fragilidade fundiária é uma constante para muitas organizações, que vivem sob a ameaça permanente de perder não apenas o espaço de trabalho, mas também a rede de serviços sociais que construíram ao redor dele.

A expansão para os municípios da província, mencionada por várias lideranças, é ao mesmo tempo uma estratégia de fortalecimento e uma resposta aos limites impostos pela Capital Federal. Quando o governo da cidade começou a restringir o número de catadores que podia financiar, argumentando que muitos vinham de outros municípios e que cada um deveria se responsabilizar por seus próprios trabalhadores, as lideranças do movimento incentivaram a formação de cooperativas locais, lideradas por catadores que moravam nesses municípios. O caso de um catador que vivia em Lanús, mas era originário de um pequeno município rural chamado Bedia, é emblemático: ele procurou a organização pedindo apoio para voltar à sua terra e criar uma cooperativa com a família. Com o incentivo e a orientação necessários, conseguiu estabelecer um grupo de cinquenta pessoas em um povoado minúsculo, obtendo do intendente local um contrato e um espaço para trabalhar. Histórias como essa mostram como a organização atua como uma rede de capilaridade que se estende para além dos grandes centros, adaptando-se a realidades muito distintas.

A diversidade de contextos territoriais é ainda mais evidente quando se consideram outras regiões do país. Uma liderança originária de Catamarca traz uma perspectiva radicalmente diferente: lá, o problema não é a densidade urbana, mas justamente o oposto – uma província com enorme extensão territorial e apenas 400 mil habitantes, marcada por estruturas de poder quase feudais, onde as mesmas famílias governam há gerações. Catamarca é a primeira província argentina a receber grandes projetos de mineração de lítio e ouro, mas a riqueza extrativa não se traduz em melhores condições de vida para a população: ao contrário, a região tem os salários docentes mais baixos do país, a maior taxa de suicídio e altos índices de pobreza. No único aterro sanitário habilitado da província, que recebe resíduos domiciliares e industriais – incluindo da mineração –, há uma planta de tratamento onde trabalham catadores, muitos deles vindos de ocupações de terra. A luta ali é também contra o modelo extrativista que, como um pacote, impõe a degradação ambiental e social. Ao mesmo tempo, a mesma liderança aposta no turismo comunitário como alternativa, organizado pelas comunidades locais para evitar que grandes corporações se apropriem das paisagens únicas da região – uma

região de vulcões e impactos de meteoritos que, pela mesma riqueza geológica, atrai a mineração. Essa realidade impõe desafios completamente distintos dos enfrentados na área metropolitana de Buenos Aires, mas revela um padrão comum: a organização coletiva como resposta à expropriação territorial e à precarização do trabalho.

A dimensão do território de moradia é inseparável do território de trabalho. A maioria dos catadores que atua na Capital Federal reside em municípios da província, como Lanús, Lomas de Zamora, Quilmes ou Florencio Varela, em bairros populares muitas vezes localizados às margens de rios contaminados, como o Riachuelo. Uma liderança que vive em Villa Fiorito, no mesmo bairro onde a cooperativa nasceu, destaca como essa proximidade é uma fonte de legitimidade e conhecimento: ela conhece a saúde pública porque a utiliza, conhece a educação pública porque seus filhos estudam nela, conhece a realidade do bairro porque está em contato diário com os vizinhos. Seus filhos tiveram chumbo no sangue, assim como tantas outras crianças que vivem ao lado do rio poluído. Essa experiência encarnada do território é o que permite às lideranças discutir de igual para igual com qualquer autoridade sobre as reais necessidades da população.

A criação de centros verdes na Capital teve um impacto profundo também nos bairros de moradia. Antes, os catadores independentes acumulavam o material recolhido em suas próprias casas, transformando pátios e até cômodos em depósitos precários. Com a existência de espaços adequados para a triagem e o acúmulo, esse material passou a sair dos bairros, permitindo que as famílias ampliassem e melhorassem suas casas – não mais para trabalhar, mas para morar com dignidade. Uma liderança descreve como viu, ao longo dos anos, as casas crescerem, surgirem novos quartos, banheiros, espaços de convivência. A cooperativa, por sua vez, estendeu sua atuação para além da coleta, criando creches comunitárias, centros de idosos, comedores populares e espaços de apoio escolar nos bairros de origem. Uma das fundadoras, hoje deputada, criou um centro de idosos para atender os recicladores que envelheceram na atividade e não querem deixar de participar. Essas iniciativas mostram como a organização territorial não se limita ao local de trabalho, mas abrange toda a vida comunitária.

As estratégias para garantir e legitimar o espaço de atuação são múltiplas e articulam diferentes níveis. A negociação política com o Estado é uma delas, seja para obter contratos, linhas de financiamento ou o reconhecimento dos centros verdes. A incidência em políticas públicas – como a Lei de Emergência Social, que garantiu o salário complementar – é outra frente fundamental. No cotidiano, as cooperativas desenvolvem estratégias de resistência e proteção: a comunicação ágil entre catadores e delegados para evitar apreensões, a pressão constante sobre funcionários públicos, a coleta de denúncias para embasar ações judiciais. O investimento em infraestrutura própria, como a compra de triciclos especializados para a catação e enfardadeiras, melhora a eficiência e a relação com os vizinhos, mas esbarra na limitação de recursos, especialmente em contextos de Estado hostil. A troca de experiências com organizações de outros países, como Brasil e Uruguai, também é mencionada como forma de fortalecer a luta e difundir o modelo organizativo baseado na união e na recusa à corrupção – valores que uma liderança enfatiza como centrais para manter a coesão e a credibilidade do movimento.

As diferenciações entre as perspectivas das lideranças refletem as distintas escalas e contextos em que atuam. Enquanto algumas focam na escala local – a briga por cada quadra, a relação com os vizinhos, a fiscalização no microcentro –, outras trazem uma visão nacional, como aquelas ligadas ao MTE, que possui unidades produtivas em quase todas as províncias e precisa lidar com os efeitos das políticas macroeconômicas sobre o preço dos materiais recicláveis e a importação de bens que desvalorizam o trabalho local. A abertura das importações de papelão e de alimentos, por exemplo, é apontada como um fator que derrubou o preço do quilo do papelão de 300 para 90 ou 60 pesos (de R$ 1,13 para R$ 0,24 ou R$ 0,23), inviabilizando a negociação coletiva da mão de obra e expulsando trabalhadores da formalidade. Esses impactos são sentidos de maneira diferente em cada território, mas convergem para um mesmo diagnóstico: a desproteção do trabalho argentino e a precarização crescente.

Outra diferenciação relevante diz respeito à relação com os governos municipais. Há municípios que apoiam ativamente as cooperativas, fornecendo infraestrutura e reconhecimento – Escobar e Pilar são citados como exemplos

positivos –, enquanto outros, como Tres de Febrero, perseguem os catadores, apreendem seus carrinhos e os multam, simplesmente ignorando sua existência como trabalhadores. Essa variação municipal obriga as organizações a adaptarem suas estratégias localmente, negociando com cada intendente e articulando alianças onde é possível, enquanto resistem onde o poder público é adversário.

Por fim, a dimensão geracional e a disputa por novos sentidos de pertencimento territorial aparecem em falas que mencionam a presença do narcotráfico nos bairros populares, disputando a mão de obra jovem. As cooperativas atuam como alternativa concreta, oferecendo trabalho digno e um projeto de vida que não é explicitamente teorizado como estratégia de enfrentamento ao crime, mas que na prática cumpre esse papel. A organização no território é, assim, também uma forma de cuidar das futuras gerações, garantindo que os filhos dos catadores tenham acesso à educação, ao esporte e à cultura nos espaços comunitários construídos pela luta coletiva.

Em suma, a atuação territorial das organizações de catadores em Buenos Aires revela uma dinâmica complexa, na qual a luta por espaço físico se entrelaça com a disputa por reconhecimento social e político, a negociação com um Estado contraditório e a construção de redes de solidariedade que extrapolam os limites da cidade. As experiências variam conforme a escala, o contexto regional e a história de cada cooperativa, mas em todas elas o território emerge como categoria central – não apenas como palco, mas como recurso, identidade e horizonte de transformação.

7.2.5.5 Grupo 5: Organização Coletiva e Relações de Poder

Longe de serem iniciativas isoladas, as cooperativas de catadores estão inseridas em um "ecossistema" organizacional desenhado para articular a luta cotidiana pelo trabalho com a reivindicação por direitos em escala nacional. Na base desse sistema encontram-se as cooperativas e os catadores autônomos, que por sua vez compõem a *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores* (FACCyR), entidade que unifica e dá representatividade específica ao setor. A FACCyR, por sua vez, integra a *Unión de Trabajadores*

de la Economía Popular (UTEP), o sindicato que representa o conjunto diverso da economia popular argentina. Transversal a todas essas instâncias, atua o Movimiento de Trabajadores Excluidos (MTE), movimento social que, tendo se originado justamente na luta dos cartoneros, expandiu seu horizonte para abarcar e dar coesão a diferentes categorias de trabalhadores marginalizados – como vendedores ambulantes, costureiras, camponeses e trabalhadores da construção civil – sob uma mesma perspectiva de construção de poder popular. Essa arquitetura não é apenas formal, mas se traduz em uma cultura organizativa que perpassa todos os níveis.

Nos casos analisados das cooperativas grandes e altamente estruturadas, a unidade produtiva é de fato o coração da organização. É no espaço da cooperativa, seja nas plantas de triagem ou na rua, que se dão as relações cotidianas, a partilha das tarefas e a construção dos laços de solidariedade. Dada a escala que essas organizações atingiram – uma delas, por exemplo, conta com cerca de 6 mil associados – a participação direta de todos em cada decisão torna-se materialmente inviável. Para lidar com esse desafio, desenvolveram-se estruturas de representação e delegação sofisticadas, que têm origem na própria dinâmica do trabalho: os delegados, figuras centrais nesse sistema, surgiram historicamente da organização nos trens que transportavam os catadores da periferia para a cidade, com cada vagão elegendo seu representante. Hoje, esses delegados atuam como intermediários fundamentais, canalizando demandas, comunicando decisões e garantindo a capilaridade da organização nos territórios e nas ruas. Esse sistema representativo é periodicamente validado por processos eleitorais formais com eleições para a comissão diretiva, listas de candidatos e voto secreto, conferindo legitimidade institucional à gestão.

Um traço distintivo e particularmente notável do modelo argentino é o que se pode chamar de uma “condução compartilhada". Trata-se da presença, no cotidiano das cooperativas, de servidores públicos que atuam organicamente na gestão, na formulação de projetos e na interlocução com o Estado. Longe de ser percebida como uma fonte de tensão ou de descolamento da base, essa dinâmica é descrita de forma harmoniosa e alinhada politicamente. O que emerge das falas é uma clara divisão de papéis, mas não de hierarquia: os

dirigentes que são ou foram catadores de base detêm o conhecimento profundo do trabalho, da luta e da vida nas vilas, enquanto os militantes e técnicos aportam ferramentas para traduzir esse saber em projetos, petições e linguagem burocrática, assim como atuam e apoiam nas lutas e articulações políticas. A decisão, enfatizam as lideranças, permanece sempre nas mãos dos primeiros. Os segundos estão a serviço do processo, compartilhando os mesmos objetivos e a mesma concepção política, o que dissolve qualquer possibilidade de antagonismo. Um dos entrevistados sintetiza essa relação ao afirmar que "compartilhamos os mesmos objetivos, os mesmos projetos", ainda que seus papéis formais os coloquem em uma posição distinta dentro do organograma.

Essa proximidade entre liderança e base não é um acidente, mas um princípio organizativo deliberadamente cultivado. É unânime entre os entrevistados a ideia de que a legitimidade de um dirigente está indissociavelmente ligada à sua origem de classe e à sua permanência no território. Os principais líderes das cooperativas e da federação são ou foram catadores, e muitos continuam residindo nos mesmos bairros pobres onde se originaram. Uma das lideranças políticas oriundas do movimento expressa isso com clareza ao afirmar que a direção política que pretende resolver a vida das pessoas de um escritório está fadada ao fracasso, e que se afastar do bairro e dos companheiros significaria “se deixar levar" por um ambiente institucional pensado para outras classes sociais. A organização, nesse sentido, cumpre um papel de "âncora", obrigando seus representantes a prestar contas e a manter o mesmo padrão de vida, sob pena de perderem a capacidade de representar. Assembleias, plenários nacionais e reuniões de delegados são os espaços onde essa prestação de contas e a escuta da base se materializam, garantindo que as decisões estratégicas, embora muitas vezes tomadas de forma vertical pela condução para dar agilidade à gestão cotidiana, sejam validadas e orientadas pelos anseios do conjunto dos trabalhadores.

Essa estrutura não apenas organiza o trabalho, mas também administra a inclusão e a rotatividade de seus membros. Diante da escassez de recursos estatais – como o desmantelamento do "salário social" pago pelo governo nacional – e da impossibilidade de incorporar todos os catadores autônomos

que desejam se associar, as cooperativas desenvolveram mecanismos de gestão que equilibram direitos e obrigações. Existe uma diretriz política explícita de incorporar os independentes, priorizando-os para o acesso a programas sociais ou para a venda coletiva de material, que garante melhores preços. Paralelamente, opera-se um sistema de rotatividade: associados que, por razões injustificadas, deixam de cumprir com suas obrigações de trabalho e produção podem ter seu "cupom" de acesso ao salário estatal transferido para um independente que aguarda uma vaga. Esse mecanismo é visto como uma forma de manter a cooperativa dinâmica e justa, premiando o trabalho e fomentando o engajamento contínuo, ao mesmo tempo que renova o quadro de associados com novos trabalhadores. Uma das lideranças quantifica essa rotatividade em cerca de 25% nos últimos três anos, um índice que demonstra a vitalidade e a capacidade de renovação da organização, ainda que em um contexto de forte restrição. Esse processo, no entanto, não é isento de desafios internos. As lideranças mencionam a dificuldade de alguns catadores, especialmente os mais antigos e acostumados ao trabalho individual nas ruas, em se adaptar à lógica coletiva e ao espaço fechado dos galpões e plantas industriais de triagem. Essa resistência é compreendida não como uma falha, mas como um processo pedagógico que a organização precisa realizar, mostrando que o galpão não é um "encerramento", mas um formato diferente e mais avançado de organizar o trabalho para garantir direitos e melhores condições.

A atuação dessas organizações, contudo, transcende em muito a mediação da venda de material reciclável. Elas se constituíram, ao longo dos anos, em verdadeiras redes de proteção social para seus associados e para as comunidades do entorno. Os serviços e benefícios oferecidos são numerosos e diversificados, refletindo uma abordagem integral da vida do trabalhador. Além do salário pago pelo Estado e da renda variável da produção, os catadores conquistaram o direito ao monotributo social, que lhes garante acesso a uma obra social (sistema de saúde) e a aportes para a futura aposentadoria. Nos centros verdes e nas sedes das cooperativas, funcionam comedores comunitários que servem centenas de refeições diárias, não apenas para os trabalhadores, mas também para moradores em situação de rua. Em uma das

cooperativas, criou-se um sistema que permite aos associados comprar alimentos a preços populares e pagar no mês seguinte, descontado da produção, um alívio fundamental para as famílias no fim do mês. Há também o "*ropero solidario*", onde roupas doadas são vendidas a preços simbólicos. Na área da saúde, equipes técnicas de psicólogos e assistentes sociais atuam em duas frentes prioritárias: consumo abusivo de drogas e violência de gênero, esta última com protocolos e capacitações permanentes. A educação também é um pilar, com programas de alfabetização, finalização de estudos primários e secundários, e alfabetização digital, muitas vezes em convênio com universidades. Durante a pandemia, as cooperativas se transformaram em polos de distribuição de comida em seus bairros, e em situações de emergência, como enchentes, mobilizam-se para conseguir e distribuir chapas para a construção de casas, além de colchões e roupas.

A questão de gênero emerge como um tema transversal e estruturante. As lideranças reconhecem que a base do setor é majoritariamente feminina, com estimativas de que as mulheres representem até 80% dos trabalhadores, e que essa realidade se reflete na pobreza, atingindo-as de forma mais intensa. Em resposta, a organização desenvolveu uma política ativa de gênero, que não se limita a discursos, mas se materializa em ações concretas. Há anos são realizadas capacitações específicas sobre violência de gênero, que evoluíram para incluir também a discussão sobre masculinidades, envolvendo gradualmente os homens. Mais do que isso, as mulheres vêm ocupando cada vez mais os espaços de poder e decisão. A presidência de cooperativas importantes, incluindo a própria *Amanecer de los Cartoneros*, é atualmente exercida por mulheres, que também estão à frente de secretarias chave como a de Saúde e Gênero.

No plano das relações externas, a visão política da organização é marcada por uma distinção fundamental entre a luta gremial e a militância partidária. A organização se define como uma ferramenta de construção de poder popular para reivindicar direitos, e não como um braço de um partido político. O Estado, nessa concepção, é o principal interlocutor, pois não há uma patronal privada a quem reivindicar diretamente. A luta é para que o Estado reconheça os catadores como trabalhadores que prestam um serviço ambiental essencial e,

como tal, os remunere e garanta seus direitos. Essa relação, no entanto, é complexa e varia conforme o nível de governo e o momento político. A relação com o governo da Cidade de Buenos Aires, atualmente de direita, é descrita como "tensa", marcada por "perseguição" aos recicladores nas ruas e pelo descumprimento de contratos firmados. Em contraste, governos anteriores na cidade, ainda que do mesmo espectro político, são lembrados como mais abertos ao diálogo. Já com o governo nacional, a mudança é ainda mais dramática: o período anterior ao atual é evocado como uma era de conquistas, com a criação do salário social complementar e o fortalecimento de programas, enquanto o governo atual é visto como uma força de "destruição" de tudo o que foi construído, com "diálogo nulo" e políticas que desestruturam o setor, como a abertura de importações que derrubou os preços dos materiais recicláveis. O lema atual, nesse contexto, é "resistir" para preservar as estruturas e aguardar uma mudança de cenário.

Para manter sua autonomia reivindicativa, a organização desenvolveu um princípio de separação de ferramentas. Quando um militante ou dirigente assume um cargo público ou um mandato eletivo, deve renunciar a suas funções de direção no movimento gremial. Isso garante que a ferramenta gremial – as cooperativas, a federação, o sindicato – possa continuar mobilizando e protestando contra qualquer governo, inclusive aqueles em que companheiros ocupam posições, sem ser acusada de incoerência ou ter sua ação política retraída para proteger aliados. A orientação é clara: "nunca vamos deixar de protestar para proteger alguém que tem um cargo". O movimento entende que essa separação, embora possa gerar tensões na percepção externa ("para quem olha de fora, é tudo a mesma coisa"), é fundamental para a credibilidade e a eficácia da luta.

A relação com o setor privado também é dupla e complexa. Por um lado, as organizações atuam como prestadoras de serviço para "grandes geradores" – empresas, shoppings, órgãos públicos. Para gerir esses contratos e buscar novos, algumas organizações possuem equipes, profissionais ou estratégias próprias dedicadas ao relacionamento com grandes geradores. Por outro lado, as cooperativas são as principais fornecedoras de material reciclável para a indústria (como as papeleiras), e nessa relação comercial, o tamanho e a união

fazem a força. Negociar coletivamente, por meio da federação ou de cooperativas de comercialização permite obter melhores preços e condições, beneficiando cooperativas de todo o país, inclusive as menores e mais distantes dos grandes centros. O conflito mais duro com o setor privado, no entanto, se dá no terreno legislativo, em torno da lei de embalagens (Responsabilidade Estendida do Produtor). As organizações se opõem firmemente aos projetos da indústria, que buscam aprovar leis que não incluam os catadores ou que abram caminho para a incineração. O fato de a Argentina ainda não ter uma lei nesses termos é considerado, pelas lideranças, uma conquista histórica do movimento, que conseguiu se impor diante de um lobby poderoso.

Diante do exposto, as organizações de catadores de Buenos Aires configuram um caso paradigmático de autorganização popular, que soube construir, ao longo de décadas, um arcabouço institucional e político robusto, capaz de garantir direitos, oferecer proteção social e projetar-se como ator político relevante em diferentes níveis. As conquistas históricas são numerosas e celebradas: a criação do sindicato da economia popular (UTEP), a conquista de um salário social complementar pago pelo Estado, o monotributo social, a expansão do modelo para todo o país, a criação de cooperativas de comercialização e, acima de tudo, o reconhecimento social e político do catador como um trabalhador que presta um serviço ambiental fundamental. O desafio do momento presente, porém, é de sobrevivência. A ofensiva do atual governo nacional é percebida como um ataque existencial, que obriga o movimento a se concentrar na resistência, a deslocar sua luta para o nível municipal, onde é preciso lutar por recursos mínimos, e a proteger as estruturas duramente conquistadas na esperança de tempos melhores. Como sintetiza uma liderança, o importante agora é "não deixar os sonhos morrerem" e manter a esperança dos recicladores da Argentina e do mundo, sem se corromper e sem esquecer de onde vieram e para onde vão.

7.2.5.6 Grupo 6: Percepções, Identidade e Reconhecimento

O discurso que emerge é o de um sujeito coletivo em permanente processo de construção e afirmação, cuja trajetória é marcada por uma profunda transformação subjetiva, que parte da vergonha e do estigma para chegar ao orgulho e à reivindicação de um lugar legítimo na sociedade. Esta metamorfose não é um evento isolado, mas um processo contínuo, catalisado pela organização coletiva e ancorado na percepção do valor intrínseco do trabalho que realizam.

O ponto de partida dessa narrativa é quase sempre o mesmo: a vergonha. As lideranças descrevem um passado, não tão distante, em que a atividade de catação estava associada a uma autopercepção negativa, forjada por gerações de exclusão e pelo peso de um olhar depreciativo por parte das outras pessoas. Há relatos de trabalhadores que se escondiam para não serem vistos, que internalizavam os xingamentos de "sujos" ou "analfabetos", e que viam no ato de revolver o lixo uma fonte de humilhação. Um dos entrevistados expressa essa dinâmica de forma contundente ao explicar como a autopercepção se constrói a partir do olhar alheio: "Se eu tenho um olhar, uma autopercepção muito fraca, o teu olhar vai me desestabilizando... são pobres, são negros, são os que se dedicam a catar. [...] E o olhar desdenhoso e desprezível do vizinho vai se enraizando constantemente.". Esta internalização do estigma social é o adversário simbólico primordial que a organização se propõe a combater.

É justamente aí que reside o ponto de inflexão, unânime entre as lideranças: a organização coletiva é o antídoto contra essa vergonha e o principal vetor de transformação identitária. É no seio da cooperativa, do movimento, que o catador encontra uma nova narrativa sobre si mesmo e sobre o seu trabalho. A organização oferece as ferramentas para "quebrar essa autopercepção, essa estrutura", como aponta uma das lideranças. O simples ato de receber um uniforme, por exemplo, é descrito como um marco, um momento em que o trabalhador ganha uma "identidade", uma roupa que o representa não mais como um marginal, mas como parte de um coletivo com uma função específica. A organização é o espaço onde a vergonha individual se transforma em luta coletiva e, posteriormente, em orgulho de classe.

Um dos pilares dessa nova identidade, e sobre o qual há ampla convergência, é a compreensão e a apropriação da relevância ambiental do trabalho. As lideranças são enfáticas ao afirmar que a ressignificação da atividade passa, necessariamente, por mostrar à sociedade e ao próprio trabalhador o serviço ecológico fundamental que prestam. Não se trata apenas de "juntar lixo", mas de evitar que toneladas de materiais recicláveis sejam enterradas ou queimadas, reduzindo o consumo de energia e preservando recursos naturais.

Essa luta por reconhecimento se desdobra em múltiplas frentes, mas todas convergem para a demanda central de serem vistos como trabalhadores. As lideranças deixam claro que o reconhecimento estatal, embora importante em seu aspecto normativo, é insuficiente. A verdadeira conquista reside na garantia de direitos trabalhistas formais: um salário digno que substitua o incentivo precário, o décimo-terceiro salário, as férias, o acesso à obra social e a perspectiva de aposentadoria. A luta é, essencialmente, pela equiparação a qualquer outro trabalhador formal, com todos os direitos e a dignidade que isso confere.

Paralelamente à luta por direitos, há um esforço consciente e estratégico para modificar a percepção da sociedade, o "o olhar do vizinho". As lideranças sabem que o reconhecimento social pleno só virá quando a população compreender a importância da catação e, mais do que isso, colaborar com ela, separando corretamente os resíduos. O sonho, expresso por uma das entrevistadas, é que o reciclador se torne uma figura tão reconhecida e respeitada quanto um bombeiro ou um policial, um trabalhador essencial para a vida na cidade. Essa visão de futuro inclui a superação da condição atual, em que o catador precisa " Meter a mão no lixo com merda", para um cenário onde o material lhe é entregue de forma limpa e separada, como um reconhecimento prático do seu ofício.

Se a luta por reconhecimento externo é uma batalha constante, a construção da identidade coletiva internamente se revela igualmente complexa e vital. Emerge aqui uma reflexão interessante sobre o papel dos diferentes atores dentro do movimento, particularmente a relação entre os líderes orgânicos, vindos da base de catadores, e os militantes de apoio, muitas vezes de classe

média e com formação acadêmica. Há uma clara consciência sobre essa dinâmica, que é vista como uma particularidade do ativismo argentino. Uma das vozes explica que seu papel não é o de líder, mas o de militante que "acompanha" e "fortalece" as lideranças catadoras, colocando suas ferramentas a serviço delas. A liderança, nessa perspectiva, deve estar centrada na base, e a potência do movimento reside justamente nesse encontro entre diferentes classes sociais, unidas pelo compromisso com a transformação. A legitimidade do líder é forte justamente por sua trajetória e sua permanência na luta cotidiana

A organização, assim, transcende a função de mera prestadora de serviços. Ela se configura como um espaço de pertencimento e de construção de "poder popular". É o lugar que "salva vidas", como afirma uma das lideranças, ao oferecer não apenas um meio de subsistência, mas uma identidade e um amparo em situações de extrema vulnerabilidade. O lema de "uma sociedade sem escravos nem excluídos" reflete essa ambição totalizante: ao pertencer ao movimento, o trabalhador deixa de se sentir completamente excluído, encontrando um lugar no mundo e um coletivo que o representa. Essa capacidade de aglutinar diversas expressões da exclusão — como o ramo que organiza egressos do sistema carcerário — demonstra a potência da organização como um polo aglutinador dos setores populares.

No entanto, este projeto de afirmação identitária e luta por reconhecimento não se desenvolve em um vácuo, mas em um cenário repleto de desafios e ameaças, sobre os quais as lideranças demonstram grande lucidez. A automação e a introdução de tecnologias poupadoras de mão de obra são vistas com clara apreensão. A defesa do trabalho humano é intransigente, como expressa a fala de um líder ao se referir a uma máquina que substituiria dezenas de companheiros: "Eu não quero essa máquina... Eu quero 100 pessoas trabalhando". Há a percepção de que o desenvolvimento tecnológico, se não for acompanhado de um olhar social, pode servir para aprofundar a exclusão. Da mesma forma, o modelo de negócio das grandes empresas na gestão de resíduos é visto como uma ameaça extrativista que busca capturar o valor gerado pelos territórios e comunidades, excluindo os trabalhadores locais.

Diante dessas ameaças, as respostas estratégicas, embora convergentes no objetivo de defender a categoria, apresentam nuances. Em contextos de crise aguda e de governos considerados adversários, a prioridade máxima se resume à sobrevivência, a garantir " que os companheiros tenham o seu sustento todo dia ". É uma postura de resistência em um cenário de ataque. Paralelamente, há um discurso que, mesmo reconhecendo as dificuldades, aposta na capacidade de crescimento e amadurecimento da organização. Fala-se em maturidade para enfrentar as mudanças, em " poder dar mais ", em agregar valor à atividade para “fechar o ciclo" da economia circular, transformando o material reciclado em um produto final. Essa visão propositiva de longo prazo convive com a luta diária pela sobrevivência, mostrando a complexidade do momento atual.

Para enfrentar esses desafios e construir o futuro, as alianças são vistas como fundamentais. A parceria com universidades para formação e capacitação é mencionada como um caminho para adquirir ferramentas e “afastar-se desse olhar” marginal. Há também a percepção da necessidade de modernizar as próprias definições e estratégias para dialogar com novas realidades do mundo do trabalho, como a economia de plataforma. Uma liderança observa que os trabalhadores de aplicativos, muitos deles imigrantes, ocupam hoje um lugar de exclusão semelhante ao que os catadores ocupavam, e que o movimento precisa encontrar formas de se inserir nessa nova discussão, oferecendo representação a esses setores que também carecem de direitos e organização. O futuro, nessa perspectiva, não é apenas a defesa de um território conquistado, mas a expansão da capacidade de organizar e dar voz a todos os que o sistema insiste em excluir.

7.2.5.6 Grupo 7: Desafios, Conquistas e Futuro

O panorama contemporâneo é marcado por profundos desafios impostos pelo atual contexto político e econômico argentino, mas também por uma memória vívida de conquistas históricas e por visões de futuro que oscilam entre a defensiva resistência e a projeção de alternativas inovadoras. Em meio à crise, emerge um discurso coletivo que evidencia tanto convergências significativas

quanto diferenciações importantes, refletindo a diversidade de realidades locais, de trajetórias organizativas e de estratégias de sobrevivência e luta.

No que tange aos desafios atuais, há um consenso quase unânime de que o governo de Javier Milei representa um ponto de inflexão negativo, agravando drasticamente as condições de vida e trabalho dos catadores. As lideranças apontam que as políticas de ajuste, a abertura desregulada das importações e o desmonte de programas sociais resultaram em uma queda vertiginosa dos preços dos materiais recicláveis — como ilustra a trajetória do quilo do papelão, que chegou a valer trezentos pesos (em torno de R$ 1,13) e hoje oscila entre sessenta e cem (entre R$ 0,23 e R$ 0,38) —, na perda do poder aquisitivo e no aumento da informalidade. O salário social complementário, conquista emblemática do movimento, foi eliminado ou sofre atrasos sistemáticos, e os incentivos municipais, como os do Governo da Cidade de Buenos Aires, não são reajustados na mesma proporção da inflação, configurando uma estratégia deliberada de erosão dos aumentos. Uma liderança descreve com precisão esse mecanismo: os reajustes são concedidos em parcelas ao longo de meses, mas chegam às cooperativas com defasagem, perdendo totalmente o poder de compra. O descumprimento de contratos firmados com o Estado é outra queixa recorrente: uniformes e equipamentos de segurança não são entregues, máquinas essenciais param por falta de manutenção, e uma das principais plantas de reciclagem, localizada em Barracas e equipada com tecnologia importada, foi incendiada há dois anos sem que a reconstrução sequer tenha sido iniciada.

Além da dimensão econômica, a repressão política e a criminalização do trabalho de rua são apontadas como obstáculos cotidianos. Em diversos municípios, os catadores são multados, têm suas carroças apreendidas ou sofrem violência policial quando tentam catar os resíduos nos contêineres. Uma liderança expressa a situação com termos fortes: "há governos municipais que nos deixam trabalhar e há governos municipais que são bastante filhos da p*ta, nos tiram as carroças, prendem os companheiros, lhes batem". Essa perseguição é interpretada como parte de uma tentativa de "ordenamento estético" da cidade, que prioriza a aparência urbana em detrimento da atividade dos recicladores, vistos como um incômodo visual. A falta de diálogo com o

setor privado também emerge como fragilidade estrutural: embora existam relações comerciais pontuais com empresas como Coca-Cola, Danone ou PepsiCo, a ausência de uma lei de responsabilidade estendida do produtor impede que essas corporações arquem com os custos ambientais e sociais dos resíduos que geram. Como resume uma das entrevistadas, a relação é "tensa, basicamente comercial", e as tentativas de aprovar leis que beneficiem o setor empresarial — como a permissão para incineradores — são constantemente barradas pela mobilização dos catadores, que veem nessa resistência uma vitória defensiva.

No plano interno, as cooperativas enfrentam uma crise humana profunda. A angústia, os problemas de saúde física e mental, o consumo abusivo de substâncias e a desesperança generalizada entre os trabalhadores são mencionados como desafios tão urgentes quanto a falta de recursos. Uma liderança observa que "discutíamos a produtividade dos companheiros nas cooperativas; hoje discutimos se os companheiros podem comer". Nesse contexto, a sobrevivência imediata suplanta qualquer possibilidade de planejamento de longo prazo, e a energia do movimento concentra-se em manter as estruturas existentes funcionando, mesmo que precariamente.

Apesar desse quadro adverso, as conquistas passadas são lembradas com orgulho e funcionam como alicerce da resistência atual. A principal delas, reiterada em várias entrevistas, é a instituição do salário social complementário em âmbito nacional, que garantiu uma renda indireta aos catadores, complementando o que obtinham com a venda dos materiais. Esse modelo — salário direto da comercialização somado a um subsídio estatal — permitiu certa estabilidade e foi fruto de intensa mobilização, incluindo acampamentos e greves de fome. Outra vitória significativa foi a implantação de centros verdes e plantas de reciclagem com maquinário de ponta, como as MRFs (Mechanical Recycling Facilities), que possibilitaram a industrialização do processo e aumentaram a eficiência da triagem. Uma liderança recorda com emoção o período em que era possível "sonhar grande", quando a cooperativa recebeu tecnologia estrangeira e pôde formar trabalhadores especializados, inclusive com o apoio de técnicos do exterior. A luta contra a instalação de incineradores na cidade de Buenos Aires e a resistência às tentativas de privatização das

cooperativas durante o governo Macri (2007-2015) também são mencionadas como marcos de uma trajetória de enfrentamento vitorioso.

No campo da formação e da valorização identitária, as parcerias com instituições acadêmicas— como a UBA e o CONICET — representam uma conquista de outra ordem. Cursos de capacitação, protocolos para recuperação de materiais complexos (pilhas de lítio, resíduos eletrônicos) e o desenvolvimento de novos produtos agregam valor ao trabalho e elevam a autoestima dos catadores, que passam a se enxergar como "recicladores ambientais" e não mais como marginais. Uma liderança enfatiza que "sair da carroça para as aulas" sintetiza essa transformação: o conhecimento acadêmico, antes inacessível, agora é parte do cotidiano da luta. A diversificação produtiva — com a criação de oficinas têxteis, fábricas de blocos de concreto, projetos de compostagem, serigrafia e até turismo comunitário — ampliou as fontes de renda e fortaleceu os vínculos comunitários. A chegada de uma catadora ao Congresso Nacional, Natalia Zaracho, é celebrada como símbolo máximo desse reconhecimento. Um trecho de uma das entrevistas explicita o reconhecimento “Nós a admiramos muito, sim, temos um mural gigante dela que diz 'do bairro ao congresso'. Também, para que vejam, não é? E o bonito ali da nossa organização foi que eles, de se sentirem menos, de que não podiam, hoje dirigem tudo", materializando a possibilidade de os excluídos ocuparem espaços de poder.

Contudo, as diferenciações internas revelam que essas conquistas não foram homogêneas. Enquanto algumas cooperativas tiveram acesso a plantas de grande porte e tecnologia avançada, outras ainda operam em condições extremamente precárias, com foco na coleta manual e na luta por reconhecimento básico. A relação com o setor privado também varia: algumas organizações mantêm diálogos pontuais com empresas multinacionais, mas sem um marco regulatório que obrigue a contrapartida; outras limitam-se a uma relação estritamente comercial, mediada pela venda de materiais reciclados. A experiência de gestão pública é outro ponto de distinção: algumas lideranças ocuparam cargos em governos anteriores, como na direção de ambiente a nível nacional, e puderam implementar políticas de inclusão social em escala

mais ampla, enquanto a maioria nunca teve essa oportunidade e depende exclusivamente da pressão de base.

Quando o olhar se volta para o futuro, a tônica predominante é defensiva. Em um cenário de desmonte acelerado, o principal objetivo é "sustentar o que foi construído" — manter as cooperativas funcionando, preservar os postos de trabalho e evitar que os avanços conquistados ao longo de décadas sejam completamente aniquilados. Uma liderança admite que "hoje discutimos para que os companheiros possam comer", e que nesse contexto "é muito difícil que isso mude, ainda que tenhamos infraestrutura". O crescimento é visto como algo distante e a energia concentra-se em resistir ao avanço das políticas neoliberais. No entanto, mesmo nesse quadro adverso, emergem projetos e metas que apontam para além da mera sobrevivência. A consolidação territorial e legal é uma prioridade para muitas cooperativas, que ocupam terrenos públicos de forma precária e necessitam de reconhecimento formal para garantir sua permanência. A regularização fundiária, a obtenção de licenças ambientais e o reconhecimento como "centros verdes" são passos considerados fundamentais para qualquer planejamento futuro.

A agregação de valor aparece como horizonte estratégico para aquelas organizações que conseguem pensar em médio prazo. Parcerias com universidades e centros de pesquisa visam desenvolver novos processos, como a recuperação de plásticos de eletrônicos e a extração de lítio, cobalto e cobre de pilhas descartadas — materiais que hoje não têm mercado e vão para aterros. Uma liderança explica que, ao transformar resíduos em insumos para a indústria, a cooperativa não apenas aumenta sua rentabilidade, mas também se reposiciona como ator essencial na cadeia produtiva, deixando de ser mera prestadora de serviços para tornar-se produtora de commodities recicladas. A criação de um produto final, em vez da simples venda de matéria-prima, é o sonho de muitos, pois permitiria maior autonomia econômica e visibilidade social.

A formação e a transmissão da memória organizativa são apontadas como pilares para a continuidade do movimento. Com a entrada de jovens que não viveram os anos de luta mais intensa, torna-se crucial que os fundadores

transmitam a história, a identidade e os valores da cooperativa. Uma liderança enfatiza a necessidade de "aproveitar que ainda temos fundadores trabalhando para fazer essa transmissão identitária". A capacitação técnica, mas também política, é vista como ferramenta para empoderar os trabalhadores e prepará-los para ocupar espaços de decisão, sejam eles nas cooperativas, nos municípios ou no Congresso.

A luta por uma lei de embalagens justa — que estabeleça a responsabilidade estendida do produtor e garanta que as empresas arquem com os custos da reciclagem — permanece na agenda, embora com diferentes graus de prioridade. Enquanto algumas organizações veem nessa lei uma saída para financiar o sistema de reciclagem em larga escala, outras desconfiam das versões que têm sido propostas, temendo que beneficiem as corporações em detrimento dos trabalhadores. A experiência de décadas de negociação ensinou que é preciso estar atento.

No plano tático, observa-se uma diversificação das estratégias de luta. Diante da ofensiva neoliberal e da repressão, as organizações têm buscado novas formas de diálogo com a sociedade, como campanhas de sensibilização nas ruas, uso de redes sociais e até greves de fome pacíficas — como a realizada por cinco dias por uma liderança, que obteve resultados positivos. A ideia é gerar empatia e construir alianças com outros setores, evitando o isolamento. Há um reconhecimento crescente de que a luta dos catadores não pode ser travada de forma isolada: é preciso unir forças com trabalhadores formais, docentes, movimentos sociais, com a comunidade científica e outros setores da sociedade. Uma liderança sugere a criação de um "sindicato latino-americano dos trabalhadores do ambiente", articulando experiências de diversos países para enfrentar problemas comuns, como a concentração de riqueza e a degradação ambiental.

Os sonhos para o futuro, embora tingidos pela dureza do presente, revelam uma dimensão utópica que alimenta a resistência. Em sua maioria, convergem para a busca de dignidade e direitos básicos: terra, teto e trabalho — os "três T" que sintetizam as demandas do movimento. Uma liderança expressa esse desejo de forma simples e contundente: "que todos tenham as mesmas

possibilidades, que você não esteja condicionada pelo lugar onde nasceu". O reconhecimento pleno como trabalhadores essenciais, agentes ambientais e não mais como marginais, é um anseio compartilhado. Há também sonhos mais concretos, como a construção de uma nova planta de reciclagem, a obtenção de um produto final que garanta autonomia, ou até um sonho de aposentadoria dedicada à jardinagem do espaço comunitário. Em contraste, algumas lideranças expressam desorientação e dificuldade em projetar o futuro, admitindo que "a realidade vai pautando a agenda" e que é preciso ter capacidade de adaptação constante.

Uma voz destaca a conexão entre o futuro dos catadores e o resgate dos modos de vida dos povos originários, que viveram em harmonia com a natureza por milênios. Para ela, "os povos originários são o futuro", pois oferecem um modelo alternativo de relação com o ambiente, baseado na sustentabilidade e no respeito aos ciclos naturais. Essa perspectiva insere a luta dos recicladores em um horizonte mais amplo, que questiona o próprio modelo de desenvolvimento e consumo da sociedade contemporânea.

Em síntese, as lideranças das organizações de catadores de Buenos Aires descrevem um momento histórico de profundas dificuldades, mas também de resiliência e criatividade. Seus discursos revelam uma categoria que aprendeu a lutar nas brechas do sistema, que conquistou direitos importantes e que, mesmo sob ataque, mantém viva a chama da organização coletiva. As diferenciações internas — de acesso a recursos, de capacidade de planejamento, de estratégias de luta — não obscurecem as convergências fundamentais: a defesa intransigente da dignidade do trabalho, a crença no poder popular como instrumento de transformação e a esperança, ainda que cautelosa, de que é possível construir um futuro mais justo para todos. Como resume uma liderança, "só organizados podemos ser felizes" — uma frase que, em sua simplicidade, condensa décadas de luta e a certeza de que, apesar de tudo, o caminho é coletivo.

CAPÍTULO 8. DISCUSSÃO

8.1 Análise das visitas realizadas

A partir das visitas técnicas realizadas em São Paulo e Buenos Aires, foi possível identificar contrastes marcantes entre as organizações de catadores presentes nos dois contextos. No que se refere ao porte das organizações, as experiências visitadas em São Paulo caracterizam-se por estruturas de pequeno a médio porte, com número de associados que varia majoritariamente entre oito e vinte e seis. Em Buenos Aires, ao contrário, as organizações alcançam escalas muito mais amplas, com centenas ou até milhares de associados, ainda que também existam núcleos menores.

Em termos infraestruturais, São Paulo apresenta um espectro que vai desde espaços improvisados, como garagens residenciais onde a triagem é montada e desmontada diariamente, até galpões equipados com esteira, prensa e empilhadeira. Em Buenos Aires, predominam estruturas de maior porte entre as experiências visitadas, incluindo plantas industriais semi-mecanizadas, múltiplas oficinas de transformação e espaços dedicados à educação ambiental e ao cuidado.

A relação com o poder público constitui um dos pontos de maior distanciamento entre os dois contextos. Em São Paulo, as organizações visitadas operam de forma autônoma, sem repasses regulares do governo municipal; a relação com o Estado é pontual ou conflituosa, marcada por tentativas de remoção ou por políticas específicas, mas não por um vínculo contratual estável. Em Buenos Aires, as grandes cooperativas mantêm uma relação institucionalizada, baseada em contratos com o governo da cidade, que incluem o financiamento de profissionais para atuar na gestão cotidiana das organizações.

As dinâmicas territoriais também se diferenciam. Em São Paulo, os trabalhadores residem majoritariamente nas proximidades das organizações, o que permite uma rotina sem grandes deslocamentos. Em Buenos Aires, observou-se um fluxo diário expressivo de catadores que residem na província e se deslocam até a capital para trabalhar, o que torna ainda mais importante a

manutenção de estruturas de apoio, como comedores comunitários e centros infantis, oferecidas pelas cooperativas.

Além das organizações de catadores propriamente ditas, as visitas permitiram identificar atores que integram o ecossistema da reciclagem sem serem compostos por catadores, mas que atuam no sentido de especializar e fortalecer a cadeia produtiva. Em Buenos Aires, a TecnoRAEE dedica-se à refuncionalização de resíduos eletroeletrônicos, ocupando uma posição posterior na cadeia ao receber materiais das cooperativas e agregar valor por meio de desmontagem criteriosa, reparo e comercialização de componentes. A empresa Torky, por sua vez, atua na base da cadeia produtiva, desenvolvendo veículos especializados para coleta — como triciclos projetados em parceria com catadores — que melhoram as condições ergonômicas e a eficiência do trabalho. Ambos os casos ilustram como a diversificação de atores e a especialização produtiva podem enriquecer o ecossistema, seja qualificando os meios de trabalho, seja ampliando as possibilidades de agregação de valor aos materiais recicláveis. Em São Paulo, iniciativas semelhantes aparecem de forma mais pontual, como a utilização de aplicativos de gestão e a incorporação da coleta de resíduos orgânicos por algumas organizações, mas não se observou a mesma densidade de atores especializados atuando em articulação com as cooperativas.

No caso de São Paulo, a participação na 11ª ExpoCatadores evidenciou a força e a capacidade de articulação do movimento em âmbito nacional, reunindo cerca de três mil catadores de todo o país. O evento contou com ampla presença de grandes empresas do setor de embalagens e reciclagem, que ocuparam espaços de destaque para divulgar suas iniciativas voltadas à coleta de materiais recicláveis. Esse cenário contrasta com a realidade observada nas organizações de catadores visitadas, que operam com infraestruturas limitadas, escassez de recursos públicos e, em muitos casos, informalidade, evidenciando um descompasso entre o discurso empresarial de favorecimento à reciclagem e as condições concretas de trabalho da categoria. Já a participação dos catadores na Marcha pelo Clima, realizada em São Paulo em novembro de 2025, demonstrou a conexão orgânica da categoria com a luta pela sustentabilidade e pelo enfrentamento das mudanças climáticas.

Presentes de forma coesa, com símbolos e cores do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), os catadores compuseram o grupo que encerrou a marcha, reafirmando seu protagonismo político na defesa do meio ambiente e na construção de uma economia sustentável.

Em síntese, a comparação entre as experiências visitadas em São Paulo e Buenos Aires revela dois modelos contrastantes. De um lado, São Paulo apresenta organizações de menor escala, com uma relação distante do Estado e infraestruturas que variam entre a precariedade e a consolidação. De outro, Buenos Aires exibe cooperativas de grande porte, fortemente institucionalizadas por meio de contratos públicos, que contam com estruturas industriais e uma rede diversificada de atores que complementam e especializam a cadeia produtiva. Esses contrastes apontam para trajetórias distintas de organização e inserção institucional, que serão aprofundadas por meio da discussão sobre os resultados obtidos com as entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos atores desses contextos.

8.2 Análise dos resultados obtidos com as entrevistas semiestruturadas Convergências e Diferenciações entre as entrevistas de São Paulo e Buenos Aires

Esta seção tem como objetivo analisar os resultados obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com catadores de base e referências de organizações de catadores em São Paulo e Buenos Aires, estruturando a discussão em torno das convergências e diferenciações identificadas nos dois contextos metropolitanos. A análise está organizada em cinco partes: inicialmente, aborda-se a caracterização geral dos entrevistados, comparando os perfis dos catadores de base e das referências organizacionais dentro de cada cidade e entre as duas; em seguida, aprofundam-se as sínteses, convergências e diferenciações específicas de São Paulo e de Buenos Aires; por fim, procede-se a uma comparação direta entre os catadores de base das duas cidades e entre as referências das organizações, buscando evidenciar

tanto as experiências estruturais compartilhadas quanto as especificidades moldadas pelos diferentes contextos políticos, institucionais e organizacionais.

8.2.1 Análise sobre a caracterização das pessoas entrevistadas

A análise aqui apresentada busca compreender a caracterização sobre os perfis dos entrevistados a partir das relações estabelecidas entre os distintos grupos que compõem a pesquisa. Para tanto, examinam-se inicialmente as convergências e diferenciações entre catadores de base e referências de organizações em cada contexto local, para depois avançar em comparações entre as duas cidades, primeiro entre os catadores de base, depois entre as referências, culminando em uma perspectiva geral que contrapõe os universos de São Paulo e Buenos Aires.

No que se refere às convergências e diferenciações entre catadores de base e referências de organizações em Buenos Aires, observa-se que ambos os grupos compartilham trajetórias de longa duração — seja no tempo de catação ou de vinculação institucional — e atuam majoritariamente em territórios periféricos da região metropolitana. Em ambos, a longa experiência não se traduz automaticamente em renda estável ou elevada, evidenciando que o acúmulo de tempo na atividade ou na militância não é, por si só, garantia de melhores condições econômicas. Além disso, há presença de mulheres em posições de base e de referência, ainda que com desigualdades de gênero na distribuição de renda e nas responsabilidades familiares. Parte significativa dos integrantes de ambos os grupos possui renda variável ou não declarada, indicando um quadro de precariedade econômica que atravessa os diferentes estratos de organização. Quanto às diferenciações, as referências apresentam níveis de escolaridade mais elevados e maior pluralidade de vínculos institucionais, frequentemente combinando movimento social, cargo público e cooperativa, ao passo que os catadores estão majoritariamente inseridos em cooperativas ou atuam como autônomos. A renda também se distingue: entre as referências que declararam seus rendimentos, todos se situaram na faixa de um a três salários mínimos, enquanto entre os catadores a maioria possui renda variável, com apenas um caso nessa mesma faixa. Ademais, as

referências concentram-se na faixa etária adulta central (31 a 45 anos), enquanto os catadores apresentam maior dispersão etária, incluindo jovens e idosos, o que sugere perfis geracionais distintos entre os dois segmentos.

Em São Paulo, as convergências e diferenciações entre catadores de base e referências de organizações revelam outras configurações. Entre as convergências, destaca-se a presença significativa de pessoas negras em ambos os grupos, com evidências de desigualdades raciais no acesso a melhores rendas. As mulheres, em ambos os segmentos, enfrentam maior instabilidade de renda e maior carga de dependentes em comparação aos homens, revelando a persistência de assimetrias de gênero mesmo em espaços organizativos do campo da reciclagem. A escolaridade mais elevada tende a estar associada a rendas mais altas, embora haja casos de alta escolaridade combinada com ausência de remuneração, indicando limites dessa associação. Por fim, a forma de vinculação institucional mostra-se determinante: vínculos mais formalizados — como cooperativas, empresas e movimentos estruturados — associam-se a melhores condições financeiras, enquanto grupos informais e associações com pouca estrutura estão ligados à ausência de remuneração ou à renda variável. As diferenciações entre os dois grupos entrevistados são igualmente expressivas. A composição de gênero é oposta: os catadores de base são majoritariamente mulheres, enquanto as referências são majoritariamente homens. Entre os catadores, a renda é mais frequentemente variável ou de até um salário mínimo; entre as referências, há maior dispersão, com rendas que vão desde a ausência de remuneração até patamares acima de três salários mínimos. As referências também apresentam maior diversidade de vínculos institucionais e maior tempo de vinculação organizacional consolidado, enquanto os catadores estão mais vinculados a grupos informais. Além disso, entre os catadores, o tempo de experiência na catação não garante renda melhor; entre as referências, o tempo de vinculação tampouco se mostra linear com a renda, mas a combinação de múltiplos vínculos (movimento social, cooperativa, cargo público) parece favorecer melhores rendimentos.

Ao comparar os catadores de base das duas cidades, identificam-se convergências importantes. Em São Paulo e em Buenos Aires, a renda é

majoritariamente marcada por instabilidade, predominando as categorias de renda variável, até um salário mínimo ou não remunerada. O tempo de experiência na catação não se traduz necessariamente em melhores rendimentos: catadores com mais de vinte anos de atividade encontram-se tanto em situações de precariedade quanto em faixas mais elevadas, a depender fundamentalmente da forma de inserção no trabalho. A escolaridade reduzida é um traço comum, e os níveis mais altos de instrução, quando presentes, aparecem associados a rendas melhores. As localidades de residência situam-se majoritariamente em periferias ou assentamentos informais, indicando padrões de segregação territorial que atravessam os dois contextos metropolitanos. As diferenciações, por sua vez, revelam especificidades importantes. A organização do trabalho também difere: no grupo de entrevistados de São Paulo predomina o grupo informal como forma de vinculação, ao passo que em Buenos Aires a cooperativa e o trabalho autônomo são mais frequentes. A presença feminina é muito mais expressiva entre os catadores paulistanos, enquanto em Buenos Aires há maior paridade de gênero. Em São Paulo, registra-se um caso de renda acima de três salários mínimos (autônomo), inexistente entre os catadores de Buenos Aires, onde o teto declarado situa-se entre um e três salários mínimos. Ademais, a faixa etária mais idosa em São Paulo — com concentração nas faixas de 46 a 60 anos e acima de 60 anos — pode indicar um processo de envelhecimento mais acentuado da base de catadores naquele contexto.

No que tange às referências das organizações, as comparações entre São Paulo e Buenos Aires revelam tanto similitudes estruturais quanto contrastes marcantes. Entre as convergências, destaca-se que, em ambas as cidades, o longo tempo de vinculação não se traduz necessariamente em renda mais elevada: alguns dos mais antigos não são remunerados ou não declararam rendimentos, indicando que o acúmulo de trajetória organizacional, embora relevante, não garante automaticamente melhores condições econômicas. A combinação de múltiplos vínculos — como movimento social com cooperativa, ou movimento social com cargo público — configura uma estratégia comum para garantir alguma estabilidade ou complementação de renda. Há, em ambos os contextos, presença de pessoas com alta escolaridade (incluindo

pós-graduação) que não necessariamente auferem rendas compatíveis com sua qualificação, sugerindo que a militância e o trabalho em organizações sociais podem não ser recompensados financeiramente à altura da formação. Desigualdades de gênero aparecem nos dois cenários: as mulheres tendem a acumular maior carga de dependentes e, em alguns casos, a estar em vínculos menos formalizados ou com menor remuneração. As diferenciações, por sua vez, evidenciam contrastes importantes. A composição de gênero é oposta: em São Paulo, há predominância masculina entre as referências; em Buenos Aires, há ligeira maioria feminina. A renda máxima declarada em São Paulo — acima de três salários mínimos — não tem correspondente em Buenos Aires, onde o patamar mais alto informado é a faixa de um a três salários mínimos. Além disso, em São Paulo há casos de não remuneração entre as referências; em Buenos Aires, embora quatro entrevistados não tenham mencionado sua renda, os que a declararam situam-se todos na faixa de um a três salários mínimos. Por fim, a idade média das referências paulistanas é superior à das referências portenhas, concentrando-se em São Paulo na faixa de 46 a 60 anos e em Buenos Aires na faixa de 31 a 45 anos, o que pode refletir diferenças geracionais na ocupação desses papéis de liderança e articulação.

Em uma perspectiva geral, a comparação entre os dois contextos evidencia um quadro analítico rico e complexo, estruturado por diferenças contextuais profundas, mas também por similitudes estruturais. O estudo contemplou 28 entrevistados, com 14 em cada cidade, igualmente divididos entre catadores de base e referências de organizações. No que se refere ao perfil racial, observa-se uma diferença marcante: em São Paulo, a autodeclaração de raça é organizada a partir das categorias brasileiras (negro, branco, indígena), e os cruzamentos evidenciam desigualdades raciais na renda e na formalização; em Buenos Aires, a esmagadora maioria dos entrevistados deu uma resposta que foi categorizada como “identidade não padronizada”, o que aponta para um contexto de classificação racial distinto, onde as categorias utilizadas no Brasil não são diretamente aplicáveis ou não são reconhecidas pelos sujeitos. Em relação ao gênero, as configurações também divergem: em São Paulo, os catadores são majoritariamente mulheres e as referências, majoritariamente homens; em Buenos Aires, há equilíbrio entre os gêneros nos catadores e

ligeira maioria feminina entre as referências. Em ambos os casos, contudo, as mulheres enfrentam maior instabilidade de renda e maior carga de dependentes, evidenciando a transversalidade das desigualdades de gênero. No que tange à renda e à formalização, o grupo de São Paulo apresenta uma maior amplitude de rendimentos — desde não remunerado até acima de três salários mínimos — e uma presença mais expressiva de grupos informais entre os catadores. Buenos Aires, por sua vez, concentra a renda nas faixas de variável a um a três salários mínimos, com menos extremos, e exibe maior incidência de cooperativas e movimentos sociais estruturados. Em ambas as cidades, tanto catadores quanto referências acumulam longas trajetórias — muitos com mais de vinte anos de atividade ou vinculação — mas a longevidade, isoladamente, não garante melhores rendimentos; o tipo de vinculação, o grau de formalização e a combinação de papéis (como a articulação entre movimento social e cargo público) mostram-se mais determinantes para a segurança econômica. Quanto à escolaridade, os catadores de base apresentam baixa formação em ambos os contextos, enquanto as referências possuem níveis mais altos, inclusive pós-graduação. Contudo, há exemplos em ambas as cidades de alta escolaridade combinada com baixa ou nenhuma remuneração, sugerindo que a trajetória militante e o trabalho em organizações sociais nem sempre são recompensados financeiramente à altura da qualificação. Territorialmente, os entrevistados de São Paulo e Buenos Aires residem majoritariamente em periferias ou regiões metropolitanas distantes, revelando padrões de segregação socioespacial que atravessam os dois países. Por fim, as desigualdades estruturais de gênero e raça — quando passível de identificação — configuram-se como eixos centrais de hierarquização em ambos os contextos, concentrando os piores indicadores de renda e formalização entre mulheres e, em São Paulo, entre pessoas negras. As formas de organização coletiva — cooperativas, movimentos sociais, cargos públicos — emergem como estratégias fundamentais para mitigar essas desigualdades, ainda que não as eliminem por completo, evidenciando a centralidade da ação coletiva e da institucionalidade na construção de condições de vida e trabalho mais dignas no campo da reciclagem.

8.2.2 Sínteses, convergências e diferenciações - entrevistas com os catadores de base e referências de organizações de São Paulo

A discussão a seguir sintetiza os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas em São Paulo com catadores de base e lideranças de organizações, propondo uma análise integrada que perpassa um desenho geral do cenário e, em seguida, aprofunda os pontos de convergência e diferenciação entre os dois grupos. Aqui se revela um universo marcado por contradições estruturais, mas também por uma rica diversidade de experiências, estratégias e visões de mundo. A análise integrada dessas duas perspectivas permite traçar um panorama complexo do trabalho com materiais recicláveis na cidade, evidenciando tanto os desafios comuns que unem a categoria quanto as diferenças de trajetória, acesso a recursos e formas de organização que a fragmentam.

Ambos os grupos estão inseridos em um contexto de precariedade estrutural e invisibilidade social. O trabalho é fisicamente desgastante, marcado por jornadas extensas, uso insuficiente de Equipamentos de Proteção Individual e exposição a riscos de acidentes e contaminação. A renda é instável, sujeita às oscilações do mercado de recicláveis e à exploração de atravessadores, e raramente é a única fonte de sustento das famílias, compondo um mosaico de estratégias de sobrevivência. O território é um elemento central, que define não apenas o local de trabalho, mas também a qualidade do material, o nível de concorrência e as relações de confiança estabelecidas com a comunidade. Apesar das dificuldades, emerge um forte orgulho profissional: catadores e lideranças ressignificam o “lixo” como “matéria-prima” e se veem como agentes ambientais essenciais para a limpeza da cidade e a sustentabilidade. A luta por reconhecimento — para serem vistos como trabalhadores dignos — é um eixo que atravessa todos os discursos, contrapondo-se ao estigma, ao preconceito e à violência simbólica e institucional que sofrem cotidianamente.

Apesar das diferentes posições na estrutura produtiva e organizacional, os dois grupos compartilham percepções e desafios fundamentais. Há um consenso sobre a centralidade e a pobreza do território: bairros de classe média e alta

oferecem materiais mais nobres e limpos, com maior rentabilidade, enquanto a periferia concentra material de baixo valor e alta concorrência, criando uma verdadeira “geografia do resíduo”. A carroça emerge como símbolo máximo da categoria — ferramenta primordial de trabalho e autonomia, mas também fardo físico que causa desgaste irreversível; as lideranças narram suas próprias histórias de superação do esforço da tração humana, enquanto os catadores de base vivenciam essa realidade diariamente. A exploração estrutural é outro ponto de convergência: a figura do atravessador e a lógica do mercado são alvo de críticas unânimes, com a indústria e os intermediários vistos como os elos que se apropriam do valor gerado pelo trabalho dos catadores, deixando-os na base de uma “pirâmide produtiva” e vulneráveis a flutuações de preço. O distanciamento do poder público também é recorrente: ambos os grupos relatam abandono e, em muitos casos, perseguição por parte das administrações municipais, com políticas higienistas e a percepção de que o poder público enxerga o catador como problema a ser removido, não como agente a ser apoiado. Por fim, a luta por reconhecimento e identidade os une: a afirmação da identidade de “catador” é uma conquista política compartilhada, que rejeita nomenclaturas externas e sustenta o orgulho pelo trabalho ambiental, ao mesmo tempo em que expõe a dor do preconceito que se estende aos filhos nas escolas.

As convergências, no entanto, não escondem um abismo de experiências e recursos entre os dois grupos. Um primeiro aspecto a ser destacado é que os catadores de base entrevistados para esta pesquisa não possuíam vínculo formal com cooperativas, atuando majoritariamente de forma autônoma ou em pequenos grupos informais. Essa característica da amostra influencia diretamente os resultados obtidos, pois, embora a base da categoria seja composta majoritariamente por trabalhadores autônomos, existe também uma parcela significativa de catadores que está inserida em organizações formais — ainda que minoritária. Essa diferenciação é importante para qualificar o retrato construído, indicando que os achados refletem com maior intensidade a realidade dos catadores sem vínculo institucional, cujas condições de trabalho e participação política se distinguem daqueles que já acessaram alguma forma de organização coletiva formalizada.

As diferenças entre os grupos se manifestam em múltiplos eixos. Em termos de estrutura e formalidade, os catadores de base atuam majoritariamente de forma autônoma ou em grupos informais, sem CNPJ, o que os impede de acessar políticas públicas e contratos formais; já as lideranças estão inseridas em organizações formalizadas, com CNPJ, estatuto e, em alguns casos, acesso a contratos, linhas de crédito e equipamentos como caminhões e prensas. Na relação com o território, a base tem atuação fortemente enraizada e circunscrita ao bairro onde mora, com mobilidade limitada pela falta de veículos adequados, enquanto as organizações formais possuem maior capacidade de mobilidade e atuação em escala mais ampla. A participação política também os distingue: entre os catadores de base, a participação em espaços coletivos de decisão é quase inexistente, e há um sentimento de não representação, de que as lideranças “não falam a mesma língua”; as lideranças, por sua vez, possuem histórico de militância e participação ativa em fóruns, conselhos e movimentos nacionais e internacionais. A infraestrutura e os recursos são outro ponto de contraste: a base enfrenta extrema precariedade, trabalhando a céu aberto e com equipamentos limitados; parte as organizações formais, em graus variados, têm acesso a galpões, prensas, veículos, EPIs e, em alguns casos, até tecnologias como aplicativos de gestão. Por fim, a visão de futuro é distinta: para a base, o futuro é incerto e as projeções são imediatas, centradas na sobrevivência e na autonomia cotidiana; para as lideranças, o futuro é um campo de disputa política, com estratégias de longo prazo voltadas à profissionalização, à inovação e à disputa de narrativa contra modelos excludentes.

A análise integrada revela uma categoria profundamente fragmentada, mas também potencialmente complementar. A principal tensão reside na desconexão entre a base e as organizações: enquanto as lideranças falam em autogestão e coletividade, a base opera em regime de forte individualismo, desconfiança e ausência de participação, sentindo-se não representada; as lideranças, por sua vez, criticam a dificuldade de mobilização e a falta de “noção de si” do catador autônomo. A competição por material e o medo da concorrência atuam como barreiras concretas à solidariedade horizontal. Apesar dessa fragmentação, os dois grupos ocupam posições distintas e

potencialmente complementares na cadeia produtiva e na luta política. As organizações mais estruturadas podem funcionar como “guarda-chuvas” ou centrais de apoio, oferecendo à base aquilo que ela mais necessita: preços justos, infraestrutura para venda e processamento, e um canal de representação política. Nesse sentido, a pesquisa identificou uma diversidade significativa de arranjos organizacionais que merece ser destacada: há catadores que atuam de forma completamente autônoma, sem qualquer vínculo formal, mas trabalhando a partir das redes de contatos comunitários que construíram; coletivos informais que se organizam em torno de uma liderança local; cooperativas tradicionais com estrutura formalizada; empresas constituídas por catadores, que operam sob lógica empresarial e conjunção de diferentes pessoas jurídicas; relações produtivas estabelecidas entre cooperativas e empresas de catadores, que se articulam para ganhar escala; e cooperativas desenhadas especificamente para acolher catadores autônomos, respeitando sua territorialidade e sua forma de trabalho. Essa pluralidade de modelos revela um campo em permanente experimentação, onde diferentes arranjos institucionais convivem e, não raro, se sobrepõem, respondendo a contextos, necessidades e concepções diversas sobre o que significa ser catador e sobre qual deve ser o papel do coletivo. Por outro lado, a base é a detentora do conhecimento territorial e da capilaridade social que as organizações, muitas vezes, perdem ao se institucionalizarem. Modelos híbridos — como cooperativas que acolhem autônomos, centrais de comercialização que funcionam como pontos de apoio, e redes que articulam diferentes formas de organização — surgem como alternativas promissoras para superar a dicotomia entre formalidade e informalidade. Por fim, um ponto de convergência que se destaca é o protagonismo feminino, especialmente na base, onde o grupo é majoritariamente composto por mulheres negras, maduras e periféricas. As lideranças reconhecem a força e a centralidade dessas “guerreiras”, embora a análise sugira que essa potência não se traduz, ainda, em uma participação política equitativa, revelando uma possível lacuna entre a base social do movimento e sua representação institucional. Em suma, a pesquisa em São Paulo desenha um cenário de contrastes: de um lado, uma base de catadores que vive a dureza do trabalho autônomo, enfrenta o preconceito diário e anseia por reconhecimento e estabilidade; de outro, um

conjunto de organizações e lideranças que acumularam conquistas históricas e possuem uma visão estratégica para o futuro, mas que lutam para se conectar efetivamente com as demandas imediatas e a realidade daqueles que representam. A superação dessa fragmentação, aliada à construção de pontes sólidas entre a experiência territorial da base e a capacidade de articulação política das organizações, emerge como o principal desafio e, também, a maior oportunidade para o fortalecimento da categoria como um todo.

8.2.3 Sínteses, convergências e diferenciações - entrevistas com os catadores de base e referências de organizações de Buenos Aires

A pesquisa realizada em Buenos Aires revela um movimento social maduro, cuja trajetória se confunde com a própria história recente da Argentina. A crise de 2001 emerge como o grande marco referencial, um divisor de águas que transformou a catação de uma atividade marginal em uma realidade massiva e visível. Foi naquele contexto de desemprego e pobreza extremos que dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças passaram a percorrer as ruas da Capital Federal e do conurbano bonaerense em busca de sobrevivência, ao mesmo tempo em que a efervescência social do período criou as condições para que essa multidão de excluídos não permanecesse invisível. Desse caldo social, emergiram as primeiras experiências organizativas que dariam origem às cooperativas, movimentos e federações que hoje estruturam o setor.

A análise dos resultados permite identificar dois universos que, embora profundamente interligados, operam em escalas distintas e expressam relações diferenciadas com o trabalho e a organização coletiva. Os catadores de base são aqueles que vivenciam o trabalho de coleta em sua materialidade mais crua: percorrem as ruas diariamente, carregam consigo o conhecimento tácito do território, estabelecem relações de reciprocidade com moradores e comerciantes e enfrentam diretamente as intempéries do clima e a violência institucional. Suas trajetórias são marcadas pela longa exposição ao trabalho com resíduos, muitas vezes iniciada na infância ou adolescência, e pela centralidade da catação em suas vidas, ainda que combinada com outras atividades complementares. As lideranças organizativas, por sua vez, atuam

em uma escala mais ampla: são aqueles que, muitas vezes partindo da mesma base, passaram a ocupar funções de gestão, representação e articulação política, sendo responsáveis por traduzir as demandas do cotidiano em projetos, contratos e políticas públicas. Ao lado desses dirigentes que emergiram diretamente das fileiras dos catadores, há também um contingente significativo de militantes oriundos da universidade pública e de setores de classe média que, sem terem vivenciado a catação como atividade laboral, identificaram-se com a causa e hoje atuam como militantes engajados na luta junto aos catadores, compondo um modelo de condução compartilhada que alia saberes da base e ferramentas técnicas e políticas.

Há entre esses dois grupos importantes pontos de convergência. Ambos compartilham origens na pobreza e na periferia, residindo em bairros populares do conurbano bonaerense ou em vilas de emergência da Capital Federal. Para uns e outros, a catação é definida como um trabalho digno e de relevância socioambiental fundamental, e há um esforço comum de rejeição ao estigma que associa a atividade à marginalidade ou à mendicância. A solidariedade emerge como um valor central, seja nas práticas cotidianas de ajuda mútua entre catadores de base diante de acidentes ou quebra de ferramentas, seja na estrutura de proteção social que as organizações construíram ao longo dos anos, com comedores comunitários, creches, espaços de apoio escolar e redes de cuidado. O conhecimento profundo do território urbano também é um traço compartilhado, ainda que para os catadores de base esse conhecimento se expresse na experiência sensível das ruas que percorrem diariamente, enquanto para as lideranças ele se desdobra na disputa política por áreas de coleta e na negociação com diferentes níveis de governo. A crítica ao Estado e à perseguição institucional é unânime: tanto os catadores independentes quanto as cooperativas formalizadas denunciam as multas, a apreensão de ferramentas de trabalho e a criminalização de uma atividade que contribui para a limpeza urbana e a sustentabilidade ambiental.

As diferenciações entre os dois grupos, no entanto, são igualmente significativas e ajudam a compreender a complexidade do movimento. A principal distinção diz respeito à natureza das funções desempenhadas e ao tipo de vínculo com as organizações. Os catadores de base estão

majoritariamente envolvidos no trabalho produtivo direto — a coleta nas ruas, a triagem nos galpões, o transporte dos materiais — e sua relação com as cooperativas é frequentemente pragmática, orientada pelo acesso a benefícios como o salário social ou a possibilidade de venda coletiva do material. Sua participação nos espaços decisórios é limitada, e muitos relatam sentir-se distantes dos processos deliberativos, que percebem como conduzidos por instâncias superiores ou por aqueles que trabalham no interior dos galpões. As lideranças, por sua vez, atuam predominantemente nas funções de representação e gestão — negociação de contratos, articulação política, administração de centros verdes — e desenvolvem um discurso mais estratégico e politicamente elaborado sobre o papel do movimento. Essa diferenciação funcional não implica uma hierarquia simples, mas revela uma divisão do trabalho organizativo que é ao mesmo tempo uma condição para a escala alcançada e um desafio permanente para a construção de uma participação mais horizontal.

Outro ponto de diferenciação na abordagem diz respeito à relação com o Estado. Os catadores de base experimentam o poder público principalmente através da repressão e da ausência: relatam abordagens violentas da polícia, confiscos de carrinhos e bolsões, multas que comprometem a já frágil economia familiar, e uma sensação generalizada de desamparo institucional. Para eles, o Estado é mais frequentemente um agente de perseguição do que um provedor de direitos. As lideranças, embora também denunciem a hostilidade estatal, mantêm uma relação mais complexa e ambivalente com o poder público. Foram elas que, ao longo de duas décadas, tiveram que trabalhar na construção de canais de negociação, firmaram contratos com o governo da cidade e conquistaram programas como o salário social complementar. O que possibilitou isso foi a luta organizada da categoria como um todo, mas as referências estão nessa construção tática e estratégica.

Um traço distintivo e particularmente notável do modelo argentino é a presença, no cotidiano das cooperativas, de servidores públicos que atuam organicamente na gestão, na formulação de projetos e na interlocução com o Estado. Esses profissionais, muitos deles oriundos da universidade pública e imbuídos de um forte compromisso social, aliaram-se aos catadores e às

cooperativas nascentes, contribuindo para a construção de um modelo de cogestão. Embora ocupem uma posição formal distinta, compartilham com as lideranças catadoras os mesmos objetivos políticos e atuam a serviço do processo organizativo.

A percepção sobre o futuro também revela diferenças significativas. Entre os catadores de base, os sonhos são predominantemente individuais ou familiares: a casa própria, a educação dos filhos, a possibilidade de uma vida mais tranquila. Há também projetos coletivos de grande imaginação — um galpão de reciclagem de madeira, avenidas plantadas com árvores frutíferas — mas a tônica predominante é a de uma esperança contida que convive com o cansaço acumulado por décadas de trabalho extenuante. Entre as lideranças, a perspectiva de futuro é necessariamente mais coletiva e estratégica. No momento presente, contudo, essa visão de longo prazo foi suplantada por um esforço defensivo de sobrevivência. A crise econômica agravada pelas políticas do governo federal — com a abertura desregulada das importações que derrubou os preços dos materiais recicláveis, o desmonte de programas sociais e a eliminação do salário social complementar — impôs um cenário de perdas generalizadas. Os preços dos materiais oscilam de forma imprevisível, dificultando o planejamento e comprometendo a renda das famílias, enquanto o acesso a políticas públicas antes consolidadas tornou-se incerto. Nesse contexto, o principal desafio para as organizações tem sido sustentar o que foi construído, manter as cooperativas funcionando e garantir que os companheiros possam ao menos comer. A resistência, mais do que o crescimento, é a palavra de ordem do momento.

Apesar das adversidades, a força da articulação política construída ao longo dessas duas décadas permanece como um ativo fundamental. O movimento dos catadores não se organizou apenas em torno da reciclagem, mas estruturou um ecossistema organizacional que articula diferentes níveis de representação e diferentes categorias de trabalhadores. Na base, estão as cooperativas e os catadores autônomos. No nível setorial, a Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores (FACCyR) unifica e dá representatividade específica ao setor. Transversal a todas essas instâncias, atua o Movimiento de Trabajadores Excluidos (MTE), movimento social que,

tendo se originado justamente na luta dos catadores, expandiu seu horizonte para abarcar e dar coesão a diferentes categorias de trabalhadores marginalizados — vendedores ambulantes, costureiras, camponeses, trabalhadores da construção civil, pessoas em recuperação de dependências químicas. Essa proximidade com outras categorias da economia popular se materializou na criação da Central de Trabajadores de la Economía Popular (CTEP) e, posteriormente, da Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular (UTEP), um sindicato capaz de assentar-se à mesa com a Confederação Geral do Trabalho e reivindicar direitos para um setor historicamente invisibilizado. Essa arquitetura organizacional permitiu traduzir a atuação política em conquistas materiais concretas: o salário social complementar, o monotributo social que garante acesso à saúde e à aposentadoria, a expansão do modelo de cooperativas para todo o país, a criação de centros verdes equipados com tecnologia de ponta. A eleição de uma catadora, Natalia Zaracho, para o Congresso Nacional, tornou-se um marco simbólico e político dessa trajetória, demonstrando que os excluídos podem ocupar espaços de poder.

Em síntese, o que emerge da análise é um movimento social que aprendeu a lutar nas brechas do sistema, que conquistou direitos importantes e que, mesmo sob ataque, mantém viva a chama da organização coletiva. A crise de 2001 foi o parto de uma nova forma de organização dos trabalhadores informais, que desde então tem se reinventado constantemente. As diferenciações internas — entre a rua e o galpão, entre o trabalho produtivo direto e a gestão política — não obscurecem as convergências fundamentais: a defesa intransigente da dignidade do trabalho, a crença no poder popular como instrumento de transformação e a esperança, ainda que cautelosa, de que é possível construir um futuro mais justo para todos. No momento presente, essa esperança se traduz na capacidade de resistir, de sustentar as estruturas duramente conquistadas e de manter a unidade entre os diferentes sujeitos que compõem o movimento, porque só organizados, como repetem suas lideranças, é possível ser feliz.

8.2.4 Comparações entre São Paulo e Buenos Aires - Catadores de base

A análise comparativa entre os catadores de base de São Paulo e Buenos Aires revela um cenário onde a precariedade estrutural e a informalidade são experiências comuns, mas moldadas por contextos urbanos, políticos e organizacionais distintos. Em São Paulo, o grupo que participou das entrevistas é majoritariamente feminino, de meia-idade, com idades concentradas entre 49 e 66 anos, residente na periferia e com atuação predominantemente autônoma ou em pequenos grupos informais. A catação está profundamente entrelaçada com estratégias de sobrevivência que combinam múltiplas fontes de renda e é frequentemente vivenciada como uma atividade terapêutica, que resgata a autoestima após trajetórias marcadas por violência doméstica e relações de trabalho degradantes. A organização coletiva é frágil, com uma desconfiança generalizada em relação a cooperativas e movimentos sociais, que são vistos como distantes das necessidades da base.

Em Buenos Aires, o grupo analisado é mais heterogêneo em termos de idade e gênero, com idades que variam dos 21 aos mais de 50 anos e composição equilibrada entre homens e mulheres. Há uma presença mais forte de catadores vinculados a cooperativas e movimentos sociais como o Movimento de Trabalhadores Excluídos (MTE). Embora a informalidade também exista, há uma estrutura organizativa mais consolidada para uma parcela significativa, o que lhes confere acesso a equipamentos de proteção, horários de trabalho mais definidos e uma identidade mais explicitamente política. A narrativa em Buenos Aires é marcada por uma forte crítica à perseguição do governo atual, que é visto como um inimigo comum, contrastando com uma memória de maior apoio estatal em gestões anteriores.

Apesar das diferenças contextuais, os catadores de base das duas metrópoles compartilham um conjunto de experiências que os unifica enquanto categoria. A precariedade como ponto de partida é um traço estruturante: em ambos os contextos, a catação é acessada por sujeitos com baixa escolaridade, trajetórias laborais informais desde a infância e renda variável e instável, que sustenta não apenas o indivíduo, mas famílias extensas. Essa condição de

origem molda não apenas as possibilidades materiais, mas também as subjetividades e as estratégias de sobrevivência.

O estigma e a invisibilidade emergem como experiências unificadoras. Em São Paulo e Buenos Aires, os catadores relatam olhares de desprezo, xingamentos e a sensação de serem tratados como “invisíveis” ou “mendigos”. O preconceito não se limita ao espaço público: atinge também seus familiares, com relatos comoventes de filhos que sofrem bullying nas escolas por causa da profissão dos pais. Essa dor compartilhada é um dos elementos que alimenta o desejo por reconhecimento e dignidade.

O território como campo de disputa é outra convergência fundamental. Em ambas as cidades, o espaço urbano é palco de tensões constantes. Os catadores enfrentam desafios como a concorrência predatória, o roubo de materiais e, sobretudo, a perseguição institucional. A relação com o poder público é marcada pela criminalização e perseguição em ambas as experiências. Em São Paulo, isso se manifesta na apreensão de carroças, na falta de acolhimento institucional e na ausência de políticas públicas consistentes; em Buenos Aires, essa perseguição é ainda mais explícita e sistemática, especialmente sob a atual gestão, com relatos de multas, confiscos e violência policial. Em ambos os casos, os catadores denunciam um Estado que os ignora quando não os reprime.

O corpo como ferramenta e risco também unifica as experiências. O trabalho é fisicamente desgastante, com longas jornadas e exposição a riscos de acidentes, contaminações e desgaste crônico. A posse de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) é relatada, mas o uso efetivo é irregular, muitas vezes justificado pela alegação de que “atrapalha” o trabalho. Há uma naturalização do esforço extremo como parte da identidade do ofício, expressa em relatos de catadores que carregam sozinhos centenas de quilos ou que atribuem dores crônicas à “idade” e não à atividade.

O vínculo com a comunidade emerge como uma estratégia central para garantir o acesso aos materiais e amenizar as dificuldades do trabalho. Em São Paulo e Buenos Aires, a construção de laços de confiança com moradores e

comerciantes é fundamental: o reconhecimento por meio de gestos como um copo d'água, um café oferecido com gentileza ou a separação cuidadosa dos recicláveis é valorizado como um contraponto ao estigma. Esses pequenos gestos renovam a esperança e fortalecem a autoestima dos trabalhadores.

A ambiguidade na relação com atravessadores também se faz presente. Tanto em São Paulo quanto em Buenos Aires, a relação com os compradores de material — ferros-velhos em São Paulo, *galponeros* em Buenos Aires — é ambivalente. Há consciência da exploração e da disparidade de preços, mas também reconhecimento de que esses intermediários, muitas vezes também pobres e moradores dos mesmos bairros, oferecem uma alternativa viável em um contexto de ausência de políticas públicas que garantam canais justos de comercialização.

Por fim, o desejo por reconhecimento é um sonho comum. Os catadores de ambas as cidades almejam ser vistos como trabalhadores legítimos e essenciais para o meio ambiente, reivindicando dignidade e o direito de circular livremente pela cidade sem serem molestados. Esse desejo transcende as diferenças contextuais e aponta para uma aspiração fundamental de cidadania e pertencimento.

A despeito das convergências, os perfis e as experiências dos catadores de base nas duas cidades apresentam diferenciações significativas, que revelam a influência dos contextos locais sobre a organização do trabalho e a subjetividade dos trabalhadores.

O vínculo organizacional é um eixo de forte diferenciação. No grupo analisado de São Paulo, predomina a fragilidade e a informalidade: os catadores atuam de forma autônoma ou em pequenos grupos informais, sem vínculo formal com cooperativas no grupo entrevistado. A desconfiança em relação a movimentos sociais e cooperativas é grande, vistas como distantes das necessidades da base. Em Buenos Aires, há maior formalização e politização: o vínculo majoritário é com cooperativas e movimentos sociais. A organização coletiva é vista como uma conquista histórica, embora existam críticas à baixa participação nas decisões internas.

A identidade e o discurso também se diferenciam. Em São Paulo, prevalece uma narrativa terapêutica e de superação: a catação é frequentemente descrita como cura para a depressão e como saída de trajetórias marcadas pela violência doméstica. O trabalho é valorizado pela autonomia, mas o estigma pesa muito. Em Buenos Aires, o discurso é mais explicitamente socioambiental e político: há uma consciência aguda do papel ecológico e social da atividade, permeada por uma luta política por direitos e contra a exploração de atravessadores.

As condições de trabalho revelam uma clivagem estrutural em Buenos Aires que é menos pronunciada em São Paulo. Na capital paulista, as jornadas são extensas e elásticas, com os catadores trabalhando majoritariamente a céu aberto, com forte dependência de carroças manuais ou carrinhos, e um trabalho contínuo entre a coleta na rua e a triagem em pontos fixos informais. Em Buenos Aires, há uma dualidade mais explícita entre cooperativados e autônomos: os cooperativados têm jornada reduzida (em geral quatro horas diárias), acesso a EPIs e estrutura organizada; os autônomos, por sua vez, vivenciam jornadas extensas (nove horas ou mais) e total desamparo, numa condição que eles próprios definem como “os excluídos dos excluídos”.

Por fim, a solidariedade entre pares apresenta graus distintos. Em São Paulo, nota-se uma maior fragilidade na solidariedade horizontal: a cooperação entre catadores de diferentes grupos ou entre autônomos é limitada, prevalecendo a concorrência, o medo de perder espaço e a ausência de trocas estruturadas. A união é vista como um ideal, mas esbarra na fragmentação cotidiana. Em Buenos Aires, a solidariedade horizontal é mais presente, especialmente entre cooperativados, com relatos de companheirismo, apoio mútuo em acidentes e construção coletiva. No entanto, a relação entre cooperativados e autônomos também pode ser marcada por distanciamento e disputas.

A comparação entre os casos de São Paulo e Buenos Aires demonstra que, embora a condição de catador de base seja estruturalmente marcada pela informalidade, precariedade, estigma e perseguição institucional em ambas as metrópoles, as estratégias de organização, resistência e os discursos de

identidade são influenciados pelos contextos político-institucionais e pelas trajetórias dos movimentos sociais em cada país.

Em São Paulo, a individualização e a descrença nas estruturas formais são mais pronunciadas. A catação surge frequentemente como uma alternativa após experiências traumáticas em outros trabalhos ou em relações domésticas, sendo valorizada pela autonomia e por seu caráter terapêutico. A fragilidade organizacional deixa esses trabalhadores mais expostos à concorrência predatória e à violência institucional, o que fragiliza a solidariedade horizontal e dificulta a construção de uma identidade política unificada.

Em Buenos Aires, há uma dualidade mais estruturada entre o trabalho cooperativado e o autônomo. O cooperativismo oferece uma base de proteção social e um discurso político mais consolidado para uma parcela significativa dos catadores, mas não elimina a precariedade dos que estão fora desse circuito. O fortalecimento da agenda neoliberal no país parece ter contribuído para uma maior consciência da necessidade de união e luta contra um “inimigo comum” — o governo —, o que, por sua vez, fortalece a identidade coletiva, ainda que marcada por tensões internas entre cooperativados e autônomos.

8.2.5 Comparações entre São Paulo e Buenos Aires - Referências das organizações

A análise comparativa entre as referências das organizações de catadores de São Paulo e Buenos Aires revela dois movimentos sociais robustos, com trajetórias históricas marcadas por conquistas significativas, mas que operam em contextos político-institucionais e com modelos organizacionais distintos. Em São Paulo, o grupo analisado de referências é majoritariamente composto por homens e mulheres negras, com idades entre 43 e 70 anos, que acumulam décadas de militância. Suas organizações são diversas, abrangendo desde cooperativas tradicionais até arranjos híbridos com pontos de apoio a catadores autônomos. A relação com o poder público é marcada por abandono e desconfiança, com conquistas históricas associadas principalmente a políticas federais — como o programa Cataforte e a Política Nacional de

Resíduos Sólidos. O movimento é estruturado em torno do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e da Associação Nacional de Catadores (ANCAT), mas enfrenta desafios de fragmentação, baixa profissionalização e forte concorrência de empresas e startups.

Em Buenos Aires, as referências analisadas têm perfis heterogêneos em gênero, idade e escolaridade, com longa militância — entre oito e vinte e quatro anos — em organizações que se estruturaram a partir da crise de 2001. O movimento é caracterizado por um "ecossistema organizacional" que articula cooperativas, a Federação Argentina de Cartoneros (FACCyR) e o sindicato da economia popular (UTEP), com forte presença do Movimento de Trabalhadores Excluídos (MTE). A relação com o Estado é ambivalente: por um lado, há conquistas como o salário social complementar e contratos públicos; por outro, há perseguição sistemática sob governos neoliberais. A "condução compartilhada" — a presença de servidores públicos alinhados politicamente atuando na gestão das cooperativas — é um traço distintivo e estruturante.

Apesar das diferenças de trajetória e de contexto, os movimentos das duas cidades compartilham um conjunto de experiências e desafios que os aproximam. Em ambos os contextos, as organizações surgiram como resposta direta à criminalização e à perseguição. Em São Paulo, a primeira cooperativa (1989) nasceu contra a apreensão de carroças pela gestão municipal higienista; em Buenos Aires, a organização massiva emergiu da crise de 2001, contra a violência policial e a extorsão nos lixões. Em ambos os casos, a necessidade de proteção coletiva e de afirmação da dignidade esteve na origem. Essa luta inicial deu lugar a conquistas históricas compartilhadas: São Paulo conquistou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e linhas de financiamento federais; Buenos Aires conquistou a Lei 992 (2002), que reconheceu os catadores como "recuperadores urbanos", e o salário social complementar em âmbito nacional. Em ambos os casos, a luta por reconhecimento legal foi central para a construção da identidade coletiva e para o acesso a políticas públicas.

Um ponto de convergência que merece atenção é a forma como se sustenta o trabalho de militância. A maior parte das lideranças não recebe salário pelos

cargos de direção, sustentando-se por meio do rateio da produção na cooperativa, de palestras ou de outras atividades complementares. Em São Paulo, essa é a regra quase universal: o tempo dedicado à gestão é, em grande medida, trabalho não pago em prol do coletivo. Em Buenos Aires, porém, há uma diferenciação importante: parte significativa dos militantes ocupa posições de gestão dentro das cooperativas enquanto servidores do Estado, o que lhes confere uma remuneração estruturada e permite uma dedicação mais estável às tarefas administrativas e políticas. Essa “condução compartilhada” — na qual profissionais pagos pelo governo atuam organicamente na gestão, alinhados politicamente com as lideranças eleitas — não elimina a dimensão voluntária da militância, mas oferece um suporte institucional que falta ao movimento paulistano.

O território também é um elemento estruturante comum. Em ambas as cidades, a “geografia do resíduo” diferencia bairros ricos, onde o material é mais nobre e rentável, de periferias, onde o material é pobre e a concorrência acirrada. As organizações buscam enraizamento territorial e enfrentam disputas por espaço com empresas, com o poder público e entre os próprios catadores. A ocupação de viadutos em São Paulo e a integração a espaços comunitários em Buenos Aires são expressões dessa territorialização. Em ambos os casos, a permanência no território é conquistada e mantida por meio de intensa mobilização, e qualquer ameaça de remoção é vivida como um ataque à própria existência da organização.

O cenário atual, marcado por uma ofensiva neoliberal, impõe ameaças comuns. Em São Paulo, a concorrência de startups e a desvalorização de materiais como o PET são desafios constantes; em Buenos Aires, a abertura desregulada das importações derrubou o preço do papelão, inviabilizando a comercialização para muitas cooperativas. Em ambos os contextos, a automação e os projetos de incineração são vistos como riscos existenciais, contra os quais os movimentos têm se mobilizado. Apesar das dificuldades, permanece vivo o sonho de reconhecimento e dignidade: o horizonte compartilhado é o de serem vistos como trabalhadores essenciais, com direitos formais e não mais como marginais.

As diferenças entre os dois movimentos, no entanto, são igualmente significativas e revelam caminhos institucionais distintos. No que diz respeito ao perfil das referências, São Paulo apresenta maior homogeneidade etária e racial: as referências concentram-se na faixa dos 43 aos 70 anos, e a maioria é negra ou parda; a escolaridade é diversa, com casos que vão do mestrado ao analfabetismo funcional. Em Buenos Aires, as referências são mais heterogêneas: idades entre 33 e 53 anos, equilíbrio de gênero; a escolaridade também é variada, com casos de ensino superior completo e militantes autodidatas. Essa diversidade reflete não apenas diferenças demográficas, mas também distintas trajetórias de acesso à militância.

A estrutura organizacional é outro ponto de forte contraste. Em São Paulo, predomina a diversidade de modelos com baixa articulação política, mas ricos arranjos produtivos: cooperativas tradicionais, arranjos híbridos, pontos de apoio a autônomos coexistem, mas há fragmentação e desconfiança entre organizações. O movimento tem forte atuação do MNCR e da ANCAT, mas enfrenta dificuldades de coesão. Em Buenos Aires, o movimento construiu um ecossistema articulado: na base, as cooperativas; em seguida, a FACCyR (federação setorial); depois, a UTEP (sindicato da economia popular) e o MTE (movimento social). Essa estrutura permite negociação em diferentes escalas e integra a luta dos catadores a uma agenda mais ampla da economia popular, que inclui costureiras, camponeses, vendedores ambulantes e outras categorias excluídas.

A relação das organizações com o Estado revela uma diferença estruturante. Em São Paulo, a relação é marcada por abandono e desconfiança: faltam políticas municipais consistentes, há insegurança fundiária e ausência de contratos estáveis. A memória de conquistas está fortemente associada a governos federais do PT, o que torna o movimento vulnerável às mudanças no cenário nacional. Em Buenos Aires, a relação é ambivalente: conquistas significativas — como o salário social complementar e os contratos com o governo da cidade — coexistem com perseguição sistemática sob governos neoliberais. O traço mais distintivo, porém, é a “condução compartilhada”: servidores públicos alinhados politicamente atuam na gestão cotidiana das cooperativas, sem substituir a liderança dos catadores, garantindo estabilidade

administrativa e continuidade. Essa presença estatal na gestão, paradoxalmente, fortalece a autonomia do movimento ao oferecer uma base institucional que em São Paulo é inexistente.

O financiamento e o sustento das lideranças acompanham essas diferenças. Em São Paulo, a remuneração provém majoritariamente do rateio da produção, complementada por palestras e, raramente, por ajuda de custo. O acesso a editais e emendas é pontual. Em Buenos Aires, há maior diversificação de fontes: lideranças combinam a militância não remunerada com vínculos no Estado (ministérios, parlamento), em organizações internacionais ou em atividades informais. A presença de “militantes profissionais” — que ocupam cargos públicos e mantêm a ligação com a base — é mais consolidada, permitindo uma dedicação mais estável à gestão e à articulação política.

O grau de institucionalização também diverge. Em São Paulo, observa-se menor formalização e maior informalidade: muitas organizações lutam para obter CNPJ, terreno e equipamentos; a burocracia é um entrave constante. Existe um espectro que vai do lixão à cooperativa com maquinário importado, mas a maioria das organizações opera em condições de precariedade. Em Buenos Aires, o movimento apresenta maior formalização e capilaridade: cooperativas com CNPJ, contratos públicos, centros verdes e plantas de reciclagem; sistema de delegados, eleições formais e rotatividade institucionalizada. A criação de centros infantis (CIRA), comedores comunitários e oficinas de transformação dentro das cooperativas argentinas exemplifica uma institucionalização que vai além da produção, abrangendo a reprodução social dos trabalhadores.

No que tange à participação e à tomada de decisão, em São Paulo a horizontalidade é um ideal, mas sua realização enfrenta desafios: assembleias existem, mas a centralização de lideranças e a falta de transparência em decisões são fontes de conflito. Há experiências de rodízio de funções e formação de novos quadros, mas não são generalizadas. Em Buenos Aires, há uma representação mais estruturada: sistema de delegados, que remontam aos tempos em que os trens que transportavam os catadores da periferia para a cidade, eleições formais para comissões diretivas, e a “condução

compartilhada” com servidores públicos é vista como complementar e não hierárquica.

Por fim, as estratégias diante da crise atual se aproximam por focar na luta pela sobrevivência. Em São Paulo, o foco é na sobrevivência imediata e na manutenção das estruturas existentes, com estratégias que incluem formação política, alianças com universidades e a busca por novos modelos como os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Em Buenos Aires, a ofensiva neoliberal do governo Milei é enfrentada com uma estratégia de resistência defensiva: deslocar a luta para o nível municipal, preservar as conquistas duramente obtidas e aguardar uma mudança de cenário, confiando na capilaridade e na institucionalidade construídas ao longo de duas décadas.

A comparação entre as referências organizacionais de São Paulo e Buenos Aires revela, portanto, dois movimentos de catadores que, embora compartilhem raízes comuns na luta contra a criminalização e por reconhecimento, desenvolveram estruturas, estratégias e relações com o Estado profundamente distintas. Em São Paulo, a trajetória é marcada por uma maior fragmentação e diversidade de modelos, mas também por uma menor institucionalização. As lideranças atuam em um ambiente de desconfiança em relação ao poder público municipal e de forte concorrência com o setor privado, o que exige delas uma capacidade de articulação política e de gestão que muitas vezes não é acompanhada de recursos ou estrutura. O movimento é rico em experiências inovadoras — como os arranjos híbridos—, mas enfrenta desafios de coesão e de profissionalização.

Em Buenos Aires, o movimento construiu um ecossistema organizacional mais articulado e institucionalizado, capaz de negociar em diferentes níveis e de manter uma estrutura de representação que conecta a base às instâncias nacionais. A “condução compartilhada” com servidores públicos e a integração a um sindicato da economia popular (UTEP) conferem ao movimento argentino uma capacidade de incidência política e de proteção social que parece mais consolidada. No entanto, essa estrutura não o isenta das ofensivas neoliberais; pelo contrário, o cenário atual é de resistência defensiva para preservar conquistas duramente obtidas.

8.3 Discussão teórico-empírica sobre trabalho, informalidade e ação coletiva na catação

A precariedade estrutural que marca o trabalho de catadores e catadoras, tal como documentada por Bosi (2008) no início dos anos 2000, revela-se ainda hoje um traço persistente nos contextos de São Paulo e Buenos Aires. A análise das entrevistas demonstra que, em ambas as metrópoles, a renda dos entrevistados é majoritariamente instável, situando-se predominantemente na faixa de renda variável ou de até um salário mínimo. Essa instabilidade econômica é acompanhada por jornadas extensas e elásticas, convivendo com a oscilação dos preços dos materiais e a consequente incerteza sobre o rendimento mensal. Em ambos os casos, a lógica descrita por Bosi (2008) mantém-se atual: a extensão da jornada é explicada pelos próprios trabalhadores como uma necessidade imposta pela concorrência crescente entre os pares e pela busca de um rendimento mínimo de sobrevivência. A comparação entre os dois contextos evidencia, contudo, que a precariedade não é homogênea: em Buenos Aires, a dualidade entre cooperativados e autônomos cria uma clivagem que, para o primeiro grupo, atenua os efeitos mais brutais da informalidade, enquanto em São Paulo a ausência de vínculos institucionais consolidados para a maioria dos catadores de base entrevistados aprofunda a exposição à instabilidade e à exploração.

O perfil sociodemográfico dos catadores de base, sintetizado por Galon e Marziale (2016) a partir de estudos realizados em diversos países da América Latina, apresenta forte correspondência com os achados dos grupos de São Paulo e Buenos Aires. Em ambas as cidades, predomina a baixa escolaridade, com muitos trabalhadores tendo cursado apenas o ensino fundamental ou encontrando-se em situação de analfabetismo funcional. A inserção na catação, conforme observado nas entrevistas, decorre de trajetórias marcadas por desemprego, exclusão e, em São Paulo, por histórias de violência doméstica e relações de trabalho degradantes, o que confere à atividade um caráter, muitas vezes, de refúgio e de reconstrução da autoestima. No que tange à saúde, os riscos apontados por Galon e Marziale (2016) – exposição a

agentes físicos (radiação solar, ruído, poeira), químicos (contato com pilhas, tintas, pesticidas) e biológicos (agulhas, fezes, animais mortos) – são reiterados pelas narrativas dos entrevistados. Os catadores relatam dores crônicas atribuídas à idade, mas que a análise evidencia como consequência direta de décadas de esforço físico extremo e posturas inadequadas; o uso irregular de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) é justificado com o argumento de que “atrapalham” o trabalho, revelando uma naturalização do risco que atravessa os dois contextos. A saúde mental, igualmente, emerge como dimensão crítica: o estigma e a invisibilidade social, experimentados de maneira unificadora por catadores de ambas as cidades, alimentam distúrbios psiquiátricos menores e uma luta permanente por reconhecimento, como já evidenciado na literatura.

A literatura sobre cooperativismo no setor de reciclagem, especialmente a partir das reflexões de Saidón et al. (2022) e Bortoli (2009), aponta tanto as potencialidades quanto os limites dessa forma de organização para a superação da precariedade. Os dados empíricos das duas cidades confirmam esse duplo caráter. Em Buenos Aires, as cooperativas estruturadas oferecem vantagens significativas: eliminam a figura do atravessador, permitem negociações coletivas que elevam os rendimentos, proporcionam infraestrutura adequada (centros verdes, equipamentos de proteção) e criam um ambiente de pertencimento que se desdobra em serviços de apoio como comedores comunitários, creches e espaços de cuidado. Para uma parcela dos catadores, a vinculação cooperativa significa jornada reduzida, acesso a salário social complementar e estabilidade relativa. Em São Paulo, as organizações formalizadas – cooperativas tradicionais, arranjos híbridos, empresas de catadores – igualmente proporcionam acesso a galpões, prensas, caminhões e, em alguns casos, tecnologias de gestão. No entanto, o limite apontado por Bortoli (2009) – de que o cooperativismo, quando descolado de políticas públicas universais e de garantias trabalhistas, pode reproduzir formas precárias de trabalho – ressoa com força em ambos os contextos. Em São Paulo o acesso a recursos públicos é pontual e instável. Em Buenos Aires, a ofensiva neoliberal recente colocou em xeque conquistas históricas como o

salário social, impondo às cooperativas um cenário de resistência defensiva, no qual a manutenção das estruturas existentes já se constitui um desafio.

A heterogeneidade das formas de organização do trabalho, destacada por Saidón et al. (2022) como um traço central da atividade de recuperação de resíduos, manifesta-se de maneira contundente nos dois contextos analisados. Em São Paulo, o espectro organizacional é amplo: inclui catadores que atuam de forma completamente autônoma, sem qualquer vínculo formal; coletivos informais organizados em torno de uma liderança local; cooperativas tradicionais com estrutura formalizada; empresas constituídas por catadores que operam sob lógica empresarial; e redes que articulam diferentes pessoas jurídicas para ganhar escala. Em Buenos Aires, a forma predominante de organização é a cooperativa, mas também há um contingente expressivo de catadores autônomos que, embora não integrados formalmente, mantêm relações pragmáticas com as cooperativas (acesso a pontos de venda coletiva, uso de infraestrutura). A principal diferenciação entre as duas cidades reside no grau de articulação entre as diferentes formas: em Buenos Aires, as cooperativas, a federação setorial (FACCyR) e o sindicato da economia popular (UTEP) formam um ecossistema organizacional que integra distintas modalidades de trabalho e oferece canais de representação política. Em São Paulo, apesar da existência de movimentos nacionais (MNCR, ANCAT), a fragmentação e a baixa institucionalização das relações com o poder público municipal tornam mais frágil a conexão entre os diferentes arranjos produtivos.

A análise da informalidade à luz da conceituação de Noronha (2003) permite apreender a complexidade das situações vividas pelos catadores, indo além da simples oposição entre formal e informal. O par formal/informal é particularmente útil para contrastar as realidades de São Paulo e Buenos Aires. Na capital paulista, os catadores de base entrevistados atuam majoritariamente de forma autônoma ou em pequenos grupos informais, sem CNPJ, o que os impede de acessar políticas públicas, contratos formais e benefícios trabalhistas. Em Buenos Aires, há uma presença mais forte de catadores vinculados a cooperativas e movimentos sociais, o que lhes confere um grau de formalidade institucional – ainda que a natureza da vinculação não se configure como um contrato de trabalho tradicional. Esse contraste evidencia

que a formalização, quando alcançada por meio da ação coletiva, pode modificar substancialmente as condições de trabalho e o acesso a direitos. No entanto, como alertam Noronha (2003) e Bosi (2008), a informalidade não é um resíduo pré-capitalista, mas uma forma funcional ao capitalismo contemporâneo, e sua superação exige não apenas a formalização das organizações, mas a universalização de políticas públicas que reconheçam os catadores como trabalhadores plenos.

As contraposições entre legal e ilegal, bem como entre justo e injusto, tal como propostas por Noronha (2003), oferecem chaves interpretativas importantes para os relatos de perseguição institucional e exploração presentes nos dois contextos. Em ambas as cidades, os catadores denunciam um Estado que, em vez de reconhecer a relevância ambiental e social de seu trabalho, os criminaliza. Em São Paulo, a apreensão de carroças e a ausência de políticas de acolhimento são relatadas como práticas recorrentes; em Buenos Aires, a gestão atual é acusada de aplicar multas, confiscar ferramentas e reprimir violentamente os trabalhadores. Essa criminalização revela uma tensão entre a legalidade formal – que muitas vezes equipara a catação a uma atividade de mendicância ou invasão – e a ilegalidade estrutural da atividade, que se desenvolve à margem dos marcos regulatórios. Quanto ao par justo/injusto, a percepção dos trabalhadores é unânime: a exploração exercida por atravessadores, que fixam preços e capturam a maior parte do valor gerado, é considerada profundamente injusta. A organização em cooperativas e a negociação coletiva são percebidas como caminhos para tornar o trabalho mais justo, pois permitem reduzir a dependência dos intermediários e aproximar a remuneração do esforço despendido. Contudo, a persistência de desigualdades de gênero e raça mesmo no interior das organizações coletivas mostra que a justiça no trabalho é um horizonte em permanente construção.

A definição marxista de trabalho, recuperada por Ramírez (2013) como um processo de interação entre o ser humano e a natureza em que o indivíduo regula, controla e medeia o intercâmbio metabólico com o ambiente natural, encontra na catação uma ilustração viva. Os catadores e catadoras vasculham o tecido urbano, identificam, recolhem e transformam resíduos em matérias-primas que retornam ao circuito produtivo. Esse trabalho exige um

conhecimento empírico sofisticado – saber onde e quando encontrar os materiais de maior valor, distinguir tipos de plástico, metais e papéis, negociar com comerciantes e moradores – que é adquirido na prática cotidiana e mobiliza tanto aptidões físicas quanto saberes tácitos. Os catadores descrevem o trabalho como uma “caça” diária, na qual a experiência acumulada define a rentabilidade da jornada. O conhecimento profundo do território é um traço compartilhado por autônomos e cooperativados, embora para os primeiros ele se expresse na experiência sensível das ruas percorridas diariamente, enquanto para os segundos ele se desdobra na disputa política por áreas de coleta. Ao atuar sobre a “natureza” – ainda que essa natureza seja a cidade e seus resíduos – os catadores realizam a transformação de valores de uso descartados em novos valores de uso (matéria-prima para a indústria), confirmando a centralidade de seu papel no metabolismo socioeconômico.

A análise marxiana sobre a determinação do valor da força de trabalho e a apropriação da mais-valia, tal como apresentada por Ramírez (2013), ilumina a posição estrutural dos catadores na cadeia produtiva da reciclagem. O valor pago pelos materiais coletados não é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução do catador, mas pelos preços internacionais das commodities, que flutuam segundo interesses distantes da realidade desses trabalhadores. Essa desconexão entre o valor gerado e a remuneração recebida é sentida pelos catadores como exploração estrutural, expressa na figura do atravessador que compra por um valor e revende com lucro elevado. A análise de Bosi (2008) é, aqui, fundamental: a informalidade não se opõe ao capitalismo, mas é uma de suas formas funcionais e crescentes de exploração da força de trabalho. A própria precariedade que caracteriza a vida dos catadores – baixa escolaridade, idade avançada, ausência de qualificação formal – é o que os “qualifica” para uma ocupação que mantém baixos os custos da matéria-prima reciclável, viabilizando a expansão do negócio da reciclagem. Desse modo, a miséria e a exclusão não são acidentes de percurso, mas pressupostos estruturais para o funcionamento da cadeia.

A construção da identidade de catador e catadora envolve um movimento ambíguo, bem capturado por Teixeira (2015): ao mesmo tempo em que o

trabalho é estigmatizado e associado à sujeira e à marginalidade, ele é ressignificado pelos trabalhadores como uma atividade de importância ambiental e fonte de orgulho. Nas entrevistas em São Paulo e Buenos Aires, essa dualidade aparece de forma recorrente. Em São Paulo, os catadores valorizam a autonomia e o caráter terapêutico da catação, que resgata a autoestima após trajetórias de violência e exclusão. Em Buenos Aires, a afirmação da identidade como “recuperador urbano” é uma conquista política consolidada ao longo de duas décadas, e os trabalhadores enfatizam sua contribuição para a limpeza da cidade e a sustentabilidade. Em ambos os contextos, o estigma, contudo, não desaparece: os catadores relatam olhares de desprezo, xingamentos e a dor de ver os filhos sofrerem bullying na escola por causa da profissão dos pais. A luta por reconhecimento – para serem vistos como trabalhadores dignos e agentes ambientais – é um eixo transversal que unifica a categoria. O movimento de autodepreciação, no qual alguns trabalhadores se percebem como parte do lixo que manejam, convive com um orgulho que rejeita nomenclaturas externas e sustenta a afirmação da identidade coletiva. Essa tensão entre estigma e orgulho é constitutiva da subjetividade dos catadores e revela a importância de políticas e práticas organizativas que fortaleçam a autoestima e o pertencimento.

A ação coletiva, tal como analisada por Bortoli (2009, mostra-se essencial para romper o isolamento, fortalecer a identidade e abrir caminhos para a participação política. Os dados de São Paulo e Buenos Aires confirmam esse papel, mas também revelam os desafios para que a organização coletiva se traduza em efetiva participação da base. Em São Paulo, a participação na 11ª ExpoCatadores e na Marcha pelo Clima demonstrou a capacidade de articulação do movimento em âmbito nacional, com a presença de cerca de três mil catadores na convenção e a conexão orgânica com a luta socioambiental. No entanto, a análise das entrevistas mostra uma desconexão entre as lideranças organizadas e a base de catadores autônomos: estes sentem-se não representados, desconfiam das estruturas formais e raramente participam de espaços coletivos de decisão. Em Buenos Aires, a arquitetura organizacional – cooperativas, federação setorial (FACCyR), sindicato da economia popular (UTEP) – confere ao movimento uma capilaridade e uma

capacidade de incidência política mais consolidadas. A existência de um sistema de delegados e a “condução compartilhada” com servidores públicos alinhados politicamente são elementos que aproximam a base das instâncias de decisão. Ainda assim, os catadores autônomos em Buenos Aires também relatam sentir-se distantes dos processos deliberativos das cooperativas, e a crise econômica recente impõe um esforço defensivo que limita as possibilidades de aprofundamento democrático. Em ambos os casos, a ação coletiva se revela um campo de disputa: se, por um lado, ela é condição para a conquista de direitos e para a resistência contra a precarização, por outro, sua efetividade depende da superação das fragmentações internas e da construção de pontes sólidas entre a experiência territorial da base e a capacidade de articulação política das lideranças.

8.4 A produção do espaço urbano e a luta dos catadores: Estado, território e acumulação

A análise dos dados empíricos relativos aos catadores de base e às organizações de catadores em São Paulo e Buenos Aires, quando confrontada com a matriz teórica construída no Capítulo 3, permite compreender de que modo a produção do espaço urbano – um processo intrinsecamente marcado por disputas e conflitos – se articula com a lógica de acumulação capitalista e com a atuação do Estado. A abordagem adotada, que toma como referência uma teoria social geral (Castells, 1974), revela que a situação de precariedade vivenciada por esses trabalhadores não é um acidente ou uma consequência inevitável da pobreza, mas sim o produto de um modelo político-econômico que sistematicamente transfere os custos da reprodução da força de trabalho para os próprios trabalhadores, ao mesmo tempo que utiliza o aparato estatal para criminalizar e reprimir aqueles que não se integram aos circuitos formais da economia.

Os catadores de base em ambas as metrópoles compartilham uma trajetória comum: baixa escolaridade, inserção precoce em trabalhos informais, renda instável e a responsabilidade de sustentar famílias extensas. Essas características confirmam a análise de Kowarick (1979) sobre a “pauperização

absoluta ou relativa da classe trabalhadora" e a "espoliação urbana" – processos nos quais os custos de reprodução da força de trabalho são transferidos para os trabalhadores, seja por meio da autoconstrução da moradia, seja pela ausência de serviços de consumo coletivo. A catação, enquanto estratégia de sobrevivência, insere-se na lógica mais ampla de "privatização dos lucros e socialização dos custos" que Kowarick identifica no processo de urbanização paulista, mas que também se verifica na realidade portenha.

Nesse sentido, a afirmação de Singer (1982) de que "a cidade capitalista não tem lugar para os pobres" encontra ressonância direta nos relatos dos catadores. A impossibilidade de acessar o espaço urbano por meio da propriedade formal e a necessidade de recorrer a atividades marginalizadas para garantir a sobrevivência demonstram que a própria estrutura da cidade – regida pela propriedade privada do solo e pela mercantilização de todas as esferas da vida – exclui sistematicamente os setores populares. É nesse contexto que a catação se torna não uma escolha, mas a única alternativa para aqueles que foram expulsos dos mercados formais de trabalho.

A relação dos catadores com o poder público é um dos eixos centrais para a compreensão da produção do espaço urbano. Em São Paulo e Buenos Aires, os trabalhadores que atuam na coleta de materiais recicláveis relatam uma experiência comum de criminalização e perseguição. Em São Paulo, essa perseguição assume a forma de apreensão de carroças – instrumento fundamental de trabalho –, falta de acolhimento institucional, ausência de políticas públicas consistentes e casos de violência direta por parte dos agentes de segurança. Em Buenos Aires, especialmente sob a atual gestão, a perseguição se torna ainda mais explícita e sistemática, com relatos de multas, confiscos de materiais e violência policial direta.

Esses dados evidenciam que o Estado não atua como garantidor dos direitos dos trabalhadores, mas sim como um agente que, em nome da "ordem urbana", desmobiliza e criminaliza aqueles que ocupam os espaços de forma autônoma. A apreensão de carroças, o confisco de materiais e a violência física não são meros excessos pontuais; eles constituem uma política tácita de exclusão, que visa a retirar do espaço público os sujeitos que não se

enquadram na lógica do trabalho formal e da gestão higienista da cidade. Essa atuação estatal confirma a observação de Kowarick (1979) de que, “à medida que o processo de acumulação avança, a ambiguidade do Estado se dissipa, pois ele se transforma em um elemento fundamental para a concretização do grande capital”.

A ambiguidade apontada por Kowarick, no entanto, não implica uma atuação monolítica. Como destacam Oszlak e O’Donnell (1995), o Estado latino-americano é um “conjunto diferenciado, complexo e contraditório” de unidades, com graus variáveis de autonomia e frequentemente em disputa entre si. Isso explica, por exemplo, que o mesmo Estado que formula políticas de coleta seletiva e reconhece os catadores como “recuperadores urbanos” (como ocorreu em Buenos Aires com a Lei 992/2002) seja também aquele que, por meio de suas agências de segurança e controle urbano, promove a violência e a expropriação dos meios de trabalho desses sujeitos. A coexistência entre políticas de inclusão e práticas de repressão revela as tensões internas que atravessam o aparelho estatal.

O território é um elemento estruturante da experiência dos catadores. A “geografia do resíduo” – que diferencia bairros ricos, onde o material coletado é mais nobre e rentável, de periferias, onde o material é pobre e a concorrência acirrada – expressa a desigualdade socioespacial própria da cidade capitalista. Em ambas as metrópoles, as organizações de catadores buscam enraizamento territorial, ocupando viadutos em São Paulo ou integrando-se a espaços comunitários em Buenos Aires. Essa ocupação não é apenas uma necessidade operacional; ela constitui uma forma de resistência à lógica que confina os pobres às fendas interstícios da cidade.

A permanência no território, no entanto, é conquistada por meio de intensa mobilização e está permanentemente ameaçada. Qualquer tentativa de remoção é vivida como um ataque à própria existência da organização, pois a perda do espaço significa a perda da possibilidade de trabalhar, de armazenar os materiais e de construir laços de confiança com a comunidade. Essa disputa pelo espaço remete à análise de Kowarick (1979) sobre como o processo de urbanização em São Paulo foi pautado pela especulação imobiliária e pela transferência dos custos de infraestrutura para o Estado e para os moradores.

Nas duas cidades, o mesmo padrão se reproduz: o Estado, quando não se omite, atua para deslocar os catadores das áreas valorizadas, empurrando-os para periferias cada vez mais distantes e precárias.

Tanto em São Paulo quanto em Buenos Aires, as organizações de catadores emergiram como resposta direta à criminalização e à perseguição. Esses processos confirmam a observação de Castells (1974) de que a análise do espaço urbano não pode se limitar à forma física, mas deve incorporar a dimensão sociopolítica da luta por direitos. As organizações constituem sujeitos coletivos que disputam a definição do uso do solo e o reconhecimento de sua atividade como trabalho legítimo. No entanto, as trajetórias institucionais seguiram caminhos distintos. Em Buenos Aires, a construção de um "ecossistema organizacional" – articulando cooperativas, a Federação Argentina de Cartoneros (FACCyR) e o sindicato da economia popular (UTEP) – criou uma estrutura de representação mais consolidada. A "condução compartilhada", na qual servidores públicos alinhados politicamente atuam na gestão das cooperativas, ofereceu uma base institucional que permitiu maior estabilidade e capilaridade. Em São Paulo, por outro lado, prevalecem a fragmentação e a desconfiança entre organizações, com conquistas associadas sobretudo a políticas federais, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010), e uma relação de abandono por parte do poder público municipal.

Essas diferenças refletem, em grande medida, as especificidades do capitalismo dependente no Brasil e na Argentina. Como analisam Antunes (1988) e Deák (1991), a estrutura autocrática da burguesia brasileira e o padrão de "acumulação entravada" – no qual parte substancial do excedente é continuamente enviada ao exterior – produziram um Estado que, mesmo em períodos democráticos, mantém traços de exclusão e violência institucional contra os setores populares. A desconfiança generalizada em relação ao poder público e a dificuldade de construir articulações estáveis em São Paulo são reflexos dessa estrutura. Em Buenos Aires, embora o movimento tenha alcançado maior institucionalização, a ofensiva neoliberal atual, particularmente sob o governo Milei, demonstra que essas conquistas são permanentemente

ameaçadas pela mesma lógica de subordinação aos interesses do grande capital.

A comparação entre os casos de São Paulo e Buenos Aires revela que, apesar das diferenças de trajetória e de contexto, os catadores de base e suas organizações compartilham uma experiência fundamental: a de um Estado que, quando não se omite, atua de forma violenta para garantir que o espaço urbano seja reservado aos fluxos valorizados do capital. A apreensão de carroças, o confisco de materiais, a violência policial e a ausência de políticas públicas consistentes não são falhas ou exceções; são expressões de uma lógica que privilegia a acumulação e a exclusão em detrimento da valorização dos trabalhadores e da sua função socioambiental.

Nesse cenário, a luta por reconhecimento – o desejo de serem vistos como trabalhadores legítimos e essenciais – transcende as diferenças contextuais e aponta para uma aspiração fundamental de cidadania e pertencimento. A ocupação do território, a construção de organizações coletivas e a resistência à criminalização constituem, em si mesmas, formas de produção do espaço urbano que desafiam a lógica hegemônica. Como afirma Kowarick (1979), “as coisas simples precisam constantemente ser ditas: é o capital e não a sua força de trabalho – que deteriora a Vida metropolitana”. Os catadores, ao insistirem em existir e trabalhar na cidade, confrontam essa deterioração e reivindicam, na prática, um direito que lhes é sistematicamente negado: o direito ao espaço urbano como espaço de vida e de trabalho digno.

8.5 A diversidade e a riqueza dos arranjos e dinâmicas das organizações de catadores

A análise empírica confirma a proposição de Eigenheer, Ferreira & Adler (2005, *apud* Demajorovic & Lima, 2019) de que toda a cadeia de reciclagem pós-consumo se viabiliza e se sustenta a partir da exploração do trabalho dos catadores. Em São Paulo e Buenos Aires, as organizações de catadores e os trabalhadores autônomos constituem a base da pirâmide produtiva, sendo responsáveis pela coleta, triagem e primeira comercialização dos materiais recicláveis. As entrevistas evidenciam que os catadores de base, tanto nas

cooperativas quanto na condição de autônomos, recebem os menores valores pela sua força de trabalho, enquanto sucateiros e indústrias apropriam-se da maior parte do valor gerado. Essa estrutura de exploração é reconhecida pelos próprios trabalhadores, que denunciam a atuação de atravessadores e a volatilidade dos preços dos materiais – fenômenos que escapam completamente ao seu controle, como apontado por Bosi (2008). Em ambos os contextos metropolitanos, a pobreza urbana se revela, assim, não como uma externalidade, mas como condição estruturante da cadeia produtiva, na medida em que o trabalho precarizado e de baixa remuneração dos catadores é o que torna economicamente viável a reciclagem em larga escala.

A condição dos catadores de base analisada nas duas cidades ilustra com clareza o conceito de “massa marginal” abordado por Santos (1978) e sua função no processo de acumulação capitalista. Em São Paulo e Buenos Aires, os catadores reúnem as características típicas do exército industrial de reserva: baixa escolaridade, trajetórias laborais informais desde a infância, renda variável e instável, e uma inserção na economia que, embora essencial para a cadeia de reciclagem, não lhes garante estabilidade ou proteção social. Singer (1998) destaca que, nos países capitalistas não desenvolvidos, o exército industrial de reserva é formado menos por desempregados e mais por trabalhadores em condições precárias – como os catadores – que exercem pressão sobre o preço da força de trabalho. A pesquisa revela essa dinâmica especialmente na competição entre catadores, que fragiliza a capacidade de negociação coletiva e contribui para o rebaixamento dos valores pagos pelos materiais. Ainda que parte dos catadores não se enquadre perfeitamente nos moldes tradicionais de assalariamento – seja pela informalidade, seja pelas especificidades do trabalho associado –, pode-se entender que essa atuação cumpre a função de manter baixos os custos da força de trabalho para os demais elos da cadeia, confirmando a tese de Bosi (2008) de que a informalidade é uma forma funcional e crescente de exploração no capitalismo contemporâneo.

Os achados empíricos evidenciam a coexistência de diferentes modos de produção na cadeia de reciclagem, corroborando com os apontamentos de Singer (1998). De um lado, as cooperativas e os catadores autônomos operam

segundo uma lógica que combina trabalho associado, relações personalizadas e baixa intensidade de capital – um modo de produção que, embora não seja plenamente capitalista, está integrado à acumulação do setor. De outro, as indústrias recicladoras e os grandes sucateiros atuam dentro dos moldes da modernidade capitalista: capital-intensivos, organizados burocraticamente e orientados pela maximização do lucro. Essa coexistência, longe de ser neutra, é estruturante para o funcionamento da cadeia, pois reforça as lógicas de precariedade e exploração do trabalho dos catadores. As tensões decorrentes dessa articulação hierárquica entre modos produtivos distintos manifestam-se na exploração direta dos catadores pelos atravessadores e indústrias – contradição entre dominadores e dominados – e na disputa por territórios, recursos e reconhecimento entre os próprios trabalhadores, cuja fragmentação organizacional muitas vezes aprofunda sua vulnerabilidade.

Nesse contexto, as iniciativas de fortalecimento e modernização das organizações de catadores assumem um papel estratégico: elas buscam transformar a correlação de forças entre os diferentes atores que atuam na cadeia. Seja por meio da formalização associativa, da conquista de contratos públicos, da incorporação de tecnologias de gestão ou da articulação em redes mais amplas, tais iniciativas representam tentativas de reverter a posição subordinada que os catadores historicamente ocupam. Ao ampliar sua capacidade de negociação, de armazenamento e de agregação de valor aos materiais, essas organizações criam as condições para que os trabalhadores deixem de ser meros fornecedores de matéria-prima a baixo custo e passem a disputar, em melhores condições, os ganhos gerados ao longo da cadeia produtiva.

A aplicação do modelo dos dois circuitos da economia urbana proposto por Santos (1978) revela-se extremamente fecunda para interpretar a cadeia de reciclagem. As indústrias recicladoras enquadram-se no circuito superior: são capital-intensivas, burocráticas, operam com crédito institucional e contam com apoio governamental. Já os catadores de base, os pequenos sucateiros e as cooperativas de menor porte ocupam o circuito inferior, caracterizado por trabalho-intensivo, capitais reduzidos, organização primitiva, relações personalizadas e escassa ou nula ajuda estatal. As entrevistas mostram que

mesmo as cooperativas mais estruturadas em Buenos Aires, embora mais formalizadas, compartilham traços fundamentais do circuito inferior, como a dependência de relações diretas com a clientela e a vulnerabilidade às flutuações de preço. Os grandes e médios sucateiros aparecem como atividade mista: operam como elo entre os dois circuitos, comprando do inferior e vendendo para o superior, e seu papel se assemelha ao dos atacadistas descritos por Santos (1978), mas com fluxo invertido. A pesquisa evidencia que, em ambos os contextos, as características dos circuitos se opõem dialeticamente: a tecnologia capital-intensiva do superior contrasta com o trabalho-intensivo do inferior; a organização burocrática opõe-se à primitiva. No entanto, essas características não são meramente distintas – elas são complementares e interdependentes, estruturando uma relação de dominação que sustenta toda a cadeia.

A interdependência entre os circuitos superior e inferior se dá de forma assimétrica, com o inferior subordinado ao superior. Essa dependência aparece de maneira contundente nos relatos das lideranças e catadores de base. Em Buenos Aires, a abertura desregulada das importações promovida pelo governo nacional derrubou os preços do papelão e de outros materiais, inviabilizando a comercialização para muitas cooperativas e deixando os trabalhadores sem poder de reação – um claro exemplo de como decisões tomadas no âmbito do circuito superior (ou por agentes que representam seus interesses) impactam brutalmente as condições do inferior. Em São Paulo, a fragilidade organizacional dos catadores autônomos e a ausência de contratos estáveis com o poder público os tornam reféns dos atravessadores, que determinam os preços e as condições de venda sem qualquer contrapartida. A criminalização e a perseguição institucional relatadas em ambas as cidades – multas, apreensão de carroças, violência policial – reforçam essa subordinação, pois impedem que o circuito inferior se fortaleça e conquiste canais próprios de comercialização e proteção. Assim, a relação dialética entre os circuitos, tal como formulada por Santos (1978), se expressa na prática cotidiana: o circuito superior domina e se beneficia do trabalho do inferior, enquanto este, para sobreviver, precisa se ajustar às condições impostas por aquele, reproduzindo sua posição de exploração.

Os resultados da pesquisa demonstram que a pobreza não pode ser compreendida apenas por indicadores econômicos estáticos, mas deve ser analisada como uma categoria política e dinâmica, nos termos propostos por Santos (1978). Em ambos os contextos, os catadores lutam por reconhecimento e dignidade, reivindicando serem vistos como trabalhadores essenciais e não como marginais. Essa luta se expressa tanto em ações cotidianas – como o orgulho profissional e a ressignificação do “lixo” como “matéria-prima” – quanto em mobilizações políticas mais amplas, como a participação na Marcha pelo Clima em São Paulo e a construção de um sindicato da economia popular em Buenos Aires. No entanto, as trajetórias políticas da pobreza diferem entre as duas cidades. Em Buenos Aires, a crise de 2001 catalisou um processo de organização que resultou em um ecossistema institucional articulado – cooperativas, federação setorial, movimento social e sindicato –, permitindo que os catadores conquistassem políticas públicas como o salário social complementar e contratos com o governo da cidade. Em São Paulo, embora existam organizações importantes e um movimento nacional consolidado, a fragmentação e a desconfiança entre autônomos e cooperativas são mais pronunciadas, e a relação com o poder público municipal é marcada pelo abandono e pela ausência de vínculos contratuais estáveis. A comparação evidencia que a pobreza se politiza de formas distintas conforme o contexto institucional e a capacidade de articulação dos movimentos sociais, mas em ambos os casos ela se afirma como uma categoria política central: os catadores não são meramente pobres, são trabalhadores que lutam para transformar sua condição por meio da organização coletiva e da disputa por direitos.

A dimensão territorial da pobreza urbana revela-se como um eixo estruturante da cadeia de reciclagem. Em São Paulo e Buenos Aires, os catadores entrevistados residem majoritariamente em periferias ou assentamentos informais, enquanto a coleta dos materiais mais nobres ocorre em bairros de classe média e alta. Essa “geografia do resíduo” produz uma clivagem fundamental: os trabalhadores que moram na periferia enfrentam longos deslocamentos diários para acessar os territórios onde o material é mais rentável, ou então se veem confinados a áreas de baixo valor agregado e alta

concorrência. A pesquisa mostra que, em Buenos Aires, o fluxo diário de catadores que residem na província e trabalham na capital é expressivo, e as cooperativas desenvolveram estruturas de apoio (comedores comunitários, centros infantis) para mitigar essa desigualdade territorial. Em São Paulo, a residência próxima ao local de trabalho é mais comum entre os catadores de base entrevistados, mas a ausência de veículos adequados limita sua mobilidade, restringindo-os a um território circunscrito. As organizações formalizadas, por sua vez, possuem maior capacidade de atuação em escala ampliada, o que lhes permite acessar áreas mais nobres e estabelecer rotas de coleta mais eficientes. A segregação socioespacial, portanto, não apenas reflete a pobreza, mas a produz e a reproduz, determinando as condições materiais do trabalho dos catadores e sua capacidade de competir na cadeia produtiva.

Um dos achados mais relevantes da pesquisa é a diversidade e a complexidade das formas de organização coletiva dos catadores, que desafiam representações simplificadas do circuito inferior como um espaço homogêneo de informalidade. Em São Paulo, identificou-se uma pluralidade de arranjos que se estendem desde a atuação completamente autônoma até cooperativas consolidadas, passando por coletivos informais em torno de lideranças locais, empresas constituídas por catadores, relações produtivas entre cooperativas e empresas, e cooperativas desenhadas para acolher autônomos respeitando sua territorialidade. Em Buenos Aires, o ecossistema organizacional é igualmente diverso, mas com maior grau de articulação: cooperativas de base, federação setorial (FACCyR), movimento social (MTE) e sindicato da economia popular (UTEP) se conectam em diferentes escalas, permitindo negociações políticas e produtivas que vão desde o bairro até o âmbito nacional.

Essa complexidade corrobora a tese de Santos (1978) de que o circuito inferior possui organização própria, leis operacionais e de evolução, não podendo ser reduzido a um agregado amorfo de atividades marginais. As diferentes formas de organização refletem respostas adaptativas às condições concretas de cada território, às oportunidades institucionais e às trajetórias dos movimentos sociais. Elas revelam um campo de experimentação constante, onde os catadores buscam conciliar a necessidade de ganhar escala e formalidade

(para acessar mercados e políticas públicas) com a preservação da autonomia e do enraizamento territorial que caracterizam seu trabalho.

A coexistência de múltiplos modelos organizacionais no interior do circuito inferior também aponta para a existência de relações de complementaridade e de tensão entre eles. Em São Paulo, as cooperativas mais estruturadas podem funcionar como “guarda-chuvas” ou centrais de apoio, oferecendo preços justos e infraestrutura para catadores autônomos; ao mesmo tempo, há desconfiança e concorrência entre diferentes arranjos, especialmente quando disputam os mesmos territórios de coleta. Em Buenos Aires, a articulação entre cooperativas e o movimento social mais amplo permitiu a construção de uma identidade política comum, mas persistem divisões entre cooperativados e autônomos, que estes últimos se definem como “os excluídos dos excluídos”.

Reconhecer essa complexidade é fundamental para uma análise que se pretenda aprofundada. Significa, em primeiro lugar, evitar generalizações que homogeneízam a categoria dos catadores e suas organizações. Significa, em segundo lugar, compreender que o circuito inferior não é apenas receptor passivo das determinações do circuito superior, mas também um espaço de criatividade institucional e de disputa política. As diferentes formas de organização – cada uma com suas potencialidades e limites – representam estratégias concretas de resistência à exploração e de construção de alternativas dentro do capitalismo. A pesquisa mostra que, embora a dependência estrutural permaneça, os catadores são capazes de inventar arranjos que ampliam sua capacidade de negociação, seja por meio da formalização associativa, seja por meio de redes informais de apoio mútuo.

Dessa forma, a complexidade das articulações organizacionais no circuito inferior não apenas confirma a pertinência do referencial teórico adotado, mas também exige que ele seja aplicado com sensibilidade às especificidades de cada contexto. Compreender em profundidade essas dinâmicas – suas lógicas, contradições e potencialidades – é condição necessária para pensar políticas públicas e formas de apoio que realmente fortaleçam a autonomia e a qualidade de vida desses trabalhadores essenciais à sustentabilidade urbana.

CAPÍTULO 9. CONCLUSÕES

A pesquisa realizada, ancorada na comparação entre as experiências de catadores e organizações de catadores em São Paulo e Buenos Aires, permite extrair um conjunto de conclusões que respondem diretamente às questões que motivaram o estudo, de modo que a estrutura dessa seção de conclusão está referenciada no objetivos geral e específicos dessa pesquisa. Ao longo das seções anteriores, buscou-se analisar a relação entre a precariedade da vida e do trabalho dos catadores, investigar suas trajetórias laborais, compreender a construção das relações políticas e organizativas, identificar aproximações e diferenciações entre os dois contextos metropolitanos, analisar a percepção subjetiva sobre o próprio trabalho, construir uma tipologia das modalidades de catação, examinar a influência do gênero como categoria organizadora e, por fim, analisar as relações com os territórios.

9.1 Precariedade estrutural e a função da informalidade na cadeia produtiva

Buscou-se demonstrar que a precariedade da vida e do trabalho dos catadores não é um acidente ou uma consequência inevitável da pobreza individual, mas sim o produto de um modelo político-econômico que transfere sistematicamente os custos da reprodução da força de trabalho para os próprios trabalhadores. Em São Paulo e em Buenos Aires, os catadores de base compartilham um mesmo ponto de partida: baixa escolaridade, inserção precoce em trabalhos informais, renda variável e instável, e a responsabilidade de sustentar famílias extensas. Essa condição de origem molda não apenas suas possibilidades materiais, mas também suas subjetividades, suas estratégias de sobrevivência e suas formas de inserção no mercado de trabalho.

No que diz respeito à cadeia produtiva da reciclagem pós-consumo, a pesquisa revela que o trabalho informal e precarizado dos catadores é a verdadeira base sobre a qual toda a estrutura se sustenta. São eles que realizam a coleta porta a porta, a triagem fina, o transporte inicial e a primeira comercialização dos

materiais. No entanto, a remuneração que recebem por essa força de trabalho é sistematicamente inferior ao valor que geram. Os atravessadores — ferros-velhos em São Paulo, galponeros em Buenos Aires — compram os materiais por preços baixos e os revendem com margens elevadas para as indústrias recicladoras. Essas indústrias, por sua vez, apropriam-se da maior parte do valor agregado, beneficiando-se de uma matéria-prima que chega a elas a custos artificialmente reduzidos justamente porque o trabalho que a produziu foi pago aquém do necessário para a reprodução social dos trabalhadores.

A informalidade, longe de ser um resíduo pré-capitalista ou uma marginalidade residual, revela-se uma forma funcional e crescente de exploração no capitalismo contemporâneo. A volatilidade dos preços dos materiais recicláveis, determinada por interesses distantes — como as cotações internacionais de commodities, as políticas de importação e exportação, e os acordos comerciais entre países — transfere para os catadores todos os riscos da atividade. Quando os preços caem, como ocorreu em Buenos Aires com a abertura desregulada das importações, são os catadores que arcam com a queda da renda; quando sobem, os ganhos extraordinários são capturados pelos elos superiores da cadeia. Essa assimetria estrutural confirma a tese de que a pobreza dos catadores não é uma externalidade, mas uma condição de possibilidade da reciclagem em larga escala. A atratividade financeira para sucateiros e para a indústria se baseia na possibilidade de os catadores serem pagos abaixo do custo de reprodução social.

9.2 Trajetórias laborais e o processo de vida que leva à catação

A investigação das trajetórias laborais dos catadores permitiu compreender que o ingresso na catação é, antes de tudo, um processo de vida marcado pela exclusão estrutural e pela ausência de alternativas. Em ambos os contextos metropolitanos, os trabalhadores chegam à atividade após sucessivas experiências de desemprego, relações de trabalho degradantes em setores formais de baixa qualificação, e, em muitos casos, após terem sido expulsos do

mercado de trabalho formal por conta de idade avançada, falta de qualificação ou discriminação.

Em São Paulo, um achado particularmente significativo foi o papel terapêutico atribuído à catação por muitas mulheres entrevistadas. Para elas, a atividade não é apenas uma fonte de renda, mas também uma forma de reconstrução da autoestima após trajetórias marcadas por violência doméstica, relações abusivas e depressão. A autonomia proporcionada pela catação — poder trabalhar sem patrão, definir os próprios horários, circular pela cidade — é valorizada como um resgate da dignidade e do controle sobre a própria vida. Esse aspecto subjetivoé central para compreender por que muitos catadores permanecem na atividade mesmo diante de condições objetivas de extrema precariedade.

Em Buenos Aires, as trajetórias são marcadas pela crise de 2001, que lançou dezenas de milhares de pessoas às ruas em busca de sobrevivência. Na capital argentina a crise massiva gerou uma resposta coletiva. Os catadores que emergiram daquele período carregam consigo uma memória política forte: a catação não é apenas um trabalho, mas uma identidade forjada na luta contra a fome, o desemprego e a repressão. Essa origem comum nas camadas mais profundas da crise social argentina ajuda a explicar por que o movimento em Buenos Aires alcançou um grau de articulação e institucionalização que não tem paralelo em São Paulo.

A inserção precoce em trabalhos informais desde a infância configura um padrão de acumulação de desvantagens que se estende ao longo da vida. A catação, nesse contexto, não é uma escolha profissional no sentido estrito, mas uma alternativa de sobrevivência forjada na ausência de outras possibilidades. Essa constatação desfaz qualquer narrativa que possa sugerir que os catadores estão na atividade por "falta de iniciativa" ou "preguiça". Ao contrário, as entrevistas revelam trabalhadores que, ao longo de décadas, combinaram múltiplas atividades informais, frequentemente acumulando jornadas exaustivas, para garantir o sustento de suas famílias.

9.3 Construção das relações políticas e de organização do trabalho

A análise da construção das relações políticas e de organização do trabalho permitiu identificar um espectro amplo de formas de associativismo, que vão desde o trabalho completamente autônomo até cooperativas consolidadas, passando por coletivos informais, empresas de catadores, redes híbridas e, em Buenos Aires, um verdadeiro ecossistema organizacional que articula diferentes níveis de representação.

Um dos achados mais relevantes é a diferença de atuação dos fóruns de articulação política nos dois contextos. Em Buenos Aires, o Movimento de Trabalhadores Excluídos (MTE) e a Federación Argentina de Cartoneros (FACCyR) mantêm uma relação de profundo imbricamento com as atividades produtivas. Essas instâncias estão presentes no cotidiano dos galpões, participam da gestão das cooperativas, auxiliam na formulação de projetos, na negociação de contratos com o governo e na resolução de conflitos internos. Essa proximidade entre produção e representação política confere ao movimento argentino uma capilaridade e uma capacidade de incidência que não foram percebidos a partir das entrevistas realizadas com os catadores em São Paulo.

Em São Paulo, embora existam organizações importantes — como o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e a Associação Nacional de Catadores (ANCAT) —, a relação entre essas instâncias de representação e a base de catadores autônomos é marcada por desconfiança e distanciamento. Os catadores de base entrevistados, majoritariamente autônomos ou atuando em pequenos grupos informais, relataram sentir-se não representados pelas lideranças, que consideram distantes das necessidades cotidianas. Há uma percepção de que "as lideranças não falam a mesma língua", de que os fóruns de articulação estão mais preocupados com negociações políticas e eventos de grande escala do que com as demandas imediatas de quem está na rua todos os dias, puxando uma carroça sob o sol ou a chuva.

Essa desconexão fragiliza a capacidade de negociação coletiva dos catadores paulistanos e os torna mais vulneráveis à exploração dos atravessadores e à violência institucional do poder público. Ao mesmo tempo, a pesquisa identificou iniciativas promissoras de articulação, como os arranjos híbridos nos quais cooperativas mais estruturadas funcionam como centrais de apoio para catadores autônomos, oferecendo preços justos, infraestrutura para venda e processamento, e um canal de representação política. Esses modelos apontam para um caminho possível de superação da fragmentação, sem exigir que os autônomos abdiquem de sua territorialidade e de sua forma de trabalho.

9.4 Aproximações e diferenciações entre São Paulo e Buenos Aires

A comparação entre as duas regiões metropolitanas revelou tanto aproximações estruturais quanto diferenciações significativas, que respondem diretamente ao objetivo de identificar elementos políticos, produtivos, territoriais e históricos.

As aproximações residem na precariedade estrutural, no estigma social, na criminalização da atividade pelo Estado e na centralidade do território como campo de disputa. Em ambas as cidades, os catadores denunciam a mesma experiência de invisibilidade e desprezo: olhares que desviam, xingamentos, a associação da catação à mendicância e à sujeira. Em ambas, o Estado se apresenta como um agente ambivalente — que pode tanto reconhecer quanto reprimir — mas a face mais frequente é a da criminalização: apreensão de carroças em São Paulo, multas e confiscos em Buenos Aires, violência policial em ambas. Em ambas, a "geografia do resíduo" diferencia bairros ricos de periferias pobres, e os catadores residentes nas periferias enfrentam longos deslocamentos ou se veem confinados a áreas de baixo retorno econômico.

As diferenciações, por sua vez, são igualmente expressivas e ajudam a compreender por que o movimento argentino alcançou um grau de institucionalização que o movimento paulistano não conseguiu reproduzir. Em Buenos Aires, a crise de 2001 catalisou um processo de organização massiva, que resultou na criação de cooperativas de grande porte, com centenas ou até

milhares de associados. Essas cooperativas conquistaram contratos com o governo da cidade, acesso a programas de renda complementar (o salário social), e uma relação institucionalizada que inclui o financiamento de profissionais para atuar na gestão cotidiana. A presença de servidores públicos alinhados politicamente, atuando organicamente na formulação de projetos e na interlocução com o Estado, é um traço distintivo e estruturante desse modelo. Esses profissionais, muitos deles oriundos da universidade pública, aliados aos catadores desde os primeiros momentos, ajudaram a construir uma "condução compartilhada" que confere ao movimento uma base institucional sólida.

Em São Paulo, ao contrário, as organizações visitadas operam de forma autônoma, sem repasses regulares do governo municipal. A relação com o Estado é pontual ou conflituosa, marcada por tentativas de remoção ou por políticas específicas, mas não por um vínculo contratual estável. As conquistas históricas do movimento paulistano estão associadas sobretudo a políticas federais, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e o programa Cataforte, que não se traduziram em contratos municipais consistentes. A ausência de uma política municipal de apoio à reciclagem com catadores, combinada com a crescente concorrência de startups e empresas privadas que disputam os mesmos materiais, coloca as organizações paulistanas em uma posição de vulnerabilidade muito maior do que suas congêneres portenhas.

Outra diferença relevante diz respeito à articulação dos catadores com outras categorias de trabalhadores precarizados. Em Buenos Aires, a construção do Movimento de Trabalhadores Excluídos (MTE) e, posteriormente, da Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular (UTEP), permitiu que os catadores se integrassem a uma agenda mais ampla da economia popular, que inclui vendedores ambulantes, costureiras, camponeses, trabalhadores da construção civil, pessoas em recuperação de dependências químicas. Essa articulação amplia o horizonte de luta e demonstra que a organização dos catadores pode servir de semente para um movimento mais amplo, capaz de assentar-se à mesa de negociação com as centrais sindicais tradicionais e reivindicar direitos para um setor historicamente invisibilizado. Em São Paulo,

essa articulação com outras categorias da economia popular é muito mais incipiente, e o movimento dos catadores tende a atuar de forma mais isolada.

Em síntese, a análise evidencia a existência de dois modelos estruturais distintos na organização do trabalho dos catadores e catadoras de materiais recicláveis nos contextos analisados. O modelo Buenos Aires caracteriza-se por cooperativas de grande porte, forte institucionalização por meio de contratos públicos e a construção de um verdadeiro ecossistema organizacional que articula as cooperativas de base, a Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores (FACCyR) e o sindicato da economia popular (UTEP). Um traço distintivo desse modelo é a *condução compartilhada*, na qual servidores públicos alinhados politicamente atuam na gestão cotidiana das cooperativas, garantindo estabilidade administrativa e continuidade às políticas de apoio. Além disso, destaca-se a atuação de fóruns de articulação política — como o Movimento de Trabalhadores Excluídos (MTE) e a própria FACCyR — que se mantêm extremamente próximos das atividades produtivas, criando um imbricamento entre produção e representação política que fortalece a capacidade de negociação do setor. O modelo São Paulo, por sua vez, apresenta organizações de pequeno a médio porte, uma relação de abandono e desconfiança com o poder público municipal, maior fragmentação entre os diferentes arranjos produtivos (autônomos, coletivos informais, cooperativas) e uma dependência histórica de políticas federais, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Os fóruns de articulação nacional (MNCR, ANCAT) têm atuação importante, mas com menor capilaridade na gestão cotidiana do trabalho, evidenciando uma distância maior entre a representação política e a atividade produtiva de base.

9.5 Percepção subjetiva do trabalho: entre estigma e orgulho

A análise da percepção dos catadores sobre seu próprio trabalho revelou uma tensão constitutiva entre estigma e orgulho, entre a dor do preconceito e a satisfação com a autonomia e a relevância ambiental da atividade. Essa tensão

é central para compreender tanto a permanência na profissão quanto as estratégias de resistência cotidiana.

Os catadores de base, em São Paulo e em Buenos Aires, ressentem-se profundamente do olhar de desprezo da sociedade. Relatam xingamentos, piadas, a sensação de serem tratados como "invisíveis" ou como "lixo humano". A dor mais aguda, mencionada em várias entrevistas, é ver os filhos sofrerem bullying nas escolas por causa da profissão dos pais. Esse estigma não é apenas um incômodo superficial; ele estrutura as relações sociais, limita as possibilidades de mobilidade social ascendente e alimenta um sofrimento psíquico que se soma às dores físicas do trabalho.

Ao mesmo tempo, os catadores ressignificam sua atividade de forma poderosa. O "lixo" deixa de ser lixo e se torna "matéria-prima". O catador deixa de ser um "mendigo" e se torna um "agente ambiental". Essa ressignificação não é um mero discurso de autoajuda; ela é sustentada por uma consciência aguda do papel ecológico e social da atividade. Os catadores sabem que, sem eles, as cidades afundariam em resíduos; sabem que são responsáveis por uma parcela significativa da reciclagem efetivamente realizada; sabem que seu trabalho contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a preservação de recursos naturais. Esse saber, muitas vezes, é mais profundo e fundamentado do que o discurso ambiental de muitos gestores públicos e empresários.

A satisfação com o trabalho está menos associada à renda — quase sempre instável e baixa — do que à autonomia. Os catadores valorizam a possibilidade de não ter patrão, de definir os próprios horários, de circular pela cidade, de estabelecer relações diretas com moradores e comerciantes. Em São Paulo, as mulheres entrevistadas destacaram a catação como uma atividade que as libertou de relações domésticas abusivas e lhes devolveu o controle sobre suas vidas. Em Buenos Aires, os catadores cooperativados valorizam o ambiente de pertencimento e solidariedade, mas também reivindicam a autonomia para continuar coletando nas ruas, mesmo quando a cooperativa oferece estrutura de galpão.

As perspectivas de futuro, contudo, são limitadas. Para os catadores de base, o horizonte é imediato: o que importa é conseguir material suficiente para o sustento do dia seguinte. As projeções de longo prazo são raras e, quando existem, estão centradas em sonhos individuais — a casa própria, a educação dos filhos, a possibilidade de "descansar" após décadas de trabalho extenuante. Para as lideranças organizacionais, o futuro se desenha como um campo de disputa política: trata-se de profissionalizar as cooperativas, conquistar novos contratos, resistir à concorrência do setor privado e à ofensiva neoliberal. No momento presente, porém, tanto em São Paulo quanto em Buenos Aires, a tônica é defensiva. A crise econômica, o desmonte de políticas públicas e a desvalorização dos materiais impõem um esforço cotidiano de resistência: sustentar o que foi construído, manter as organizações funcionando, garantir que os companheiros possam ao menos comer.

9.6 Tipologia do trabalho de catação: diversidade de modalidades e perfis

A construção de uma tipologia do trabalho de catação a partir dos dados empíricos permitiu identificar uma pluralidade de modalidades, funções e perfis sociodemográficos, superando representações homogêneas que tratam os catadores como uma categoria indiferenciada.

Quanto às modalidades de trabalho, distinguem-se pelo menos cinco arranjos principais. O primeiro é o catador autônomo individual, que atua sozinho, sem qualquer vínculo formal, utilizando carroça manual, carrinho ou bicicleta adaptada. Esse perfil é predominante entre os entrevistados de São Paulo e também expressivo em Buenos Aires, onde esses trabalhadores se definem como "os excluídos dos excluídos". O segundo é o coletivo informal, geralmente organizado em torno de uma liderança local, sem CNPJ ou formalização jurídica, mas com algum grau de divisão do trabalho e compartilhamento de espaços de triagem. O terceiro é a cooperativa tradicional, com estrutura formalizada, estatuto, assembleias e, em alguns casos, acesso a galpões, prensas, caminhões e contratos públicos. O quarto é a empresa constituída por catadores, que opera sob lógica empresarial, com CNPJ, contabilidade formal e relações contratuais com a iniciativa privada. O quinto, identificado especialmente em São Paulo, é a rede híbrida ou "guarda-

chuva", na qual uma organização mais estruturada funciona como central de apoio para catadores autônomos, oferecendo pontos de venda coletiva, infraestrutura de processamento e representação política, sem exigir que os autônomos se tornem cooperativados.

Um achado importante é que o tempo de experiência na catação, isoladamente, não garante melhores rendimentos. Catadores com mais de vinte anos de atividade encontram-se tanto em situações de extrema precariedade quanto em faixas de renda mais elevadas. O que define a posição do trabalhador é, fundamentalmente, o tipo de vinculação institucional e o grau de formalização. Catadores autônomos, mesmo com décadas de experiência, permanecem vulneráveis à exploração dos atravessadores e às oscilações do mercado; cooperativados, ainda que com menos tempo de catação, desfrutam de maior estabilidade e acesso a benefícios. Essa constatação tem implicações diretas para as políticas públicas: investir na formalização associativa e no apoio a cooperativas é mais eficaz para melhorar as condições de vida dos catadores do que qualquer política focada exclusivamente em qualificação individual ou em transferência de renda desarticulada da organização produtiva.

9.7 Gênero como categoria organizadora do trabalho de catação

A influência do gênero como categoria organizadora do trabalho mostrou-se transversal e estruturante em ambos os contextos metropolitanos. Em São Paulo, a base de catadoras entrevistadas é majoritariamente feminina, enquanto as posições de liderança e referência organizacional são majoritariamente masculinas. Essa assimetria revela que, mesmo em um espaço de trabalho informal e autônomo, a divisão sexual do trabalho se reproduz: as mulheres são responsáveis pela triagem fina, pela gestão do cuidado no âmbito doméstico (filhos, idosos, afazeres domésticos) e pela coleta em territórios próximos à residência; os homens ocupam com mais frequência as funções de coleta pesada, transporte de maiores volumes, negociação com atravessadores e representação política nas instâncias organizativas. Em

Buenos Aires, a composição de gênero é mais equilibrada tanto na base quanto entre as referências, com ligeira maioria feminina entre as lideranças. Esse dado pode refletir uma trajetória de lutas feministas dentro do movimento argentino, que conquistou espaços de direção para as mulheres. No entanto, mesmo nesse contexto mais igualitário, as mulheres relatam maior instabilidade de renda e maior carga de dependentes em comparação aos homens, indicando que a igualdade formal nos espaços de representação não eliminou as desigualdades materiais. Em ambos os contextos, as catadoras entrevistadas apontaram a dupla ou tripla jornada como um fator de sobrecarga: além do trabalho de catação, são responsáveis pela casa, pelos filhos e, muitas vezes, pelo cuidado de netos ou idosos. Essa sobrecarga limita sua mobilidade territorial, reduz o tempo disponível para a coleta e, consequentemente, impacta sua renda.

A pesquisa também identificou desigualdades raciais, especialmente em São Paulo, onde pessoas negras concentram os piores indicadores de renda e formalização. O cruzamento de raça e gênero revela que as mulheres negras estão na posição mais vulnerável: são maioria entre os catadores de base, têm as menores rendas, a maior instabilidade e o menor acesso a benefícios ou políticas públicas. Esse achado evidencia que a catação não escapa às hierarquias estruturais da sociedade brasileira, nas quais raça e gênero atuam como crivos sobrepostos na distribuição de oportunidades e recursos.

9.8 Relações com os territórios: barreiras físicas e simbólicas

A análise das relações dos catadores com os territórios em que atuam demonstrou que a "geografia do resíduo" é um eixo central da produção das desigualdades. O espaço urbano não é um palco neutro, mas um campo de disputa no qual diferentes agentes — catadores, poder público, empresas, moradores — disputam o direito de usar, ocupar e circular.

A pesquisa identificou uma clivagem fundamental entre bairros ricos e periferias pobres. Nos bairros de classe média e alta, o material coletado é mais nobre (mais papelão, mais plásticos de alto valor, mais metais), está mais

limpo (menos rejeito, menos material orgânico contaminante) e é mais abundante. A concorrência, embora existente, é menor porque poucos catadores têm condições de acessar esses territórios — seja pela distância de suas residências, seja pela falta de veículos adequados, seja pela ação mais ostensiva da polícia nesses bairros. Nas periferias, ao contrário, o material é pobre (muito plástico de baixo valor, muito rejeito), está frequentemente misturado com lixo orgânico e é disputado por um grande número de catadores, o que pressiona os preços para baixo e intensifica os conflitos.

As barreiras físicas à mobilidade são um dos principais fatores que reproduzem essa clivagem. Em São Paulo, os catadores autônomos dependem quase exclusivamente da carroça manual, que limita drasticamente o raio de ação. Puxar uma carroça por muitos quilômetros é fisicamente exaustivo e impõe um limite de distância a partir do qual o esforço não compensa o material coletado. As organizações formalizadas, que possuem caminhões ou acesso a veículos motorizados, conseguem ampliar seu território de atuação e disputar áreas mais nobres. Essa diferença de capacidade de mobilidade é um dos fatores que explica por que a formalização associativa está associada a melhores rendimentos: ela não apenas elimina atravessadores, mas também amplia o território acessível.

As barreiras simbólicas são igualmente poderosas. Os catadores relatam desconfiança por parte de moradores e comerciantes, que muitas vezes se recusam a entregar os recicláveis ou os entregam de forma discriminatória. O medo da violência policial também restringe os circuitos possíveis de atuação: muitos catadores evitam determinadas áreas ou determinados horários porque sabem que ali a abordagem policial será mais violenta ou que suas carroças serão apreendidas.

As organizações mais estruturadas, ao contrário, conseguem não apenas ampliar sua escala territorial, mas também construir relações de confiança e legitimidade com moradores e comerciantes. A existência de um CNPJ, de um contrato com o poder público, de um galpão identificado com a cooperativa — tudo isso contribui para uma presença mais legítima no espaço urbano. A

pesquisa mostra que o reconhecimento institucional, ainda que imperfeito e ambivalente, é um fator fundamental para a conquista do direito à cidade.

9.9 Implicações para as políticas públicas

As conclusões da pesquisa apontam para a necessidade de políticas públicas que superem a fragmentação entre as diferentes formas de organização dos catadores e que reconheçam a diversidade de modalidades de trabalho existentes. Políticas eficazes devem, em primeiro lugar, garantir contratos públicos estáveis e justos, que assegurem preços minimamente remuneradores para os materiais recicláveis e que incluam cláusulas de proteção social (como acesso a saúde, aposentadoria, seguro-acidente). Em segundo lugar, devem oferecer infraestrutura adequada — galpões, prensas, esteiras, veículos — e segurança fundiária, para que as organizações não vivam sob a ameaça permanente de remoção. Em terceiro lugar, devem instituir programas de renda complementar, como o salário social argentino, que mitiguem os efeitos da volatilidade dos preços e garantam um piso mínimo de dignidade.

Um aspecto fundamental, frequentemente negligenciado nas políticas de reciclagem, é a inclusão, o reconhecimento e o trabalho voltado especificamente à realidade dos catadores autônomos. Estes constituem a maioria da categoria em ambos os contextos, mas permanecem à margem das políticas que privilegiam cooperativas formalizadas. Uma política pública verdadeiramente abrangente deve criar mecanismos de apoio direto aos autônomos: pontos de comercialização coletiva com preços justos (centrais de reciclagem que funcionem como "guarda-chuvas"), acesso facilitado a equipamentos de proteção individual, programas de microcrédito para aquisição de carrinhos ou bicicletas adaptadas, e ações de desestigmatização que combatam o preconceito e a discriminação. Essas políticas devem respeitar a territorialidade e a forma de trabalho dos autônomos, sem exigir a adesão a modelos cooperativos que nem sempre se adequam às suas realidades.

Além disso, as políticas públicas devem incorporar uma perspectiva interseccional de gênero e raça. Isso significa, concretamente, garantir que as mulheres catadoras tenham acesso a creches e espaços de cuidado para seus filhos, para que possam dedicar mais tempo ao trabalho sem sobrecarga; promover a participação feminina nos espaços de decisão das organizações e nos fóruns de articulação política; e implementar ações afirmativas para catadoras negras, que estão na posição mais vulnerável da cadeia.

Por fim, as políticas devem enfrentar a criminalização e a perseguição institucional. A apreensão de carroças, as multas, o confisco de materiais e a violência policial não são formas legítimas de gestão urbana; são violações de direitos que precisam ser combatidas por meio de protocolos de atuação para as forças de segurança, campanhas de sensibilização do judiciário e, quando necessário, ações judiciais estruturantes. Enquanto o Estado continuar a tratar os catadores como marginais, qualquer política de apoio à reciclagem será contraditória e ineficaz.

9.10 Contribuições teóricas e limitações da pesquisa

Do ponto de vista teórico, a pesquisa confirma a pertinência de um referencial que articula a análise do trabalho informal (nos termos de Bosi, Noronha e Singer), a produção do espaço urbano (na tradição de Kowarick, Santos e Castells) e a ação coletiva (a partir das reflexões sobre cooperativismo e movimentos sociais). A comparação entre São Paulo e Buenos Aires permitiu evidenciar como diferentes contextos político-institucionais moldam as estratégias de resistência e organização da categoria, demonstrando que a pobreza deve ser compreendida não como um atributo estático, mas como uma categoria política e dinâmica, em permanente construção e disputa.

A pesquisa também contribui para a crítica da economia política da reciclagem, ao demonstrar que a precariedade dos catadores não é um acidente ou uma externalidade, mas uma condição funcional à acumulação no setor. As políticas de "economia circular" e "sustentabilidade" que não enfrentam essa estrutura de exploração correm o risco de perpetuar, sob uma roupagem "verde", as

mesmas desigualdades que sempre marcaram a relação entre capital e trabalho.

Como limitação, destaca-se que o recorte amostral em São Paulo concentrou-se em catadores de base sem vínculo formal com cooperativas, o que, embora reflita a realidade majoritária da categoria, não esgota a diversidade de experiências existentes. A pesquisa entrevistou catadores autônomos e referências de organizações, mas não aprofundou a análise sobre as cooperativas de maior porte em São Paulo, que podem apresentar dinâmicas distintas. Em Buenos Aires, a amostra incluiu tanto cooperativados quanto autônomos, mas o número reduzido de entrevistas em cada subgrupo limita a generalização das conclusões. Futuros estudos poderiam aprofundar a análise sobre as cooperativas de maior porte em São Paulo, sobre os catadores autônomos em Buenos Aires (para compreender melhor por que, mesmo com um movimento forte, eles permanecem à margem), e sobre os efeitos da ofensiva neoliberal recente — particularmente na Argentina sob o governo Milei — sobre as conquistas históricas do movimento. Estudos longitudinais que acompanhem as mesmas organizações ao longo do tempo seriam especialmente valiosos para capturar as dinâmicas de mudança institucional e as respostas a choques exógenos.

9.11 Palavras finais

Em síntese, a pesquisa confirma que a precariedade da vida e do trabalho dos catadores não é um acidente ou uma consequência inevitável da pobreza, mas o produto de um modelo político-econômico que transfere sistematicamente os custos da reprodução da força de trabalho para os próprios trabalhadores, ao mesmo tempo que utiliza o aparato estatal para criminalizar e reprimir aqueles que não se integram aos circuitos formais da economia. A comparação entre São Paulo e Buenos Aires revela dois modelos contrastantes de organização e inserção institucional, com o movimento argentino apresentando maior articulação e capacidade de incidência política, mas ambos submetidos à mesma lógica estrutural de exploração. A luta por reconhecimento — para

serem vistos como trabalhadores legítimos e agentes ambientais essenciais — emerge como o horizonte comum que unifica os catadores e catadoras. Que esta pesquisa possa contribuir, ainda que modestamente, para que essa luta seja não apenas reconhecida, mas também apoiada por políticas públicas dignas desse nome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (ANCAT); PRAGMA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS. **Anuário da Reciclagem 2021**. São Paulo: ANCAT; Pragma, 2021. Disponível em: https://www.meuresiduo.com/news/anuario-da-reciclagem-2021-retrata-a-realidade-de-catadoresas-de-materiais-reciclaveis-no-brasil/. Acesso em: 23 de junho de 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (ANCAT). **Início – ANCAT**. Disponível em: https://ancat.org.br/. Acesso em: 23 de junho de 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (ANCAT); OBSERVATÓRIO DA RECICLAGEM INCLUSIVA E SOLIDÁRIA (ORIS); INSTITUTO SUSTENTAR. **Atlas Brasileiro da Reciclagem**: segunda edição. Apresentado na Expocatadores 2023. Brasília, dez. 2023. Disponível em: https://expocatadores.com.br/atlas-brasileiro-da-reciclagem-entra-em-sua-segunda-edicao-e-e-apresentado-na-expocatadores-2023/. Acesso em: 23 de junho de 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (ANCAT); PRAGMA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS. **Anuário da Reciclagem 2024**. São Paulo: ANCAT; Pragma, 2024. Acesso em: 23 de junho de 2026.

ALIANÇA INTERNACIONAL DE CATADORES. **Visão da AIC para uma transição justa para os(as) catadores(as) de materiais recicláveis no âmbito do tratado dos plásticos da ONU**. Novembro 2023. Disponível em: https://globalrec.org/jtreport. Acesso em 13 de dezembro de 2025.

AMORIN, Davi; COSTA, Claudete da; ROCHA, Laureano da. **Lutar, Criar, Reciclagem Popular**. Atlas do Plástico 2020. Fundação Heinrich Böll. Disponível em: < https://br.boell.org/sites/default/files/2020-11/20_11_26_Plastic%20Atlas%202020_DScompleto_0.pdf>.

ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do trabalho**: o confronto operário do ABC paulista: as greves de 1978/80. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BAIGUERA, Giselle. Coordenadora Programática de Economía Circular Inclusiva e Innovación Laboral, Fundación Avina-CIAS. Declaração citada em: CHEQUEADO. **¿Hurgar en la basura en CABA: cuál es la situación de las personas en situación de calle y de los recolectores urbanos?** Buenos Aires, ago. 2024. Disponível em: https://chequeado.com/el-explicador/hurgar-en-la-basura-en-caba-cual-es-la-situacion-de-las-personas-en-situacion-de-calle-y-de-los-recolectores-urbanos/. Acesso em: 23 de junho de 2026.

BANCO MUNDIAL. **BANCO MUNDIAL estima que 4 milhões de latino-americanos vivem do lixo reciclado**. Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://unicrio.org.br/banco-mundial-estima-que-4-milhoes-de-latino-americanos-vivem-do-lixo-reciclado/

BANCO MUNDIAL. **What a Waste: A Global Review of Solid Waste Management**. Washington, DC: World Bank, 2012. Disponível em: https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/302341468126264791/what-a-waste-a-global-review-of-solid-waste-management. Acesso em: 23 de junho de 2026.

BANCO MUNDIAL. **What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050**. KAZA, Silpa; YAO, Lisa C.; BHADA-TATA, Perinaz; VAN WOERDEN, Frank. Washington, DC: World Bank, 2018. DOI: 10.1596/978-1-4648-1329-0. Disponível em: https://datatopics.worldbank.org/what-a-waste/. Acesso em: 23 de junho de 2026.

BANCO MUNDIAL. **What a Waste 3.0: Global Snapshot of Solid Waste Management toward Circularity until 2050**. COOK, Ed; IONKOVA, Kremena; BHADA-TATA, Perinaz; YADAV, Sonakshi; VAN WOERDEN, Frank. Urban Development Series. Washington, DC: World Bank, 2026. DOI: 10.1596/978-1-4648-2309-1. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099031926140025768/pdf/P501986-ef2864e0-591b-4258-9e00-75af80be0e56.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2026.

BONELLI, Johanna Maldovan. **Gestión asociativa y sustentabilidade organizacional**: el caso de las cooperativas de cartoneros de la Ciudad de Buenos Aires. Sociologia, Problemas e Práticas. Número 88. Argentina, 2018. Disponível em: < https://journals.openedition.org/spp/5196>.

BORTOLI, Mari Aparecida. **Catadores de materiais recicláveis**: a construção de novos sujeitos políticos. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 105-114, jan./jun. 2009.

BOSI, Antônio de Pádua. **A organização capitalista do trabalho "informal"**: o caso dos catadores de recicláveis. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, 2008.

BRASIL. Lei n.º 12.305 de2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1974, 1ª ed.

CAVÉ, Jérémie. **Urban solid waste in southern countries**: from a blurred object to common pool resources. WORLD ISWA CONGRESS 2012, Sep 2012, Florence, Italy. Disponível em: < https://sud.hypotheses.org/594>. Acessado em 25 de setembro de 2020, às 15 horas e 29 minutos.

COOK, Ed; TALBOTT, Taylor Cass. ***Mitigating from the Margins**: Waste Picker Impact on Greenhouse Gas Emissions*. Manchester: WIEGO, 2026. (WIEGO Technical Brief, 18). ISBN: 978-92-95122-64-2.

COSTA, Daniel de Lucca Reis. Márgenes em el centro. Calle catación y basura en el centro de São Paulo. In SCHAMBER, Pablo; SUÁREZ, Francisco; ANGUITA, Eduardo. **Recicloscopio: miradas sobre recuperadores urbanos de residuos de América Latina.** 1ª ed. Buenos Aires: Prometeo Libros. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Lanús: Universidad Nacional de Lanús. 2007.

CRAVINO, Maria Cristina. **La metamorfosis de la ciudad informal en el Área Metropolitana de Buenos Aires**. Revista Lider Vol. 15. Año 11. p. 31 - 55 . Buenos Aires, 2009.

CUT São Paulo. **Marcha Global Pelo Clima**. Facebook, 2005. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1147913477491213&set=pcb.1147913500824544 >. Acessado em 6 de novembro de 2025.

DEÁK, Csaba. **Acumulação entravada no brasil / e a crise dos anos 80**. Espaco e Debates, n. 32, 1991. p. 32 - 46.

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. **Cadeia de reciclagem**: um olhar para os catadores. São Paulo: Editora Senac, 2019.

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/SP). **Região Metropolitana de São Paulo.** Disponível em: **<**https://www.emtu.sp.gov.br/emtu/institucional/quem-somos/sao-paulo.fss>.

EXPOCATADORES. **ExpoCatadores 2024 celebra a inclusão dos catadores como protagonistas da cadeia da reciclagem**. ExpoCatadores 2025, 2025. Disponível em: https://expocatadores.com.br/expocatadores-2024-celebra-a-inclusao-dos-catadores-como-protagonistas-da-cadeia-da-reciclagem/>. Acessado em 05 de novembro de 2025.

EXPOCATADORES. **Expocatadores encerra sua 11ª edição com painel sobre mulheres, homenagem a Lula e ceia de Natal**. ExpoCatadores 2025, 2025. Disponível em: https://expocatadores.com.br/expocatadores-encerra-sua-11a-edicao-com-painel-sobre-mulheres-homenagem-a-lula-e-ceia-de-natal/>. Acessado em 05 de novembro de 2025.

EXPOCATADORES. **Ambipar Circular e ANCAT apresentam modelo de transformação de cooperativas de reciclagem**. ExpoCatadores 2025, 2025. Disponível em: https://expocatadores.com.br/ambipar-circular-e-ancat-apresentam-modelo-de-transformacao-de-cooperativas-de-reciclagem/>. Acessado em 05 de novembro de 2025.

GALON, Tanyse; MARZIALE, Maria Helena Palucci. **Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina**: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). *Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 169-199.

GOBIERNO DE LA CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES (GCBA). **El circuito de los materiales reciclables: los recuperadores urbanos**. Buenos Aires: GCBA, [s.d.]. Disponível em: https://buenosaires.gob.ar/ciudadverde/noticias/el-circuito-de-los-materiales-reciclables-los-recuperadores-urbanos-y-los. Acesso em: 23 de junho de 2026.

GOOGLE MAPS. **1245 R. João Moura**. Google Street View. Disponível em: < https://encurtador.com.br/wShB>. Acesso em 6 de novembro de 2025.

GOUVEIA, Isabel Cristina Moroz-Caccia**. A cidade de São Paulo e seus rios: uma história repleta de paradoxos.** Revista Franco-Brasileira de Geografia. *Confins* [Online], 27 | 2016 . Disponível em:< https://journals.openedition.org/confins/10884?lang=pt>.

GRIMBERG, Elisabeth; TUSZEL, Lilian; GOLDFARB, Yamê. **Coleta seletiva com inclusão social**: fórum lixo e cidadania. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. Citado em: DEMAJOROVIC; LIMA, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dinâmicas da Economia Solidária**: políticas de fomento e perspectivas. Brasília: Ipea, 2020. cap. 14. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/201216_livro_dinamicas_da_economia_cap14.pdf. Acesso em: 23 jun. 2026.

INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE (102. : 2013 : Genebra, Suíça). **Sustainable development, decent work and green jobs**. Geneva: International Labour Office, 2013. 120 p. (Report V). Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_207370.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2026.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION; WIEGO. **Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture**. 2. ed. Geneva: International Labour Organization, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_234413.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2026.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Franciele Maria Marquioni; COSTA, Renata Bernardete. A participação das cooperativas de catadores na cadeia produtiva dos materiais recicláveis: perspectivas e desafios. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1–14, 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2014000100012&script=sci_arttext. Acesso em: 23 jun. 2026.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Átomo, 2003. Citado em: LIMA; COSTA, 2014.

MARGALLO, Maria et al. **Enhancing waste management strategies in Latin America under a holistic environmental assessment perspective**: A review for policy support. Science of the Total Environment. Elsevier. 2019.

MELLA, Soledade. **Apelo para o reconhecimento e a inclusão significativa dos catadores de materiais recicláveis.** ALIANÇA INTERNACIONAL DE CATADORES. 2022. Disponível em:<https://globalrec.org/pt-br/2022/04/22/apelo-para-o-reconhecimento-e-a-inclusao-significativa-dos-catadores-de-materiais-reciclaveis/>.

MERKLEN, Denis. **Un pobre es un pobre**. La sociabilidad en el barrio: entre las condiciones y las prácticas. Buenos Aires, 1997. Revista Sociedad 11, p. 21-64.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADOPRES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Coopamare completa 30 anos de fundação.** São Paulo, 2019. Disponível em:< https://www.mncr.org.br/noticias/blog-sudeste/coopamare-completa-30-anos-de-fundacao>.

MORAIS, Jandira et al. Global review of human waste-picking and its contribution to poverty alleviation and a circular economy. **Environmental Research Letters**, [s.l.], v. 17, n. 063002, p. 1-33, 2022. DOI 10.1088/1748-9326/ac6f46. Disponível em: https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/ac6f46. Acesso em: 23 de junho de 2026.

Noronha, Eduardo G. **"INFORMAL", ILEGAL, INJUSTO**: percepções do mercado de trabalho no Brasil. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 18 Nº. 53. Brasil, 2003.

OBSERVATORIO METROPOLITANO. **Área Metropolitana de Bs As (AMBA).** Consejo Profesional de Arquitectura y urbanismo. Disponível em: <https://observatorioamba.org/planes-y-proyectos/amba>.

OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio. *In*: MARICATO, Erminia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ed. São Paulo: Alfa Omega, 1982. p. 13 – 19.

OLIVEIRA, Marcos et al. Obstáculos da coleta seletiva de resíduos domiciliares em municípios brasileiros. **New Trends in Qualitative Research**, v. 14, 2022. Disponível em: https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/download/588/556/1226. Acesso em: 23 jun. 2026.

OSLAK, Oscar; O'DONNELL, Guilhermo. **Estado y políticas estatales en América Latina**: hacia una estrategia de investigación. Redes, vol. 2, núm. 4, 1995, pp. 99-128. Universidad Nacional de Quilmes. Buenos Aires, 1995.

OSLAK, Oscar. **Los Sectores Populares y el Derecho al espacio urbano**. Punto de Vista, 1983: Buenos Aires, Argentina. Disponível em: < https://www.comisionporlamemoria.org/archivos/jovenesymemoria/volumen13/docs/3.Identidad-del-barrio/Texto%208.pdf>.

PERRUPATO-STAHL, Carla Rocha. **Living off garbage**: Waste picker institutions in Brazil through the lens of Elinor Ostrom's principles for governance of common-pool resources. Department of Management Studies. Aalto University. Finlândia, 2016. Disponível em: < https://aaltodoc.aalto.fi/handle/123456789/20685>.

PIMP MY CARROÇA. **O que é o movimento de pimpadores?**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://pimpmycarroca.com/sobre/>.

PIMP MY CARROÇA. **Pesquisa Cataki 2022: dados inéditos sobre catadores e catadoras autônomos**. São Paulo: Pimp My Carroça, nov. 2022. Disponível em: https://pimpmycarroca.com/pesquisa-cataki-traz-dados-ineditos-sobre-catadores-e-catadoras-autonomos/. Acesso em: 23 de junho de 2026.

PREFEITURA DE SÃO PAULO; AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (AMLURB). **Prefeitura investe R$ 5,76 milhões para auxiliar catadores de recicláveis afetados pela pandemia de coronavírus**. São Paulo, abr. 2020. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/w/noticia/prefeitura-investe-r-5-76-milhoes-para-auxiliar-catadores-de-reciclaveis-afetados-pela-pandemia-de-coronavirus-1. Acesso em: 23 de junho de 2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Atlas de Resíduos da América Latina**: dados apresentados pela ONU Meio Ambiente. In: Evento da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), São Paulo, nov. 2017. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/78316-onu-america-latina-e-caribe-despejam-30-de-seu-lixo-em-locais-inadequados. Acesso em: 23 de junho de 2026.

Ramírez, Héctor Ruiz. **Marx y su visión del trabajo**. Contribuciones a la Economía, ISSN-e 1696-8360, Vol. 11, Nº. 1. Universidad Autónoma del Estado de México. México, 2013.

SAIDÓN, Mariana; et al. **Heterogeneidad de la recuperación de residuos en municipios del Área Metropolitana de Buenos Aires. Reflexiones para la promoción de políticas inclusivas.** Revista Iberoamericana de Estudios Municipales. Nº 26. Universidad Autónoma de Chile. 2022.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHAMBER, Pablo; SUÁREZ, Francisco. Cartoneros de Buenos Aires. Una mirada general sobre su situación. In SCHAMBER, Pablo; SUÁREZ, Francisco; ANGUITA, Eduardo. **Recicloscopio: miradas sobre recuperadores urbanos de residuos de América Latina.** 1ª ed. Buenos Aires: Prometeo Libros. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Lanús: Universidad Nacional de Lanús. 2007.

SILVA, S. P.; GOES, F.; ALVAREZ, A. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável: Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br. Acesso em: 23 jun. 2026.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. *In*: MARICATO, Erminia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ed. São Paulo: Alfa Omega, 1982. p. 21 – 36.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 3ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: Diagnóstico e alternativas. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SORROCHE, Santiago et al. Recuperadores de residuos e inclusión socio-laboral: análisis sobre la Región Metropolitana de Buenos Aires. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 487–505, 2022. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1514-68712022000100487. Acesso em: 23 de junho de 2026.

TEIXEIRA, K. M. D. **Trabalho e perspectivas na percepção dos catadores de materiais recicláveis**. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, n. 1, p. 98-105, 2015.

TORKY. Movete Mejor. Torky, 2025. Disponível em: <https://torky.ar/>. Acessado em 6 de novembro de 2025.

TORKY TV. **Eco Torky - Triciclo a pedal para reciclado urbano**. YouTube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SQ6WPBIlsio>. Acesso em 6 de novembro de 2025.

UNIÓN DE TRABAJADORES Y TRABAJADORAS DE LA ECONOMÍA POPULAR – UTEP. **Nuestro Sindicato**. Buenos Aires, 2022. Disponível em: https://utep.org.ar/nuestro-sindicato.

WIEGO. **Waste pickers**. 2021. Disponível em: https://www.wiego.org/informal-economy/occupational-groups/waste-pickers. Acesso em: 23 de junho de 2026.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO CATADORAS E CATADORES

Seção 1: Caracterização Geral (Perguntas Objetivas)

1. **Dados Pessoais e Ocupacionais**
    - Nome
    - Idade
    - Gênero
    - Raça/etnia
    - Estado civil
    - Número de dependentes
    - Nível de escolaridade
    - Cidade e estado de origem
    - Bairro e cidade de residência
    - Tempo de experiência na catação de materiais recicláveis
2. **Dados Socioeconômicos**
    - Renda mensal média obtida com a catação
    - A catação é a principal fonte de renda familiar (Sim/Não para catação)
    - Possui outra atividade remunerada? Qual?
3. **Organização e Função**
    - Está vinculado(a) a alguma organização/cooperativa? Qual?
    - Tempo de vínculo com a organização
    - Função desempenhada na organização (coleta, triagem, administração, etc.)
    - Quais os principais bairros em que você trabalha com catação?
    - Participa de assembleias ou reuniões da organização? Com que frequência?
4. **Condições de Trabalho**
    - Você trabalha quantas horas por dia? Quais os horários em que começa e termina de trabalhar?
    - Você trabalha em quais dias da semana?

- Você pode me descrever um dia de trabalho desde o momento em que começa até o momento em que termina?
- Possui equipamentos de proteção individual (EPI)? Quais?
- Possui condições de saúde relacionadas ao trabalho? (doenças, acidentes, etc.)

Seção 2: Trajetória e Percepções (Perguntas Qualitativas)

1. **Trajetória Laboral**
    - Qual foi o seu primeiro trabalho? E depois? Você poderia recordar os diferentes trabalhos que teve ao longo da sua vida?
    - Quais foram os principais momentos ou mudanças que marcaram esse percurso?
    - Como você começou a trabalhar com catação de materiais recicláveis?
    - O que te motivou a permanecer nessa atividade?
2. **Percepção sobre o Trabalho**
    - Como você avalia as condições de trabalho na catação?
    - Existem regras no seu trabalho?
    - Quais são os principais desafios e oportunidades que você vê na sua profissão?
    - O que você pensa sobre o papel da catação na sociedade e para o meio ambiente?
    - Como você é tratada/tratado enquanto está trabalhando na catação?
    - O que você pensa e sente sobre ser catadora/catador?
3. **Mapeamento e Território**
    - Quais são as principais dificuldades que você enfrenta no território onde atua?
    - Você percebe barreiras ou limitações específicas em seu ambiente de trabalho? Quais?
    - Quais são as regras que precisam ser respeitadas ao trabalhar na rua?

- Os catadores podem se movimentar livremente pela cidade? Podem realizar suas atividades em qualquer lugar que desejarem? Existem limites? Quais?
- No seu dia a dia, em quais lugares você não pode “entrar para coletar resíduos”? Por quê?
- Quando está na rua coletando resíduos, que situações lhe causam alegria, satisfação e/ou medo?

4. **Gênero e Dinâmicas de Trabalho**
    - Você percebe diferenças de tratamento ou de funções entre homens e mulheres no trabalho de catação?
5. **Organização e Relações Políticas**
    - Como é a sua relação com os demais catadores e catadoras? E com a organização/cooperativa?
    - Qual é a sua percepção sobre a capacidade da organização em representar os interesses dos catadores e catadoras?
6. **Futuro e Perspectivas**
    - Quais são suas expectativas para o futuro em relação ao trabalho de catação?
    - Existe algo que você gostaria de mudar ou melhorar no seu trabalho?
    - Qual o seu sonho para seu futuro?
7. **Mensagem Final**
    - Se você pudesse deixar uma mensagem para as pessoas, representando o que você teria de mais importante para compartilhar, qual seria?

Conclusão e Agradecimentos

- Gostaria de acrescentar algo mais sobre sua experiência ou sobre o trabalho de catação?

ANEXO B – QUESTIONÁRIO PARA LIDERANÇAS DAS ORGANIZAÇÕES DE CATADORES

Seção 1: Caracterização Geral da Liderança (Perguntas Objetivas)

1. **Dados Pessoais e Ocupacionais**
    - Nome
    - Idade
    - Gênero
    - Raça/etnia
    - Estado civil
    - Número de dependentes
    - Nível de escolaridade
    - Cidade e estado de origem
    - Bairro e cidade de residência
    - Tempo de vínculo com a organização/cooperativa
    - Cargo ou função desempenhada na organização
2. **Dados Socioeconômicos**
    - A posição que ocupa na organização é remunerada?
    - Caso afirmativo, qual a média de remuneração mensal?
    - Possui outra atividade remunerada? Qual?

Seção 2: Trajetória e Visão Política da Organização (Perguntas Qualitativas)

1. **História da Organização**
    - Quando e como foi fundada a organização?
    - Qual foi o motivo ou necessidade principal que levou à sua criação?
    - Poderia descrever as principais mudanças ou momentos marcantes da organização ao longo do tempo?

2. **Relação com Catadoras e Catadores**
    - Quantos catadores estão atualmente vinculados à organização?
    - Quais serviços ou benefícios a organização oferece aos catadores?
    - Como é a relação entre a liderança e os catadores vinculados?
    - Quais são as principais demandas dos catadores trazidas para a organização?
3. **Atuação Territorial**
    - Qual é a abrangência territorial da organização (bairros, cidades, regiões)?
    - Há diferenças ou desafios específicos relacionados ao território onde a organização atua?
    - Quais estratégias a organização utiliza para garantir seu espaço de atuação no território?
4. **Visão Política da Organização**
    - Como a organização dialoga com as questões políticas e sociais que envolvem o trabalho dos catadores?
    - Quais são os principais objetivos da organização?
    - Como a organização se relaciona com as demais cooperativas, associações e movimentos sociais?
    - Como a organização se relaciona com os órgãos públicos?
    - Como a organização se relaciona com empresas e instituições do terceiro setor?
5. **Desafios e Lutas**
    - Quais são os principais desafios enfrentados pela organização atualmente?
    - Poderia descrever as principais lutas e reivindicações realizadas pela organização?

- Há episódios específicos de conquistas ou vitórias que poderiam ser destacados?

Seção 3: Perspectivas e Futuro (Perguntas Qualitativas)

1. **Futuro da Organização**
    - Quais são os planos ou metas da organização para os próximos anos?
    - Existe algum projeto ou iniciativa em andamento que seja considerado prioritário?
    - Quais mudanças ou melhorias seriam importantes para o futuro da organização?
2. **Futuro dos Catadores**
    - Como a organização vê o futuro do trabalho das catadoras e catadores?
    - Quais estratégias podem fortalecer a categoria no futuro?
    - O que seria necessário para alcançar maior reconhecimento social e político para os catadores?

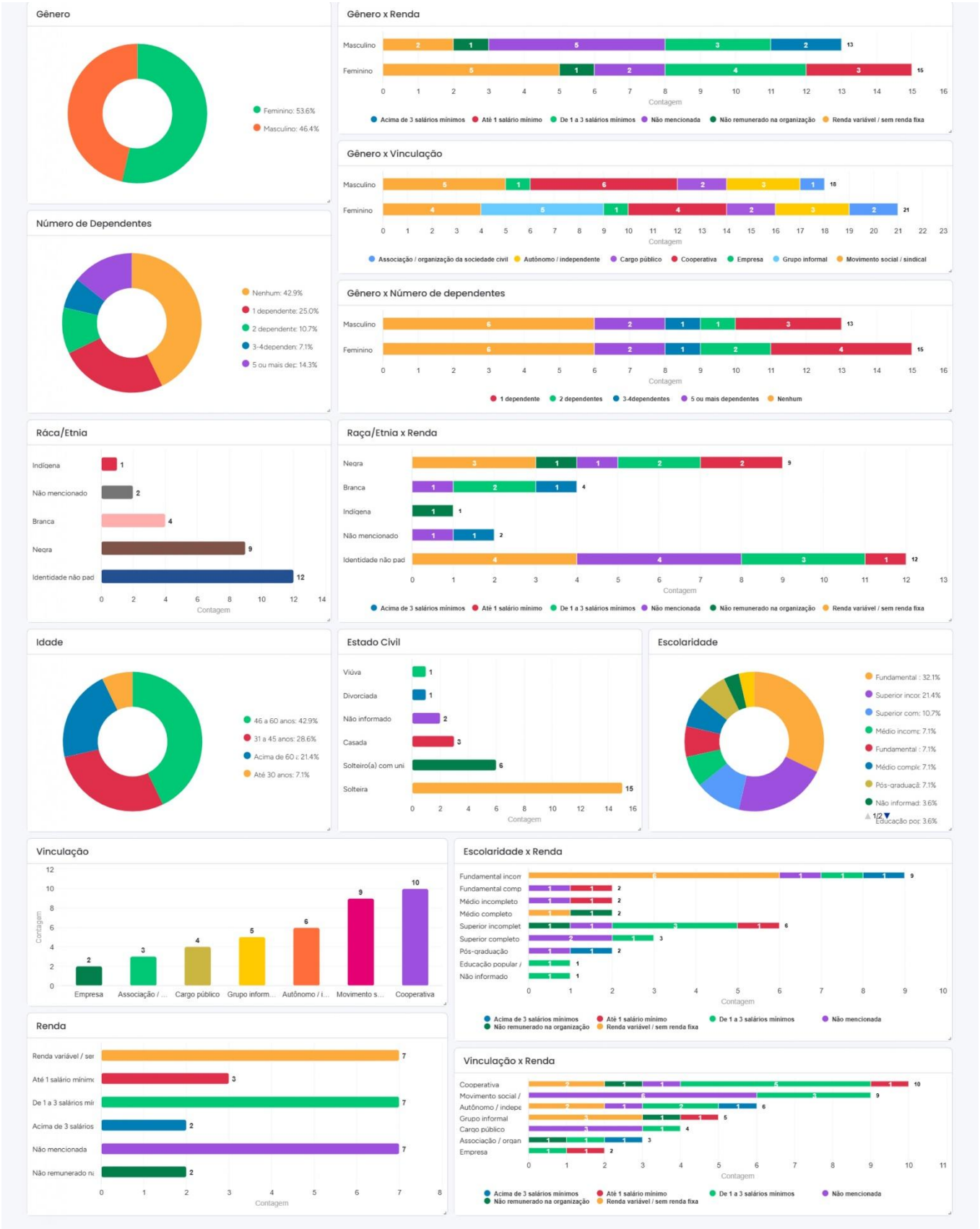
Seção 4: Reflexões e Mensagem Final

- Se você pudesse resumir a importância da organização em uma frase, qual seria?
- Existe algo mais que você gostaria de compartilhar sobre a organização ou o trabalho dos catadores?
- Qual o seu sonho para o futuro?

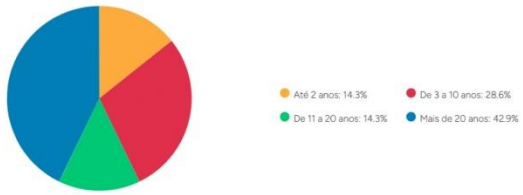
Conclusão e Agradecimentos

- Agradecemos pela disponibilidade e pelo compartilhamento das informações. Alguma consideração final?

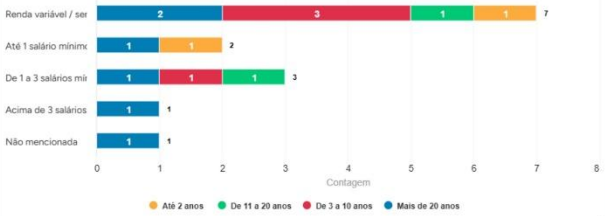
ANEXO C – DASHBOARD ENTREVISTADOS



Tempo de experiência na catação - Catadores de base



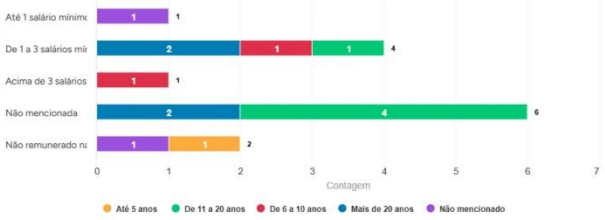
Catadores de base: Renda x Tempo na catação



Tempo de vinculação à organização - Referências da organização

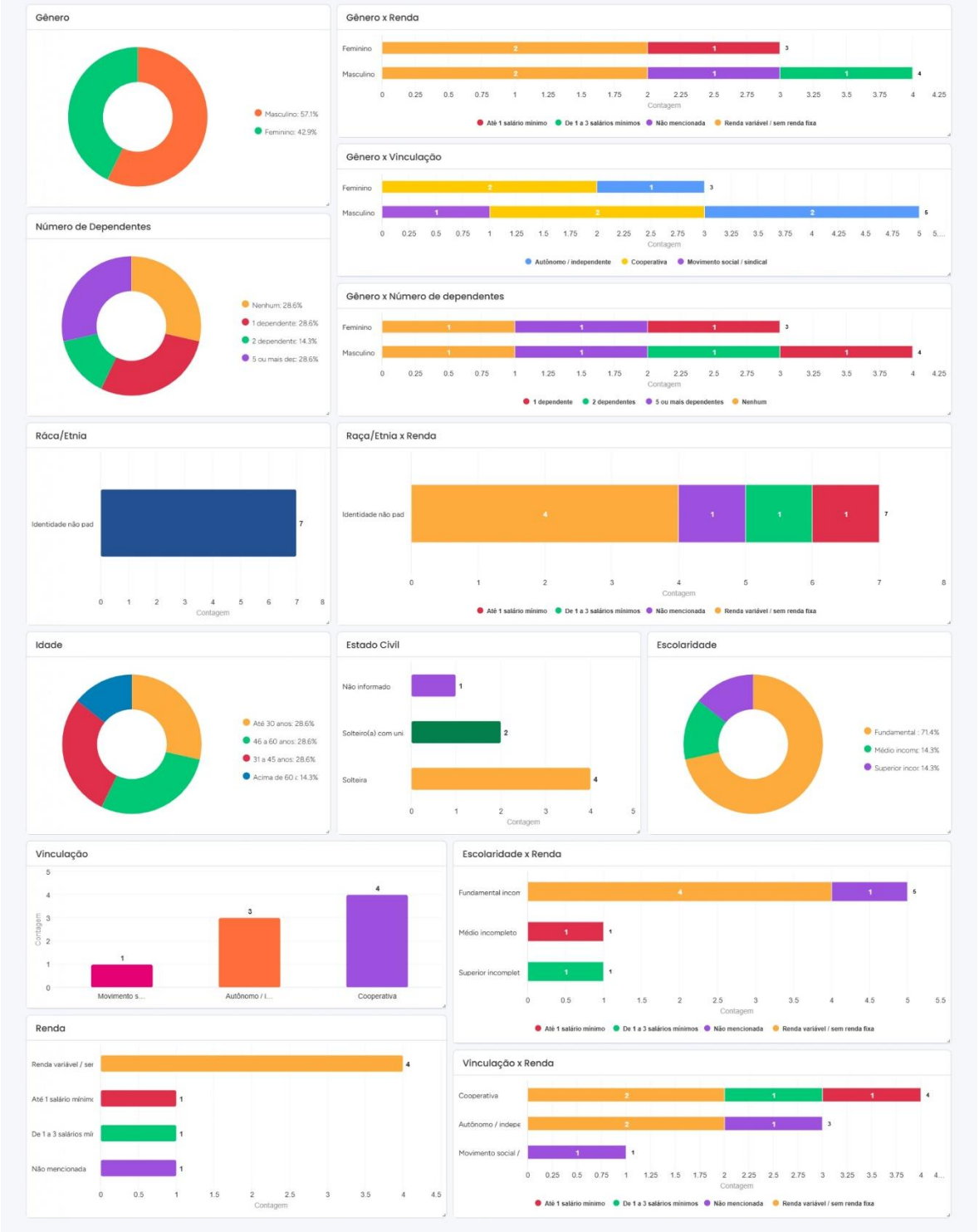


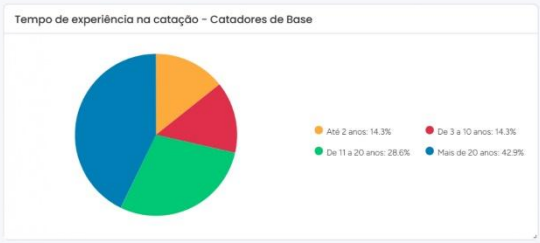
Referências da organização: Renda x Tempo de vinculação



Desenvolvido por **monday.com**

ANEXO D – DASHBOARD ENTREVISTADOS - CATADORES BA

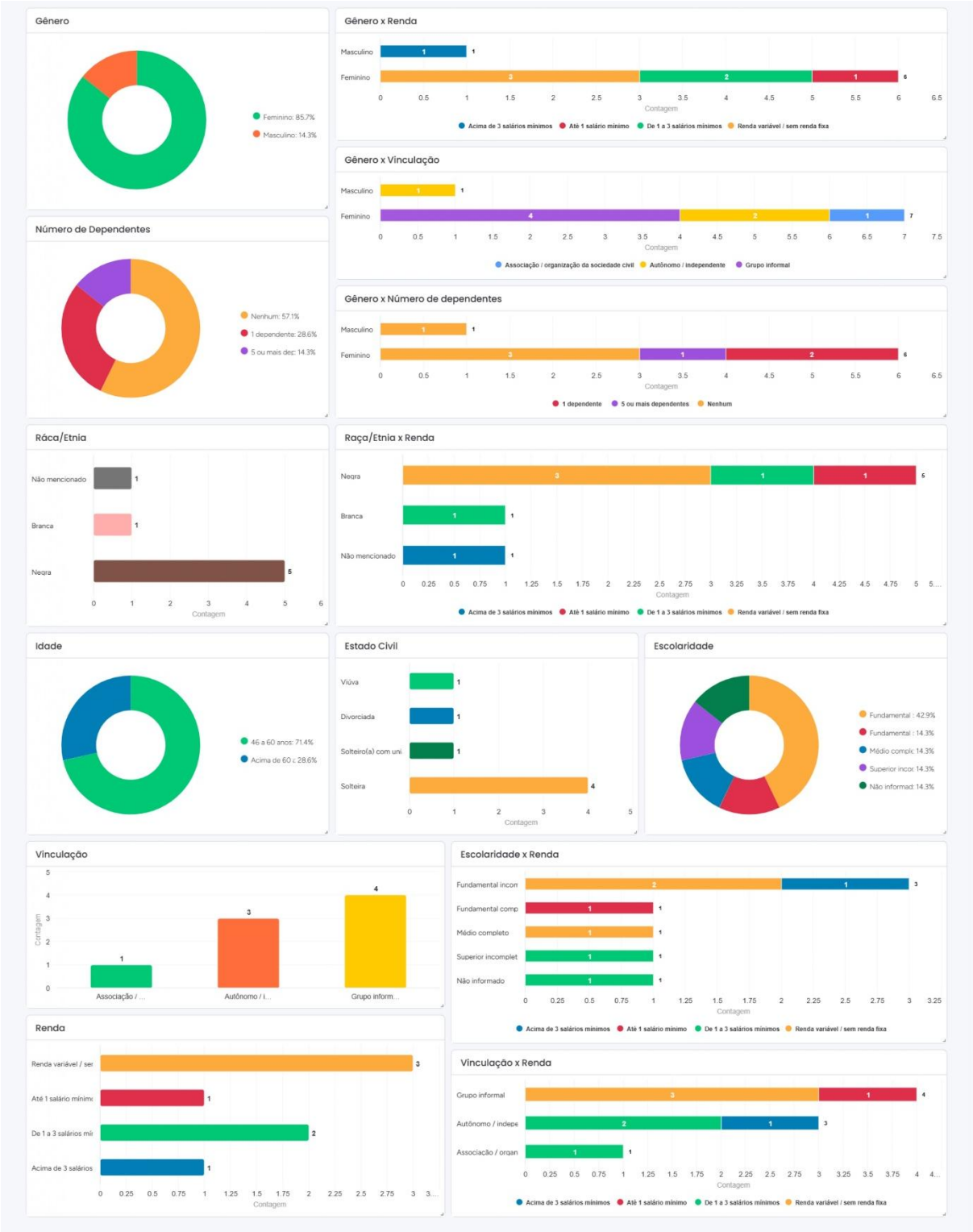




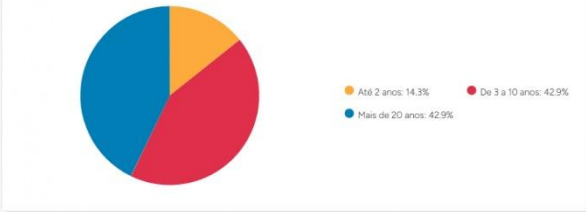


Powered by monday.com

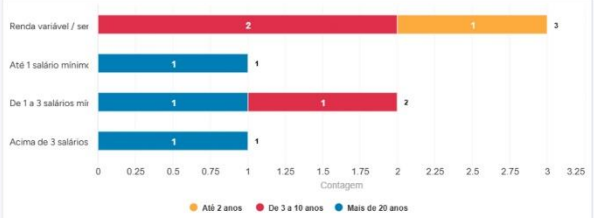
ANEXO E – DASHBOARD ENTREVISTADOS – CATADORES SP



Tempo de experiência na catação - Catadores de base

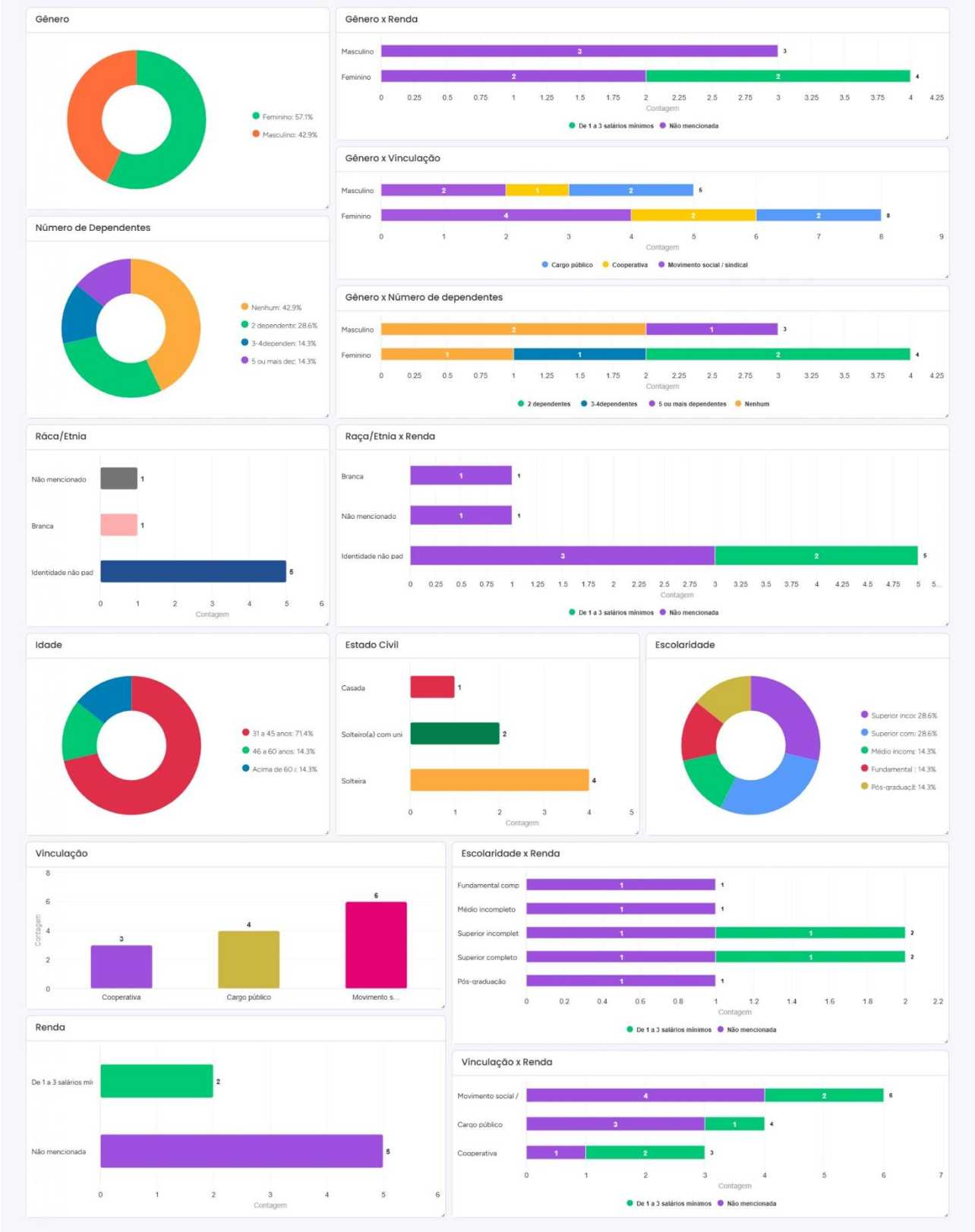


Catadores de base: Renda x Tempo na catação

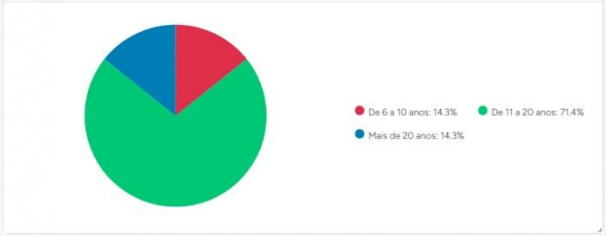


Desenvolvido por **monday.com**

ANEXO F – DASHBOARD ENTREVISTAS – REFERÊNCIAS BA



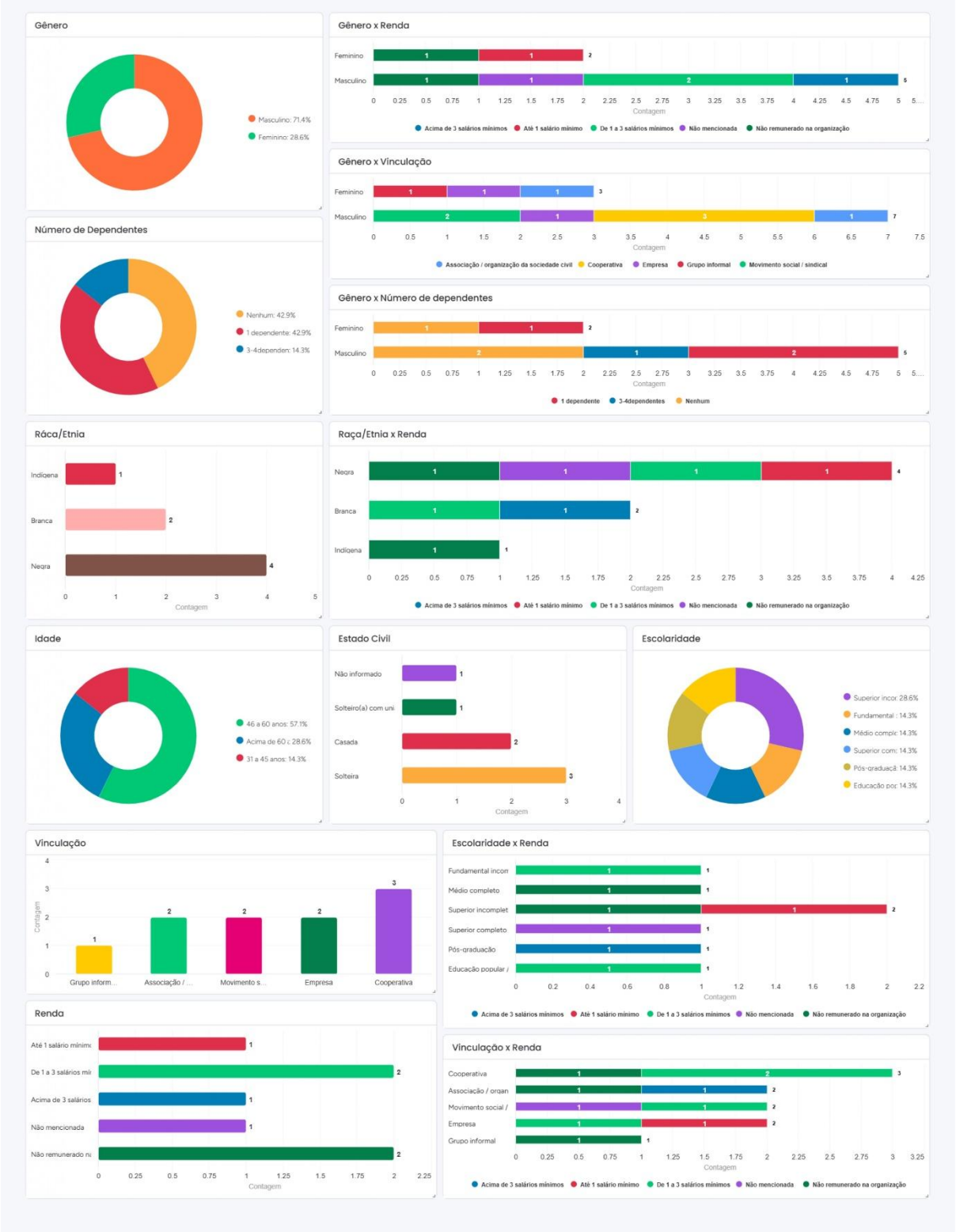
Tempo de vinculação à organização - Referências da organização



Referências da organização: Renda x Tempo de vinculação



ANEXO G – DASHBOARD ENTREVISTADOS – REFERÊNCIAS SP







Desenvolvido por monday.com